

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIASOCIAL

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA MOREIRA

O CAPITAL-IMPERIALISMO BRASILEIRO: A ATUAÇÃO DO BNDES NA
PAN-AMAZÔNIA E AS LUTAS SOCIAIS, 2003-2014

Niterói

2019

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA MOREIRA

**O CAPITAL-IMPERIALISMO BRASILEIRO: A ATUAÇÃO DO BNDES NA
PAN-AMAZÔNIA E AS LUTAS SOCIAIS, 2003-2014**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da
Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção
do grau de Doutor em História.

Orientadora: Prof^a Doutora Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes

Niterói

2019

JOÃO PAULO DE OLIVEIRA MOREIRA

O CAPITAL-IMPERIALISMO BRASILEIRO: A ATUAÇÃO DO BNDES NA PAN-AMAZÔNIA E AS LUTAS SOCIAIS, 2003-2014

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Profª Doutora Virgínia Maria Gomes de Mattos Fontes – UFF (Orientadora)

Profº Doutor João Roberto Lopes Pinto – UNIRIO (Arguidor)

Profº Doutor Paulo Roberto Raposo Alentejano – UERJ/FFP (Arguidor)

Profª Doutora Bianca Aires Imbiriba di Maio Bonente – UFF (Arguidora)

Profº Doutor Demian Bezerra de Melo – UFF (Arguidor)

Profª Doutora Sonia Regina de Mendonça – UFF (Suplente)

Profº Doutor André Pereira Guiot – SME/Duque de Caxias (Arguidor)

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG Gerada com informações fornecidas

M835c Moreira, João Paulo de Oliveira

O Capital-Imperialismo brasileiro : A atuação do BNDES na Pan-Amazônia /
João Paulo de Oliveira Moreira ; Virgínia Maria de Mattos Fontes, orientador.
Niterói, 2019.

380 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.d.11235875741>

1. Capital-Imperialismo. 2. Luta de Classes. 3. Marxismo. 4. Pan-amazônia. 5.
Produção intelectual. I. Fontes, Virgínia Maria de Mattos, orientador. II.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD -

pelo autor -Bibliotecária responsável: Thiago Santos de Assis - CRB7/6164

Para vovó Arlete, que só deixou amor, afeto e um oceano de saudade. Ao meu pai Moreira, meu muito obrigado por todo o esforço durante toda a minha vida escolar e acadêmica. Ao mestre Théo Lobarinhas Piñeiro, a minha gratidão e saudade pelo tempo juntos e conhecimento adquirido (In memoriam).

Agradecimentos

O processo de produção acadêmica envolve muitas pessoas, coletivos e grupos de estudos, ainda que o produto final de uma tese seja de autoria e responsabilidade individual. No caso desta tese, muitas pessoas foram importantes para o amadurecer de ideias, reflexões e indagações, todavia, foi no acolhimento, amizade e companheirismo de muitas e muitos que devo aqui dedicar alguns parágrafos de agradecimentos.

A minha orientadora Virgínia Fontes, eu agradeço por ser uma grande referência intelectual, militante e de ser humano. Agradeço fundamentalmente pela humildade, gentileza e compreensão para comigo em momentos tão duros e impactantes da minha vida, que certamente influenciaram na pesquisa e no desenvolvimento de uma tese abaixo daquilo que ela, enquanto orientadora, merece.

As professoras Bianca Imbiriba e Ana Garcia que fizeram importantes críticas e observações no processo de qualificação e gentilmente aceitaram a participação na defesa desta tese. Agradeço também aos professores João Roberto Lopes Pinto e Paulo Alentejano pela composição final da banca. Em especial ao professor “Paulinho”, com quem tenho contato desde o período da graduação e continuo participando das discussões de seu grupo de estudos.

A professora Sonia Regina de Mendonça pela suplência e pelas aulas no PPGH. Toda aluna e aluno de história e demais disciplinas de ciências humanas deveria ter uma aula com Sonia Mendonça, professora que carrega consigo a máxima do marxista sardo Antonio Gramsci, na qual entende o professor como um guia amigável.

Aos colegas adquiridos ao longo das reuniões no GTO, Flavio Miranda, Anderson Tavares, André Guiot, André Vieira, Rejane Carolina, Otávio Augusto, Diego, Ingrid, Camila, Pedro Cassiano, Elaine e Danilo. As pessoas que passaram pela

minha vida durante este período: Fernanda Barbosa, Maria Carolina Caetano, Amanda Mendonça, Maria Carolina de Andrade, André Barreto, Lisia Cariello, Lara Pinheiro, Luana Ferreira, Pedro Nunes, Glauber Montes, Juliana Argollo, Thiago Turista, Julia Rangel, Casé Chagas, Rogeirão Oliveira, Yasmin Trindade, entre tantas outras. Nem todas permaneceram em minha vida ou cultivaram contato, mas certamente foram passagens marcantes.

Ao meu grande amigo Thiago Ribeiro, cujas reflexões em momentos de descontração ética foram verdadeiras orientações e serviram para avançar em diversos pontos. Agradeço a Veridiana pela amizade, afeto e humanidade que contagia a todas e todos. A distância física gera enorme saudade, mas se tem uma coisa que “não termina” é o meu amor por vocês. Estamos juntos!

A CAPES, pelo auxílio financeiro prestado no decorrer destes quatro anos.

A minha mãe Maria das Graças, com quem tive momentos de dor intensa e irreparável, mas que nunca deixou de estar ao meu lado ou acreditar em mim, até quando eu mesmo havia deixado de acreditar. A Maria do Carmo, amiga e mãe que a vida me deu, obrigado pela generosidade, afeto e força.

Por fim, ainda que não seja trivial, gostaria de agradecer a memória afetiva que cultivei e cultivo da minha avó Arlete e do meu pai Moreira. Lamentavelmente, no modo de produção capitalista, o conhecimento é estimulado por uma via produtivista frenética, em que os órgãos de fomento à pesquisa não computam ou levam em consideração sintomas altamente em voga entre os doutorandos, mestrandos e graduandos como depressão, ansiedade, melancolia etc.. Não pude sentir adequadamente o luto pelas perdas de vovó e papai, mas com a conclusão desta etapa de minha vida eu espero poder me dedicar a sentir um pouco destas perdas. Vovó, de onde você esteja, tomara que sinta orgulho de seu netinho. Eu te amo!

Resumo

O capital-imperialismo brasileiro, entre os anos de 2003-2014, constitui o principal objeto de estudo desta tese. Nela, são discutidas a trajetória do imperialismo ao capital-imperialismo contemporâneo, entendidos como constitutivos do modo de produção capitalista, porém distintas na sua forma-conteúdo ao longo do tempo, o papel do BNDES, entendido como principal impulsionador do capital-imperialismo brasileiro, os aparelhos privados de hegemonia formuladores de políticas para internacionalização dos capitais cujo centro decisório estão no Brasil e as lutas sociais decorrentes deste processo. A partir de 2003, durante o Governo Lula, o estímulo de órgãos do Estado ao capital-imperialismo brasileiro é aprofundado, o que nos levou a formular a hipótese central de que o BNDES tornou-se o principal esteio financiador desta política, destinando vultuosos recursos financeiros, destacadamente às empresas da construção civil, fundamentais para as relações diplomáticas no contexto da IIRSA e das políticas de “integração regional”. O nosso foco se deu nos empreendimentos localizados na região conhecida por Pan-Amazônia, lócus de intensos conflitos sociais com povos tradicionais, indígenas e camponeses. Portanto, norteados pelo referencial teórico marxista, objetivamos apresentar a capacidade organizativa e educativa do Estado brasileiro ao impulsionar o capital-imperialismo, sendo o BNDES a expressão maior deste suporte.

Palavras-Chave: Capital-Imperialismo; Imperialismo; BNDES; Pan-Amazônia; Lutas Sociais; Aparelhos Privados de Hegemonia; Construção Civil; IIRSA; Integração Regional; Fórum Social da Pan-Amazônia.

Abstract

Brazilian capital-imperialism, between 2003 and 2014, is the main object of study of this thesis. In it, the trajectory of imperialism to contemporary capitalism-imperialism, understood as constitutive of the capitalist mode of production, but distinct in its form-content over time, is discussed, the role of the BNDES, understood as the main driver of Brazilian capitalism- the private devices of hegemony policymakers for the internationalization of capitals whose center of decision are in Brazil and the social struggles arising from this process. From 2003, during the Lula government, the stimulus of state organs to Brazilian capital-imperialism is deepened, which led us to formulate the central hypothesis that the BNDES became the main support for this policy, allocating large resources particularly for civil construction companies, which are essential for diplomatic relations in the context of IIRSA and for "regional integration" policies. Our focus was on the enterprises located in the region known as Pan-Amazonia, a locus of intense social conflicts with traditional, indigenous and peasant peoples. Therefore, here, guided by the Marxist theoretical framework, we aim to present the organizational and educational capacity of the Brazilian State to the impulse of capital-imperialism, with BNDES being the largest expression of this support.

Keywords: Capitalism-Imperialism; Imperialism; BNDES; Pan-Amazônia; Social Struggles; Private Hegemony Devices; Construction; IIRSA; Regional Integration; Pan-Amazon Social Forum.

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1 – Do imperialismo ao Capital-Imperialismo	2
Clássicos (e não clássicos) do imperialismo: releituras	20
O percurso do (capital)-imperialismo pós-guerra Segunda Guerra Mundial	66
A Teoria Marxista da Dependência: uma apresentação crítica ou o porquê da utilização da categoria <i>capital-imperialismo</i> em detrimento de <i>subimperialismo</i>	77
Algumas caracterizações do capitalismo contemporâneo.....	89
O Capital-Imperialismo:	98
Capítulo 2 – O BNDES: Estrutura e a internacionalização dos capitais brasileirosError! Bookmark not defined.	
2.1- Um breve histórico do BNDES	66
2.2- Estrutura interna e formas de organização do BNDES	118
2.3- Estratégia Nacional e Brasil Potência: elementos históricos para a inserção capital-imperialista	134
2.4 - O histórico de internacionalização e do IED brasileiro.....	169
2.5 - Áreas de atuação	185
Capítulo 3 -O BNDES e o fomento ao capital-imperialismo brasileiro: Os empreendimentos na Pan-Amazônia.....	215
3.1 -Novodesenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: Caracterizações e cortina de fumaça para a expansão capital-imperialista brasileira no século XXI.....	221
3.2 - Os projetos de integração física na América do Sul: A IIRSA.....	235
3.3 - O capital-imperialismo brasileiro e a Pan-Amazônia: empreendimentos e conflitos sociais.....	251
Capítulo 4 - “A detenção do trem do progresso”: O Fórum Social da Pan-Amazônia e as lutas sociais.....	278
Considerações Finais.....	311
Anexos	214
Anexo 1- Diretoria do BNDES (2003-2014)	322
Anexo 2- Citação presente na obra de Darc Antonio Costa	352
Referências Bibliográficas	354
Links utilizados.....	373
Reportagens e Relatórios	378

Introdução

As classes dominantes não temem a história – ao contrário, procuram produzir e difundir o tipo de história que lhes convém, ou seja, uma história que não se dedica à luta pela liberdade e pela justiça – mas, em todo o caso, temem os historiadores que não podem utilizar. (Josep Fontana. A história dos homens, 2004, p. 343)

O risco de reinventar a roda a cada estudo monográfico, dissertação ou tese é iminente em tempos de produtivismo acadêmico exacerbado e ataques as pesquisas científicas. A produção de pesquisadores-professores formados através da leitura de comentadores em detrimento das obras clássicas originais tornou-se uma das marcas do tempo presente nas ciências humanas, juntamente com a preocupação com o carreirismo e outros inúmeros elementos que contribuem para produções acríticas e sem maiores objetivos de se refletir acerca dos problemas da sociedade. Nesse sentido, experimentamos uma quadra histórica de depreciação do trabalho científico.

O imediatismo da sociabilidade do capital dificulta em muitos casos a possibilidade de elaborarmos pesquisas críticas, originais, fundamentadas teórica, metodologicamente e com comprometimento com um projeto social¹. Indo na contramão desse mesmo produtivismo acadêmico², que cada vez mais amputa o ser social e as

¹ FONTANA, Josep. História: Análise do passado e projeto social. São Paulo: Editora Edusc, 1998.

² O aprofundamento da lógica mercantil na produção acadêmica é uma das dimensões da expansão capitalista do período estudado. A reforma na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) de 2004 resultou numa cisão entre professores da graduação e professores-pesquisadores da pós-graduação, além de alterar a velocidade com a qual os pesquisadores devem produzir artigos e livros com vias a receber recursos das agências de fomento. Outro desdobramento é a formação de um novo ethos entre os discentes, com uma individualização cada vez maior, plágio de trabalhos e adoecimento de ambas as partes. Ver: Nota da ANDES-SN – Produtivismo acadêmico está

reflexões das grandes questões do nosso tempo, além de adoecer os professores-pesquisadores e condicionar as carreiras a “engordar” o Lattes, naquilo que foi denominado por Pierre Bourdieu de “desinteresse compensatório³”, buscaremos trilhar um caminho de compreensão do modo de produção capitalista contemporâneo, na sua singularidade brasileira, enfrentando algumas de suas contradições e reafirmando o compromisso com a busca pela verdade no decurso histórico.

O estudo de fenômenos recentes, em que coexistimos com o próprio objeto de investigação, implica sairmos da zona de conforto e demarcarmos uma oposição à ideia de que é necessário cientificamente um distanciamento temporal para se pesquisar um conjunto de questões. Tal proposição configura uma fuga intelectual da pesquisa e um desprezo da teoria, desdobrando-se no recorte máximo de um dado objeto em detrimento da totalidade e a defesa da conservação da ordem, negando, assim, a busca por se interpretar o mundo⁴.

Essa ideia foi amplamente difundida pelo historiador antimarxista, Pierre Nora⁵. Segundo Nora, seria impossível aplicar regras científicas a um passado que não fosse

acabando com a saúde dos docentes. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5020><Acessado em: 30/09/2017>.

³ BOURDIEU, 2004.

⁴ Para uma crítica a essa perspectiva, com ênfase nos Annales, ver: LAGROU, Pieter. A História do Tempo Presente na Europa depois de 1945 - Como se constituiu e se desenvolveu um novo campo disciplinar. 2009. Disponível em: <http://ciberhistory.blogspot.com.br/2010/09/historia-do-tempo-presente-na-europa.html>;

MOREIRA, J.P.O. Considerações sobre o tempo presente na história econômica. Anais do I EPHIS, UFMG, 2012, p. 556-569.

⁵ Nora foi membro ativo da Fundação Saint-Simon, entidade da sociedade civil francesa com ampla articulação com o empresariado, como Roger Fauroux, presidente da Saint Gobain. A Saint-Simon tinha por objetivo desenvolver pesquisas para a “gestão mais eficiente” da sociedade francesa e o fomento

distante, uma vez que a proximidade cronológica entre historiador e o seu objeto rechearia a produção histórica de demandas sociais as quais os mesmos estão submetidos⁶.

Em *La historia después del fin de la historia* (1992), Fontana forneceu elementos para desnudar o frágil argumento de Nora. Falar de uma sociedade significa representar um posicionamento frente ao tempo presente, definir-se quanto às disputas e projetos sociais em conflito, encarar as contradições de frente e desnudar as desigualdades. Afinal, a ciência consiste em resolver os problemas do mundo:

Há um momento em que você precisa fazer com que a crítica historiográfica pare de demolir e passe a construir algo que seja uma nova produção, que reconstrua uma história social. Isto continua sendo necessário. Porque o que se faz deve ter utilidade para entender o mundo em que vivemos, ou não serve para nada; ou as pessoas devem optar por se dedicar a atividades socialmente mais úteis. (FONTANA, 1992, p. 47)

A atividade científica não apenas produz conhecimento, mas também constrói visões de mundo que influenciam e habilitam ações que repercutem na vida humana. É nesse sentido que assumimos um posicionamento teórico de matriz marxista acerca do período estudado. Corrente que vem sendo vilipendiada em departamentos universitários há anos, e mais recentemente em projetos como o “Escola sem Partido” e no anticomunismo tacanho de uma extrema-direita que vai do fundamentalismo religioso ao fascismo do atual Presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, amparados

de novos intelectuais especialistas - experts -, ver: KERGOAT, J. La fin de la Fondation Saint-Simon vue par Jacques Kergoat. L'Humanité. 30 juin 1999; É apropriado mencionar que Nora se recusou a traduzir “A era dos extremos”, de Eric Hobsbawm, em virtude do “compromisso com a causa revolucionária e o comunismo” de Hobsbawm. Sobre esta censura, ver: HALIMI, Serge. La mauvaise mémoire de Pierre Nora. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2005/06/HALIMI/12508>.

⁶ NORA, 1992, p. 47-49.

pelas novas mídias sociais que possibilitam a difusão de “fake news”, elevando o irracionalismo a um patamar poucas vezes visto na história da humanidade.

Posicionar-se, também significa promover o bom combate de ideias, ainda que feito com cada vez menos frequência. Portanto, não é um mero adereço reafirmar que a visão de mundo presente nessa pesquisa está alinhada com a teoria de Marx sobre o modo de produção capitalista e toda a tradição oriunda de seu pensamento, mas sim um “grito” de resistência.

Também nos situamos em pólo antagônico ao entendimento da história contemporânea, neutra e permanentemente atualizada pelo espírito do tempo, de Benedetto Croce. Em Croce, a história nasce da percepção individual do homem, que organiza o passado na escrita da história para uma teleologia harmoniosa e não discordante⁷.

O conhecimento seria interior, sentido, pensado, sendo a experiência real apenas aquela que sentimos diretamente. De certa maneira, ao criticar o positivismo, Croce⁸ se igualava aos mesmos de maneira radical. Além disso, num mundo fraturado por conflitos de classe, a intencionalidade harmoniosa e não-discordante de Croce torna-se uma inviabilidade similar à paz perpétua kantiana⁹.

⁷ CROCE, 2006 [1938], p. 85.

⁸ A semelhança é drasticamente brutal, conforme podemos perceber neste fragmento: ...os fatos não podem ser expostos tal como aconteceram, a menos que sejam qualificados, e portanto, julgados, pelo historiador. Todo acesso à realidade fenomênica, ou seja, todo o conhecimento, só existe na forma de juízos sobre esta realidade. (CROCE, 2006 [1938], p. 420)

⁹ “(...) a razão (...) condena absolutamente a guerra como procedimento de direito e torna, ao contrário, o estado de paz um dever imediato, que, porém, não pode ser instituído ou assegurado sem um contrato dos povos entre si (...)” (KANT, 1989 [1795], p. 40-41).

Antonio Gramsci empreendeu inúmeras críticas a Benedetto Croce ao longo dos Cadernos do Cárcere, saltando aos olhos aquela em que o sardo desmascara a noção crociana de história:

XVI. Deve-se ver se, a seu modo, o historicismo crociano não seria uma forma, habilmente mascarada, de história com uma meta predeterminada, como é o caso de todas as concepções liberais reformistas. Se é possível afirmar, genericamente, que a síntese conserva o que é ainda vital da tese, superada pela antítese, não é possível afirmar, sem arbítrio, o que será conservado, o que a priori se considera como vital, sem com isso cair no ideologismo, na concepção de uma história com uma meta predeterminada. O que, segundo Croce, deve ser conservado da tese, já que é vital? Não sendo, salvo raramente, um político prático, Croce evita cuidadosamente qualquer enumeração de instituições práticas e de concepções programáticas a serem consideradas como “intocáveis”; todavia, elas podem ser deduzidas do conjunto de sua obra. Mas, ainda que nem isto fosse factível, restaria sempre à afirmação de que é “vital” e intocável a forma liberal do Estado, isto é, a forma que garante a qualquer força política o direito de movimentar-se e lutar livremente. Mas como é possível confundir este fato empírico com o conceito de liberdade, isto é, de história? Como exigir que as forças em luta “moderem” esta luta dentro de certos limites (os limites da conservação do Estado liberal), sem com isso cair no arbitrário ou na meta preconcebida? Na luta, “os golpes não são dados de comum acordo”, e toda antítese deve necessariamente colocar-se como antagonista radical da tese, tendo mesmo o objetivo de destruí-la e substituí-la completamente. Conceber o desenvolvimento histórico como um jogo esportivo, com seu árbitro e suas normas preestabelecidas a serem lealmente respeitadas, é uma forma de história com uma meta predeterminada, na qual a ideologia não se funda sobre o “conteúdo” político, mas sobre a forma e o método da luta. É uma ideologia que tende a enfraquecer a antítese, a fragmentá-la numa longa série de momentos, isto é, a reduzir a dialética a um processo de evolução reformista “revolução-restauração”, na qual apenas o segundo termo é válido, já que se trata de consertar continuamente (de fora) um organismo que não possui internamente os motivos próprios de saúde. (GRAMSCI, 2006 [1932-1935], p. 395-396)

Gramsci, portanto, combatia a visão crociana de história como meta predeterminada e desprovida de contradições, posto que os processos conflituosos incidem diretamente sobre os rumos da história. Então como entender a história do

tempo presente? Aquela mais imediata a qual estamos imersos no próprio desenrolar dos acontecimentos.

Gramsci também nos fornece pistas fundamentais para isso. A máxima Leniniana da “análise concreta da situação concreta” é aprofundada por Gramsci na nota §17. *Análise das situações: relações de força*, do Caderno 13 (Cadernos do Cárcere), escrito entre 1932-1934. Nesta nota, conjuntura e estrutura são umbilicalmente interligadas, sendo a primeira um feixe de relações contraditórias.

As situações históricas são entendidas como emergência das relações de forças, um verdadeiro encontro de temporalidades específicas que desembocam em um acontecimento. Gramsci formula sua apreensão acerca das relações de força imbuído da leitura do prefácio da *Contribuição à crítica da economia política* (1859) de Karl Marx, enfatizando o terreno social no qual os conflitos emergem e se irradiam para o conjunto das esferas sociais:

(...) pode-se chegar ao desenvolvimento de toda uma série de outros princípios de metodologia histórica. Todavia, no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais). (...) Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente (GRAMSCI, 2011 [1932-1935], p. 36-37).

A preocupação do sardo não era uma análise da história enquanto disciplina compartimentada ou um campo do conhecimento autônomo frente aos demais, Gramsci direcionava a sua análise para a ação política em uma situação concreta, onde distinguir o elo do orgânico com o acaso, ou melhor, a distinção entre “movimentos” e “fatos orgânicos” deve ser fator constitutivo da apreensão dos eventos imediatos. O nexo

dialético que articula as totalidades concretas, ainda que árduo, deve ser buscado não por opção metodológica, mas sim por imposição da própria realidade:

O nexu dialético entre as duas ordens de movimento e, portanto, de pesquisa dificilmente é estabelecido de modo correto; e, se o erro é grave na historiografia, mais grave ainda se torna na arte política, quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a história presente e futura: os próprios desejos e as próprias paixões baixas e imediatas constituem a causa do erro, na medida em que substituem a análise objetiva e imparcial e que isto se verifica não como “meio” consciente para estimular a ação, mas como autoengano. (...) [O fato de não se levar em consideração o momento imediato das “relações de força” liga-se a resíduos da concepção liberal vulgar (...)]” (Idem, p. 38)

Homem de ação e voltado para a prática eminentemente política, suas angústias transbordavam as grades do cárcere e se dirigiam tanto a experiência fascista, sentida na própria pele, quanto as penosas condições de organização frente a este regime, numa ampla perspectiva de se forjar uma teoria da revolução.

Ao examinar fatos históricos concretos, periodizados detalhadamente até a mais conhecida e citada passagem sobre os diversos momentos ou graus das relações de força, em que finda com o momento “militar” enquanto decisivo nas oportunidades concretas, Gramsci nos instiga a incorporar aos estudos de períodos recentes a conexão existencial entre permanência e mudança, ou, em outras palavras: ***conjuntura encorajada pela estrutura do processo histórico.***

Antes de Gramsci, Marx escreveu¹⁰ textos e cartas no calor do momento, mas sem perder de vista a conformação do processo histórico e as relações contraditórias de

¹⁰ As obras aqui mencionadas passam longe de dar conta da produção de Karl Marx acerca das questões candentes de seu tempo. Posto que o objeto de sua obra é o modo de produção capitalista, pode-se afirmar que parcela significativa dela, incluindo a principal, “O capital: crítica da economia política”, trata de compreender as grandes questões do seu tempo, permanecendo válidas e inacabáveis, uma vez que o

forças que se incidiam sobre os fenômenos, destacadamente: Debates acerca da lei sobre o furto de madeira (1842), Sobre o suicídio (1844), O 18 brumário (1852), escritos jornalísticos, inúmeros cadernos que ainda não foram publicadas pela MEGA¹¹, Guerra civil na França (1871), cartas a Vera Ivanovna Zaslitch (1881), entre outros.

O desafio desta pesquisa é articular o nosso posicionamento político-social com a interpretação crítica das contradições da época sócio-histórica estudada e das leituras acerca do período, que também emergiram vinculadas¹² a uma postura de defesa das políticas econômicas implementadas e da formatação do Estado brasileiro.

Ainda que apresentadas como críticas ou desvinculadas ao bloco no poder, estas interpretações acabaram por se configurar enquanto mistificações das formas de extração de mais-valor articuladas ao pacto de dominação calcado na colaboração de classes no período, entre 2003-2014.

Nosso intento não é comprovar previamente uma hipótese, mas sim defender uma tese central sobre o capitalismo contemporâneo, mais detidamente no caso brasileiro através da inserção capital-imperialista no século XXI. Tal tese configurou árdua tarefa de pesquisa, tanto pela defesa da categoria explicativa “capitalismo enquanto modo de produção, ainda que distinto na sua forma-conteúdo, perdura até o presente momento.

¹¹ MEGA é a sigla para Marx-Engels-Gesamtausgabe, projeto editorial de publicação do conjunto de livros, rascunhos, legados por Karl Marx e Friedrich Engels. A primeira empreitada editorial é de 1920, interrompida nos anos 1930 e retomada em 1975 sob a sigla MEGA². Ao longo dos anos 1990 a segunda edição teve continuidade, mas longe estamos de obter o conjunto dos manuscritos deixados por Marx.

¹² Josep Fontana expôs brilhantemente em *A história dos homens* (2004), o nexos entre as condições sociais e a produção intelectual, através de convênios, patrocínios de órgãos do Estado ou empresariais, fomentando pesquisas de verniz antimarxista, que pragmaticamente almejavam ensinar como conter ou evitar conflitos sociais (FONTANA, 2004, p. 347-357).

imperialismo”, quanto pelo fato de se tratar de um Estado no qual coligam-se burguesias cujo sociometabolismo as situa numa condição de subalternidade frente às burguesias centrais do capitalismo, com um passado que traz no seu DNA as estruturas que condicionam uma dominação burguesa altamente coercitiva, racista, patriarcal e heteronormativa, condensando dialeticamente elementos de modernidade com o mais brutal atraso, o que gerou interpretações que obnubilaram a inserção capital-imperialista e as estruturas organizativas destas burguesias.

Nas últimas décadas, anos 1990/2000/2010¹³, as burguesias atingiram um patamar de concentração de capitais que possibilitou, sob suporte estatal – sobretudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) -, *aprofundar* a sua inserção na corrida capital-imperialista internacional. O fundamental desta assertiva é o Brasil como um Estado capital-imperialista, tese que polemiza com leituras que apontam a impossibilidade de um país *dependente, subdesenvolvido*, exportador de produtos primários, se situar no hall de países imperialistas. A burguesia brasileira adere ao capital-imperialismo de forma subalterna frente aos grupos dos países dominantes, mas exhibe sua truculência frente aos povos dos países para os quais exporta capitais ou pretende explorar. Nesse sentido, esta tese será dividida em quatro capítulos e considerações finais que buscam condensar um entendimento acerca deste processo histórico.

No **Capítulo 1** (Do imperialismo ao capital imperialismo), pretendemos, inicialmente, abordar as transformações no imperialismo até a sua fase capital-imperialista atual. Para tanto, propomos inicialmente uma retomada das reflexões

¹³ Há de se ressaltar que o processo de concentração monopólica do capital data do regime empresarial-militar no país, 1964-1988. Todavia, ocorre um salto qualitativo no processo de acumulação capitalista nas décadas supra mencionadas.

teóricas clássicas sobre as condições históricas concretas que possibilitaram a virada do capitalismo concorrencial para o de tipo monopolista, consorciado a sua concentração e expansão dos capitais. Tal movimento retroativo tem como finalidade a compreensão de que as transformações no capitalismo durante os séculos XX-XXI são processuais e representaram substantivamente alterações no ritmo, expansão, violência e mecanismos de consenso do imperialismo para o que Virgínia Fontes chamou de “Capital-Imperialismo”.

No capítulo 2 (Estrutura do BNDES), apresentaremos o histórico do BNDES, seu surgimento e debates em torno da sua fundação. Abordaremos o seu funcionamento interno com vistas a precisar quais são as suas estruturas (comitês, direções, departamentos), quadros dirigentes, a formação desses integrantes e como eles formatam o Banco. Também buscaremos situar *o debate em torno do “desenvolvimento”, da estratégia nacional e do projeto de Brasil Potência* neste capítulo, bem como apresentar as áreas de atuação do BNDES no atual estágio do capitalismo brasileiro.

No capítulo 3 abordaremos a formulação de uma agenda econômica fomentadora da dinâmica capital-imperialista (Novodesenvolvimentismo) e empreenderemos uma leitura crítica da obra de Armando Boito Jr., importante autor a caracterizar (e defender) os Governos petistas como Neodesenvolvimentistas, a partir da tese acerca da burguesia interna brasileira. Na continuação, apresentaremos o papel da IIRSA enquanto plataforma política e diplomática para a expansão de capitais, sobretudo das burguesias brasileiras. Findaremos este capítulo com as operações do BNDES no contexto de aprofundamento da inserção capital imperialista na Pan-Amazônia. Trataremos das obras, operações e setores em que houve desembolso do

banco, bem como da (des) preocupação ambiental que elevou a condição de criação e recriação de expropriados na região da Pan-Amazônia.

No capítulo 4 promoveremos uma breve apresentação da organização das lutas e resistências dos povos tradicionais da Pan-Amazônia aos empreendimentos expropriatórios, através da atuação de diversas entidades da região no Fórum Social da Pan-Amazônia (FOSPA). O nosso objetivo é demonstrar que os projetos e obras na região, tanto da IIRSA, quanto àqueles que não fizeram parte deste projeto, mas foram financiados pelo BNDES, agudizaram contradições históricas, que se materializaram na estruturação de um Fórum transnacional de lutas, articulação e formulação política de diversas entidades indígenas e camponesas. O FOSPA acabou por sintetizar uma agenda de lutas e pautas em movimento, condensando questões de fundo histórico para além dos objetivos imediatos de frear os empreendimentos hidrelétricos e rodoviários. Tal agenda expressa um programa antissistêmico e de profundo respeito à coexistência entre os seres sociais e a natureza, delimitando assim uma visão de mundo diametralmente oposta àquela adotada pelos governos progressistas da América Latina no período estudado.

Por fim, na conclusão apresentaremos os principais resultados de nossa investigação e sua relação com a nossa problemática de pesquisa, realizando uma interpretação possível do papel do BNDES na expansão capital-imperialista brasileira e na agudização das lutas sociais na Pan-Amazônia. Também procuraremos expor algumas considerações sobre o tema do capital-imperialismo e da consolidação da dominação burguesa no Brasil recente (2003-2014) à luz dos resultados das investigações.

Sobre as fontes utilizadas

Árduo defensor da ciência contra o relativismo pós-moderno, o historiador Ciro Flamarion Santana Cardoso enfatizava que a posição fundamental da fonte histórica em relação ao objeto pesquisado é a busca pela verdade e a determinação das condições sócio-históricas da sua produção¹⁴.

A tese, para ser comprovada e inteligível para os leitores, necessita articular, de maneira pertinente, os enfoques teórico-metodológicos com a verificabilidade dos documentos existentes. Nesse sentido, trabalharemos com a seguinte documentação:

1) **Produzidas pelo próprio BNDES**: Estatuto interno, regimentos, legislação do sistema BNDES, portarias, decretos, informativos e revistas/artigos de circulação interna (Estrutura interna, funcionamento político-intelectual do BNDES); Estatísticas por setor e porte da empresa, Estudos de efetividade, Relatórios anuais, Base de contratações pós-embarque (site do banco com painéis interativos e planilha), Contratos de exportação de bens e serviços de engenharia fornecidos pelo SIC, Recursos financeiros captados junto ao Tesouro Nacional etc. (Dados quantitativos sobre: país onde foi firmado o contrato, local de execução da obra, empresa responsável e o valor do financiamento).

2) **Cadernos Memórias do Desenvolvimento** (Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento): Entrevistas, Legislação, Artigos da Revista Brasileira de Economia da FGV, entre 1949-1982 etc.

3) **Fluxos de Capitais Brasileiros no Exterior**: BACEN, CEPAL, UNCTAD e Invest & Export Brasil (Guia de comércio).

4) **Movimentos Sociais, Mídia Alternativa e burguesa**:

-Atas dos Fóruns Sociais da Pan-Amazônia

¹⁴ CARDOSO, 1986, p. 54.

-Relatórios do Instituto Mais Democracia, DAR, IBASE e Anistia Internacional.

-Reportagens da Agência Pública e Valor Econômico

-Artigos da Plataforma BNDES

Capítulo 1 – Do imperialismo ao Capital-Imperialismo

Como não ocorre nenhuma transformação no capital simplesmente com a passagem por uma fronteira ou posto aduaneiro, essa distinção analítica deve ser justificada por uma explicação do que significam as fronteiras políticas para o movimento do capital. Em outras palavras, devemos explicar porque são necessários novos conceitos (como o próprio conceito de imperialismo) para passar de uma sociedade capitalista abstrata para uma formulação mais concreta que considere a divisão do mundo em termos de países. E isso envolve claramente o significado atribuído ao conceito de “país”. (...) Assim, a exportação de capital implica o papel de mediação dos Estados dos respectivos países e o conflito potencial entre os interesses das classes dominantes dos diferentes países. Este último pode ocorrer entre Estados capitalistas (rivalidade intercapitalista), ou entre um Estado capitalista e um Estado ou classe dominante pré-capitalista (articulação de modos de produção e a questão nacional). (WEEKS, John. Imperialismo e Mercado Mundial, In: Dicionário do pensamento marxista, 2012, p. 299)

O presente capítulo tem por objetivo fazer uma reconstrução¹⁵ teórico-histórica da trajetória do imperialismo ao capital-imperialismo, sem perder de vista as suas distintas manifestações ao longo do tempo, mudanças qualitativas e as permanências, que alçam o imperialismo aquilo que entendemos como capital-imperialismo na atual quadra histórica.

Destinar um capítulo teórico (e histórico) a esta tese justifica-se pela serventia de *situá-la* no conjunto das demais pesquisas acerca do imperialismo contemporâneo¹⁶ e a atuação do Estado, bem como para *solidificar* e aprofundar categoria capital-imperialismo enquanto expressão da realidade concreta do capitalismo contemporâneo,

¹⁵ A explicação dos conceitos antes de sua utilização ou a apresentação do “estado da arte”, segundo Marc Bloch em sua obra “Apologia da história” 2001 ([1949]), possui a qualidade de evitar imprecisões e confusões (BLOCH, 2001, p. 136).

¹⁶ Existe uma vasta literatura que revisou e teceu comparações sobre a bibliografia crítica do imperialismo, tais como: CORRÊA (2012), LEITE (2017) e MARIUTTI (2013). Mais do que apresentar o “estado da arte”, pretendemos situar a categoria imperialismo no conjunto da obra dos autores aqui revisitados, além de apontar para as permanências de determinados elementos do imperialismo na contemporaneidade à luz das indagações levantadas pelos “clássicos”.

especificamente em um Estado (brasileiro) conformado sócio-historicamente por condicionalidades que estruturam a sua subalternidade. Desta maneira, não se trata de um capítulo descolado do conjunto dos demais, em razão de que as categorias aqui trabalhadas atravessarão as páginas subseqüentes, realçadamente a noção fundamental de capital-imperialismo.

As formas de manifestação do conteúdo-capital não são as mesmas do século XIX, mas o modo de produção capitalista comporta legalidades que percorrem a sua história, preservando uma nervura que solda relações sociais, sociabilidades e modos de vida. O capitalismo se constitui expropriando meios de produção de muitos que não terão alternativa para sobreviver senão vendendo a sua força de trabalho e concentrando as propriedades dos meios de produção em outra classe para que as relações de compra e venda da força de trabalho, pressuposto do capital, estejam postas.

Parcela significativa das sociedades anteriores ao capitalismo eram marcadas pelo “Dom”, ou seja, pela troca de presentes, que aparecia como a forma de intercâmbio dominante, e o comércio como a forma de intercâmbio subordinada, não existindo, portanto, o objetivo do lucro, mas sim o prestígio social vinculado a generosidade e as trocas.

Nesse caso, possuíam um caráter limitado, além de uma fraca produção mercantil. Ao longo da era moderna, sobretudo com a mudança do eixo comercial do mediterrâneo para o oceano atlântico, ocorreu a articulação, via mercado, dos vários modos de produção existentes nas mais diversas localidades do mundo, passando a existir assim uma totalidade, a do mercado mundial, integrando e hierarquizando as regiões.

A hierarquização das regiões foi conformada a partir da atuação colonial-mercantil de Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra nos séculos XV-XVIII,

onde apesar das especificidades, sobretudo das colônias, havia importantes traços similares entre os países europeus, tais como: a violência (navios, canhões, cavalos e mosquetes), a busca pela conversão dos povos indígenas e o poder organizativo das monarquias.

No final do século XVIII e início do XIX, a revolução industrial alavancou as relações sociais capitalistas e marcou uma “dupla revolução¹⁷”, doravante uma de cunho econômica e outra de tipo social, política e ideológica com a dissolução das honras e privilégios que marcavam as relações sociais do antigo regime. Em “A era do capital, 1848-1875”, Eric Hobsbawm afirmou que o novo momento histórico tinha como marca central a ampliação do espaço geográfico da economia capitalista, através da sua multiplicação e da intensidade dos negócios, “o mundo inteiro tornou-se parte dessa economia¹⁸”.

O capitalismo expande-se tanto pela Europa quanto para fora do velho continente, de maneira diferenciada e específica, através da partilha do mundo com a Conferência de Berlim (1884-1885), e consolidada com a Primeira Guerra Mundial. Como desdobramento do momento inicial de expansão, ocorreu o crescimento exponencial das cidades e da população metropolitana, além de um novo sistema de distribuição e venda de mercadorias com a exposição pública em vitrines e as exposições universais que possibilitavam a visitação dos mais novos inventos da tecnologia e a sua aplicação prática à vida cotidiana e à indústria¹⁹.

Nesse contexto de exposições públicas das inventividades e “maravilhas” do capitalismo é que foram criados alguns importantes monumentos como o Palácio de

¹⁷ Ver: HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções - 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

¹⁸ HOBSBAWM, 2007, p. 59.

¹⁹ Sobre as exposições ver: PESAVENTO, Sandra. As exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

Cristal (Inglaterra), a Torre Eiffel (França), a Estátua da Liberdade (EUA) e o Parque Tívoli (Dinamarca), símbolos de uma nova sociabilidade.

No campo científico foi produzido uma vasta gama de teorias²⁰ legitimadoras da expansão capitalista e que também justificavam o imperialismo, por meio da difusão da ideia de superioridade do homem europeu (Fardo do homem branco) ou Estadunidense (Destino Manifesto) que levariam o “progresso” e a “civilização” aos “povos atrasados”, não por filantropia, mas por “direito”.

O termo *imperialismo*, nesse momento sócio-histórico, assume entendimento distinto daquele aplicado aos modos de produção predecessores e da sua vinculação direta aos impérios. No “Dicionário do pensamento marxista”, organizado por Tom Bottomore, o verbete sobre imperialismo, escrito por John Weeks, foi tecido articuladamente à categoria “mercado mundial”. Imediatamente somos advertidos que a categoria imperialismo, dentro do marxismo, talvez seja utilizada com maior desconsideração quanto a sua base teórica: Relação entre países capitalistas adiantados e atrasados; exploração e opressão dos países mais fracos pelos poderosos; Para Weeks, O imperialismo refere-se ao processo de acumulação capitalista em escala mundial na fase do capitalismo monopolista, e a teoria do imperialismo é a investigação da acumulação no contexto de um mercado mundial criado por essa acumulação. A teoria tem três elementos: (1) a análise da acumulação capitalista, (2) a periodização do capitalismo em fases ou estágios e (3) a localização do fenômeno no contexto da divisão política do mundo em “países²¹”.

²⁰ Geopolítica, racismo, antropologia, a criminologia de Cesare Lombroso, estudos cranianos, eugenia entre outros.

²¹ WEEKS, 2012, p. 298-299.

Por sua vez, no “Dicionário de política”, organizado por Norberto Bobbio, tem em Saffo Testoni Binetti o autor do verbete acerca do “imperialismo”. Binetti trabalha com a noção de que as manifestações imperialistas, no caso, a expansão violenta e regimes políticos de tipo imperial, atravessam a história da humanidade. Todavia, a expressão “imperialismo” remete-se à Era Vitoriana²².

Essa proposição parte do entendimento de que a partir da década de 1870, fundamentalmente após as unificações alemã e italiana, ocorre um aumento da intensidade e qualidade dos fenômenos imperialistas. Nesse sentido, o autor identifica quatro correntes interpretativas do imperialismo: 1- Marxista (O autor limita-se a apresentar a teoria do subconsumo, Lenin e Rosa Luxemburgo); 2- Social-Democrata (rejeição do nexos orgânico entre imperialismo e capitalismo; eliminação do imperialismo via reformas; No mesmo bojo: Hobson, Hilferding e Kautsky); 3- Liberal (Schumpeter); 4- Razão do Estado (autonomia da política externa; anarquia internacional). Apesar de extremamente instigante a proposta de classificação, optamos por trabalhar com um escopo diverso de autores, sobretudo aqueles considerados clássicos do marxismo, apresentados em ordem cronológica. Outras tendências teóricas também já tornadas clássicas foram incorporadas, sempre procurando demonstrar a relação que estabelecem entre imperialismo e capitalismo

Do início do século XX até um pouco depois da Primeira Guerra Mundial, as interpretações consideradas **clássicas** do imperialismo foram fortemente influenciadas pelo acirramento das rivalidades dos Estados europeus e podem se dividir em basicamente duas: 1- interpretações que separam capitalismo do imperialismo; 2- interpretações que articulam o capitalismo com o imperialismo.

²² BINETTI, 1998, p. 611.

A primeira entendia o fenômeno como uma deformação temporária do capitalismo, que seria corrigido pela própria ordem burguesa. É nesse sentido que inicialmente revisitaremos os autores clássicos que buscaram compreender o fenômeno do imperialismo em seu momento originário na sociabilidade do capital. Foram muitas as contribuições que investigaram o imperialismo, sua natureza, dinâmica e funcionalidade para o capital até a fase capital-imperialista.

Clássicos (e não clássicos) do imperialismo: releituras

A obra de **John Atkinson Hobson**, “Imperialism. A study” merece destaque inicial, na medida em que se tratou de um estudo profundo, sistemático, pioneiro e influenciou todo um debate posterior deste fenômeno fundamental do período que se iniciava. Hobson lecionou em Oxford e Londres, tendo dedicado boa parte de seus escritos a compreensão do funcionamento da dinâmica capitalista, através dos estudos sobre industrialização, comércio exterior, política externa, imperialismo e seus desdobramentos sociais. O inglês evitava embasar toda a economia na lei da oferta e da demanda e no *laissez-faire*, preocupando-se em vincular a riqueza gerada com o bem estar humano²³.

O finlandês Timo Särkkä em estudo intitulado “Hobson’s Imperialism. A Study in Late-Victorian Political Thought²⁴” examinou o conjunto dos escritos econômicos de John Atkinson Hobson, entre 1898 e 1914. O autor empreende uma discussão

²³ Ver: HOBSON, John Atkinson. A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1894].

²⁴ SÄRKKÄ, Timo. Hobson’s Imperialism. A Study in Late-Victorian Political Thought. Jyväskylä: University of Jyväskylä, 2009.

bibliográfica sobre o entendimento de Hobson acerca do imperialismo, no qual em uma primeira fase, Hobson avaliava ser uma “traição” do liberalismo por parte de industriais e aristocratas ávidos por lucros, cuja crítica era pautada no bem-estar dos pobres ingleses em detrimento da expansão imperialista de “homens egoístas”. Tal fenômeno decorria de um “impulso” atípico de manutenção da dinâmica metropolitana-colonial.

Numa segunda fase, marcada pelo artigo “Comércio livre e política externa”, Hobson compreendeu tanto o imperialismo quanto o protecionismo como produtos diretos do capital financeiro. A emergência de guerras imperialistas no Caribe, África do Sul e na China, entre 1898-1901, instigou o autor a empreender uma análise do imperialismo, levada adiante com *Imperialismo: um estudo*, publicado em 1902, onde investigou as motivações do expansionismo inglês. Nesse trabalho, o fenômeno do imperialismo é considerado como um desajuste temporal e uma enfermidade curável do capitalismo da época.

Hobson chama de imperialismo a submissão ao poder da metrópole como forma de absorção política das terras, onde funcionários, mercadores, industriais exercem seu poder econômico sobre “as raças inferiores” e incapazes de praticar o autogoverno, portanto seria a política expansiva de um Estado para além das suas nacionalidades.

Segundo o autor, a abertura de novos mercados e novas áreas de investimentos não é resultado do progresso industrial, mas sim da má distribuição do poder de consumo, que impede a absorção de mercadorias e capitais dentro do país. O excesso de poupança constitui a raiz econômica do imperialismo, cujas rendas e benefícios não são ganhas com trabalho manual ou intelectual, mas sim pela ação parasitária dos capitalistas em uma economia mal administrada, onde a riqueza se acumula em excesso de poupança:

Não há necessidade de abrir novos mercados no exterior; Os mercados nacionais podem continuar crescendo indefinidamente. Tudo o que se produz na Inglaterra pode consumir-se na Inglaterra, contanto que a renda, ou a capacidade de demandar bens esteja distribuída adequadamente. (HOBSON, John Atkinson. Imperialism. A study. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/>).

"A raiz econômica do imperialismo é o desejo de poderosos interesses financeiros e industriais de assegurar mercados privados para os seus bens e capitais excedentes, às custas do dinheiro público e da força pública". (...) A finança manipula as forças patrióticas dentre os políticos, soldados, filantropistas e mercadores; o entusiasmo expansionista que surge destas fontes, embora forte e genuíno, é irregular e cego; o interesse financeiro tem as qualidades de concentração e de cálculo clarividente que são necessárias para pôr em marcha o imperialismo. (...) a determinante final repousa no poder financeiro (HOBSON, John A.. Imperialism. A study. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/>).

Se a poupança é a raiz econômica, as finanças são o motor do imperialismo. As finanças não encontrariam associação direta com o capitalismo, pois seriam uma decorrência de interesses particulares. Os financistas, para Hobson, “parasitas econômicos”, extraem do governo britânico recursos para otimizar os seus negócios e encontrar mercados vantajosos para seus excedentes de mercadorias:

(...) o imperialismo utiliza a máquina do Estado para os interesses privados, principalmente capitalistas, para obter benefícios econômicos para dentro ou fora do país. O predomínio deste fator na vida política impõe características especiais tanto ao gasto público quanto aos impostos. (HOBSON, John A.. Imperialism. A study. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/>)

Em sua argumentação, o imperialismo distorcia a democracia liberal e obscurecia os reais problemas da economia britânica. Ao colocar o problema do descompasso entre o investimento exasperado e a baixa capacidade de consumo dos assalariados, retomava-se as formulações da teoria do subconsumo, trabalhadas anteriormente por Jean de Sismondi e Johann Karl Rodbertus. Hobson não apreendia o capitalismo como um modo de produção cuja característica intrínseca é a autoexpansão permanente.

Segundo esta teoria, a capacidade de consumo estaria permanentemente em defasagem com relação à produção. Em contrapartida, existiria um cenário de superpoupança crônica, haja vista que os investidores não conseguiriam escoar as mercadorias na economia interna, diminuindo a lucratividade dos investimentos. No entanto, este quadro provocado pelo "subconsumo" levava os grandes grupos financeiros e industriais a buscarem o poder de Estado para tentar conquistar novas áreas de investimento. Este era o impulso econômico fundamental por trás da política imperialista de expansão colonial.

É adequado ressaltar que, para Hobson, o fator primordial era a procura de mercados para o investimento de capital. A geração da dívida pública seria a maneira mais lucrativa de investir poupanças que permaneceriam ociosas a espera de uma oportunidade mais rentável.

As guerras e a indústria armamentista acelerariam as dívidas das nações e somente seriam interrompidas através de processos "democráticos", o que marca a teoria do imperialismo para o autor, ou seja, essa política era indesejável e poderia ser corrigida politicamente. No entanto, ao buscar apresentar uma alternativa ao imperialismo, os limites de sua análise se tornam evidentes. Sua conclusão era de que uma política de redistribuição de renda que melhorasse a capacidade de consumo dos

trabalhadores corrigiria as distorções do sistema e evitariam o quadro de "subconsumo" e "super-poupança", e, portanto, o próprio imperialismo²⁵.

Hobson entendia que o imperialismo era uma política levada adiante por grupos dominantes que buscavam egoisticamente os seus lucros em detrimento da “nação”, como se esta pairasse sobre o conjunto da sociedade e os próprios grupos dominantes não fossem também atuantes na deliberação de políticas adotadas pelo Estado.

Em segundo lugar, o imperialismo, visto como distorção no desenvolvimento capitalista ou como colonialismo, não nos auxilia a entender o porquê da sua perdurabilidade no tempo-espaço. O seu entendimento do imperialismo não levava a um questionamento da dinâmica do modo de produção capitalista em si, da sua lógica autoexpansiva e da busca por mais-valor.

Rudolf Hilferding, dentre os teóricos do imperialismo, possivelmente, é o autor menos revisitado²⁶ ou aquele que tem menor menção direta do corpo de sua obra na produção dos demais autores (marxistas ou não-marxistas). Tende-se a mencionar Hilferding como influência para as obras posteriores, sobretudo de Lenin, com a formulação da categoria “capital financeiro”, mas pouco se extrai da sua obra, o que implica numa redução do próprio entendimento de suas categorias centrais.

Em 1910, Hilferding escreveu uma importante obra para a análise do imperialismo da sua época: “*O capital financeiro*”. Para o austríaco, aquela etapa do capitalismo era marcada pela fusão, crescimento e constituição dos bancos em grandes

²⁵ A crítica a limitação da obra de Hobson pode ser vista melhor vista em: FERNANDES, Luís. A gênese da teoria do imperialismo, in: <https://gz.diarioliberalidade.org/mundo/item/66400-a-genese-da-teoria-do-imperialismo.html><Acessado em: 03/06/2017>.

²⁶ Curiosamente, dentre os teóricos marxistas, Hilferding é aquele que se descolou da militância em um partido revolucionário, além de defender abertamente uma separação entre marxismo e o socialismo, tendo, inclusive, sido Ministro da Fazenda entre 1923-1928. Ver prefácio: HILFERDING, 1985, p. 29.

empresas monopolistas, redesenhando a dinâmica do mercado com cartéis e trustes, desembocando numa diminuição da concorrência, aumento dos preços e introdução de uma lógica de planejamento empresarial. A primeira premissa partia do entendimento de que as disputas concorrenciais seriam deslocadas do mercado interno para o mercado mundial, visto a necessidade de exportar capitais excedentes e buscar uma força de trabalho mais barata.

A sua teoria do imperialismo, de maneira sintetizada, escuda três características do capitalismo: 1- Processo de concentração; 2- O desenvolvimento dos monopólios, a formação de cartéis e trustes que gerou a necessidade de *exportar capitais*; 3- Relação do capital bancário + capital industrial na formação do capital financeiro.

Ressalto que para todas as características, o Estado cumpre o papel de soldar as relações que daí emergem, até mesmo pela pressão diplomática. O Estado também asseguraria o mercado interno via política aduaneira e garantia dos interesses financeiros no exterior, nas palavras de Hilferding, “um Estado que possa intervir em toda parte do mundo para converter o mundo inteiro em área de investimento para seu capital financeiro²⁷”.

Para Hilferding, o processo de concentração, no seu grau mais elevado, constitui a possibilidade de destruir capitais mais fracos. Concomitantemente a esse fenômeno, a crise igualmente provoca a liquidação para posterior incorporação dos capitais mais frágeis. Entretanto, o autor se equivoca ao advogar pela anulação da teoria marxista do valor com a concentração monopólica e a “obstrução” do desenvolvimento das indústrias não-cartelizadas²⁸. Ora, o próprio Hilferding em parágrafos subsequentes

²⁷ HILFERDING, 1985, p. 314.

²⁸ “A realização da teoria da concentração de Marx, a associação monopolista, parece tornar-se assim a anulação da teoria marxista do valor.” (Idem, p. 222)

fornece “munição” para nos contrapormos a afirmação da “anulação da teoria marxista do valor”:

A cartelização supõe lucros excepcionais, e vimos como esses lucros extras são capitalizados e afluem aos bancos como massas concentradas de capital. Simultaneamente, porém, os cartéis significam um retardamento no investimento de capital: nas indústrias cartelizadas, porque a queda das taxas de lucro intimida os novos investimentos de capital. Dessa forma, cresce rapidamente, por um lado, a massa de capital destinado à acumulação, enquanto que, por outro, se contrai sua possibilidade de investimento. Essa contradição exige sua solução e a encontra na exportação de capital. É um fenômeno inseparável do desenvolvimento capitalista. Mas a cartelização aumenta repentinamente a contradição e cria o caráter agudo da exportação de capital. (HILFERDING, 1985, p. 226)

O fenômeno da cartelização é parte constitutiva da dinâmica e do desenvolvimento do capital em determinado estágio monopolista, com efeito de gerar a exportação acelerada de capitais como meio para a compensação das taxas de lucro “nacionais”, ou seja, a reprodução em escala ampliada de uma relação social, voltada para a extração de mais-valor e a consolidação de uma sociabilidade do e para o capital.

Exportação de capitais, portanto, não é unicamente extorquir mais-valor foraneamente, mas também reproduzir modos de vida e introjetar subjetividades que solidificam o processo de dominação/reprodução do modo de produção capitalista, de tal forma que se extingue o caráter particular do capital e emerge um poder unitário que domina o processo vital da sociedade²⁹ (trabalho). Esse processo decorre da exasperação

²⁹ Me apóio no próprio Hilferding para este entendimento (Idem, p. 227). Em outro momento, Hilferding ressalta que o capital empregado no exterior deve permanecer à disposição do país investidor (Idem, p. 296).

dos monopólios e do estágio do capital financeiro que amplia o território econômico através da contínua exportação planejada dos capitais.

Outro problema na interpretação de Hilferding é a defesa de que este processo que desemboca no imperialismo, generaliza o capitalismo e também as condições de vitória do socialismo, visto que a política do capital financeiro levaria a conflitos bélicos e, por consequência, a abertura de vagas revolucionárias³⁰.

Isto porque, para o autor, ocorreu uma modificação qualitativa na relação burguesia-Estado³¹, que denotou uma maior socialização da economia via intervenção estatal e a possibilidade de, ao assumir a direção do Estado, o movimento socialista dar as diretrizes da política de transição para o socialismo, através de reformas educacionais e a administração da justiça. O capital financeiro criaria as bases organizacionais para a transição do capitalismo para o socialismo, em virtude do seu alto nível de concentração, a expropriação não se estenderia imediatamente a pequenas empresas industriais e agrícolas, mas sim aos bancos que possuem o controle dos setores mais importantes da indústria.

Com relação ao capital financeiro, título de sua obra e elemento fundamental para o entendimento do imperialismo, a fórmula Capital bancário + Capital industrial é

³⁰ Idem, p. 342.

³¹ Em passagem instigante, Hilferding menciona uma tendência que serviria de contraponto a sua própria tese de possibilidade do movimento socialista controlar e dirigir o aparato estatal, qual seja, a do surgimento de associações patronais com o objetivo de formular políticas, mas também de barrar o avanço da classe trabalhadora: “A formação de associações patronais torna de imediato muito mais difícil, senão impossível, uma vitória dos ataques isolados dos sindicatos; cada empresário individual se acha agora respaldado por sua organização; ela o indeniza pelos prejuízos, cuida que os operários em greve não encontrem outro trabalho, enquanto se esforça por mandar realizar ela mesma os trabalhos mais urgentes do empresário. (...) E, nessa luta do conjunto dos empresários contra os sindicatos, a organização dos empresários é amiúde a mais forte. (Idem, p. 334)

insuficiente para dar conta de sua complexidade. Em inúmeras passagens, Hilferding expressa essa complexidade. O capital financeiro é a capacidade dos bancos em ampliar o crédito industrial por meio do sistema de ações, diversificar a vinculação com as empresas de diferentes setores e localidades, aprofundando esta relação através de um sistema conjugado de ocupação de postos nos conselhos fiscais. Menciono duas importantes e ilustrativas passagens:

Pois o capital industrial é o Deus pai que enviou, como Deus filho, o capital comercial e bancário, e o capital monetário é o espírito santo; são três em um só, no capital financeiro. (HILFERDING, 1985, p. 215)

Em outras palavras, a indústria atual é acionada por um capital que é muito maior do que o capital global de propriedade dos capitalistas industriais. Com a evolução capitalista cresce também continuamente a quantia do dinheiro colocada pelos capitalistas não produtivos à disposição dos bancos e, por meio destes, à disposição dos industriais. (...) O capital financeiro desenvolveu-se com o desenvolvimento da sociedade anônima e alcança o seu apogeu com a monopolização da indústria. O rendimento industrial ganha um caráter seguro e contínuo; Com isso, a possibilidade de investimento de capital bancário, e os proprietários majoritários das ações bancárias dispõem do domínio sobre o banco. É evidente que, com a crescente concentração da propriedade, os proprietários do capital fictício, que dá o poder aos bancos, e os proprietários do capital que dá o poder à indústria são cada vez mais as mesmas pessoas. (HILFERDING, 1985, p. 218-219)

Campos e Sabadini ressaltaram que a obra de Hilferding comportou incongruências teóricas derivadas da tradução. Uma delas é justamente sobre a questão da exportação de capitais sob a forma de capital portador de juros, considerado pelos autores um equívoco, uma vez que o austríaco referia-se ao capital na forma de lucro,

oriundo do setor produtivo³². Em outro trecho, os autores elencam os principais objetivos para a exportação de capitais na obra de Hilferding: i) remunerar os juros de empréstimo; ii) realizar as remessas de lucros e dividendos dos investimentos diretos e de portfólio, respectivamente; iii) viabilizar as exportações de mercadorias, sobretudo, manufaturados; iv) garantir o fornecimento de alimentos para rebaixar custos de reprodução da força de trabalho e de matérias primas que alimentam a expansão industrial³³:

A partir do momento em que Hilferding nos sugere a interlocução entre a exportação de capital via trustes e cartéis, bem como a criação de lucros de fundador, nos parece que a sua noção de imperialismo se amplia ainda mais, saindo da mera relação com as sociedades anônimas para, também, entrar nos movimentos financeiros dos proprietários-acionistas. Com isso, há uma articulação maior entre o movimento geral do capital, no âmbito da totalidade, com as partes representadas pelos proprietários acionistas. Esses receberão lucros que somente lhes cabe. Isso nos lembra o que Brown (1978) faz questão de afirmar de que devemos pensar o imperialismo da mesma forma que pensamos o próprio capital, ou seja, não apenas como relações entre coisas, ou entre empresas na busca por espaços econômicos, mas também como relação entre pessoas, entre acionistas e trabalhadores, por exemplo. (CAMPOS & SABADINI, 2014, p. 9)

Em outras palavras, a exportação de capital não se refere apenas a “exportação de capitais”, mas a própria exportação da relação social capitalista em uma lógica intrinsecamente imperialista, cuja função é preservar os vínculos mundiais que canalizam a valorização do capital financeiro. Portanto, podemos interpretar a partir de Hilferding, que o imperialismo exprime uma política de dominação que assegura

³²CAMPOS & SABADINI, 2014, p. 6.

³³ Idem, p. 13.

permanentemente o desenvolvimento das forças produtivas e da reprodução das relações tipicamente capitalistas delimitadas por um espaço mundial de acumulação, composto hierarquicamente por economias “desenvolvidas” e “subdesenvolvidas”.

Em análise vigorosa sobre o fenômeno imperialista, a marxista Rosa Luxemburg entendia que as disputas interimperialistas levavam a uma maior militarização e riscos de guerras, sobretudo com o aprofundamento da aliança entre Estado e burguesia.

Antes de ‘A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo’, ela dedicou-se a escrever artigos de intervenção militante³⁴ e polêmicas no interior da Social-Democracia polonesa e alemã. As suas críticas ao militarismo datam de 1899³⁵, onde sinalizava para a perda de liberdade política da classe trabalhadora e o profícuo horizonte para a remuneração dos capitalistas:

Mas o que torna o fornecimento das forças armadas em particular essencialmente mais rentável do que, por exemplo, as despesas do Estado em fins culturais (escolas, estradas, etc.), são as incessantes inovações técnicas dos militares e o aumento incessante de suas despesas. O militarismo, portanto, representa uma fonte de ganho capitalista inesgotável e, de fato, cada vez mais lucrativo, e eleva capital para um poder social da magnitude que enfrenta o trabalhador, por exemplo, as empresas de Krupp e Stumm é para a classe capitalista, economicamente, o mais atraente tipo de investimento, insubstituível

³⁴ Destaco as obras que reafirmam a centralidade da revolução e de uma teoria da organização para o partido revolucionário: Reforma ou Revolução? [1900]; Greve de massas, partido e sindicato [1906]; A posteriori de A acumulação do capital, ênfase: Five letters from prison [1918], Our program and the political situation e a publicação após o seu assassinato de Introdução à economia política [1925], obra que resulta da compilação de suas aulas de Economia política e História econômica na escola do Partido Social Democrata alemão.

³⁵ The militia and militarism. 1899. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1899/02/26.htm><Acessado em: 18/11/2017>.

politicamente e socialmente o melhor suporte para o seu domínio de classe. (...) Abandonar a luta contra o sistema militar equivale de fato à mesma coisa que renunciar à luta contra a atual ordem social em geral. (LUXEMBURG, Rosa. The militia and militarism. 1899. Traduzido pelo autor. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1899/02/26.htm><Acessado em: 18/11/2017>)

Em A acumulação do capital, a “reprodução” - repetição regular do processo produtivo, elemento que condiciona previamente a própria existência cultural da sociedade humana - emerge como pedra angular do modo de produção capitalista, do qual se distingue dos demais por promover a união entre a produção e a circulação³⁶, mas, fundamentalmente, pela impossibilidade do capital se reproduzir em sistemas fechados (país isolado³⁷) e a necessidade da expansão capitalista na direção da periferia, no intuito de escoar a produção excedentária em um cenário de excesso de acumulação.

O imperialismo seria uma decorrência dos obstáculos da reprodução ampliada do capital, evento que incentiva as burguesias em buscar o controle de novos territórios que ainda não estavam submetidos às relações capitalistas de produção. Diferente de Kautsky, o militarismo em Luxemburg não seria um truncamento para o capitalismo, pelo contrário, teria a serventia de incorporar as demais zonas receptoras de investimento e também realizar mais-valor ao gerar demanda crescente por equipamentos bélicos.

³⁶ LUXEMBURG, 1985, p.9-10.

³⁷ Idem, p. 80.

Posto isso, a acumulação primitiva é parte constitutiva do capitalismo, presente até a sua maturidade³⁸. Todavia, esta conclusão é apresentada como algo distinto do abordado por Marx no capítulo XXIV de O Capital. Para a polonesa, Marx compreendeu a pilhagem dos países coloniais como algo típico da “acumulação primitiva”, representando um mal de origem restrito aquele passado:

“(…) já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias. (...) O capital não conhece outra solução que não a da violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico, não apenas por ocasião de sua gênese, mas até mesmo hoje. Para as sociedades primitivas, no entanto, trata-se, em qualquer caso, de uma luta pela sobrevivência; a resistência à agressão tem o caráter de uma luta de vida ou morte levada até o total esgotamento ou aniquilação”. (LUXEMBURG, 1985, p. 32-33)

³⁸ Em comovente artigo de 1902, intitulado “Martinica” e escrito após a erupção vulcânica no Porto de São Pedro, que culminou na morte de mais de 40.000 pessoas, Rosa Luxemburg indaga o por que dos europeus não terem tido a mesma sensibilidade para com o violento processo de colonização deste departamento ultramarino francês que culminou na deportação de milhares de nativos, na igualmente violenta ação imperialista francesa nas Antilhas e na Ilha de Madagascar, e da intervenção dos EUA em Cuba e na Filipinas; “Nenhum vulcão abriu a sua cratera lá: as bocas dos canhões franceses lançaram a morte e a aniquilação; O fogo de artilharia francesa varreu milhares de vidas humanas florescentes da face da terra até que um povo livre prosseguisse no chão, até que a rainha marrom dos "selvagens" fosse arrastada como um troféu para a "Cidade da Luz (...) O Senado do Cartel de Açúcar que hoje envia dólares de ouro à Martinica, milhares e milhares, para atrair a vida de volta das ruínas, enviou canhão sobre canhão, navio de guerra em navio de guerra, dólares dourados milhões a milhões para Cuba, para semear morte e devastação. (LUXEMBURG, Rosa. Martinique. **Traduzido pelo autor**. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1902/05/15.htm><Acessado em: 18/11/2017>).

Este movimento seria pertencente ao movimento do próprio capitalismo desde o início. O capital precisa de mercados “externos³⁹” para saciar a sua lógica autoexpansiva e nesse processo o Estado, através da conquista colonial, transforma e converte economias não mercantis em economias de mercado. Com alta densidade teórica, a polonesa teve a preocupação de desvendar as condições sociais concretas da acumulação capitalista, expressão da reprodução ampliada, num estudo que teve o intuito de apontar para uma *tendência* do modo de produção capitalista, qual seja, a do crescimento do capital por meio da capitalização do mais-valor.

Nesse sentido, os fenômenos candentes da quadra sócio-histórica vivenciados pela marxista, o militarismo, colonialismo e as tensões protecionistas, eram resultantes do processo de acumulação capitalista. O capitalismo é entendido como um modo de produção da vida, um verdadeiro sistema mundial, onde a unidade dialética entre a metrópole e a periferia aprofunda a dominação sobre o segundo através de permanentes expropriações⁴⁰.

Karl Kautsky foi outro importante teórico do imperialismo que entendia o fenômeno como uma mudança de rota do processo civilizatório, no qual poderia ser resolvido por dentro da ordem burguesa. Mais do que isso, Kautsky apreendia aquela

³⁹ Por forma exterior, Luxemburg entende as zonas baseadas em relações de produção distintas da especificamente capitalista, mas a elas subordinadas (pela conquista, ou pela associação entre as elites locais, que estabelecem a dominação violenta na sua sociedade, e a burguesia dos países centrais) (LUXEMBURG, 1985, p. 80).

⁴⁰Confere-se a Rosa uma incompreensão da estrutura geral de O Capital e seus diversos níveis de abstração, com o entendimento de que existia uma contradição entre os Livros II e III. Devemos mencionar que Mariutti recorda que Rosa Luxemburg não teve acesso a parcela significativa da obra marxiana, como os Grundrisse e a sua reflexão acerca da Ciência da lógica de Hegel (MARIUTTI, 2015).

dinâmica como oriunda dos interesses das camadas agrárias parasitárias vinculadas a setores burgueses.

Nesse caso, para Kautsky, a parcela majoritária da burguesia tinha por objetivo a expansão do mercado por uma via pacífica, uma vez que a guerra seria algo “desnecessário”. Seus artigos mais conhecidos para a discussão da temática do imperialismo são “*Ultraimperialismo*” (1914) e “*Imperialismo e a guerra*” (1914), mas outros trabalhos são igualmente importantes para a compreensão unitária das suas teses, como “*A questão agrária*” (1900), “*War and Revolution*” (1912), “*Preparação para a paz*” (1914) e “*The League of Nations*” (1924).

No entendimento do autor, o imperialismo decorre do movimento de países capitalistas industrializados em seu movimento de ampliação-subjugação das zonas agrícolas. Existiria uma tendência de maior desenvolvimento da indústria do que da agricultura sob o modo de produção capitalista, o que para Kautsky resulta numa maior pressão para estender a zona industrial à zona agrícola:

O capital estrangeiro em si se infiltra ao país agrário, em primeiro lugar para desobstruí-lo através da construção de ferrovias e, em seguida, a fim de desenvolver a produção de matérias-primas, que inclui não só a agricultura, mas também as indústrias extrativistas e mineiras. A possibilidade de surgir outras empresas capitalistas a partir daí cresce. Em seguida, se uma indústria autônoma capitalista se desenvolve, ela depende principalmente do poder político do Estado. Áreas como a Europa Ocidental e Oriental e os EUA se desenvolveram de Estado agrário em Estado industrial, em oposição à indústria inglesa. Eles impuseram tarifas protecionistas contra o livre comércio Inglês, e como alternativa a divisão internacional do trabalho entre as indústrias inglesas e a produção agrícola de todas as outras zonas que foram alvos da Inglaterra, eles propuseram que os grandes Estados industriais dividissem as zonas do mundo que ainda permaneciam livres, desde que estas não pudessem resistir. A reação da Inglaterra a esta situação foi o início do imperialismo. O imperialismo foi particularmente encorajado a

partir do sistema de exportação de capital para as zonas agrárias que emergiram ao mesmo tempo. O crescimento da indústria nos Estados capitalistas, hoje, é tão rápido que uma expansão suficiente do mercado não pode mais ser alcançada pelos métodos que foram empregados até 1870. Até então, os primitivos meios de transporte que existiam nas zonas agrárias eram suficientes, principalmente os canais que até então tinham sido a única forma possível de transporte em larga escala de alimentos e matérias-primas. As ferrovias eram então construídas quase que exclusivamente em regiões altamente industrializadas e zonas densamente povoadas. Agora, entretanto, tornaram-se o caminho para abrir zonas agrárias escassamente povoadas, fazendo o possível para levar seus produtos para o mercado, mas também para desenvolver sua população e sua produção. (KAUTSKY, Karl. “Ultra-Imperialismo”. Publicado originalmente em *Neue Zeit*, 11 de setembro de 1914. Retirado de: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11-1.htm><Acessado em: 12/11/2017>)

A temática da agricultura já havia sido objeto de formulação teórica de Kautsky, após intenso debate no seio da social-democracia alemã, na obra “A questão agrária” (1900), na qual apontava para a dissolução das velhas formas de produção e propriedade sob o domínio do capital, por intermédio da especialização, da divisão social do trabalho, uso de fertilizantes para otimizar a produção, substituição do vapor pela eletricidade, entre outros motivos.

Na sua avaliação em “Ultraimperialismo”, a *política* de ampliação das zonas agrícolas obrigaria os países a restringirem-se a uma produção subordinada e, conseqüentemente, dependente do país imperialista, pois as zonas agrícolas não conseguiriam através dos seus próprios recursos construir ferrovias e outras condicionalidades fundamentais para a industrialização. Ora, uma vez que o imperialismo é uma política, conforme entendimento de Kautsky, seria possível o seu

redirecionamento⁴¹, pois não seria um elemento constitutivo de dada etapa do modo de produção capitalista.

Em “Imperialismo e a guerra” (1914) também é trabalhada a questão das zonas agrícolas por meio da ideia-força de que as possibilidades de se investir capital na agricultura seriam mais limitadas do que as alternativas de investimento no setor industrial. Para Kautsky, há na indústria capitalista o fator “concorrência”, que raramente aparece na agricultura. O imperialismo, portanto, seria o esforço da indústria para aumentar a sua influência nos países agrícolas produtores de matérias primas e alimentos, além de consumidores dos produtos industriais. Todavia, ao invés de “desenvolver” o capitalismo, o imperialismo havia se tornado um meio de impedi-lo.

A amortização de conflitos interimperialistas é uma das teses centrais de Karl Kautsky sobre o cenário futuro do capitalismo, posição, portanto, muito distinta daquela defendida por Rosa Luxemburg. Kautsky “apostava⁴²” politicamente na superação das causas e motivações desencadeadoras da Primeira Guerra Mundial, no que resultaria em uma nova etapa do capitalismo, intitulada “Ultraimperialismo” com a cartelização da política externa⁴³ e o descolamento do nacionalismo com o imperialismo. Nesta nova etapa, o imperialismo seria restrito a Estados internamente homogêneos e com zonas agrárias “culturalmente” distintas.

⁴¹ “A política do imperialismo não pode ser reproduzida por muito mais tempo.” (Idem)

⁴² “Também é de suma importância para todas as nações que quando a guerra chegar ao fim, as causas que a produziu devem ser superadas” (KAUTSKY, Karl. “Preparação para a paz”. Publicado originalmente em Neue Zeit, 1º de outubro de 1914. Retirado de: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/10/01.htm><Acessado em: 12/11/2017>).

⁴³ Em “Imperialismo e a guerra”, Kautsky chama essa cartelização da política externa de “Santa Aliança de imperialistas.”, ver: KAUTSKY, Karl. 1914. In: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11.htm><Acessado em: 12/11/2017>.

“A guerra é realizada, não para obter a vitória, mas para adquirir uma paz vantajosa. Mesmo aqueles que pensam que a guerra tem sua utilidade na vida dos povos, só entendem que ela é boa, caso se constitua como meio de trazer uma condição melhor e mais pacífica que o momento anterior.” (KAUTSKY, Karl. “Preparação para a paz”. Publicado originalmente em Neue Zeit, 1º de outubro de 1914. Retirado de: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/10/01.htm><Acessado em: 12/11/2017>)

Kautsky complementava a sua profecia de uma paz vantajosa e da resolução dos problemas pré-Primeira Guerra Mundial, com a defesa de que no próprio capitalismo a corrida armamentista seria superada:

Não há nenhuma necessidade econômica para continuar a corrida armamentista após a Guerra Mundial, mesmo na perspectiva da classe capitalista, com exceção de, no máximo, certos grupos que lucrariam com determinados armamentos. Pelo contrário, a economia capitalista é seriamente ameaçada gerando contradições entre seus membros. (KAUTSKY, Karl. “Ultraimperialismo”. Publicado originalmente em Neue Zeit, 11 de setembro de 1914. Retirado de: <https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11-1.htm><Acessado em: 12/11/2017>)

Conforme termo utilizado por Kautsky, a corrida armamentista “cava a sua própria sepultura”, além de representar um truncamento da acumulação capitalista. A necessidade econômica de fomento a indústria de defesa e da militarização do conjunto da vida social atravessou o século XX, naquilo que Arrighi convencionou chamar de “Keynesianismo Militar⁴⁴”, e não foi interrompido após o fim da U.R.S.S e o adentrar

⁴⁴ Ver: ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

do Século XXI, assim como as próprias guerras, como mostraremos em momento oportuno. Por ora, fico com o entendimento de Marx, no qual o capitalismo surge no mundo escorrendo sangue e lama por todos os poros⁴⁵, não como um momento embrionário ou um mal de origem, mas sim enquanto elemento constitutivo da sua própria dinâmica. O modo de produção capitalista engendra a barbárie⁴⁶.

As evidências históricas da perpetuação das tensões se dá com a conferência de Paris (1919) e os demais tratados de “paz”, que conformaram-se como tratados e indenizações punitivas aos Estados derrotados na guerra, muito distinto da “paz vantajosa” vislumbrada por Kautsky. A decisão de uma paz não-negociada e imposta foi a tônica do Tratado de Versalhes, cujo foco foi onerar a Alemanha, com o confisco de todos os investimentos e bens estatais ou privados no estrangeiro, a devolução da Alsácia & Lorena à França; entrega de bacias carboníferas para a França durante quinze anos; perdas territoriais para Bélgica, Dinamarca, Lituânia e Polônia; obrigação da admissibilidade da responsabilidade alemã pela deflagração da guerra; desmilitarização das suas tropas (Redução das divisões de infantaria e cavalaria; o alistamento militar passava a ser voluntário; proibição do uso de submarinos, canhões pesados, aviões militares e artilharia antiaérea); O Tratado de Saint-Germain (1919) dissolveu o Império Austro-Húngaro e reconheceu as independências da Hungria, Tchecoslováquia, Polônia,

⁴⁵ MARX, 2013, p. 830.

⁴⁶ Sidney Lens, em livro de 1971, intitulado A fabricação do império americano, mapeou 160 guerras conduzidas somente pelos EUA, sem contar outros empreendimentos militares-políticos de deposição de governos, assassinatos focalizados entre outros; A barbárie não se restringe as guerras, ainda que estas produzam e evidenciem uma das facetas mais brutais. A produção social da fome, miserabilidade, precarização e da mercantilização do conjunto da vida social também são elementos que permitem uma discordância de Kautsky, em virtude de que não é possível reconhecer a “paz” com tais condicionalidades sócio-históricas.

Croácia, Sérvia e Eslovênia; O Tratado de Trianon (1920) regulamentou a incorporação da Croácia, Eslavônia e Voivodina à Sérvia; Em Sèvres (1920) foi assinado um acordo entre a Triplice Entente e o Império Otomano que ratificou a dissolução deste Império e o surgimento de novos Estados que redesenham o mapa político do Oriente Médio: Iraque, Síria, Líbano, Palestina (Sob Mandato Britânico) e Transjordânia.

Em 1924, Kautsky escreve para a revista “Justice” um artigo intitulado “The League of Nations”, aonde despreza a reorganização da geopolítica europeia com os tratados punitivos acima mencionados. Ao contrário, o social-democrata defende a Liga das Nações como método “racional” de pôr fim as questões internacionais litigiosas não resolvidas e aponta para uma resolução das tensões com o término da guerra, “At the same time, the result of the war has done away with the cause which gave birth to the Entente, notably the common fear which a too powerful Germany inspired in all those States⁴⁷.” Num entendimento moral e não relacional acerca deste processo, Kautsky vislumbrava como horizonte o fim das guerras e a passagem para o socialismo, ainda que reconhecesse a inexorabilidade do par concentração-centralização nesta dinâmica.

Num caminho oposto, **Nikolai Bukharin** dedicou parcela significativa de sua obra a popularizar esquematicamente o materialismo histórico (Anarchy and Scientific Communism, 1918; The ABC of communism, 1920; Historical Materialism - a system of Sociology, 1921; Theory and Practice from the Standpoint of Dialectical Materialism, 1931; Marx’s Teaching and its Historical Importance, 1933); e a formular reflexões sobre o programa revolucionário global após a Revolução Russa (Programme of the World Revolution, 1918; The Theory of Permanent Revolution, 1924; The World Revolution and the U.S.S.R., 1927).

⁴⁷ KAUTSKY, The League of Nations. 1924. In:

<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1924/04/league.htm>.

Em 1915, Bukharin escreveu “Em direção a uma teoria do Estado imperialista”, publicado apenas em 1925 na revista *Revolyutsiya prava*. Nesse artigo, a época imperialista é definida como um período de luta intensificada dos trustes, cuja resultante é a exasperação da questão militar via política externa, articulada a uma redefinição do papel do Estado⁴⁸. O Estado seria a organização mais geral das classes dominantes, portadora de uma historicidade enquanto categoria. O que Bukharin declaradamente almejava era uma teoria sociológica do Estado, esta caracterização se dava pela relação de dominação e poder dos capitalistas sobre os proletários, perante o “pseudônimo” dos interesses gerais da nação, o poder do Estado se tornaria a organização suprema da burguesia capitalista das finanças. Essa assertiva engendra contradições no próprio texto de Bukharin, pois ora o Estado é apresentado como organização única e com capacidade de homogeneização das classes dominantes:

Em contraste total com o estado na época do capitalismo industrial, o estado imperialista caracteriza-se por um aumento extraordinário da complexidade de suas funções e por uma incursão impetuosa na vida econômica da sociedade. Isso revela uma tendência a assumir toda a esfera produtiva e toda a esfera da circulação de mercadorias. Todos os membros das classes dominantes (ou, mais precisamente, da classe dominante, para o capitalismo financeiro eliminam gradualmente os diferentes subgrupos das classes dominantes, unindo-as em uma única camarilha capitalista e financeira) tornam-se acionistas ou parceiros em um estado gigantesco – empreendimento. (BUKHARIN, Nikolai. *Toward a Theory of the Imperialist State*. 1915. Disponível em:

⁴⁸“...esta mesma época também dá um significado sem precedentes ao poder do Estado na vida "interna" dos povos, os tentáculos deste monstro penetram cada fenda da vida social”. (BUKHARIN, Nikolai. *Toward a Theory of the Imperialist State*. 1915. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1915/state.htm#n1> <Acessado em: 19/11/2017>).

<https://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1915/state.htm#n1> <Acessado em: 19/11/2017>).

Ora joga luz a um fenômeno fundamental de sua época e que se complexificou a posteriori, o do surgimento de inúmeras organizações burguesas, analisado na seção “The organizational process, state power and the working class”, e que nas palavras do próprio autor não deixam nenhum canto da vida social desorganizada. Segue uma extensa, porém fundamental citação do autor:

Para o cultivo espiritual das massas, há a organização da igreja, com seu aparelho distante, a escola e a imprensa organizada. O "alimento espiritual" diário que é servido em abundância para o homem na rua há muito tempo deixou de ser um assunto "privado": todas as organizações concebíveis (as agências telegráficas, as agências de imprensa, as diversas associações de jornalistas e, por fim, todos os confrontos de jornal, que controlam estritamente a produção de mentiras burguesas, etc.) adota a função honrosa de prestar apoio à "ordem existente". (...) O grau em que este processo organizacional universal abrange todas e todos pode ser visto simplesmente listando a multidão de sociedades, círculos, associações e outras organizações, independentemente da área. Tomemos, por exemplo, propaganda em nome da política colonial. Na França, em 1906, este propósito foi servido pelas várias sociedades geográficas aprendidas: a Union coloniale, o Comite Dupleix, a Societe de propagande coloniale, a France colonisatrice, a Action coloniale et maritime, la Societé des etudes coloniales et maritimes , la Societe franc, aise de colonisation et d'agriculture coloniale, a franquia de colonização, l'Association pour le placement gratuit de Frantjais al'etranger et aux colonies, la Societe francaise de'emigration des femmes et l'Oeuvre coloniale des femmes frangaises [SIC]. ***Em outras palavras, emerge uma multidão de vários tipos de organizações burguesas*** (devemos falar de organizações proletárias mais tarde) e se sobrepõem nos mais variados domínios. Os representantes separados das classes dominantes tomam seus assentos em diferentes células, que crescem dentro de limites

definidos, elaboram a vontade coletiva e levantam e resolvem tarefas comuns. Finalmente, os requisitos do desenvolvimento imperialista obrigam a sociedade burguesa a mobilizar todas as suas forças, a ampliar sua organização em todo o contexto mais amplo possível: o Estado absorve em si toda a multidão de organizações burguesas. O grau em que este processo organizacional universal abrange todas e todos pode ser visto simplesmente listando a multidão de sociedades, círculos, associações e outras organizações, independentemente da área. (BUKHARIN, Nikolai. Toward a Theory of the Imperialist State. 1915. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1915/state.htm#n1><Acessado em: 19/11/2017>).

Tal tendência a multiplicação das organizações burguesas não foi prioritária das análises de Bukharin e será abordada mais adiante através da obra do marxista sardo Antonio Gramsci, o qual acentua o aspecto de luta social dessas organizações, incluindo aquelas criadas pelo subalternos. Retomando Bukharin, existem linhas de continuidade do seu pensamento para a sua obra subsequente. O entendimento acerca de uma dupla dinâmica do capitalismo, conhecida em sua principal obra “O imperialismo e a economia mundial”, já se fazia presente nesse artigo:

O suporte para o processo de exploração e sua extensão ocorre em duas direções: externamente, além dos limites do território do estado, e internamente, ou dentro desses limites. A política externa da organização estadual expressa a luta para dividir a mais-valia produzida em um contexto mundial (e a luta por um produto excedente, na medida em que existe um mundo não capitalista). Esta luta se desenrola entre os diferentes grupos organizados pelo estado das classes dominantes. (BUKHARIN, Nikolai. Toward a Theory of the Imperialist State. 1915. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1915/state.htm#n1><Acessado em: 19/11/2017>).

Para Bukharin, a época sócio-histórica do imperialismo separa o capitalista individual e converte-o em capitalista coletivo, ele já não compete mais no mercado doméstico e sim no mercado mundial que passa a ser o centro da gravidade das disputas, que extrapolam o âmbito econômico, visto que para o autor, o militarismo ocupa um importante papel nos gastos orçamentários do Estado. Seu destaque para a questão militarista provém do entendimento de que estudar as bases nas quais o imperialismo se desenvolve, sua expansão e a quem serve essa expansão, leva a hipótese de que é inconcebível uma sociedade capitalista sem armamentos e guerras⁴⁹.

Originalmente escrito para o jornal *The Communist*, “*O imperialismo e a economia mundial*” (1915) é a produção mais conhecida de Bukharin sobre o imperialismo. A sua análise avança ao ressaltar que as lutas interestatais são lutas das burguesias, inclusive, no âmbito nacional, enquanto desdobramento de uma luta maior pelo mercado mundial. Esta posição é distinta daquela apresentada em “Em direção a um Estado imperialista”, pois ele advoga por uma articulação entre economia nacional e o mercado mundial, escalonada numa divisão social do trabalho entre economias “nacionais” marcada pela desigualdade de desenvolvimento das forças produtivas (países agrários e países industrializados). Essa articulação é chamada de economia mundial, que representava um sistema de relações de produção e de relações de troca correspondentes, abarcando a totalidade do mundo.

Entrementes, é considerado que a dinâmica do capitalismo porta um duplo e simultâneo movimento de, por um lado, expandir fronteiras e subordinar novas áreas à sua lógica; e do outro, fechar fronteiras e resguardar o capital nacional ligado aos

⁴⁹ “A guerra é um meio de reprodução de certas relações de produção. Na medida que a guerra de conquista é um meio de reprodução ampliada dessas relações, chamá-la, simplesmente, “guerra de conquista” é omitir o essencial, isto é, as relações de produção que ela procura manter ou estender, que constituem a base sobre a qual uma “política de rapina” determinada pode tomar vulto.” (Idem)

aparelhos de Estado, fomentando rivalidades em âmbito internacional. O imperialismo é precedido por uma transfiguração interna da economia nacional, que reúne as bases para a exportação de capitais, expressos na monopolização e nos consórcios bancários, ainda que seja da sua essência sair dos limites das fronteiras nacionais.

A exportação de capital é abordada pelo prisma da circulação de capital internacional, como um novo elo de ligação entre os Estados, a conquista e a monopolização de novas esferas de investimento do capital pelos monopólios de uma grande potência, ou, ainda — tomando o processo em seu conjunto — por uma indústria nacional organizada, ou por um capital financeiro nacional. Outra face da exportação de capitais é a expatriação, mais conhecida como imigração, fenômeno constitutivo do mercado mundial, visto que a circulação da força de trabalho tem seu correspondente na circulação do capital e na internacionalização da vida econômica.

As disputas interimperialistas ocorriam através da exportação de capitais, controle territorial direto, busca por fontes de matérias primas e aprofundamento da militarização estatal. Essa é eminentemente uma política para aperfeiçoar a remuneração do capital financeiro. São identificadas cinco formas de exportação de capitais: 1- Empréstimos estatais; 2- Compra de ações entre empresas; 3- Investimento Direto no Exterior; 4- Empréstimos privados não especificados; 5- Compra de ações para formação de holdings. Posto isso, a exportação de capital constitui a nervura do imperialismo e tem como manifestação a interpenetração⁵⁰ dos capitais e a sua internacionalização.

⁵⁰ No capítulo III desta obra, Bukharin é primoroso ao mostrar a interpenetração dos capitais ramificados nos trustes e cartéis em âmbito mundial. Todavia, vale mencionar que Bukharin oferece uma definição direta para o imperialismo: política do capital financeiro, fenômeno específico de um dado desenvolvimento histórico (Ver: cap. IX, nota de rodapé 1. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bukharin/1917/imperialismo/09.htm><Acessado em: 19/11/2017>).

Vladimir Ilich Uliánov (**Lenin**) foi um dos mais importantes marxistas e dirigentes políticos da primeira quadra do século XX, com uma vasta obra, composta por 55 volumes, onde abordou temas da: política, intervenção-ação, organização partidária, filosofia, capitalismo na Rússia etc., simultaneamente a ocupação de cargos diretivos na fração Bolchevique do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR) e no jornal ISKRA. Tanto sua obra quanto sua ação revolucionária merecem ser “desembalsamadas” e entendidas na sua totalidade, o que não cabe a esta tese⁵¹.

Em sua primeira grande obra, deteve-se em compreender o processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia em seu conjunto, ou seja, na interdependência de aspectos particulares e a sua estrutura de classes através das expropriações dos produtores diretos⁵².

No período entre 1915-1916, Lenin dedicou-se a escrever algumas observações sobre o tema do imperialismo⁵³. Destaco “Imperialismo e a cisão do socialismo” (1916) publicado originalmente em *Sbornik Sotsial-Demokrata*. Neste artigo, aparece pela primeira vez em seus escritos um esforço de entendimento do imperialismo como consequência inevitável do capitalismo, do mesmo modo ele também definirá o

⁵¹ Apresentar em poucas linhas um autor-pensador-revolucionário como Lenin fatalmente me empurra ao simplismo e a incompletude da dimensão de sua relevância e pujante produção. Para uma introdução ao pensamento de Lenin ver: LUKÁCS, György. Lenin. Um estudo sobre a unidade do seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.; Com relação a sua biografia ver: KRAUSZ, Tamás. Reconstruindo Lenin. Uma biografia intelectual. São Paulo: Boitempo, 2017.

⁵² Ver: LENIN. Vladimir Ilitch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria, Volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1899]. Lenin retomará a questão das expropriações, porém com um estudo do desenvolvimento capitalista nos EUA, em “The expropriation of the small farmers” (1915).

⁵³ O livro “O imperialismo: Fase superior do capitalismo” foi escrito em 1916, mas por conta da censura czarista somente foi publicado em 1917 (LENIN, 2005 [1916], p. 9).

conceito de imperialismo de maneira próxima àquela feita em “O imperialismo: Fase superior do capitalismo”:

"Nós temos que começar com uma tão precisa e completa definição quanto possível do que entendemos por imperialismo. Imperialismo é um estágio específico do capitalismo. Esta etapa é tripla: o imperialismo é capitalismo monopólico; parasitário ou capitalismo em putrefação; é o capitalismo moribundo. A substituição da livre competição pelo monopólio é um atributo econômico fundamental, é a essência do imperialismo. O monopólio se manifesta em cinco formas: 1- Cartéis, sindicatos ou trustes – a concentração de produção alcança um grau que dá origem à estas associações monopolísticas de capitalistas; 2- A posição monopólica dos grandes bancos – três, quatro ou cinco gigantes no sistema bancário manipulam toda a vida econômica da América, França e Alemanha; 3- Captura de fontes de matérias-primas pelos trustes e a oligarquia financeira (capital financeiro é capital industrial monopólico amalgamado com capital bancário); 4- A partilha (econômica) do mundo por cartéis internacionais já começou. Há mais de uma centena de cartéis internacionais que comandam o mercado mundial em sua totalidade e o divide “amigavelmente” entre eles – até que a guerra o repartilhe. A exportação de capital, uma forma distinta de exportação de mercadorias sob o capitalismo não-monopólico, é um fenômeno altamente característico e está claramente ligado com a repartição político-territorial e econômica do mundo; 5- A partilha territorial do mundo (em colônias) foi completada." (Tradução nossa) (LENIN. Imperialismo e a cisão do socialismo. 1915. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/10/imperialismo.htm>)

De maneira comparativa com o que veio a escrever na sua principal obra, Lenin reafirmou o ponto 1; incluiu a criação da oligarquia financeira no ponto 2; alterou o ponto 3: “a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias,

adquire uma importância particularmente grande⁵⁴”; reafirmou o 4, incluindo o termo “associações internacionais monopolistas”; e manteve o 5 como tal.

Em “O imperialismo: Fase superior do capitalismo”, Lenin admitiu a insuficiência de materiais ingleses, franceses e russos sobre o tema do imperialismo, por isso imputou a Hobson a obra mais relevante sobre o tema. Seu objetivo, relevante até o presente momento, é desvendar a essência do imperialismo e oferecer um quadro do conjunto da economia mundial capitalista nas suas relações internacionais em um cenário de guerra mundial⁵⁵.

Metodologicamente, a sua proposta de análise da situação objetiva das classes dirigentes também se mantém atual, ainda que o próprio não o faça detidamente na sua obra. No que concerne a dinâmica do capitalismo, Lenin avaliou que a concentração da produção em grandes empresas, especificamente no caso alemão⁵⁶, e a combinação de diferentes ramos da indústria (sentido lato) em uma só empresa, com a participação dos bancos⁵⁷ no adiantamento do capital constante convertendo dinheiro inativo em dinheiro ativo, eram as marcas particulares do capitalismo do seu período, e resultavam numa “união

⁵⁴ LENIN, 2005, p. 90.

⁵⁵ A Primeira Guerra Mundial foi caracterizada por Lenin como uma guerra imperialista, de pilhagem/rapina, partilha do mundo e das esferas de influência do capital financeiro: O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países avançados. A partilha desse saque, efetua-se entre duas ou três potências rapaces, armadas até os dentes (América, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu saque. (LENIN, 2005, p. 11)

⁵⁶ Lenin deteve-se ao estudo de empresas alemãs, mas salienta que a produção global assume um caráter concentrado. (Idem, p. 17).

⁵⁷ Os bancos se modificam qualitativamente, além de manterem o papel de intermediário nos pagamentos e se colocarem à disposição dos capitalistas, eles também organizam o processo produtivo e sob o prisma do monopólio absorvem, incorporam e subordinam os bancos menores (LENIN, 2005, p. 41).

peçoal⁵⁸ entre bancos e indústria, separação da propriedade do capital da sua aplicação à produção, maior socialização da produção e monopolização da mão de obra qualificada:

Monopoliza-se a mão de obra qualificada, contratam-se os melhores engenheiros; as vias e meios de comunicação – as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América – vão para as mãos dos monopólios. O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. (LENIN, 2005, p. 26)

Ressalto esse trecho, pois o estágio imperialista dispõe também de uma divisão social do trabalho intelectual e a sofisticação das funções de comando, “aflorando” o sentido etimológico da palavra capital, do vocábulo latino ‘caput’ -cabeça- ou aquele que manda. ‘Capital’ também assumiu outros sentidos: como algo importante; cidade sede do governo do Estado; conotação bíblica (pecados capitais).

No século XVIII, banqueiros da Península Itálica se apropriaram do termo ‘capitale’ para designar a parte principal de um investimento. Queremos dizer com isso que o imperialismo reorganiza as relações sociais que extorquem mais-valor na sua

⁵⁸ O termo união pessoal entre bancos e indústria, bem como muitos dos dados apresentados por Lenin, já haviam sido cunhados e trabalhados por Hilferding em obra mencionada anteriormente. No capítulo VII de “O capital financeiro”, ao analisar as sociedades anônimas, Hilferding diz: “Essa união pessoal, que significa ao mesmo tempo uma concentração de cargos em conselhos fiscais na mão de um pequeno número de grandes capitalistas, torna-se importante quando os mesmos abrem caminho ou chegam a promover o estabelecimento de vínculos de cunho organizacional mais íntimo entre sociedades anônimas antes independentes.” (HILFERDING, 1985, p. 125).

totalidade, sendo a função dos intelectuais, na elaboração de técnicas gerenciais de comando e organização produtiva, fundamental para a própria reprodução do capital.

A exportação de capital cumpre um papel preponderante nesta dinâmica, e delimita qualitativamente a modificação do velho padrão de acumulação calcado na exportação de mercadorias para o novo padrão, cujo epicentro é a exportação de capitais. A exportação de capitais é um fenômeno imperioso para o modo de produção capitalista e na leitura leniniana, não se trata de uma incapacidade dos capitais se realizarem internamente, pois em seu entendimento o mercado interno está umbilicalmente entrelaçado ao mercado externo.

Trata-se, portanto, de um entrelaçamento dos monopólios do Estado com os monopólios privados⁵⁹ que numa “marcha natural⁶⁰” estruturam um acordo universal para a conformação de cartéis internacionais que, em hipótese alguma, eliminam do mercado mundial a concorrência. Esta assertiva é importante, pois Lenin defendeu a possibilidade da emergência de novas “potências” imperialistas como o Japão.

Tal entendimento derivava da percepção de que naquele momento a extração de mais-valor direcionava-se para países que nem sempre ocupavam os primeiros postos no ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas, somado ao fato de que as partilhas já haviam se completado e o cenário pós guerra indicaria uma “*repartilha*” do mundo, com a possibilidade de novas burguesias se incorporarem ao processo⁶¹.

⁵⁹ Em linhas gerais, Lenin entendia a manifestação dos monopólios da seguinte forma: 1- Concentração da produção num elevado grau de desenvolvimento; 2- Posse das fontes mais importantes de matérias-primas; 3- O capital bancário realizou a união pessoal com a indústria; 4- A política colonial (Idem, p. 125-126).

⁶⁰ Idem, p. 67.

⁶¹ Idem, p. 98.

O Estado passaria a cumprir o papel de mediar e ampliar a acumulação capitalista interna, e garantir o transbordamento do capital financeiro para fora em disputa com outros capitais, acirrando concorrências interimperialistas e entre Estados. O Estado também cumpre um papel ideológico, ao “embelezar” e capilarizar o imperialismo no seio da classe trabalhadora, mascarando o seu caráter de dominação através de projetos de reformas⁶².

Por fim, Lenin demonstrou que o imperialismo além de etapa sócio-histórica específica do capitalismo na sua maturidade, exaspera as contradições deste modo de produção para outro nível em escala mundial. Esse é um estágio do capitalismo que resultou de tendências à monopolização do capital primeiro em escala nacional e depois internacional, tais como: 1- Produção de mais-valor relativo; 2- Desenvolvimento das instituições de crédito; 3- Centralização do capital. Decorre desta tendência a conformação de um capitalismo de tipo monopólico, portanto, sintetizado como fase particular do capitalismo.

Fora da tradição marxista, Joseph Schumpeter elaborou o seu entendimento do imperialismo após a Primeira Guerra Mundial como uma versão alternativa a teoria do imperialismo marxista. Assim, procurou separar desde seus primeiros textos o imperialismo do capitalismo. Schumpeter formou-se em Direito e Antropologia na Universidade de Viena, onde iniciou seus estudos em Czernovitz (Ucrânia) e concluiu em Graz na Áustria. Foi Ministro das Finanças da Áustria e presidente do Bidermann Bank de Viena. Nos anos 1930 foi para os EUA, onde tornou-se presidente da Econometric Society e lecionou em Harvard e Cambridge até o final de sua vida.

⁶² Essa questão é cara à Lenin, pois é a base de sua crítica à Kautsky da defesa de uma reforma do imperialismo.

Enfatizou ao longo de seus estudos⁶³ a introdução de “inovações” para a alteração das condições de equilíbrio, imputando à figura do empresário inovador/empreendedor a criação destas inovações. Sua preocupação com a inovação decorre da perspectiva de que o desenvolvimento capitalista deve ser entendido pelo prisma do crescimento e da produtividade.

Através do escrito “Sociologia dos imperialismos” (1919), Schumpeter lastreou a sua interpretação do imperialismo por meio de uma visão do processo histórico enquanto uma linha evolutiva, calcada numa lenta e incompleta dissolução do feudalismo. As raízes históricas deste fenômeno estariam na antiguidade⁶⁴. A questão da violência é muito enfatizada, pois ele formula importantes conclusões a partir dela: A) O imperialismo como um fenômeno irracional; B) Necessidades sociais geradas por uma dada condição histórica poderia levar às guerras; C) O imperialismo só é possível com a formação de um aparato de guerra e a expansão é um fim em si mesmo; D) As guerras não realizam a riqueza no mundo capitalista.

As guerras imperialistas enquanto expressão de uma predisposição à violência, finalidade em si própria e adoção de interesses particulares, não seriam caracterizadas como próprias do capitalismo na visão Schumpeteriana. Nessa perspectiva, Schumpeter menciona povos que se expandiram “pacificamente”, -ainda que sem nenhum lastro

⁶³ Até o presente momento não existe uma coletânea completa das obras de Schumpeter. O acervo de sua obra (livros, artigos e correspondências) está disponível no site: <http://www.schumpeter.info/>, organizado por Ulrich Hedtke.

⁶⁴ De maneira transhistórica e sem levar em conta a historicidade dos distintos modos de produção, nas palavras do autor: “Um traço comum surge em cada caso, fazendo com que o problema sociológico do imperialismo seja um único, em todas as épocas, embora com diferenças substanciais entre os casos individuais. Daí o plural “imperialismos” no título”. (1961, p. 27)

historiográfico consistente- como egípcios, chineses, eslavos e hesita em caracterizar Roma enquanto tal.

O ponto fundamental deste argumento é a compreensão de que as guerras no capitalismo devem ter uma ameaça concreta, onde o Estado defenda os interesses da nação e não de particulares, representando desta forma uma diferenciação para o imperialismo. Portanto, a sua caracterização da expansão capitalista do século XIX e XX, tal qual a da Primeira Guerra Mundial, era o de um resquício de características agressivas do feudalismo, transferidas para o Estado na conformação das monarquias absolutas.

Para Schumpeter, o imperialismo distinguia-se do colonialismo na medida em que o primeiro deveria ser entendido como política de Estado e o segundo fruto da ação de empreendimentos individuais isolados. Tal entendimento possibilita a separação entre imperialismo e capitalismo, sendo o primeiro motivado por irracionalidade, amor à expansão, prazer de governar e ausência de um objetivo definido⁶⁵.

Capitalismo e imperialismo seriam pólos antagônicos, visto que o primeiro representaria a livre concorrência e princípios democráticos. O imperialismo era, portanto, um fenômeno encontrado em todos os momentos históricos, a despeito do modo de produção vigente, caracterizado pela *expansão ilimitada de um Estado mediante a força*⁶⁶.

A sua persistência no tempo histórico seria resultante da adaptação do imperialismo as diversas estruturas e contextos sociais. Nesse sentido, o capitalismo ainda não havia superado as esferas psicológica, econômica, cultural, política e os resquícios agressivos do feudalismo.

⁶⁵SCHUMPETER, 1961, p.25-26.

⁶⁶ Idem, p. 26.

Nas palavras de Schumpeter:

O imperialismo tem, portanto, um caráter atávico. Enquadra-se num grande grupo de características que sobrevivem de eras remotas, e que desempenham um papel importante em toda situação social concreta. Em outras palavras, é um elemento que provém de condições vivas, não do presente, mas do passado (...) O imperialismo tende a desaparecer como elemento estrutural porque a estrutura que o colocou em destaque está em declínio, dando lugar no curso da evolução social, a outras estruturas onde não há lugar para ele (...) Nossos exemplos mais recentes de imperialismo inegável e claro são as monarquias absolutistas do século XVIII. E são, sem dúvidas, “mais civilizados” do que os seus predecessores. (SCHUMPETER, 1961, p. 86)

Ressalto esse argumento, pois ele tem desdobramentos ideológicos que legitimam guerras, expropriações e massacres ao longo do século XX e XXI, sob a prerrogativa forjada em amplos aparatos consensuais de combate ao inimigo, seja ele o comunista ou o “terrorismo”, a lógica de (re) criação de ameaças nos parece permanentemente reatualizada para alimentar a indústria armamentista e garantir as variadas formas de extração de mais-valor em escala mundial.

Um autor pouco trivial nos estudos sobre o imperialismo é **Antonio Gramsci**⁶⁷. Seus escritos sobre o tema apareceram de maneira lateral no conjunto dos Cadernos do Cárcere. Para melhor apreensão da categoria capital-imperialismo, o pensamento do

⁶⁷Edmundo Fernandes Dias recorda um texto de Gramsci, intitulado “Uno sfacello ed una genesi”, em que a questão do imperialismo aparece de maneira a alterar a configuração do Estado nacional e das alianças classistas, mormente por redefinir a luta entre as classes, com a perda da significação “nacional” da burguesia e com o reconhecimento de sua superfluidade, acarretando a necessidade de um projeto universal de reprodução das condições de acumulação do capital. (L’Ordine Nuovo, 01/05/1919 Apud: DIAS, 2000, p. 120)

marxista sardo torna-se de extrema relevância ao situar no calor do momento histórico em que vivia, a sociedade civil como palco da luta de classes através da organização de aparelhos privados de hegemonia e das casamatas que se coligam ao Estado, elementos fundamentais para a reprodução da ordem social em escala planetária ao expressarem projetos de classe que se pretendem universais.

Ressaltamos que em Gramsci a sociedade civil não é separada do Estado, mas sim coligada umbilicalmente aos órgãos e aparatos que conformam o Estado burguês em seu sentido restrito, resultando em novas formas de organização da dominação burguesa ao incorporar rebaixadamente, docilizar/amputar e converter lutas populares em pautas por dentro da ordem.

O mapeamento, atuação, formulação intelectual e organização das inúmeras entidades associativas vinculadas as classes dominantes ou em uma menor proporção aos subalternos, tem sido cada vez mais objeto de investigação por pesquisas que nem sempre articulam sociedade civil-sociedade política ou a sua concatenação com as formas de extração de valor na contemporaneidade.

Dos anos 1970, passando pelo fim da U.R.S.S, até os dias atuais, presenciamos transformações que aprofundaram a configuração do capital imperialismo contemporâneo, tais como: o aumento frenético das expropriações primárias e secundárias, a articulação da incontornabilidade do capital⁶⁸ com a proliferação -

⁶⁸ Para se consolidar enquanto um sistema dominante, o capital teve que romper entraves dos modos de produção precedentes e eliminar as restrições sociais, políticas e materiais ao seu impulso constitutivo da autorreprodução contínua. Nesse sentido, segundo István Mészáros, o capital constitui um sistema sócio-reprodutivo orientado pela expansão e concentração com vias a valorizar o “valor” permanentemente, sendo qualquer impedimento a seu impulso de acumulação expansiva passível de ser removido, independente dos recursos a serem empregados, tais como a devastação ambiental, o genocídio,

igualmente “incontrolável”- de um emaranhado de redes associativas das classes dominantes (APH’s), entrelaçamento dos capitais, introjeção de políticas macroeconômicas em políticas de Estado⁶⁹ (não apenas de governo) etc.

Existe uma miríade de APH’s com finalidades diversas, porém, entendemos que a proliferação dos APH’s na etapa capital-imperialista expressa um desdobramento, na forma política e ideológica, da lógica autoexpansiva e incontrolável da extração de valor e mais-valor, com vias a garantir/legitimar consensualmente a expansão de uma sociabilidade que busca formar e educar um comportamento voltado para o trabalho. Vale ressaltar, entretanto, que a reflexão gramsciana não se limita a supor uma organização inexpugnável da dominação, mas demonstra o crescimento das lutas sociais – e de classes – através de aparelhos privados de hegemonia populares, assim como aqueles organizados e mantidos pelos variados setores das classes dominantes.

A matriz teórica gramsciana, foi utilizada teórica e metodologicamente de maneira precisa para o entendimento da dinâmica estatal no capitalismo brasileiro contemporâneo através das pesquisas da historiadora Sonia Regina de Mendonça⁷⁰.

a retirada de direitos etc. (MÉSZÁROS, István, Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora Boitempo, 2002, p.609-610;711).

⁶⁹ DARDOT, P. & LAVAL, C. (2009), La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale. Paris, La Découverte; HARVEY, David. O Neoliberalismo: história e implicações. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

⁷⁰ Sonia Regina de Mendonça produziu vastíssima pesquisa histórica, enfatizando as formas de organização das classes e frações de classe dominantes rurais no Brasil, no que resultou em publicações em mais de 50 periódicos, apresentações de inúmeros trabalhos, capítulos e livros publicados, além de inúmeras orientações de mestrado e doutorado. Mendonça orientou trabalhos que atravessaram a história do Brasil republicano (mais precisamente, de meados do século XIX –Pedro Eduardo Mesquita Marinho e Théo Lobarinhas Piñeiro- até o século XXI –Maria Leticia Corrêa, Dilma Andrade de Paula, Pedro Cassiano Farias de Oliveira, Melissa de Miranda Natividade, Raphaela Giffoni Pinto, Carolina Ramos,

Mendonça possui uma vasta obra acerca do Estado brasileiro, destacadamente a relação entre as classes dominantes agrárias nas suas entidades e a introjeção de projetos na sociedade política. É de grande valia que Mendonça traga para os seus estudos a noção gramsciana de Estado ampliado, ora porque os pesquisadores trabalham com a noção de sociedade civil sem sociedade política, ora porque fazem justamente o oposto.

Tal constatação supera a matriz liberal de Estado (organismo burocrático, administração pública, contrato social, jusnaturalismo, somatório de direitos individuais, Estado-sujeito etc) e também a fossilização dogmática de uma vertente do marxismo, que entendeu o Estado como “objeto”:

Pensar o Estado gramscianamente é sempre pensá-lo a partir de um duplo registro: o das formas dominantes na produção (classes e frações) que se constituem e se consolidam por intermédio de organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que, junto a cada aparelho ou órgão do Estado restrito, estão sempre presentes projetos e intelectuais vinculados às agencia(s) da sociedade civil. Uma delas, por certo, deterá a hegemonia junto a certo organismo estatal, conquanto outras igualmente lá se farão presentes, em permanente disputa. (MENDONÇA, Sonia Regina. “O Estado ampliado como ferramenta metodológica”, 2013, p. 11)

Monica Piccolo Almeida, Maurício Margalho etc.-), formando gerações de importantes historiadores brasileiros. Seus estudos abarcam mais de um século de história do Brasil, articulando vasto repertório categorial gramsciano com uma metodologia inspirada em Pierre Bourdieu, além do cruzamento de uma impressionante massa de fontes históricas utilizadas em suas pesquisas, o que me leva a considerá-la como uma das mais importantes intérpretes do Brasil, no patamar de autores como: Caio Prado JR., Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Octávio Ianni, Carlos Nelson Coutinho, entre outros.

A malha de entidades empresariais e não-empresariais que conformam a estrutura estatal e formulam técnicas gerenciais de extração de mais-valor constitui características decisivas para a dinâmica do modo de produção capitalista na contemporaneidade. É nesse sentido que Mendonça nos estimula a verificar os processos reais, mediante os seguintes postulados metodológicos e teóricos: a) quais as bases da sociedade civil organizadas acham-se inscritas em sua materialidade; b) qual a correlação de forças vigente dentro da própria instituição, órgãos do Estado etc; c) que políticas efetivamente foram postas em prática? De que modo elas atendem a demandas oriundas de aparelhos privados de hegemonia junto a sua representação na sociedade política presente através de seus intelectuais?

É nesse sentido que torna-se possível trabalhar de forma orgânica a atuação das frações dominantes (e dominadas) do capital, assim como a introjeção de suas demandas no conjunto das agências estatais do Estado restrito. Tal questão nos coloca ao menos dois grandes desafios: 1) Operacionalizar o conceito gramsciano de Estado Ampliado, entendido enquanto a indissolúvel junção entre sociedade civil e sociedade política (díades); 2) Identificar os intelectuais orgânicos e/ou o pessoal do Estado que levam a cabo (não sem conflitos) as demandas elaboradas nos Aparelhos Privados de Hegemonia⁷¹.

⁷¹Em “Marxismo e Política: A Dualidade de Poderes e Outros Ensaio”, um dos principais comentadores do marxista sardo, Carlos Nelson Coutinho, deu a seguinte definição para “Aparelhos Privados de Hegemonia”: (...) são organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito (no contexto, portanto, de sua configuração *ampliada*, isto é, sociedade política + sociedade civil, possível nas conformações sociais do tipo “ocidental” — FF); mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que — apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ — eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade (COUTINHO, 1994,p.54-55). Carlos Nelson Coutinho ainda diferenciou os “Aparelhos Privados de Hegemonia” de Gramsci, para os “Aparelhos Ideológicos do Estado”, de Luis Althusser, apontando que o francês tentou descaracterizar a originalidade de Gramsci ao

Sua metodologia, portanto, parte de uma concepção eminentemente gramsciana de Estado. Gramsci percebeu que o capitalismo havia se complexificado, a tal ponto que a mera busca pela manutenção do poder econômico através da força política não garantiria a adesão das camadas subalternas, assim como a tomada de assalto do poder não significaria a destruição do Estado burguês, pois a presença de “casamatas” do Estado:

(...) criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo torna mais lenta e mais prudente a ação das massas e requer por conseqüência do partido revolucionário uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de maior fôlego do que aquelas que foram necessárias para os bolcheviques entre março e novembro de 1917 (“Carta de Antonio Gramsci em 9 de fevereiro de 1924”, PALMI A. URBANI e C., In: TOGLIATTI, Palmiro. La formazione del gruppo dirigente del Partito comunista italiano. Roma: Editori Riuniti, 1962).

Colocava-se o desafio de aliar uma estratégia militar com um maior consenso político e capacidade técnica-gerencial, com o objetivo de alcançar as “condições em que os bolcheviques russos já se encontravam desde a formação do seu partido”⁷². Em sua apreensão da realidade, o Estado é formado indissociavelmente pela díade sociedade civil/sociedade política, consenso/coerção, não havendo divisão nessas esferas, o que nos leva a averiguação de como na sociedade civil emergem os interesses organizativos

defender que a distinção da noção de sociedade civil e sociedade política são burguesas, assim como a ampliação do Estado não era um fenômeno recente para Althusser, devendo se travar uma intensa luta “fora” do Estado (COUTINHO, 1999, p. 132-134). Sobre os “Aparelhos Ideológicos do Estado”, Althusser atribuía uma série de realidades que se apresentam ao observador enquanto imediatas sob a forma de instituições distintas e especializadas: escolas, igrejas, informação, cultura, política, sindicatos etc. (ALTHUSSER, 1985, p.68-69).

⁷² GRAMSCI, Antonio. La costruzione del Partito Comunista (1923-1926), Torino: Einaudi, 1971, p.64.

para sua introjeção na sociedade política, “transbordando” a esfera institucional da formulação e aplicação das políticas:

“(…) Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social (...); 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo”. (GRAMSCI, 2006, p. 20-21).

Mas o que significa Estado? Só o aparelho estatal ou toda a sociedade civil organizada? Ou a unidade dialética entre a unidade governamental e a sociedade civil? (GRAMSCI, 2006, p.263).

Hegemonia e ditadura são indistinguíveis, a força é pura e simplesmente consenso: não se pode distinguir a sociedade política da sociedade civil: existe só o Estado e, naturalmente o Estado-governo, etc. (GRAMSCI, 2006, p.437).

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e governo, identificação que é, precisamente, uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, uma vez que se deve notar que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade

civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção (...)) **Mas isto significa que por “Estado” deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil** (GRAMSCI, 2006, p.244; 254-255).

Outro ponto a ser fixado e desenvolvido é o da “dupla perspectiva” na ação política e na vida estatal. Vários graus nos quais se pode apresentar a dupla perspectiva, dos mais elementares aos mais complexos, mas que podem ser reduzidos teoricamente a dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. (GRAMSCI, 2006 p. 32).

O Estado cumpre um papel central na irradiação da hegemonia do grupo dirigente e dominante, através da produção de consensos e da coerção dos que não consentem. A produção de tal consenso emerge exatamente no âmbito das lutas e das reivindicações dos subalternos. Para Gramsci:

A unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados, Mas não se deve acreditar que tal unidade seja puramente jurídica e política, ainda que também esta forma de unidade tenha sua importância, e não somente formal: a unidade histórica fundamental, por seu caráter concreto, é o resultado das relações orgânicas entre Estado ou sociedade política e “sociedade civil” (GRAMSCI, 2006, p.139).

“A sociedade civil é entendida como conjunto de 'organizações ditas privadas'. Aqui retorna uma expressão semelhante àquela já vista e, Q 12, §1, ('organismos designados vulgarmente como 'privados') e que é possível encontrar em várias passagens dos Cadernos. O uso de aspas [...] ou do advérbio 'vulgarmente' [...] assim como a

expressão 'ditas', que precede 'privadas', são sinais e índices da maior importância: dizem-nos que, para Gramsci, tais aparelhos hegemônicos, aparentemente 'privados', na realidade fazem plenamente parte do Estado e, portanto, nos permitem falar de 'Estado ampliado'." (LIGUORI, 2007:21)

Na apreciação do Estado Ampliado, este não é nem um sujeito que paira acima dos interesses das classes sociais, e nem um objeto monopolizado por uma dada classe ou fração de classe, mas sim uma condensação⁷³ de relações sociais, atravessado pelos conflitos vigentes na sociedade em geral e inscritos na ossatura material do Estado⁷⁴.

Como bem lembrou Christine Buci-Glucksman (1975) a noção de Aparelhos Privados de Hegemonia aparece nos Cadernos do Cárcere, enquanto aparelho de hegemonia, utilizado basicamente para se referir à “constituição da classe”. É num

⁷³ A ideia de *condensação* é de matriz freudiana, onde o psicanalista na obra “A Interpretação dos Sonhos” (1899), ao analisar o curso de formação dos sonhos aponta para o fato de que um certo número de temas, idéias e imagens se condensam em uma só no decorrer do sonho: “Deve-se admitir que a grande maioria das idéias que são reveladas na análise já estava em ação durante o processo de formação do sonho, uma vez que, depois de se elaborar uma sucessão de idéias quer parecem não ter qualquer ligação com a formação de um sonho, de repente se esbarra numa idéia que está representada em seu conteúdo e que é indispensável para sua interpretação, mas que não poderia ter sido alcançada senão por essa linha específica de abordagem. Posso aqui recordar o sonho da monografia de botânica em que dá a impressão de ser produto de um surpreendente volume de condensação, muito embora eu não tenha relatado sua análise integralmente.(...) Ao refletimos que somente uma pequena minoria de todos os pensamentos oníricos revelados é reproduzida no sonho por um de seus elementos de representação, poderíamos concluir que a condensação se apresenta por omissão: quer dizer, que o sonho não é uma tradução fiel ou uma projeção ponto por ponto dos pensamentos do sonho, mas uma versão altamente incompleta e fragmentária deles”(FREUD, 1900, p.237-238). Importante frisar que Freud e outros autores da Psicanálise eram amplamente discutidos nos círculos “Althusserianos” de debate no qual Nicos Poulantzas participou. Sobre o diálogo de Poulantzas nos círculos “Althusserianos”, ver: Cf.SAES, 1998.

⁷⁴ Para Poulantzas, o Estado possui uma ossatura material, onde se estabelece as relações sociais de produção, políticas e de dominação, configurando-se como a base do Estado. **É nesse sentido que a luta de classes está inscrita no seio do Estado e tem o primado sobre os seus aparelhos** (POULANTZAS, 1985, p.70-77; 144-145).

segundo momento que “aparelho de hegemonia” ultrapassa a designação de constituição de classe para a problemática do Estado, já entendido de forma ampliada.

Nesse sentido, o conjunto dos aparelhos privados através dos quais uma classe ou um bloco de classes luta pela hegemonia e pela direção político-moral, não pode ser entendido de forma apartada da sociedade política. A sua ampliação do conceito de Estado incorpora os aparelhos privados de hegemonia que emergem da sociedade civil, mas articulam-se e se inscrevem no interior dos órgãos estatais, tanto na formulação quanto na aplicação de políticas. Ao trabalharmos com esta noção, é válido percebermos que, em Gramsci o Estado tem uma função educativa, no sentido de soldar/unificar os interesses das classes e frações da classe dominante, daí ser preponderante conhecer a realidade, a partir do Estado, para promover a sua transformação.

Esse entendimento acerca do Estado, enquanto *classe burguesa na sua concretude*, só foi possível com a anterior elaboração da categoria “hegemonia”. Nos Cadernos do Cárcere, a noção de Aparelhos Hegemônicos, aparece em distintos momentos temporais⁷⁵, mas quase sempre articulado a categoria de ‘hegemonia’ e ao Estado em seu sentido integral ou ampliado, uma vez que eram entendidos como lócus de organização, formulação e projeção dos interesses de classes. O retorno aos textos de Gramsci antes do cárcere permite-nos concluir que a noção de hegemonia vinha sendo construída desde 1916 e foi aprofundada no Biennio Rosso.

O sardo conformou a sua apreensão do Estado capitalista através da militância com o movimento operário e suas iniciativas nos conselhos de fábricas em Turim, o que permitiu-lhe vivenciar os desgastes sofridos pelas classes dominantes e a busca destas por novas estratégias de dominação, como a proposta do então Presidente da FIAT,

⁷⁵ Guido Liguori identifica a categoria Aparelhos Hegemônicos nos cadernos (Q 1, 6, 7, 10 e 13), além dos de segunda redação (Q 10 II, 12 [CC, 1, 320] e Q 13, 37 [CC, 3, 92]). O Estado educa o consenso através de organismos privados – sindicais e políticos -.

Giovanni Agnelli, que no decorrer das ocupações de fábricas em 1920, durante o Biennio Rosso, propôs que a sua empresa se tornasse uma cooperativa coordenada pelos proletários. A proposta de Agnelli foi abandonada um mês depois, contudo, gerou expectativas entre os membros da Confederação Geral do Trabalho e contribuiu para quebrar a resistência do movimento de ocupação das fábricas pelos operários turinenses:

Os comunistas turinenses haviam formulado de modo concreto a questão da ‘hegemonia do proletariado’, ou seja, da base social da ditadura proletária e do Estado operário. O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classe que lhe permita mobilizar, contra o capitalismo e o Estado burguês, a maioria da população trabalhadora, o que significa, na Itália, nas reais relações de classe existentes na Itália, na medida em que conseguir obter o consenso das amplas massas camponesas (...) (Tradução do autor) (GRAMSCI, Scritti politici III. A cura di Paolo Spriano. Roma: Editori Riuniti, 1973. Edizione elettronica: progetto Manuzio, 2009. Disponível em: <http://www.liberaliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm>).

Para a filósofa Chiara Meta, o termo hegemonia teve muitas aplicações em diferentes contextos de pesquisa, sendo usado para designar uma conotação militar ou de dominação de um Estado sobre outro (como em Antonio Labriola), tendo havido, portanto, uma ruptura epistemológica do conceito a partir de Gramsci, amadurecido após a sua estadia em Moscou e a observação por parte deste da disputa pelo PCUS, da repercussão negativa da NEP e da crise de consenso entre o proletariado urbano acerca da liderança dos Bolcheviques⁷⁶.

⁷⁶ META, Chiara. Un convegno sul concetto di egemonia, 2005. Disponível em: <http://www.gramscitalia.it/egemeta.htm>.

Nos Cadernos, a hegemonia se consolida como “hegemonia política”, em que é preciso encontrar o respaldo de dois grupos distintos, os aliados e os opositores. Em 1930, ao analisar as forças políticas do Risorgimento, o marxista sardo referiu-se ao conceito enquanto direção e dominação de classe:

El criterio histórico-político en que debe basarse la investigación és este: que una clase es dominante de dos maneras, esto es, es “dirigente” y “dominante”. Es dirigente de las clases aliadas, es dominante de las clases adversárias. Por ello una clase ya antes de subir al poder puede ser “dirigente” (y debe serlo); cuando está en el poder se vuelve dominante pero sigue siendo también “dirigente”. (...) La dirección política se convierte en un aspecto del dominio, en la medida en que la absorción de las elites de las clases enemigas conduce a la decapitación de éstas y a su impotência. Puede y debe existir una “hegemonia política” incluso antes de llegar al gobierno y no hay que contar sólo con el poder y la fuerza material que éste da para ejercer la dirección o hegemonía política.⁷⁷(GRAMSCI, 1999, p.105)

Nesse caso, para a consolidação e o exercício da hegemonia, é necessário um equilíbrio entre coerção e consenso, que é feito de forma gradual, molecular, aonde um grupo de intelectuais orgânicos mediante a ação de um partido ou um aparelho privado de hegemonia elabora e introjeta a sua visão de mundo na sociedade política. Essa dupla articulação implica a busca, por um lado, de consenso no interior de um bloco de

⁷⁷ Optei nesta citação por utilizar a edição em espanhol dos Cadernos devido à diferença de tradução e das notas para a edição brasileira. Na edição da civilização brasileira, a nota referente à citação é §24, p.62, enquanto que na edição supracitada é a §44, mantendo-se fiel a edição crítica de Valentino Gerratana (Turim, Einaudi: 1977). Além disso, na edição organizada por Carlos Nelson Coutinho, a tradução utiliza o termo “critério metodológico” ao invés de critério histórico-político como na edição Gerratana, que foi fidedignamente traduzido pela Editora Era da Universidade de Puebla.

alianças e, por outro, de domínio sobre os adversários, que deve ser obtido por meio da força. Encontramo-nos diante de uma combinação de nexos que são indissociáveis.

No caderno 8, §191, intitulado “Hegemonia e democracia”, Gramsci articulou a democracia com a hegemonia na medida em que num regime democrático a legislação favorece a “passagem molecular dos grupos dirigidos para o grupo dirigente^{78c}”, ou seja, a classe ou fração da classe dominante unificaria em torno de seu projeto político um bloco mais amplo não homogêneo, marcado por contradições de classe, mas com o consenso ativo dos subalternos. Este processo abrangeria a passagem do primeiro momento das relações de força (econômico-corporativa), em que os grupos se organizam conforme seus interesses econômicos imediatos, forjando laços de solidariedade de acordo com a posição e a atividade profissional ocupadas na sociedade, para a consciência política propriamente dita, que num segundo momento supera os marcos corporativos:

(...) a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais. Este momento, por sua vez, pode ser analisado e diferenciado em vários graus, que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram até agora. O primeiro e mais elementar é o econômico-corporativo: um comerciante sente que deve ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante; isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. (...) Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente

⁷⁸ GRAMSCI, 2011, p.287.

econômico e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados (GRAMSCI, 2011, p.41).

A hegemonia se efetiva enquanto um projeto de universalidade, elaborado a partir de uma visão de mundo própria, **de** e **para** a própria classe, mas também *absorvendo* o conjunto da sociedade numa nova forma civilizatória, ou nas palavras de Edmundo Fernandes Dias, “hegemonia é quando a ideologia se torna partido⁷⁹”. E assim, a hegemonia expressa um programa, que pode assumir distintas formas-conteúdo ao longo da história, mas a sua essência é interditar e amputar o conjunto das lutas da classe trabalhadora e sofisticar as técnicas de gestão do capital, elaboradas pelos intelectuais através dos aparelhos privados de hegemonia ou dos órgãos do Estado restrito.

O percurso do (capital)-imperialismo pós-guerra Segunda Guerra Mundial:

A vaga revolucionária aberta pela Revolução Russa de 1917 alastrou-se por parte da Europa e produziu não apenas táticas de contenção destes processos conforme abordado por Gramsci, como também mecanismos de refinamento da exploração da força de trabalho, dos mecanismos estruturadores do consenso⁸⁰ e a ininterrupta sofisticação do aparato coercitivo estatal⁸¹. As derrotas do movimento socialista na

⁷⁹ DIAS, 1996, p. 14.

⁸⁰ Nesse momento inúmeros eletrodomésticos são convertidos em bens de consumo de massa, requalificando a importância do crédito para alimentar esse modelo de acumulação, em consonância a gestação de uma “cultura” de consumo em massa, com propagandas através de rádios, jornais e cartazes.

⁸¹ No século XIX, a indústria bélica foi intensamente movimentada em torno da corrida imperialista, ainda que isso não expressasse um maior aprimoramento de órgãos estatais de repressão. No decorrer da

Alemanha, Hungria e Itália (1919) não cessaram as tentativas de rompimento radical com o modo de produção capitalista.

Na década de 1930, a Guerra Civil Espanhola e a luta do Partido Comunista Indochinês (PCI) na Península da Indochina (Vietnã, Laos e Camboja) contra a dominação colonial francesa, indicaram que em diferentes partes do globo o processo de lutas e resistências implicaria reflexos e reorganizações das classes dominantes, renovando as táticas imperialistas para uma atuação num outro patamar.

A Segunda Guerra Mundial alterou o ritmo das lutas por independência e revoluções no mundo. A resistência dos inúmeros PC's pela Europa, destacadamente a francesa, italiana, grega e os partisans sérvio-croatas contra o nazi-fascismo, reacenderam o sinal de alerta das classes dominantes para uma possibilidade de luta socialista em dimensão internacional, sobretudo com o cenário de pós-guerra em que o esgotamento do modelo de controle sobre os territórios via colonização direta, tanto na África quanto na Ásia, representava a abertura de espaços econômicos para a livre expansão do capital.

Na Conferência de Ialta (1945) é estabelecida uma distinção da expansão capitalista do século XIX, que preconizou a partilha do mundo, por uma reorganização

Primeira Guerra Mundial, inúmeros armamentos foram testados e desenvolvidos, tais como: Gás mostarda, tanques, dirigíveis, submarinos e couraçados. É pertinente ressaltar que após a guerra, a decisão de uma paz não negociada e imposta através de inúmeros tratados, não só manteve as tensões interimperialistas, como complexificou a geopolítica mundial com o surgimento de novos Estados (Irã, Síria, Líbano, Palestina e Transjordânia – Tratado de Sèvres (1920) - e Hungria, Tchecoslováquia, Polônia, Croácia, Eslovênia e Sérvia – Tratado de Saint-Germain – (1919), ver: RÉMOND, 1974, p. 29-32.

via “áreas de influência” dos EUA, França e Inglaterra, sendo o Leste Europeu área prioritária na atuação soviética⁸².

O geógrafo David Harvey, considerou que após a 2ª guerra mundial ocorreu uma reestruturação das formas do Estado capitalista e das relações internacionais para que assim se evitasse o retorno das condições consideradas por ele críticas dos anos 1930. Para tanto, “Foi preciso assegurar a paz e a tranquilidade domésticas e firmar alguma espécie de acordo entre capitalistas e trabalhadores⁸³”.

O longo período de expansão do pós-guerra representou para Harvey, um conjunto de práticas que englobavam: a) controle do trabalho; b) tecnologias; c) hábitos de consumo diferenciados⁸⁴. Todavia, Harvey se furtou a analisar importantes elementos constitutivos do capitalismo pós-guerra.

Podemos acrescentar a esse cenário não avaliado por Harvey, a criação da bizona alemã, a política de contenção do comunismo pra dentro e fora dos EUA (Doutrina Truman), o Plano Marshall (programa de recuperação econômica da Europa), Plano Dodge (programa de recuperação econômica do Japão), a criação da CIA e os blocos político-militares (OTAN, OTASE e TIAR).

Nesse sentido, as lutas por independência são disputadas econômica e ideologicamente enquanto política de Estado dos EUA e da U.R.S.S, rebaixando-as à lutas por “descolonização”, dissociando e apagando o caráter imperialista daquelas formações históricas, ao promover uma cisão do caráter antiimperialista e anticapitalista das lutas, e atribuir o fenômeno a um desvio de rota colonialista do XIX, consoante a interpretação Schumpeteriana.

⁸² VIZENTINI, 2006, p. 26.

⁸³HARVEY, 2005, p.19.

⁸⁴Idem, 2005, p.119.

Em 1949, a China, país mais populoso do mundo e terceiro maior em extensão territorial, fronteiro a quatorze países, promoveu uma revolução socialista sob direção do Partido Comunista Chinês e acendeu o sinal de alerta dos Estados capitalistas centrais para o continente asiático, que já contava com importantes movimentos anticolonialistas e socialistas⁸⁵.

O cenário de lutas e resistências também é um dos fatores que impossibilitaram a manutenção de uma dinâmica colonialista conforme estabelecida no século XIX. O melhor indicador desta impossibilidade não são as independências em si, esta é apenas uma resultante, mas sim as guerras revolucionárias que engendraram uma ferrenha organização contrarrevolucionária⁸⁶ por parte dos Estados europeus, culminando em verdadeiros massacres como em Cabília (Argélia), a utilização de Napalm pelo exército português em Angola, Guiné e Moçambique⁸⁷, além da própria resistência das

⁸⁵ Destaco o Exército Popular Malaio Antijaponês (EPMAJ), os camponeses do Hukbalahap (Filipinas)

- Que a posteriori tornou-se um braço armado do Partido Comunista Filipino - e a guerrilha Juche na Coreia.

⁸⁶ Em 1955, na Indonésia, foi realizada a Conferência de Bandung, onde se reuniram 29 países da África e da Ásia e deliberaram pela emancipação total dos territórios colonizados. Todavia, não foi pelo caminho diplomático que estes territórios alcançaram a emancipação política frente os Estados europeus.

⁸⁷ Ver: VARELA, Raquel. História do povo na Revolução Portuguesa. Lisboa: Editora Bertrand, 2014.; Sem falar nas diferentes formas de intervenção direta e indireta, tais como: golpes de Estado (Guatemala em 1954 e boa parte dos Estados latinoamericanos nos anos 1960/1970 sofreram golpes de Estado), assassinatos focalizados (Emblemático o caso de Patrice Lumumba no Congo), estímulo a grupos paramilitares ou milícias anticomunistas (Indonésia, Colômbia, Nicarágua etc) campanhas de oposição, subsídio financeiro (A Aliança para o Progresso é um exemplo para a América Latina de programas de reformas sociais para deter movimentos populares e isolar Cuba) etc.. Sob a ideia de uma ameaça externa comunista, o Estado Estadunidense conseguiu reunir a unidade do conjunto dos países capitalistas em prol

burguesias das ex-colônias que defendiam a manutenção das estruturas pretéritas e a reatualização da dominação por parte destas, como a África do Sul com a repressão das forças policiais em Sharpeville, a segregação socioterritorial entre negros e brancos respaldada juridicamente (Apartheid) e o controle territorial da Namíbia⁸⁸.

Na América Latina, a Revolução Cubana (1959) passou a representar um enclave para a expansão do capital na ilha, mas, fundamentalmente, recolocou na ordem do dia as reflexões acerca do caráter das formações econômico-sociais na América Latina e suas relações de dependência.

Fato é que a vaga revolucionária aberta nesta quadra histórica impôs a necessidade de novas fórmulas e ajustes para o imperialismo. Uma destas fórmulas foi a penetração da ideologia do desenvolvimento sob o manto de “recuperar o atraso” destes países de passado colonial e a incessante busca por regiões onde o capital pudesse se realizar em um contexto de recuperação de parcela significativa dos países da Europa ocidental envolvidos na guerra.

Na América Latina, datam do século XIX as primeiras instituições financeiras de *desenvolvimento*. Denominadas à época de caixas rurais, bancos ou institutos de fomento, com atuação setorial, visando alavancar a produção de setores como agricultura e mineração. No entanto, foi dos anos 1930 a 1950 que ocorreu a criação de inúmeros bancos de fomento na região com o intuito de viabilizar projetos de industrialização, infraestrutura, créditos de longo prazo e formação de um mercado de capitais.

dessas modalidades contrarrevolucionárias ou contrarreformistas no caso do nacionalismo árabe (Egito, Iraque e Argélia) e do Pan-Africanismo.

⁸⁸ O exemplo de uma ex-colônia que se torna metrópole também se repetiu com a monarquia marroquina, cujas tropas em 1975 invadiram o território do Saara Ocidental (ex-colônia espanhola) e sob a reivindicação de direitos históricos passou a controlar militar e politicamente o território.

As principais instituições foram: Nacional Financeira (NAFINSA), no México em 1934; Banco de Crédito Industrial (BCI), na Argentina em 1944; Corporación de Fomento (CORFO), no Chile em 1939; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), no Brasil em 1952.

A ideia-força em torno do ‘desenvolvimento’ nesse período é intrínseca e indissociável à consolidação da arquitetura sócio-econômica inaugurada após a segunda guerra mundial com os acordos de Bretton Woods e o surgimento da “Economia do desenvolvimento” enquanto disciplina relativamente autônoma⁸⁹. A temática do crescimento econômico assumiu um papel central nas reflexões dessas teorias⁹⁰, que por sua vez forneceram um repertório vantajoso à reprodução do capital.

O Banco Mundial, uma das principais instituições do regime multilateral, tem entre suas instituições financeiras o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, fundado com o intuito de acelerar a rotação de capital através da reconstrução da infraestrutura de uma Europa devastada pela guerra, além de prover empréstimos para o desenvolvimento dos países de renda média e pobres. Desde então, como esforço comum entre as nações e como fundamento de cooperação internacional, se tornou central promover o “desenvolvimento”.

Para Arturo Escobar, o grande problema da noção de desenvolvimento e das suas medidas é a eliminação das diferenças a partir da imposição de uma lógica etnocêntrica⁹¹ de políticas econômicas do pós-Segunda Guerra Mundial:

⁸⁹ BONENTE, 2011, p. 78.

⁹⁰ Para um estudo crítico e detalhado das teorias do desenvolvimento ver: BONENTE, 2011. Especialmente o capítulo 4.

⁹¹ “O desenvolvimento foi – e continua a ser em grande parte – uma abordagem de cima para baixo, etnocêntrica e tecnocrática que trata as pessoas e culturas como conceitos abstratos, estatísticas que podem ser movimentadas para cima e para baixo em gráficos de progresso”. (ESCOBAR, 1995, p. 44)

Permítasenos definir el desarrollo, de momento, tal y como se entendía inmediatamente después de la Segunda Guerra Mundial: el proceso dirigido a preparar el terreno para reproducir en la mayor parte de Asia, África y América Latina las condiciones que se suponía que caracterizaban a las naciones económicamente más avanzadas del mundo - industrialización, alta tasa de urbanización y de educación, tecnificación de la agricultura y adopción generalizada de los valores y principios de la modernidad, incluyendo formas concretas de orden, de racionalidad y de actitud individual. Definido de este modo, el desarrollo conlleva simultáneamente el reconocimiento y la negación de la diferencia; mientras que a los habitantes del Tercer Mundo se les considera diferentes, el desarrollo es precisamente el mecanismo a través del cual esta diferencia deberá ser eliminada.(ESCOBAR, 1999, p. 1)

Para Escobar, o desenvolvimento era, e continua sendo, em grande parte, um enfoque de cima para baixo, etnocêntrico e tecnocrático, que trata a população e as culturas locais como conceitos abstratos, cifras estatísticas que moviam de um lado para o outro sob o signo do progresso.

O desenvolvimento, portanto, seria um discurso legitimador das estratégias de dominação social e cultural dos países centrais sobre os periféricos. Escobar peca em não romper com a explicação etapista de passagem dum estágio atrasado para outro mais avançado e, principalmente, não coligar o *desenvolvimento* as necessidades do capital de gerar permanentemente mais-valor.

Bianca Bonente, em tese intitulada “Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: Por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista”, lembra que todo desenvolvimento no modo de produção capitalista é desigual na sua relação em diferentes gradações de desenvolvimento dos complexos que compõem uma

totalidade⁹². O sentido do termo desenvolvimento trabalhado por Bonente retoma as teses de Marx, ao lembrar que o modo de produção capitalista possui uma dinâmica autoexpansiva, de incontrolabilidade do capital em produzir riqueza e engendrar contradições sociais:

Dentro dessa perspectiva, portanto, podemos dizer que o capital é tanto mais desenvolvido, quanto mais ampla a sua atuação. Ou seja, por mais contra-intuitivo que pareça, o fato de o capital ampliar seu alcance territorial (tendência à formação do mercado mundial), penetrar nas mais distintas esferas da vida social (como, por exemplo, as artes, esportes, relações familiares, de afeto etc.) e atuar em um número maior de setores (como, por exemplo, aqueles originalmente conduzidos pelo Estado, nos quais a lucratividade é relativamente diminuta e o retorno é mais demorado), imprimindo, em todos esses casos, a sua lógica de funcionamento, significa que o capital se desenvolveu. (MARX, Karl. *Grundrisse – Manuscritos Econômicos de 1857-1858: esboços para a crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 2011, p.438)

A noção de desenvolvimento aceita e trabalhada na ciência econômica é o de passagem de um estágio pior para outro melhor ou sinônimo de aumento da riqueza, o que implica em juízos de valor das condições pretéritas e futuras, além de traçar um caminho dentro do ordenamento social, sem margens para se projetar algo fora do capitalismo⁹³.

Em uma perspectiva marxiana, desenvolvimento significa o aumento no grau de complexidade dos complexos constitutivos de um objeto estruturado:

⁹² BONENTE, 2011, p. 32.

⁹³ (BONENTE, 2011, p. 4)

“Em primeiro lugar, essas teorias utilizam uma concepção de desenvolvimento (como crescimento da riqueza, capacidade produtiva, condições de vida da classe trabalhadora etc.) que em muito difere daquela utilizada por Marx e Lukács (reconhecimento objetivo da dinâmica de funcionamento da sociedade). Em segundo lugar, ainda que seja possível demonstrar que o desenvolvimento desigual entre países é efetivamente um caso de desenvolvimento desigual (no sentido empregado por Marx e Lukács), esse seria ainda apenas um caso possível de apresentação do problema. Ou seja, tomar essa aceção como a definição de desenvolvimento desigual seria tomar uma instância específica como o caso geral. (...) Em suma, enfatize-se que desenvolvimento desigual, no registro marxiano, refere-se a (1) uma disparidade no grau de desenvolvimento entre complexos integrantes de uma totalidade; e (2) uma disparidade não acidental, mas provocada pelo próprio modo de ser da totalidade e dos complexos (i.e., uma desigualdade causalmente determinada). Trata-se, enfim, de uma determinação ultragenérica e que não pode ser reduzida à relação econômica (entre setores, classes ou entre nações)” (BONENTE, 2011, p. 33-34)

Bonente entende que as teorias do desenvolvimento são teorias única e exclusivamente do desenvolvimento capitalista. Inclusive, a origem latina da palavra desenvolver significa aumentar, fazer crescer, desdobrar etc ⁹⁴. Nesse sentido, desenvolvimento na sociabilidade do capital implica em aceleração do processo de acumulação do capital, ou de maneira simplificada: desenvolvimento implica em “mais capitalismo”.

Se desenvolvimento econômico no capitalismo significa expansão das formas de valorização do valor, isto também implica na expansão das formas de sociabilidade do capital:

⁹⁴ Dicionário acadêmico de Português-Latim. Porto: Porto Editora, 2000, p. 215.

“No caso da sociedade em forma especificamente capitalista, desenvolvimento significa, seguindo a mesma lógica, a operação das leis que emanam da organização própria da economia regida pelo capital em sentido extensivo (i.e., para uma porção mais ampla do globo, submetendo uma quantidade maior de formações sociais e seres humanos) e/ou intensivo (comandando momentos mais amplos da convivência social, como a atividade artística, esportiva, relações afetivas etc.)” (BONENTE, 2011, p. 2).

Posto isso, o entendimento aqui defendido acerca do desenvolvimento no capitalismo é o de expansão **do e para o** capital. Outra importante fórmula da configuração capital-imperialista do pós-Segunda Guerra foi a criação de novas instituições⁹⁵ que emergiram como “reconstrutoras” da arquitetura econômica mundial no bojo do Acordo de Breton Woods⁹⁶, tais como: Grupo Banco Mundial -GBM- (constituído pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento –BIRD-, Associação Internacional de Desenvolvimento -AID, Sociedade Financeira Internacional –SFI-, Agência Multilateral de Garantia de Investimentos –MIGA- e o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos -ICSID-), FMI e Acordo Geral de Tarifas e Comércio, destinadas a aproximar as economias, como também difundir preceitos comuns em todo bloco capitalista, assegurando bases confiáveis e estabilidade política necessária à expansão do capital.

⁹⁵ Tais instituições também produzem quadros intelectuais para garantir a produção de políticas econômicas e ideológicas para o grande capital, além da formulação de táticas para capturar e desmobilizar setores combativos da classe trabalhadora. Sobre esse assunto ver a tese de doutorado de André Silva Martins (MARTINS, 2007).

⁹⁶ O sistema de Breton Woods elevava o dólar à categoria de moeda mundial ao lado do ouro, tendo sido construído em duas bases, segundo Mandel: a) a conversibilidade do dólar em ouro; b) as enormes reservas de produção da economia estadunidense, significando a acumulação de dólares em mãos de Governos e capitalistas estrangeiros (MANDEL, 1982, p.325).

Tais instituições devem ser entendidas enquanto *instâncias internacionais de gestão intercapitalista*, voltadas para garantir a expansão e a extração de mais-valor em escala crescentemente internacional. Coligadas e funcionais as instâncias mencionadas são as *alianças entre competidores internacionais*, popularmente denominadas de blocos econômicos, que possibilitou uma maior organicidade, ainda que com tensões, para as burguesias europeias se defrontarem com as lutas populares por um lado, e por outro lado, competir com a avalanche de capitais de multinacionais oriundas dos EUA e a dependência do Plano Marshall⁹⁷.

No plano do disciplinamento da classe trabalhadora e contenção das lutas sociais, foi de extrema relevância a conformação das táticas fordistas e do pacto denominado “Estado de bem estar social”, onde eram garantidos serviços básicos, como: saúde, educação e transportes; Era propiciada uma maior capacidade de consumo e desmontadas as lutas dos setores anticapitalistas pela revolução em prol da “seguridade social”.

Esse momento sócio-histórico não se limitou ou teve como principal característica esses elementos, mas sim o fato de que nunca antes na história do capitalismo o crescimento da indústria e do comércio atingiu patamares tão elevados⁹⁸,

⁹⁷ Em 1948 foi criada a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE); Em 1951 a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) reuniu os Estados da: Alemanha, França, Itália, Luxemburgo, Bélgica e Holanda; Em 1957 foi criada a Comunidade Econômica Europeia (CEE – Embrião da atual União Europeia) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM); Em 1960 foi criado o BENELUX (Composto por Bélgica, Holanda e Luxemburgo); Em 1992 o Tratado de Roma que deu origem a CEE foi alterado e em 1993 torna-se oficialmente União Europeia; Na América Latina as alianças entre países competidores se dá de maneira tardia com o Pacto Andino (1969) e o CARICOM (1973).

⁹⁸ BEAUD, 2004, p. 312.

via aumento da produtividade do trabalho e dos meios de produção, às custas da intensificação do trabalho e da diversificação das formas de extração de mais-valor⁹⁹.

A Teoria Marxista da Dependência: uma apresentação crítica ou o porquê da utilização da categoria *capital-imperialismo* em detrimento de *subimperialismo*

Em um artigo de 2017, intitulado “*Subimperialismo II: Aplicación actual*”¹⁰⁰, Claudio Katz discutiu a validade (compreensão da estrutura hierárquica do capitalismo na contemporaneidade) da categoria subimperialismo para a apreensão da realidade contemporânea. Categoria esta criada no bojo das discussões entre os autores da Teoria Marxista da Dependência, destacadamente por Ruy Mauro Marini.

Segundo o economista argentino, esta noção tem validade atual para regiões com cenário de guerra, como o “mundo árabe”, através da atuação turca e da Rússia (caracterizada como império em formação), mas também com as intervenções militares sauditas no Bahrein e Iêmen, seus laços com o Pentágono e a utilização do comércio de petróleo enquanto pressão política; O Irã com a sua intervenção militar na Síria; Índia e suas intervenções militares no Sri Lanka, Nepal e Bangladesh.

Já a China, Brasil (regressão industrial e ênfase na pauta exportadora de produtos “primários”; não avançou na inserção multilateral autônoma) e África do Sul, seriam formações intermediárias entre o império e a periferia. Katz *enfatizou o elemento*

⁹⁹ O economista francês Michel Beaud apresentou em sua obra “História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias”, as inúmeras e aperfeiçoadas formas de coação do sobretrabalho: dos agricultores “transportadores independentes”, do trabalho a domicílio, das mulheres que trabalham com confecção, novos equipamentos para amainar o cansaço físico, trabalhos por turnos que permitiam até 24h de produção, intensificação do trabalho em todas as esferas da vida etc., Além dos depoimentos de operários da Ford e General Motors sobre as condições intensivas de trabalho (BEAUD, 2004, p. 315-318).

¹⁰⁰ Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=225350>.

geopolítico-militar, em detrimento das exportações de capitais e da reprodução de sociabilidades forjadas com o rompimento de fronteiras da acumulação capitalista.

Esta categoria emerge no cenário descrito na seção anterior, das transformações na dinâmica do imperialismo e o surgimento de novos e subalternos capitais¹⁰¹ que passaram a ser exportados no processo de acumulação mundial. De maneira complementar a teoria do imperialismo e inserido numa dinâmica de reorganização das condições políticas, sociais e econômicas dos países latinoamericanos do pós Segunda Guerra Mundial, a teoria da dependência surge como uma tentativa de compreender as condições dos países do continente à vista de um processo cada vez mais integrado da economia mundial.

A Teoria Marxista da Dependência¹⁰² (TMD) buscou ir além da compreensão e proposição de políticas para resolução das assimetrias, conjugando um repertório categorial de extrema complexidade, com o objetivo de inserção na realidade para transformá-la radicalmente. A noção de dependência, ainda que pressuposta na teoria clássica do imperialismo, sobretudo na categoria “*desenvolvimento desigual e combinado*”, passou a ocupar importante papel nas reflexões daqueles que buscavam desnudar a natureza das sociedades que se estruturavam de maneira subordinada ao capitalismo central.

¹⁰¹ A categoria central de análise é o capital – relação social -, não a nação/país.

¹⁰² Não serão abordadas todas as vertentes da Teoria da Dependência, apenas a TMD que, de fato, possui uma interlocução com a categoria capital-imperialismo aqui defendida. Para uma sistematização das correntes da Teoria da Dependência, ver: *A Teoria da Dependência – Balanços e perspectivas (2000)*, de Theotonio dos Santos. Nesse sentido, exclui-se da análise aqui empreendida a importante obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de 1970).

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) pode ser entendida de maneira coligada à Teoria do Imperialismo, porquanto a proposta de seus principais formuladores era o de entender as consequências da internacionalização do modo de produção capitalista no pós Segunda Guerra Mundial, na estrutura interna dos países periféricos, utilizando-se de um repertório categorial próprio, devido o entendimento de que o capitalismo dependente se reproduzia de maneira “sui generis”. Nas palavras de Theotonio dos Santos:

Apesar de que la dependencia debe ser situada en el cuadro global de la teoría del imperialismo, ella tiene su realidad propia que constituye una legalidad específica dentro del proceso global y actúa sobre él de esta manera específica. Comprender la dependencia, conceptuándola y estudiando sus mecanismos y su legalidad histórica, significa no solo ampliar la teoría del imperialismo sino también contribuir a su reformulación (SANTOS, 2011[1978], p. 41).

O imperialismo passa a ser entendido como um fenômeno que forma as bases nas quais as sociedades latino-americanas se estruturam, permeando-as em diversas esferas da vida social¹⁰³. O primeiro autor a destacar com densidade a particularidade deste fenômeno sócio-histórico nos marcos do capitalismo dependente – portanto, não como fenômeno exclusivo do Brasil - foi Ruy Mauro Marini.

Marini foi um dos mais consistentes pensadores e intérpretes marxistas do Brasil e da América Latina no século XX e justamente por isso merece ser apresentado de forma mais detida. Professor de Ciência Política da UNB e militante da *Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP)*, importante organização a buscar uma síntese e um programa socialista para o Brasil à luz do marxismo e da construção de um partido revolucionário.

¹⁰³ MARINI, 2012 [1969], p. 28.

A POLOP orientou as suas críticas ao stalinismo, ao nacionalismo e ao desenvolvimentismo, ocupando um lugar “à margem” do conjunto da esquerda socialista do período. Nesse ínterim, Marini conviveu com militares de baixa patente, estudantes, professores e profissionais liberais¹⁰⁴, além de ter participado dos debates no interior da organização acerca do capitalismo no Brasil, da atualização da teoria marxista do imperialismo¹⁰⁵ e sobre o golpe de 1964¹⁰⁶.

O golpe de 1964 produziu consequências dramáticas na sua vida, uma vez que foi preso, torturado no Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e após a soltura exilou-se no México em 1965, onde lecionou no Colégio do México (COLMEX) até a sua transferência para o Chile, aonde passou a ministrar aulas na Universidad de Chile, entre 1971-1973. Retornou ao México em 1974, alocando-se na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), momento em que produziu a parte mais pujante de sua obra com um vasto repertório categorial de análise.

Sua formação também foi construída em diálogo com importantes intelectuais do período – alguns também militantes ou contatos internacionais da POLOP - que se dispuseram a compreender e reinterpretar a dinâmica do capitalismo nos países latino-americanos, como Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo, entre outros. Tomando por base a teoria de Marx acerca do modo de

¹⁰⁴ MATTOS, 2002.

¹⁰⁵ A teoria marxista do imperialismo discutida internamente na POLOP recebeu forte influência dos escritos de August Thalheimer, ver: THALHEIMER, August. 1923: Uma oportunidade perdida – A lenda do “outubro alemão” e a verdadeira história de 1923. Tradução do Centro Victor Meyer. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/thalheimer/1931/lenda/index.htm>; THALHEIMER, August. Vinte anos após a revolução de outubro. Tradução do Centro Victor Meyer. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/thalheimer/1937/11/05.htm>.

¹⁰⁶ COELHO, 2017.

produção capitalista, os clássicos do imperialismo e a unidade dialética centro-periferia, tais autores buscaram compreender a condição-estruturação de dependência nas sociedades periféricas e as suas inserções, subordinadas, na economia mundial, no que ficou conhecido como Teoria Marxista da Dependência (TMD)¹⁰⁷.

Com essa trajetória, Marini desenvolveu uma original e instigante interpretação do capitalismo na periferia e sua inserção internacional, através de numerosos artigos, livros e cursos¹⁰⁸. Sem aprofundarmos em minúcias o conjunto de sua sólida obra, registramos a categoria *subimperialismo*, trabalhada pelo autor de maneira intermitente e em diferentes escritos, mas de maneira coesa para fundamentar o seu entendimento sobre o fenômeno da fase monopolista do capital nos países dependentes.

Esta categoria revela-se como um desdobramento da intenção de Marini em investigar as mudanças na divisão internacional do trabalho após a Segunda Guerra Mundial nos países dependentes, articulada ao capitalismo mundial; a particularidade da expansão capitalista nesses países e a emergência do capital financeiro; a ascensão de novos subcentros econômicos e políticos da acumulação mundial, posto que no entendimento de Marini, chegaram a níveis de concentração-centralização de capitais numa fase característica dos monopólios, o que reordenou a hierarquia dos países capitalistas de forma piramidal¹⁰⁹.

A origem deste fenômeno situava-se no avanço de pólos intermediários da composição orgânica do capital em um patamar mundial, uma vez que aumentava a integração dos sistemas de produção o que permitiu a monopolização da economia e do

¹⁰⁷CARCANHOLO, 2013.

¹⁰⁸ Há de se destacar a curadoria de sua obra pela UNAM, disponível no site: <http://www.marini-escritos.unam.mx/index.html>

¹⁰⁹MARINI, 1977.

capital financeiro num país dependente¹¹⁰, além disso, a necessidade de uma política expansionista *relativamente* autônoma, e aqui enfatizamos o “relativamente”, conforma outro componente básico. A ênfase na industrialização, nos empréstimos e financiamentos, além do fluxo de euromoedas - capital dinheiro internacional – para os países dependentes ao longo dos anos 1970, também fortaleceram, segundo Marini, o fenômeno do subimperialismo e reconfiguraram uma nova economia mundial capitalista.

As condições de expansão subimperialista não seriam exclusividade brasileira, mas sim das condições de um Estado militarista de tipo prussiano que levaram adiante o processo de industrialização, inserindo-se na nova e redefinida divisão internacional do trabalho internacional, marcado pela transferência para os países dependentes de etapas consideradas inferiores do processo industrial, tal como o aço exportado pelo Brasil¹¹¹. Nesse sentido, Marini também menciona a Argentina, El Salvador, México, Chile e Peru, enquanto Estados que passam por processos similares ao do brasileiro e fazem parte deste desenvolvimento *sui generis* do capitalismo latino.

É possível identificar três momentos fundamentais na produção de Ruy Mauro Marini, principal autor da TMD, para o aprofundamento da análise sobre o caráter subimperialista da expansão capitalista brasileira: *Brazilian interdependence and imperialist integration* (1965), *Subdesenvolvimento e revolução* (2012 [1969]), *Dialética da dependência* (2011 [1973]) e *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo* (1977).

¹¹⁰ “Nesse sentido, em nossos dias, o Brasil se identifica como a mais pura expressão do subimperialismo.” (Idem, p. 41)

¹¹¹ MARINI, 2011 [1973], p. 169; 172.

Marini criou esta categoria ao compreender que a nova divisão internacional do trabalho nos anos 1960/1970, produzia novos subcentros de acumulação capitalista, cujos fundamentos são a *superexploração* e a *transferência de valor*. A sua leitura à época era de que os capitais que aqui estavam por terem maior produtividade ou monopólio, ainda que com importante papel do Estado, conseguiram se inserir externamente via exportação de mercadorias.

A leitura de sua obra comporta a interpretação de que a superexploração está articulada com as transferências de valor e a cisão dos ciclos de reprodução de capital. Juntando os três elementos, desponta uma saída subimperialista para restaurar a unidade entre produção e realização, bem como solucionaria as perdas decorrentes da transferência de valor. Era identificado por Marini a existência de uma pulsão subimperialista oriunda da estrutura agrário-exportadora e da influência interna de grupos voltados para este setor.

Posto isso, tanto pela política de reforço da aliança com o latifúndio, quanto pela política de integração ao imperialismo, a burguesia brasileira não teria contado com um crescimento do mercado interno em grau suficiente para absorver a produção crescente que resultará da modernização tecnológica:

Não lhe resta outra alternativa além de tentar se expandir para o exterior, tornando-se então necessário garantir uma reserva externa de mercado para sua produção. O baixo custo de produção que a atual política salarial e a modernização industrial tendem a criar assinala a mesma direção: a exportação de produtos manufaturados. (MARINI, 1969, p.129)

Localiza-se a necessidade da realização dos capitais para além das fronteiras nacionais. Segundo Marini, a industrialização brasileira e a dos centros médios de

acumulação padecem de problemas de realização, resultantes da insuficiência do mercado interno de massas.

O subimperialismo, portanto, seria uma das formas de superação da insuficiência do mercado interno e de compensação das perdas no mercado internacional. O desenvolvimento capitalista na periferia se apoiaria num distanciamento entre as condições de existência e os padrões de consumo das massas¹¹².

Os problemas de realização seriam resolvidos através de uma maior intervenção do Estado (criação de mercado via obras de infraestrutura e compra de armamentos), distribuição regressiva da renda e exportação de manufatura¹¹³.

Sinteticamente, assim foi definido o subimperialismo pelo autor:

- a) A partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e
- b) A partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a

¹¹² “... o sistema econômico imposto ao Brasil pelo grande capital nacional e estrangeiro agrava cada vez mais suas características monstruosas, entre as quais se destacam o aumento do exército industrial de reserva – e o divórcio entre a estrutura produtiva – voltada para o mercado mundial – e as necessidades de consumo das amplas massas. Foi a partir dessa perspectiva que sugeri, para o caso do Brasil, o conceito de subimperialismo.” (MARINI, [Prefácio da quinta edição], 2012, p. 32-33); “Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias (...) Na economia exportadora latino-americana, as coisas se dão de outra maneira. Como a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. (MARINI, [1973], 2011, p. 155-157)

¹¹³ MARINI [1969], 2012, p. 39.

integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores). (MARINI, [1969], 2012, p. 40)

Para Marini, a política expansionista da ditadura expressava a tentativa de garantir influência, mas também o controle das fontes de matérias primas, tais como: o gás da Bolívia e os recursos hídricos do Paraguai, bem como garantir zonas de influência no interior daquela partilha do mundo¹¹⁴.

Há de se ressaltar um elemento fundamental na sua interpretação sobre o subimperialismo brasileiro, isto é, a de contenção à ascensão das lutas populares na América Latina, acirrada com a Revolução Cubana, convertendo-se em centro de irradiação da expansão imperialista no continente¹¹⁵.

A superexploração¹¹⁶ seria a solução encontrada pelos capitalistas da periferia para aumentar a taxa interna de mais-valor e prosseguir com o processo de acumulação de capital, visto que o mais-valor produzido na periferia é apropriado e acumulado no centro sob a forma de lucros, juros, patentes e deterioração dos termos de troca. Conforma-se enquanto um mecanismo de compensação das transferências de valor,

¹¹⁴ MARINI, [1969], 2012, p. 34-35.

¹¹⁵ Idem, p. 127.

¹¹⁶ Em *Dialética da dependência*, Marini definiu os fundamentos da superexploração: “Pois bem, os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. (MARINI, [1973], 2011, p. 149); Em *Sobre a Dialética da dependência*, Marini acrescentou: “Por tudo isso, a superexploração é definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e **tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real.** (MARINI, [1973], 2011, p. 180)

onde as burguesias dependentes *aumentariam a intensidade do trabalho*, a *jornada de trabalho* e estabeleceriam um *salário arrochado*, no que constituiria a violação do valor da própria força de trabalho.

Antes de reafirmar a hipótese de Marini da superexploração do trabalho (força de trabalho) como traço característico da dependência¹¹⁷, seria preciso avaliar o solo histórico no qual se dá o valor da força de trabalho no cenário internacional, elemento não abordado por Marini.

O valor¹¹⁸ da força de trabalho não se define somente no cenário nacional, sobretudo após os anos 1970, com a intensa circulação legal e “ilegal” de força de trabalho barata (imigrantes e refugiados), a informalidade sem garantia de direitos e a

¹¹⁷ Marini oferece uma definição exata do que ele entendia por dependência: “Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma **relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência**. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida.” (MARINI, [1973], 2011, p. 134-135).

¹¹⁸ No livro 1 de *O capital*, Marx demonstra que a força de trabalho possui um valor determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção/reprodução, ou seja “Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele tem de poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições no que diz respeito a sua saúde e força. A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também depende, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida se formou a classe dos trabalhadores livres num determinado local.” (MARX, , 2013 [1867], p. 245-246).

fragmentação do processo produtivo, sendo esta última um elemento fundamental para desarticular os laços de solidariedade entre a classe trabalhadora em âmbito nacional e internacional, encapsulando as lutas e formas organizativas dos subalternos. Prioritariamente, a redução/limitação da jornada de trabalho *pode* resultar na limitação da produção de valor, uma vez que indica quando o/a trabalhador (a) começa e quando termina de vender a sua força de trabalho e o que lhe pertence desse tempo¹¹⁹.

No cenário internacional, ou mais precisamente nos Estados centrais, a questão da intensificação do trabalho é resolvida de maneira insuficiente por Marini:

O fato de que, nos países altamente industrializados, a elevação simultânea de produtividade e de intensidade de trabalho não se tenha traduzido desde várias décadas na redução da jornada não invalida o que se disse. **Apenas revela a incapacidade da classe operária para defender seus legítimos interesses**, e se traduz no esgotamento prematuro da força de trabalho, expresso na redução progressiva da vida útil do trabalhador, assim como em transtornos psicofísicos provocados pelo excesso de fadiga. (MARINI, [1973]. 2011, p. 183)

Abstrai-se o pacto de dominação vigente naquele período em algumas nações, o Estado de bem estar social na Europa Ocidental e a conversão das lutas sociais em pautas por dentro da ordem, o que não representa necessariamente uma “incapacidade” da classe trabalhadora, mas sim uma condição histórica de amputação de pautas radicais e a capacidade coercitiva do Estado em dissuadir e reprimir movimentos contestatórios numa formação econômico-social que não passou por uma revolução burguesa clássica, no sentido de estabelecer direitos considerados mínimos dentro da democracia burguesa.

¹¹⁹ Idem, p. 373-374.

Em crítica à Marini, Virgínia Fontes argumentou que situações de rebaixamento do valor da força de trabalho não configuram uma exceção periférica no período em que Marini analisa o processo histórico brasileiro, mas expressam o caráter desigual e combinado da expropriação do povo do campo.

Existe, de fato, um compartilhamento da exploração das diferentes procedências de capital que extraem mais-valor no Brasil. Exportação de bens primários e perda de parcela do mais-valor com a abertura do mercado de força de trabalho para a exploração direta do capital forâneo¹²⁰. Marini desconsidera o caráter substitutivo das importações que marcou a industrialização no Brasil, voltada, portanto, para o próprio mercado interno.

Outro elemento criticado, de maneira pertinente, é a falta ou impossibilidade da categoria subimperialismo abranger a reconfiguração do Estado e as alterações no conjunto da vida social com a expansão da mercantilização para todas as esferas da vida, inclusive com a ampliação do Estado através da atuação dos aparelhos privados de hegemonia.

Marini também não salienta que a extração de Mais-Valor relativo, fundamental para o consenso dos subalternos, aumenta a taxa de mais-valor através de uma maior composição orgânica sem alterar a jornada de trabalho, ou seja, converte o tempo de trabalho que o trabalhador usava para tempo de trabalho para o capitalista.

Nesse sentido, qual seria o termômetro medidor da “superexploração”? uma vez que tais características apontadas por Marini (Intensificação do trabalho e prolongamento das jornadas de trabalho) são integrantes da própria sociabilidade do capital? Justamente por essas características serem constitutivas do modo de produção capitalista, não nos parece um motivo suficiente para diferenciar os Estados de tipo

¹²⁰ FONTES, 2010, p. 354.

periféricos dos Estados centrais por uma questão de intensificação da exploração da força de trabalho.

Feita essa breve apresentação da TMD através das formulações de Marini, vale lembrar que a expansão imperialista contém uma dimensão de extorsão, mas também altera as relações internas dos países subalternos. As burguesias periféricas também mobilizam a classe trabalhadora em prol do desenvolvimento capitalista e é nessa dinâmica autoexpansiva, inerente ao modo de produção capitalista, que a acumulação rompe fronteiras e chega ao estágio capital-imperialista, ainda que subordinado e retardatário frente aos Estados centrais. Não é a restauração da unidade entre produção e realização que alçou o Brasil a exportação de capitais, mas a própria dinâmica da acumulação capitalista e a organização das burguesias em *aph's* que pautaram este fenômeno.

Algumas caracterizações do capitalismo contemporâneo:

São muitas as categorias¹²¹ que buscaram compreender ou qualificar, o período que ora investigamos. Muitas dessas interpretações buscaram apagar as contradições sociais engendradas pela sociabilidade do capital, em proveito de análises que priorizam a disseminação comunicacional, a compressão tempo-espço, a falsa dicotomia local-global, os deslocamentos em massa (turistas, migrantes ou refugiados), transações financeiras etc.

¹²¹ Dentre as principais, destaco: Globalização (GIDDENS, 1990; FEATHERSTONE, 1990); Formação Global (CHASE-DUNN, 1991); Cultura Global (APPADURAI, 1990, 1997; ROBERTSON, 1992); Sistema Global (SKLAIR, 1991); Modernidades Globais (FEATHERSTONE, 1995); Cidades Globais (SASSEN, 1991); Globalização Perversa ou Globalitarismo (SANTOS, 2010); Tempos Líquidos (BAUMAN, 2007).

Outras interpretações mantiveram o entendimento de que o termo imperialismo conservava sua validade explicativa e mantinha-se atual. Ainda que com entendimentos distintos da manifestação da forma-conteúdo da dominação e reconfiguração imperialista, autores¹²² importantes buscaram retomar vigorosas análises interpretativas sobre este fenômeno. Não irei aprofundar um balanço bibliográfico de todas essas autoras e autores, mas muitos deles aparecerão como referência interpretativa do atual momento capital-imperialista.

O “**Neoliberalismo**” foi um dos termos mais usados para o entendimento do momento pós crise dos anos 1960. O projeto neoliberal nunca foi unitário¹²³, apresentando tendências diversas, porém coesas na limitação da democracia em prol de “cláusulas pétreas” econômicas. O neoliberalismo não se define no nível de abstração

¹²² Refiro-me aos seguintes autores e autoras: Nicos Poulantzas, Istvan Mészáros, Samir Amin, Ellen Wood, Eric Hobsbawm, David Harvey, François Chesnais, Lucia Pradella, Leo Panitch, Vivek Chibber, Utsa Patnaik, Prabhat Patnaik, Jaime Osorio, Pablo González Casanova, Radhika Desai, Perry Anderson, Luiz Alberto Moniz Bandeira, Alex Callinicos, Virgínia Fontes, entre outros.

¹²³ Existe um razoável consenso na literatura crítica acerca de que o epicentro das políticas neoliberais consiste num ataque frontal aos sindicatos e à legislação trabalhista, ver: Cf. ANTUNES, 2005; BIANCHI, 2001; FIORI, 2001; NETTO, 2012; PETRAS, 1999.; Numa tentativa de periodização, José Luis Fiori caracterizou quatro momentos do neoliberalismo: 1) “o tempo da clandestinidade”. Período em que foram desenvolvidas as ideias expostas no final da segunda guerra mundial sob a hegemonia do pensamento keynesiano, pelo economista austríaco Friedrich Hayek, na obra “O Caminho da Servidão”; 2) A conquista dos espaços acadêmicos por parte das teorias da “Escolha Pública”, das “Expectativas Racionais” e da “Teoria dos Jogos”, nos anos 60/70, momento também que é formada uma geração de economistas que assumiram uma posição de destaque na direção das políticas econômicas nos países periféricos do capitalismo; 3) A passagem do campo da teoria para o campo da política com a chegada ao governo das forças liberal-conservadoras (conforme citamos no parágrafo acima); 4) O fim do “socialismo real” e a derrota de qualquer tipo de resistência as práticas liberalizantes. (FIORI, 1998, p. 215-220)

da análise exclusivamente econômica e do tripé macroeconômico (metas inflacionárias, política de mega superávit primário e política cambial) instrumentalizado tecnicamente pelas variáveis fiscais, monetárias e cambiais.

Neoliberalismo deve ser definido pela estratégia de “desenvolvimento” para o capital, de maneira a impor o mercado como instância mediadora societal insuperável, secundarizando o papel da democracia aos trâmites econômicos¹²⁴. Por esta acepção, a estabilização macroeconômica seria pré-requisito e as reformas estruturais condição para a sua implementação.

Portanto, o neoliberalismo não é, e nem poderia ser, definido por ausência estatal, aliás, se assim o definirmos, o solo social no qual são formuladas políticas e aonde as lutas se dão desapareceriam da análise. David Harvey apontou o neoliberalismo como abertura de novas dimensões para um tipo de acumulação denominada de “flexível¹²⁵”, um arranjo que aprofunda a superação das fronteiras espaço-tempo, bem como os constrangimentos legais, sociais, geoespaciais e econômicos para a acumulação de capital. Harvey foca nas transformações espaciais através da deslocalização da produção industrial, em particular com a migração de grandes marcas europeias e dos EUA para a China, Sudeste Asiático e África, num processo que redesenha padrões de consumo e concomitantemente preserva a disciplina da força de trabalho.

Tal disciplina vem acompanhada de novas formas de gestão da força de trabalho e extração de mais-valor, tais como o assim chamado “Just-in-time”, que objetiva

¹²⁴ NETTO, 2012, p.84.

¹²⁵ A posteriori, Harvey chamará de acumulação por espoliação, cujas características são: 1- privatização; 2- financeirização; 3- administração das crises; 4- redistribuições via Estado. (HARVEY, 2004, p. 172-178).

reduzir os estoques de insumos requeridos na produção, auxiliando na redução do tempo de rotação do capital e nos custos de circulação¹²⁶.

Posto isso, a flexibilidade é incorporada no sociometabolismo da organização produtiva, tanto pela rapinagem de direitos historicamente adquiridos, quanto pela captura ativa da subjetividade da classe trabalhadora, numa lógica de coparticipação do processo produtivo naquilo que ficou conhecido como “sindicalismo de participação¹²⁷”.

A análise de Harvey acerca do neoliberalismo, com ênfase nos processos de deslocalização socioespacial da produção, não incorpora o imperialismo enquanto categoria central nessa brutal exportação de capitais, no Investimento Externo Direto (IED) e das novas formas de gestão da força de trabalho. Harvey não nos fornece uma definição daquilo que ele entende como “novo imperialismo”, nem mesmo na obra de mesmo título, aonde apenas caracteriza o fenômeno como possuidor de qualidades novas dentre as quais o cunho pós-moderno seria o principal, conectado a acumulação flexível e ao neoliberalismo¹²⁸.

A sua imprecisão em definir o imperialismo culminou com a proposta de abandono da própria categoria em favor da noção de sistema mundo/global, defendida por Arrighi¹²⁹:

¹²⁶ MARINI, 2011, p. 191.

¹²⁷ Ver: ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: Ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 15, p. 111-124, nov. 2000.

¹²⁸ HARVEY, 2005, p. 16.

¹²⁹ ARRIGHI, Giovanni. Globalização e macrossociologia histórica. *Rev. Sociol. Polit.* 2003, n.20, p.13-23.

I think it useful to take up Giovanni Arrighi's preference to abandon the idea of imperialism (along with the rigidities of the core-periphery model of world system theory) in favor of a more fluid understanding of competing and shifting hegemonies within the global state system. But while I am increasingly inclined to accept Arrighi's view, I would want to insist upon a better understanding of the contradiction between the territorial logic of state interests and the molecular logic of capital flow (particularly in its money form), which cannot easily be (if at all) corralled within the logic of the state system. (HARVEY, 2017, p. 171)

A (in)compreensão de Harvey e dos demais autores acerca das transformações e complexificações do modo de produção capitalista, como alterações no *assim chamado padrão do regime de acumulação* com o neoliberalismo, não dão conta dos processos históricos reais e da capacidade de reestruturação autoexpansiva do capital em meio a crise, ainda que por caminhos diferenciados, mantém-se a lógica inerente desta sociabilidade, qual seja, o rompimento de fronteiras territoriais para a materialização de mais expropriações e de novas modalidades de extração de valor.

Virgínia Fontes empreendeu uma pertinente crítica a categoria neoliberalismo:

A categoria de neoliberalismo também continha um teor fortemente descritivo, aplicando-se a uma política, a uma ideologia e a práticas econômicas que reivindicavam abertamente o ultra-liberalismo, porém com forte viés de denúncia. Tem como núcleo o contraste fundamental com o período anterior, considerado por muitos como "áureo" (keynesiano ou Estado de Bem Estar Social), o que reduz a percepção do conteúdo similarmente capitalista e imperialista que liga os dois períodos, assim como apaga as discrepâncias que predominaram entre a existência da população trabalhadora nacional nos países imperialistas e nos demais. (FONTES, 2010, p.154)

A categoria “**Globalização**” também foi amplamente utilizada¹³⁰ para designar as transformações do pós crise dos anos 1960. Ela aparece pela primeira vez em um artigo chamado “The Globalization of Markets” (Harvard Business Review, May-June, 1983, de Theodore Levitt).

Este termo passou a ser utilizado pelos críticos enquanto um referencial analítico de compreensão da realidade, pressupondo assim a existência efetiva de uma globalização em marcha, sem a preocupação de identificação das classes sociais envolvidas no processo e a sua historicidade. O mais trivial é vermos a utilização do termo Globalização como “integração entre países” ou “consumo padronizado.

Tal categoria acabou por se enraizar no âmbito das ciências humanas e no senso comum após a queda do muro de Berlim e o fim da U.R.S.S, o que serviu como mote explicativo central para explicar as transformações no Leste Europeu e assumiu uma conotação ideológica de supremacia do capitalismo sob as experiências revolucionárias. Com uma visão crítica acerca do conceito, Adrian Sotelo Valencia, apontou para o fato de que a “Globalização” oculta o processo real de expansão do capitalismo em escala mundial:

Ele apenas descreve como operam certas categorias como a informação através da Internet, o capital financeiro que opera mediante a transmissão de dados, o papel, os cartões de crédito e as bolsas de valores; promove o caráter supostamente civilizador e progressista dos meios de comunicação geralmente controlados pelas grandes empresas dos grandes impérios e outros elementos da mesma natureza em escala supranacional. No entanto, não explica as causas e contradições desses comportamentos como efetivamente o faz a teoria do imperialismo e da internacionalização do capital (VALENCIA, 2011, p.154).

¹³⁰ KOCHER, 2011, p.8. ; Kocher também nos lembra de que uma percepção do “global” enquanto componente da vida social já havia sido pensado por Marshall McLuan, a partir da categoria de “Aldeia Global”.

Frequentemente utilizada para descrever de maneira romantizada a velocidade comunicacional das informações, o encurtamento das distâncias físicas e das transações internacionais, a categoria Globalização, dessa maneira, obnubila o caráter expropriatório e concentrador do capitalismo, quando por vezes não apaga a própria noção de capitalismo enquanto relação social.

A categoria “**Mundialização**” não nega a globalização enquanto termo explicativo, pois nas palavras de Giovanni Alves, esta época histórica seria marcada por “um novo regime de acumulação capitalista”, caracterizado por outro patamar no processo de internacionalização do capital, totalmente distinto dos períodos anteriores.

A "globalização" tendeu a alterar os fatores geradores de interdependência entre as economias nacionais. Por exemplo, nos anos 90, é perceptível a importância dos investimentos externos diretos (IED) mais do que as trocas. (...). De certo modo, é a importância do IED e sua peculiar natureza que corroboram para a disseminação de um padrão mundial de inovações produtivas (o que poderíamos denominar "toyotismo"), capazes de dar um molde comum à estrutura de produção (e de intercâmbio) do capital em vários lugares do mundo capitalista. Além do crescimento dos IED, a interdependência entre as economias nacionais ocorre nos anos 90 a partir do (1) crescimento contínuo dos fluxos de trocas intrafirmas, (2) da disseminação de novas modalidades para acordos inter-empresas quanto à transferência internacional de tecnologias (indo além da concessão de franquias e do comércio de patentes), o que implica a possibilidade das empresas e de alguns países capitalistas terem novos acessos a novos conhecimentos e às tecnologias-chave e (3) o surgimento de novos tipos de empresas multinacionais com formas organizacionais tipo "rede". (ALVES, 1999, p. 60-61)

O principal autor a defender a tese da mundialização pela perspectiva da predominância de um regime de acumulação financeira foi François Chesnais. Em “A mundialização do capital” (1996) e “A mundialização financeira” (1998), Chesnais vai além da fusão entre capital bancário e capital industrial ao enfatizar o papel dos fundos de pensão, fundos de aplicação coletivos privados, grupos de seguros e dos próprios bancos multinacionais.

Porém, o francês não avança numa crítica ao termo globalização, ao contrário, ele conecta a noção de mundialização do capital com o termo mencionado:

A expressão “mundialização do capital” é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “globalização”, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais” (...) A integração internacional dos mercados financeiros resulta, sim, da liberalização e desregulamentação que levaram a abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real. (CHESNAIS, 1996, p. 17)

Mas o fulcral na sua tese não é a coligação mundialização-globalização, e sim:
1- A mudança do regime de acumulação nos anos 1960/1970¹³¹; 2- O capital portador de juros, enquanto resultante do capital financeiro, assume *um caráter de especialidade*

¹³¹ “Classicamente, os autores distinguem três elementos constitutivos na implementação da mundialização financeira: a desregulamentação ou liberalização monetária e financeira, a descompartimentalização dos mercados financeiros nacionais e a desintermediação, a saber, abertura das operações de empréstimos, antes reservadas aos bancos, a todo tipo de investidor institucional.” (CHESNAIS, 2005, p.46)

Chesnais faz uma análise correta do movimento aparente, porém se equivoca ao deslocar o mesmo movimento de sua essência.

de capital que domina os demais. O capital portador de juros, para Chesnais, aparece descolado de outros tipos de capitais, porém passa a dominá-los após a crise do Estado de bem estar social.

Além de ser uma forma do capital, é contestável que tenha ocorrido uma mudança no “regime” de acumulação conforme mencionado anteriormente, mas sim uma complexificação de processos que são inerentes ao próprio modo de produção capitalista, onde o capital portador de juros faz parte de um ciclo completo, em que na sua totalidade vai existir a extração de mais-valor.

Em linhas gerais, o capital se valoriza numa articulação dialética produção-circulação, não sendo o capital portador de juros descolado dos demais, pois ainda que seja autônomo na aparência, ele não o é na essência, conforme explicou Eleutério Prado em crítica à Chesnais:

O capital portador de juros é autônomo na aparência e não-autônomo na essência. É preciso ver que o capital portador de juros subordina hoje a produção de uma forma que não é, em si mesma, estruturalmente nova, mas o faz com uma intensidade nova e de um modo novíssimo ligado à emergência da ciência-capital, do conhecimento-capital.
(PRADO, 2005, p. 3)

A questão do conhecimento-capital alertada por Eleutério Prado é bem ilustrativa no caso da propriedade intelectual, expressão da conversão do conhecimento e dos saberes humanos acumulados historicamente em mercadoria. A propriedade intelectual é um dos desdobramentos das novas formas de expropriação dos bens

humanos, que também se desdobra através das patentes, biopirataria, privatização das águas, mercado de carbono etc¹³².

Foi Fontes quem empreendeu uma melhor interpretação sobre a articulação do capital portador de juros com o solo social da extração de mais-valor:

O papel das instituições concentradoras dessas enormes massas monetárias se altera – quer sejam elas bancos ou outras instituições – para assegurar sob diversas modalidades o processo de venda de capital, venda que impõe a condição de que seus compradores o convertam em capital ativo, i.e, que os mutuários atuem socialmente como extratores de mais-valor. Isso significa que massas crescentemente concentradas de recursos impõem ao conjunto da vida social uma extração acelerada e intensificada de mais-valor.
(FONTES, 2010, p. 24)

Nesse trecho, Fontes aponta para o fato de que o capital portador de juros impõe o ritmo da extração de mais-valor, mas não se dissocia dele. Portanto, as atividades monetárias estão umbilicalmente articuladas aos processos produtivos – Os próprios bancos e o sistema financeiro como um todo necessitam da expansão permanente da extração de mais-valor.

O Capital-Imperialismo:

¹³² Num manuscrito intitulado “Capital e Tecnologia” (1861), Marx já apontava como as pesquisas estão inseridas no processo de acumulação capitalista. Mais do que isso, salientava que “Somente a produção capitalista transforma o processo produtivo material em aplicação da ciência à produção — em ciência, posta em prática, mas somente submetendo o trabalho ao capital e reprimindo o próprio desenvolvimento intelectual e profissional...” (Disponível em:

<https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/tecnologia.htm>)

“Jamais existiu na história do capitalismo período de harmonia ou de não-violência. Os primeiros decênios que sucederam à II Guerra Mundial – os chamados “trinta gloriosos” – são retrospectivamente pintados de paraíso perdido. Entretanto, não foram eles palco do colonialismo e das guerras de independência, da guerra supostamente fria e dos conflitos incendiários suscitados por eles na Coreia ou no Vietnã? Que dizer da subversão golpista por todo o mundo, principalmente na América Latina, cada vez que o controle dos governos dos países da periferia pelas classes ou grupos favoráveis aos EUA esteve ameaçado.” (DUMENIL & LÉVY. O imperialismo na era neoliberal, in: Revista Crítica Marxista nº18, 2004)

“A transição capitalista de primórdios do século XX foi, ao mesmo tempo, uma luta pela extensão imperialista desigual dos países retardatários.” (FONTES, 2010, p.141)

A categoria de análise aqui utilizada e defendida para a compreensão do capitalismo contemporâneo e a inserção brasileira nesse processo é a de: Capital-Imperialismo. Foi Virgínia Fontes em “O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história” (2010) quem defendeu esta categoria como pedra angular para se compreender a dinâmica contemporânea do capitalismo, diferentemente das categorias que obscureceram o fato de que a expansão capitalista ocorreu pela via do imperialismo no pós Segunda Guerra Mundial.

Para tanto, Fontes utilizou-se de uma metodologia que parte das características gerais do capitalismo contemporâneo articulado à formação social brasileira em particular, nas suas conexões entre sociedade civil-sociedade política (ambas são lócus de embates) e as lutas de classes, nervura da contradição movente da sociabilidade do capital.

A sua hipótese central é a de que o Brasil integra de maneira subalterna o conjunto dos países capital-imperialistas. Nesse sentido, o Estado brasileiro e parcela das burguesias configuram-se de maneira capital-imperialista, conjugando as tradições autocráticas com sofisticadas estratégias de organização.

Sobre o capital-imperialismo:

A ideia de capital-imperialismo procura recuperar os conceitos clássicos para explorar um presente forçosamente diverso do período no qual nasceram, mas que representa a continuidade e o aprofundamento da mesma dinâmica do capital (...) Novas características resultariam de sua dilatação em nova escala, com ênfase para a conjugação de violência e convencimento (...) (FONTES, 2010, p. 13-14)

Este fenômeno é datado do pós Segunda Guerra Mundial, marcado por uma exacerbação e concentração consorciada de capitais¹³³. A utilização da categoria capital-imperialismo recoloca o percurso do próprio imperialismo no pós Guerra, na maior parte das vezes apagado pelos termos já mencionados anteriormente. É ressaltado o fato de que ao longo do século XX, a categoria imperialismo foi utilizada predominantemente por dois vieses: 1- O capitalismo sempre foi imperialista, desprezando assim as mudanças qualitativas; 2- Imperialismo como expressão da expansão de um único país ou império: os EUA.

Podemos mencionar a contribuição de Samir Amin dentre os autores que caracterizam a expansão global capitalista como imperialista em todas as etapas de sua história¹³⁴. Amin produziu uma importante tese acerca da nova configuração do imperialismo, onde é medular a caracterização de uma ordem competitiva para além da chamada tríade (EUA, Japão e União Europeia), composta por estratos periféricos de primeira linha – antigos países socialistas, China, Coreia, Taiwan, Brasil e México -; segunda linha – África do Sul, Irã, Turquia e demais países da América Latina -, e de

¹³³ Entrelaçamento pornográfico. Nova escala de propriedade dos recursos sociais de produção. (FONTES, 2010, p.149)

¹³⁴ AMIN, 2005, p. 82.

terceiro estrato – países que dispõem de vantagens naturais, mas não ingressaram na revolução industrial¹³⁵-.

O primeiro e o segundo estrato marcariam, na nossa avaliação, um conjunto de países que se inserem na corrida imperialista de maneira subalternizada e com amplas margens de serem expropriados por capitais situados nos próprios países ou por capitais forâneos. Já o terceiro estrato seria aquele aonde as expropriações podem ser efetuadas na sua completude, ainda que não seja de interesse dos capitais internacionais.

Soma-se a esse processo o aumento do número de ingressantes na competição interimperialista e a mundialização da lei do valor, que segundo o economista estabeleceu-se via cinco monopólios: A) Tecnologia; B) Controle/Liberalização dos fluxos financeiros (o mais mundializado segmento do capital); C) Recursos naturais; D) Comunicação e mídia; D) Armamentos de destruição em massa¹³⁶.

Já estabelecemos uma avaliação dos dois primeiros pontos na seção anterior quando apresentamos a “mundialização”. Os três pontos seguintes são fundamentais no capital-imperialismo contemporâneo, a julgar pelas permanentes tensões pelo controle do fluxo de petróleo no Iraque e diversas outras regiões do Oriente Médio, assim como a abertura de tensões interimperialistas pela exploração do Pré-Sal no Brasil, o Aquífero Guarani e o Lítio¹³⁷ para utilização de eletrônicos e energia não poluente.

Leo Panitch¹³⁸ representa a segunda linha de interpretação. Para Panitch (2014), os EUA são um império que garantem a reprodução do capitalismo em escala global.

¹³⁵ AMIN, 2005, p. 88.

¹³⁶ Idem, p. 89.

¹³⁷ A região do Salar de Uyuni, na Bolívia, é o lugar onde estão as maiores jazidas de lítio no mundo inteiro.

¹³⁸ Panitch possui uma importante obra intitulada “The Making of global capitalismo: The political economy of American Empire”, juntamente com Sam Gindin, em que produzem instigante reflexão sobre as relações do capitalismo contemporâneo e o Estado Estadunidense, destacadamente os conflitos e disputas internas no Estado.

Após o fim da U.R.S.S houve um aumento dos encargos deste império, com a integração de Estados do hemisfério sul ao modo de produção capitalista. Em artigo intitulado *Repensando o marxismo e o imperialismo para o século XXI*, é criticada a correlação do imperialismo com a exportação de capitais e a rivalidade interimperialista, posto que para o autor não “dão mais” conta de compreender o papel das classes dominantes pretéritas ao capitalismo no expansionismo territorial:

De maneira demasiado restrita, eles perceberam o comportamento do Estado como objeto do controle direto e exclusivo dos capitalistas; e associavam de maneira demasiado direta a exportação de capitais com a **velha história do imperialismo como uma extensão do domínio por meio da conquista armada de territórios.** (PANITCH, 2014, p. 3)

Por esta visão, os teóricos marxistas do imperialismo seriam ultrapassados para a investigação do tema na contemporaneidade. Nesse sentido, os clássicos também se equivocaram ao tratar o capital financeiro como fenômeno da ordem internacional do capital, uma vez que para Panitch era algo restrito a Alemanha, enquanto nos EUA, paradigma do imperialismo, as relações entre o setor produtivo e o financeiro eram menos rígidas.

Ao “espremermos” as críticas que Panitch faz dos clássicos, o que extraímos é uma defesa da tese de Kautsky do ultraimperialismo. Nesse caso, Panitch a defende com os seguintes argumentos: Redes internacionais de produção integrada, centralidade do dólar e dos títulos do tesouro Estadunidense¹³⁹. A prerrogativa da guerra e a ação do Pentágono seriam secundárias frente a atual dinâmica do capitalismo, protagonizadas pelo tesouro e o Federal Reserve.

¹³⁹ Idem, p. 6.

Para os objetivos desse capítulo, interessa-nos ressaltar que Panitch deixa em segundo plano as contradições no seio da expansão da concentração de capitais que marcou um processo de inserção de Estados retardatários e suas burguesias a corrida capital-imperialista. Por conseguinte, esta dinâmica se explicita pela necessidade imanente de complementação da expansão externa e interna do capital, “mas também impulsionando expropriações de populações inteiras, suas condições de produção, direitos, existência ambiental e biológica¹⁴⁰”.

O capital-imperialismo aparece, portanto, como alternativa a essas interpretações, ao buscar conectar as características atuais da propriedade do capital, a intensificação de extração de mais-valor e a forma assumida pela luta de classes (Estado). A categoria é consubstanciada com a incorporação do repertório categorial de Gramsci. O marxista sardo empreendeu um esforço de articular as condições do exercício do poder político, da coerção-consenso, interligadas com as relações sociais de produção, conforme mostramos anteriormente.

Coligado a isso, a nervura para se compreender as metamorfoses da dominação burguesa é a formação e proliferação de APH's. O atual estágio capitalista seria compreendido através da complexificação permanente do aparato repressivo, da expansão e sofisticação das estratégias de educação do consenso e das formas laborais cada vez mais precarizadas, que encapsulam as lutas em seus Estados nacionais.

Este termo não busca cumprir a função de demarcar uma categoria inovadora, mas sim enquanto necessidade ontológica de compreender as modificações introduzidas pela dinâmica imperialista sob determinadas condições sócio-históricas, ou seja, os seus contornos específicos e distintos daqueles traçados no século XIX até meados do XX. Absorve-se também a necessidade de não apenas conter as lutas sociais, mas também

¹⁴⁰FONTES, 2010, p. 149.

convertê-las funcionalmente à lógica do capital. Em linhas gerais, os elementos constitutivos das mudanças qualitativas do capital-imperialismo apresentadas por Fontes com acréscimos interpretativos do autor desta tese são os seguintes:

Tabela 1 – Elementos constitutivos do Capital-Imperialismo

Pós-Segunda Guerra Mundial	Pós-1968 (Crise do modo de produção capitalista e mobilizações sociais)	Pós fim da U.R.S.S
Lutas por independência-- Modificações dos formatos de controle sobre os territórios via colonização direta.	Encapsulamento das lutas aos espaços nacionais.	Novas fronteiras para expandir as condições da reprodução ampliada do capital- Intensificação da questão dos refugiados.
Novas instituições (instâncias internacionais de gestão intercapitalista – voltadas para garantir a expansão e extração de mais-valor em escala crescentemente internacional). Permanência da exportação de capitais e gradual conversão em IED.	O combate a pobreza como questão de segurança nacional (Gestão McNamara do Banco Mundial) – Pobretologia e atuação mercantil-filantrópica.	Ajuda Humanitária como arma de guerra e mecanismo garantidor de instalação de tropas terrestres e bases militares, além do aprofundamento da dependência dos Estados subalternos
Alianças entre competidores internacionais, vulgarmente conhecidas como blocos econômicos.	Repartilha do mundo via incorporação de sócios minoritários ao capital-imperialismo. Agudização das	Voluntariado e outras formas de extração de mais-valor em que a força de trabalho atua com direitos expropriados ¹⁴¹ .

¹⁴¹ Ver: FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. Revista Marx e o Marxismo v.5, n.8, jan/jun 2017.

	tensões intercapitalistas a uma nova escala.	-Destaca-se neste decênio o chamado cooperativismo de plataforma ¹⁴² (Ex: Uber, ZipCar, Car2Go, Enterprise CarShare, Airbnb, Fitmob, Didi Chuxing, TaskRabbitetc).
Tratados Militares.	Submissão dos Estados à extorsão das agências de classificação de risco de crédito (Moody's, Standard & Poor's e da Fitch Ratings) ¹⁴³ .	Guerras por procuração. Combate ao terrorismo/Guerra ao "terror" – Guerra preventiva de ação generalizada. Aumento do contingente das forças policiais em detrimento das forças armadas.
Novas formas de disciplinamento da classe trabalhadora. A) Centro – WelfareState (consumo e direitos sociais). Democracia vs socialismo B) Demais países – Promessa de desenvolvimento e	Proliferação legiferante com o objetivo de unificar o direito econômico internacional. Fenômeno que não é recente, dado que em 1926 foi criado o Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT) com o intuito de	Políticas de redução dos danos ambientais (Sustentabilidade e Economia Verde) -Devastação ambiental capitalizada

¹⁴² Ver: SCHOLZ, Trebor. Cooperativismo de plataforma. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

¹⁴³ Para uma crítica a economia política que aborde esta submissão durante os governos do PT ver: CARCANHOLO (2010), PAULANI (2003; 2008) e MACIEL (2010). Talvez uma das grandes expressões desta submissão, no caso brasileiro, seja a **Carta ao povo brasileiro** emitida por Luiz Inácio Lula da Silva às vésperas do segundo turno em 2002: "Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação."

(Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>)

WelfareState como resultado. Extrema violência e anti-comunismo exacerbado.	unificar os contratos internacionais, a criação da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) em 1985 e a Convenção das Nações Unidas para a Venda Internacional de Mercadorias (2013) ¹⁴⁴ .	
Rede de entidades associativas em permanente expansão.	Saída dos EUA do acordo de paridade dólar/ouro.	Expropriações do conjunto dos seres sociais até então escassamente controladas pelo capital (são massivas expropriações primárias e secundárias) ¹⁴⁵ .
Formação de quadros econômicos, políticos e ideológicos do e para o grande capital, além da captura e desmobilização dos subalternos ¹⁴⁶ (desde os cursos	Sofisticação das Neurociências com a fundação da Sociedade para as Neurociências dos EUA (US Society for Neuroscience): pesquisas em torno das mentes e do comportamento humano e	Surgimento de novas máfias e intensificação de inúmeras modalidades de tráfico (Armas, pessoas e animais silvestres).

¹⁴⁴ Essa questão será abordada de maneira mais detida nos capítulos 2 e 3.

¹⁴⁵ As expropriações, reatualizadas após o fim da URSS, buscam converter o conjunto da vida social em mercadorias, inclusive elementos da natureza.

¹⁴⁶ No caso brasileiro podemos mencionar a criação do SENAI (1942) e Sesi (1946) enquanto instrumentos de formatação empresarial do comportamento e das subjetividades da classe trabalhadora.

que buscam forjar homens ao trabalho quanto pelas ideologias pró-capital, ex: a sociabilidade forjada nos EUA calcada no binômio liberdade individual e iniciativa individual, empreendedorismo, formas educativas, propagandísticas, culturais e padrões de consumo – moldagem de comportamentos).	animal ¹⁴⁷ .	
Novas modalidades de ação imperialistas: bloqueios econômicos.		
Crescimento de IED para outros países capital-imperialistas e alguns periféricos	SUBSTANTIVO AUMENTO DO NÚMERO DE PAÍSES EM PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO = → EXTRAÇÃO DE MAIS-VALOR EM MAIS ESPAÇOS MUNDIAIS	

¹⁴⁷ André Vieira dos Santos ressalta que desde o final da Primeira Guerra Mundial são criados comitês de psicologia nos EUA para auxiliar nas guerras vindouras por meio da psicologia militar. No decorrer da Guerra Fria são incorporadas à psicologia experimental e à psicometria as pesquisas de neurociências, juntamente com o aumento nos investimentos militares e do complexo biotecnológico (VIEIRA, André dos Santos. Capital-Imperialismo e psicologia experimental: A BrainInitiative como estudo de caso. No prelo, 2017). Acrescento que a Sociedade Brasileira de Neurociências e Comportamento foi criada em 1976, agregando na sua maioria especialistas em estudos do sono, neurofarmacologia, fisiologia da atividade mental e memória. (Ver: http://www.sbnec.org.br/site/texto.php?id_texto=3<Acessado em: 22/01/2018>)

	→ CENTRALIZAÇÃO E CONCENTRAÇÃO CRIANDO MONOPÓLIOS GIGANTES E CRESCENTES MASSAS MONETÁRIAS BUSCANDO VALORIZAÇÃO – DESREGULAMENTAÇÃO DA CIRCULAÇÃO DE CAPITAIS → AGUDIZAÇÃO DA 'PURA PROPRIEDADE'	
--	--	--

Elaboração do autor com base em: FONTES, 2010.

Já foi tratado ao longo deste capítulo as características do capital-imperialismo no imediato pós Segunda Guerra Mundial. Faço um adendo apenas para os bloqueios econômicos que constituem importante modalidade de isolamento dos Estados que promovem políticas de resistência ao conjunto de interesses dos capitais monopolistas Estadunidenses e da Europa. São gritantes os casos de Cuba e da Coreia Popular, dos anos 1960 até os dias de hoje; Nos anos 1980, o Irã entrou pro rol dos Estados embargados após a revolução de 1979; Na década de 1990, o Iraque e os Estados que compunham a ex-Iugoslávia receberam sanções, assim como a Faixa de Gaza em 2007 passou a sofrer restrições após a vitória do Hamas nas eleições parlamentares. Mais recentemente podemos incluir a Venezuela entre os Estados que sofrem com embargos econômicos. Agudizam-se problemas como à fome e aprofunda-se a dependência destes Estados com organizações como a Cruz Vermelha e a Anistia Internacional.

Numa acepção contemporânea, os Estados bloqueados tem restritas as suas exportações e importações, além das dificuldades com medicamentos, alimentos, maquinaria de diversos tipos etc.. Conformam-se assim uma situação de estrangulamento

que em muitos casos requer alternativas rebaixadas, de incorporação e/ou parcerias táticas com Estados que possam suprir as pautas necessárias, com vistas a própria derrocada destes regimes.

A pobretologia e a conversão mercantil-filantrópica¹⁴⁸ são sofisticadas ao longo dos anos 1960/1970, durante a gestão McNamara no Banco Mundial, que estabeleceu uma ligação orgânica entre segurança interna-externa e a promoção do “desenvolvimento”, ou seja, melhoria dos indicadores socioeconômicos para evitar instabilidades¹⁴⁹. Estas políticas são aprofundadas no Brasil através das ações de entidades empresariais e não-empresariais – mantenedoras e apoiadoras de movimentos sociais e políticas de responsabilidade social-empresarial de cunho caritativo – na sua umbilical relação com o Estado ao longo dos anos 1990/2000.

Essas políticas apagam o caráter classista e mistificam a pobreza e as relações sociais que a produzem, inicialmente rebaixando e a posteriori convertendo lutas por direitos em uma política de “cidadania do e para o capital”. Em 1995, na presidência de FHC, foi criado o Programa Comunidade Solidária, voltado ao atendimento da população de baixa renda, em especial ao combate focalizado da fome e da pobreza. O foco de atuação concentrou-se nas áreas de alimentação e nutrição, serviços urbanos, desenvolvimento rural, geração de emprego e renda, defesa de direitos e promoção social.

¹⁴⁸ Devo mencionar, ainda que totalmente distinta em escala, a impressionante contribuição de Friedrich Engels ao que ele chamou de “preocupação social filantrópica da burguesia” com as *worhouses* e *truck-systems*, nas obras: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (2010 [1845]) e *Sobre a questão da moradia* (2015 [1872]).

¹⁴⁹ Ver: PEREIRA, João Márcio Mendes. *Desenvolvimento como segurança, assalto à pobreza e ajustamento estrutural: O Banco Mundial durante os anos McNamara (1968-1981)*. *Revista de História*, São Paulo, n. 165, p. 425-460, jul./dez. 2011.

O Comunidade Solidária desdobrou-se em outros programas, como *Alfabetização Solidária*, *Capacitação Solidária*, *Universidade Solidária*, *Esporte Solidário* e *Artesanato Solidário*. O Governo Federal implantou também programas de transferência de renda, como o Vale Gás, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, Bolsa Alimentação e o Bolsa Escola, esse último vinculado ao Ministério da Educação.

Nesse momento, o BNDES passou a cumprir um papel fundamental no desenrolar destas políticas, ao criar programas de crédito produtivo popular (o BNDES Solidário e o BNDES Trabalhador) e enquadrar ONGS mandatárias para ofertar crédito a quem não possuía acesso direto ao banco. Para tanto, foi estruturada uma rede de instituições financeiras para atender aqueles que buscavam crédito. Durante o século XXI, já sob o governo Lula, esses programas compensatórios foram ampliados através do Bolsa-Família, ProUni (Programa Universidade para Todos) e Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Dentre a legião de entidades que existem no Brasil, a Comunitas¹⁵⁰ destaca-se como uma das mais atuantes na perpetuação de ações de caráter mercantil-filantrópico. Esta entidade promove encontros de líderes empresariais, programas de conversão de investimentos em “melhorias para as cidades”, cartilhas de gestão pública nas áreas de saúde, educação, tecnologia, políticas de desenvolvimento sustentável e mais

¹⁵⁰ “A convicção da Comunitas é de que as empresas brasileiras podem contribuir para a superação dos problemas de ordem econômica e social em diferentes regiões do país, aportando conhecimento especializado e ferramentas de gestão que podem garantir maior eficiência ao setor público e, assim, colaborar decisivamente com o desenvolvimento social do País. Nesse sentido, a Comunitas aposta na atuação em rede para o estabelecimento de novos padrões de colaboração que possam transformar a realidade das cidades brasileiras.” (Disponível em: <http://www.comunitas.org/portal/comunitas/>)

recentemente na área de segurança pública¹⁵¹ (2018). A entidade dispõe de parceria com grupos empresariais de diferentes modalidades de atuação, compreendendo: bancos e corporações de investimentos financeiros e de seguros; um dos grupos líderes mundiais na produção de alumínio; setor alimentício (rede transnacional); ramo de engenharia e construção civil; metalurgia, siderurgia e transporte; petroquímica; energia e lubrificantes automotivos e industriais; mercado imobiliário; serviços de tecnologia da informação; mineradora (uma delas representa a segunda maior do mundo nesse segmento); produção de papel e celulose¹⁵².

Tal fenômeno continua atual através das ações dos “filantropocapitalistas”:

(...) Uma válvula de escape que protege o sistema de pressões sociais e políticas. Em 2010, não por acaso, Mark Zuckerberg, Oprah Winfrey e o Governador republicano de Nova Jersey juntaram-se para promover um modelo inovador nas escolas públicas de Newark. O plano, generosamente financiado em 100 milhões de dólares por Zuckerberg, previa a introdução de métodos empresariais no ensino, desde uma avaliação agressiva dos professores, a cooptação de gestores externos sem ligação à comunidade e a hostilização dos sindicatos (CAMPOS, Adriano. Os “filantropocapitalistas vão salvar o mundo, 10/01/2016, Disponível em: <http://www.esquerda.net//opinio/os-filantropocapitalistas-va-salvar-o-mundo/40533><acessado em 10/01/2016>).

Com relação às mudanças constitutivas do cenário capitalista apresentados no último quadro, destaco que nos anos 1990, com o fim da U.R.S.S, delimita-se um período sócio-histórico ideal para a livre expansão de capitais até então “represados”.

¹⁵¹ A Prefeitura de Niterói-RJ contratou a Comunitas para elaborar um “pacto pela paz” envolvendo autoridade (PMERJ), empresários da cidade e “sociedade civil organizada” (Disponível em: <http://www.comunitas.org/portal/prefeitura-de-niteroi-e-organizacao-social-criam-projeto-contraviolencia/>).

¹⁵² TORRES, 2012, p. 40.

Extensas áreas do mundo passaram a se estabelecer a partir da lógica autoexpansiva da lei do valor, aumentando a massa de expropriados em escala global.

Para a existência e manutenção dessa dinâmica sócio-histórica, as expropriações representam uma condição fundamental para todos os ramos da sociabilidade do capital, tendo como decorrência a precarização das condições de vida da classe trabalhadora e a dramática questão da migração com a brutal face dos refugiados por motivações: políticas, de guerras, expropriações ambientais etc.

Por fim, a “indústria” de Ajuda Humanitária está umbilicalmente ligada às novas modalidades de guerras por procuração e militarização do conjunto da vida social. As guerras de novo tipo implicam a utilização de empresas privadas de segurança, soldados terceirizados ou mercenários que se disponibilizam em tempo integral, com ações à margem do direito internacional. Sob a barbárie capital-imperialista cria-se permanentemente um “*consenso acerca da coerção*”, de todo e qualquer movimento que indique perturbação da ordem:

Está mais difícil manter a ordem pública? Claramente, os governos e os dirigentes empresariais pensam que sim. O tamanho das forças policiais na Grã-Bretanha aumentou em 35% desde 1971. Para cada 10 mil cidadãos havia, ao final do século, 34 agentes de polícia, em comparação com 24,4 trinta anos antes (um aumento de mais de 40%). (...) Pode-se dizer que a economia, em vez de basear-se no princípio de que “um ajuda o outro”, pode um dia basear-se na oferta maciça de empregos em que “um vigia o outro”. (HOBSBAWM, 2007, p. 140)

O mundo de hoje – **e não apenas fora da Europa** – está cheio de aparelhos policiais e serviços de segurança que estão convencidos de que, independentemente do que os governos e a imprensa digam em público, não é o estado de direito e sim a força (e, se necessário for, a violência) o que assegura a manutenção da ordem, e também de que essa atitude tem o apoio pelo menos tácito tanto dos governos quanto da opinião pública (Idem, p. 147-148)

No Brasil, durante os anos 1990/2000, foi aberto o caminho para assegurar o convencimento a respeito da inserção externa brasileira, demonstrando que seria possível conciliar “segurança nacional” com o aumento da participação do Estado nos assuntos militares internacionais¹⁵³.

Em tempos de democracia representativa burguesa no país, a escalada da violência do aparato policial e militar pôde ser vista em ações brutais, tais como: O massacre do Carandiru (1992), chacina da candelária (1993), repressão à greve dos petroleiros (1995), gratificações por pecúnia (vulgarmente apelidada de “Lei Faroste”) instituída pelo então Governador Marcelo Alencar do Rio de Janeiro, os massacres de Corumbiara (1995), Eldorado dos Carajás (1996) e a sistemática perseguição ao MST durante todo o período.

Nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, o aparato coercitivo foi reforçado com: a criação da Força Nacional de Segurança (2004), Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro (Coalizão PMDB-PT), aumento dos gastos militares acima da média mundial¹⁵⁴, reformulação do Centro de Inteligência e contra-inteligência do Exército com vias a monitorar os movimentos sociais¹⁵⁵, a proliferação de empresas

¹⁵³ A tentativa do então governo brasileiro de conseguir uma vaga no Conselho de Segurança da ONU foi um exemplo emblemático deste momento.

¹⁵⁴ Ver: SIPRI - Gastos militares no Brasil aumentaram em 56 por cento em dez anos <http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/10464/SIPRI---Gastos-militares-no-Brasil-aumentaram-em-56-por-cento-em-dez-anos>

¹⁵⁵ Segundo matéria: “A readequação era planejada há anos e surge na esteira da convulsão de atuações de black-blocs, sem-teto e sem-terra com atividades similares a guerrilhas urbanas e rurais, diante de provas de ligações destes grupos com organizações criminosas das grandes capitais”, MAZZINI, Leandro, 29/07, 2014, In: <http://colunaesplanada.blogosfera.uol.com.br/2014/07/29/exercito-remodela-centro-de-inteligencia-para-monitorar-movimentos-sociais/>.

de vigilância privada¹⁵⁶ e a criação do curso de Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no ano de 2010, com o objetivo de formar analistas e gestores estratégicos de defesa nacional, segurança internacional e consultores do mercado de material militar:

É proposta do curso de DGEI: preparar profissionais para a formulação e execução de políticas públicas voltadas para a defesa da sociedade, a partir dos múltiplos riscos de natureza social, ambiental e militar do século XXI. Nesse sentido se distingue totalmente de um curso que fosse voltado para a Segurança Pública, pois seu foco não é a defesa de indivíduos, grupos ou empresas, mas sim a defesa da sociedade como agente político soberano e que afirma democraticamente seu destino. O curso se distingue totalmente de um curso de Relações Internacionais, uma vez que o tema central não é a relação política entre Estados Soberanos, com sua ênfase nas relações diplomáticas, mas como o Estado pode atuar em seus vários níveis, militar, social, saúde coletiva, ambiental, e também diplomático, visando a evitar ou minimizar riscos a sua população. (“O que é o DGEI?”, Retirado de: <http://www.dgei.ufrj.br/images/O-que-e-o-DGEI.pdf>).

A criação do DGEI foi posterior a política exterior do governo Lula de “Ajuda Humanitária” no Haiti (Minustah), mas simultânea a criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) e a liderança dos capacetes azuis da ONU no Congo. Entre 2005 e 2009, o Estado brasileiro investiu oficialmente 3,2 bilhões de reais

¹⁵⁶ Segundo dados do II Estudo do Setor de Segurança Privada de 2013, elaborado pela Federação Nacional das Empresas de Segurança Privada e Transportes de Valores, FENAVIST, no Brasil, o mercado de segurança privada fatura R\$ 12 bilhões ao ano, reúne mais de 1,8 mil empresas e emprega 400 mil profissionais. (Ver: <http://www.fenavist.com.br/essegs>)

em ajuda humanitária ¹⁵⁷. No entanto, este montante foi destinado para fundos multilaterais de desenvolvimento, como a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), do Banco Mundial, o Fundo de Operações Especiais (FOE), do BID, e o Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD)

O Estado brasileiro atua, desde a intervenção militar no Haiti, com ONGS e agências do Estado que oferecem serviços de nutrição (Centro de Reabilitação e Educação Nutricional – CREN no Haiti e Peru), saúde (Viva Rio no Haiti e Fiocruz no Haiti e continente africano), segurança pública (Viva Rio no Haiti e Congo) e educação (Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus – IASCJ no México, Filipinas e Haiti) ¹⁵⁸.

O “manto” da ajuda humanitária é uma das dimensões da inserção capital-imperialista do Estado brasileiro, uma vez que capilariza a atuação de multinacionais e ONGS “nativas”, assim como do próprio Estado na ONU e OMC. Concluo o capítulo com dois trechos que ilustram exemplarmente a atuação das ONGS e a barbárie alastrada no Haiti com a disseminação da cólera, doença até então inexistente no país:

No rastro das “intervensões (militares) humanitárias”, um exército de ONGs, especialistas acadêmicos, consultorias, *think-tanks* e, sobretudo, empresas privadas se prontifica a ocupar os espaços abertos e securitizados pela invasão estrangeira. Estima-se que hoje operem 10 mil ONGs internacionais no Haiti, um incremento de 4.000% em meia década (SÁ, Miguel Borba; SAID, Magnólia; WANSETTO, Rosilene. Militarização tipo exportação: O perigo da Indústria Humanitária

¹⁵⁷ http://diplomatie.org.br/militarizacao-tipo-exportacao-o-perigo-da-industria-humanitaria-brasileira/#_ftnref4

¹⁵⁸ <http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2012/10/entidades-brasileiras-levam-ajuda-humanitaria-para-outros-paises.html>; <http://projetodraft.com/o-viva-rio-inova-ha-20-anos-quando-juntou-intelectuais-e-liderancas-comunitarias-contra-a-violencia-no-rio/>

brasileira, 04/05/2017, Disponível em: http://diplomatie.org.br/militarizacao-tipo-exportacao-o-perigo-da-industria-humanitaria-brasileira/#_ftnref4<Acessado em: 23/01/2017>)

Assusta, no entanto, a capacidade fria de ignorar as 8 mil vítimas do cólera, doença mortal que não existia no Haiti antes dos soldados da ONU disseminarem seu vírus mediante fezes contaminadas no *Rio Artibonite*, o maior e mais importante do país para abastecimento humano e irrigação agrícola. Mais de 850 mil pessoas foram infectadas e até hoje não receberam reparações (“ONU não indenizará vítimas da cólera no Haiti”, 21/02/2013, Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/02/130215_haiti_colera_indenizacoes_1k.shtml)

Como se observa, abrimos um grande leque de debates em torno das definições do imperialismo e suas relações com o capitalismo. Fortemente lastreados na definição do capital-imperialismo, não nos limitamos entretanto neste capítulo a utilizar essa categoria, mas procuramos ampliar seu escopo, sistematizar suas características, além de apresentar algumas determinações complementares.

Capítulo 2 – O BNDES: Estrutura e a internacionalização dos capitais brasileiros:

Pesquisar uma agência estatal, particularmente um banco, cuja serventia extrapola a política do “desenvolvimento” e perfaz as diversas esferas da sociedade brasileira, tanto no repasse de verbas para a acumulação privada quanto na promoção de políticas sociais (Nas quais os desembolsos também servem a acumulação privada), requer uma compreensão do seu funcionamento interno, suas formas de organização, o trabalho político-intelectual de elaboração das ações econômicas e as suas áreas de atuação. Nesse sentido, lidamos com as fontes produzidas e disponibilizadas pelo próprio banco, além das oficiais, emanadas do executivo ou de ministério vinculado a própria agência (Estatuto interno, regimentos, legislação do sistema BNDES, portarias, decretos, informativos e revistas de circulação interna).

Devemos ressaltar que tais fontes não esgotaram a compreensão de seu funcionamento e estruturação interna, tendo sido necessário o auxílio de documentação externa (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV, jornais e revistas), mormente para traçar as trajetórias dos funcionários do banco e assim melhor depreender as políticas aplicadas. Destarte, salientamos que o conjunto de fontes citadas emerge das relações sociais, atravessadas por conflitos, tensões e disputas permanentes no seio da Sociedade Civil e na sua correspondência com a Sociedade Política.

Definir o funcionamento e a estruturação de uma agência da importância do BNDES, única e exclusivamente pelas fontes normativas, seria cristalizar uma realidade que condensa intensas lutas de classes e embates pela hegemonia. Sua dinâmica deriva, portanto, de uma intensa e permanente relação/tensão com os Aparelhos Privados de Hegemonia (Empresariais e Não-Empresariais) situados na Sociedade Civil, além das

organizações sociais que se encontram em um pólo de resistência e, por vezes, antissistêmico.

Portanto, o objetivo deste capítulo consiste em retomar o histórico de formação e estruturação do BNDES e a sua concatenação com o papel do BNDE(S) ao longo do tempo, para assim *entendermos o caminho pavimentado para a conformação de umas das principais plataformas do capital-imperialismo brasileiro*.

2.1 - Um breve histórico do BNDES

Para título de apresentação genealógica, nesta seção, optei por um recorte de longa duração da história do BNDES coligada ao desenvolvimento capitalista brasileiro. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) tem início em 20 de junho de 1952, durante o governo Getúlio Vargas, através da Lei nº 1.628, inserido numa lógica da necessidade de criação de órgãos fomentadores do desenvolvimento para a correção de assimetrias.

Inicialmente o BNDE tinha por objetivo inserir o Brasil no mercado mundial, financiar projetos e empreendimentos ligados à energia, transportes e atuar como agente do governo junto com o Banco do Brasil (Carteira de Exportações e Importações - Cexim -), nas operações financeiras que se referiam ao reaparelhamento da economia nacional propostas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos¹⁵⁹ (CMBEU) e pela

¹⁵⁹Antes da instalação da Comissão Mista, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), reivindicava um “Plano Marshall” para o Brasil. Segundo Roberto Campos: “Quando se criou a Comissão Mista Brasil-EUA, tinha-se em vista organizar um programa de reaparelhamento econômico, dado que a infraestrutura econômica brasileira tinha sido substancialmente dilapidada durante a guerra pela escassez de importações e de investimentos. A Comissão Mista Brasil-EUA foi uma tentativa, primeiro, de planejar esses setores de infraestrutura e, segundo, de criar a rigor uma técnica de “projetamento”. (Roberto de

Assessoria Econômica do governo. Tornou-se, desde então, o principal propulsor da ativação dos recursos financeiros da burguesia brasileira, assumindo, em cada fase do desenvolvimento capitalista, um papel específico.

Antes do BNDE, o que existia no país em termos de discussão e formulação da política econômica era: o grupo do Banco do Brasil ligado à carteira de crédito industrial, o Itamaraty, a assessoria econômica de Vargas, o Grupo Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, a FGV-RJ – grande pólo de pesquisa das contas nacionais e estatísticas -, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

A CMBEU teve papel fundamental na proposição de criar um banco de desenvolvimento no Brasil. Segundo relatório da própria CMBEU e publicado a posteriori pelo jornal *O observador econômico e financeiro*, a comissão foi criada com a incumbência de “promover o desenvolvimento econômico” no país, tendo em vista a formulação de planos designados a eliminar os pontos de estrangulamento, minimizar as deficiências em transporte, energia e do “reduzido mercado interno” com integração e interconexões regionais. Para tanto, foram elaborados quarenta e um projetos e um relatório geral de exame das tendências em longo prazo no Brasil¹⁶⁰.

Oliveira Campos, economista e diplomata, 1982. In: CAMPOS, R.O. BNDES: Um banco de histórias e do futuro, 2012, p.18). Lucas Lopes, ex-presidente do BNDE, também corroborou com a ideia de que o banco foi criado para promover os financiamentos dos projetos elaborados pela CMBEU: “O banco foi criado na base da formação de um fundo de desenvolvimento, que foi o adicional do imposto de renda e deveria gerar recursos capazes de ser a contrapartida necessária aos financiamentos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.” (Entrevista com Lucas Lopes. Memórias do desenvolvimento, ano 3, nº 3, 2009, p. 10).

¹⁶⁰ O observador econômico e financeiro, ano XX, nº 230, 1955 Apud: Memórias do desenvolvimento, ano I, 2007, p. 281.

A CMBEU, portanto, cumpriu importante papel¹⁶¹ na formação de um conjunto de técnicos brasileiros para a elaboração de estudos e projetos necessários a requisição de recursos internacionais. O BNDE surgiu nesse contexto de discussões¹⁶² acerca da necessidade de “crescimento”, “desenvolvimento”, industrialização e “correção” das deficiências infraestruturais.

No Brasil, esse momento é marcado por uma expansão do processo de industrialização, num consórcio que envolveu o financiamento estatal com os capitais estrangeiros -notadamente o Eximbank e o Banco Mundial cumpriram papel central- na instalação de plantas industriais pelo país¹⁶³.

¹⁶¹ Devemos mencionar que antes da CMBEU, duas missões de técnicos estadunidenses efetuaram pesquisas gerais sobre a situação econômica do Brasil e foram aproveitadas pela Comissão Mista. A primeira foi a Missão Técnica Americana (Missão Cooke) em 1943, em cooperação com técnicos brasileiros formularam propostas destinadas a produção de implantação de indústrias locais cujos produtos substituíssem as importações durante a guerra; A segunda denominou-se Missão de Estudos Econômicos (Missão Abbink) de 1948, a qual buscou analisar os problemas gerais da economia brasileira e o balanço internacional de pagamentos. A Missão Abbink elaborou recomendações para o aumento do fluxo de capitais privados e o sistema tributário, além de organizar uma base de dados até então inexistente sobre a economia brasileira. Sobre este assunto ver o detalhado trabalho de: RIBEIRO, Thiago Reis Marques. Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da “Missão Abbink” (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953). Dissertação de mestrado, Niterói: UFF, 2012.

¹⁶² Há de se mencionar que na América Latina estas questões estavam em voga por intermédio das elaborações políticas da CEPAL.

¹⁶³ Ressaltamos a elaboração do Plano Lafer, elaborado com o objetivo estratégico de fomentar o parque industrial no país mediante a Lei nº 1.474/1951, onde foi criado o Fundo de Reparcelamento Econômico, composto por recolhimento compulsório de até 4% do valor total dos depósitos das Caixas Econômicas Federais, 25% das reservas técnicas das companhias de seguro e capitalização, 3% da receita anual dos órgãos da previdência social e o restante oriundo do adicional do imposto de renda (Ver: Lei nº

Molecularmente foi se estabelecendo uma política de fomento à ampliação do mercado interno, na busca por reproduzir a experiência de industrialização dos países do capitalismo mais avançado, com ênfase nas áreas urbanas, que passou a receber cada vez mais força de trabalho oriunda do campo. Nessa lógica, o BNDE deve ser situado num momento de estruturação e aprimoramento das bases capitalistas no Brasil, tanto pelo viés de aporte dos recursos financeiros, quanto pela formação de uma burocracia¹⁶⁴ apta a elaborar estudos e operar novos instrumentos para a promoção da expansão do capital. Foi no mesmo contexto que Petrobras, Eletrobras, Plano Nacional de Eletrificação, Conselhos, Grupos de Estudos e Executivos foram criados.

Num primeiro momento, o Banco ficou sob a jurisdição do Ministério da Fazenda, congregando uma composição de um presidente, dois diretores e um diretor-superintendente, com uma estrutura organizacional dividida em seis departamentos: econômico, técnico, financeiro, jurídico, controle e administrativo, além de um quadro de funcionários que incluía advogados, engenheiros, economistas, entre outros, que ingressaram mediante concurso público.

O Departamento Econômico tinha como atribuição realizar as pesquisas e os estudos econômicos, além de definir os investimentos; O Departamento Técnico fazia a análise de projetos; O Departamento de Controle das Aplicações era responsável pela fiscalização dos projetos cuja execução estava em curso. Essa estrutura perdurou até 1958.

1471/1952, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1474.htm <Acessado em: 27/01/2016>).

¹⁶⁴ Ainda no Estado Novo, o Estado brasileiro buscou formar quadros técnicos para se pensar planejamento econômico e coleta de dados com vias ao desenvolvimento do capital. Posto isso, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi fundamental para recrutar novos quadros via concursos públicos.

Sua conformação não é fruto de um projeto imune às contradições e disputas internas. Em entrevista dada ao projeto memórias do desenvolvimento¹⁶⁵, Celso Furtado apontou a existência de uma luta em torno da diretoria do BNDE já em 1953, decorrente da oposição de projetos¹⁶⁶ que por um lado estavam ligados diretamente a assessoria econômica do governo Vargas, do outro lado havia um grupo atrelado ao pensamento cepalino, além de um terceiro defensor de uma maior parceria com o capital estrangeiro. Ainda sobre as disputas de projetos, Maria da Conceição Tavares ao analisar o pensamento econômico brasileiro reduz para duas as correntes de pensamento nesse período, uma liberal conservadora vinculada a FGV e acomodada na SUMOC, e outra “desenvolvimentista planejadora” ligada ao BNDE e oriunda do Itamaraty:

(...) não é verdade que o BNDE nasceu sob a égide do nacionalismo. Isso é “conversa pra boi dormir”. O BNDE nasceu enquanto instituição de fomento verdadeira, originária de um grupo que tinha uma hegemonia de técnicos nacionalistas e de um grupo de burocratas que tinha uma ideologia de serviço de Estado. Esta, depois, daria origem à tecnocracia. Do outro lado, havia um grupo místico, que faz um plano e sai em frente. O BNDE já nasceu com uma história na qual o papel dos técnicos só era relevante porque eles estavam introduzindo uma ideia nova: a ideia do planejamento. Porque estavam

¹⁶⁵ Memórias do desenvolvimento, ano 3, 2009, p. 106.

¹⁶⁶ Outro exemplo ilustrativo foi à divergência em torno do projeto de fomento da fábrica de margarina da SANBRA Bunge & Born defendido por Roberto Campos, então diretor-superintendente, uma empresa estrangeira cujo setor não era considerado “Básico”. A presença do capital estrangeiro e de seus representantes não era um “corpo estranho” no BNDE desde os primórdios. Tanto no quesito subsídios, quanto na representatividade via advogados de grandes empresas internacionais com trânsito e influência no banco, tal qual Bulhões Pedreira, advogado da Light.

Outro elemento importante, porém omitido ou esquecido tanto por parte de Celso Furtado quanto de outros pensadores, é a participação dos militares no BNDE desde o seu surgimento, tendo em Macedo Soares e Lúcio Meira importantes representantes.

introduzindo uma briga ideológica contra a Fundação Getúlio Vargas (...) (Memórias do desenvolvimento, ano 3, 2009, p. 155-156).

Podemos apreender deste relato de Maria da Conceição Tavares que o BNDE e o próprio pensamento econômico brasileiro¹⁶⁷ no sentido da proposição política de Estado, condensavam diferentes vertentes, havendo conflitos e sedimentações. No entanto, tais vertentes coexistiam e buscavam a formulação de sínteses naquilo que era o objetivo central, o “desenvolvimento”.

Há um consenso entre Furtado e Tavares sobre a ausência de preocupação do BNDE em preparar quadros para serem cedidos a outras agências estatais ou ministérios. Nesse caso, o BNDE seria um receptor de quadros formuladores e executores de políticas, afirmação que não abarca a complexidade do que é o Estado

¹⁶⁷Ricardo Bielschowsky identificou e elencou algumas correntes dentro do pensamento econômico brasileiro e do “desenvolvimentismo” que vão além do binarismo propalado por Tavares: 1- a neoliberal (Eugenio Gudín); 2- a socialista (Caio Prado Jr. e Ignacio Rangel); 3- desenvolvimentista, sendo esta subdividida em três subcorrentes, a saber, A) a do setor privado (Roberto Simonsen), B) a não-nacionalista do setor público (Roberto Campos) e C) a nacionalista do setor público (Celso Furtado) (Ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988. Para Guido Mantega existiam três importantes modelos de pensamento para o desenvolvimento brasileiro que seriam: a) o Modelo de Substituição de Importações, vinculado a autores como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Ignacio Rangel e refletindo a influência da CEPAL, que destacaria os aspectos técnicos da questão do desenvolvimento; b) Modelo Democrático-Burguês, cujas fontes principais seriam o PCB e o ISEB nas figuras de Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, que tinha o foco voltado para as questões políticas; e c) o modelo de subdesenvolvimento capitalista (André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos) que surgiria como uma crítica aos dois modelos anteriores tendo como referência as teses de Trotsky sobre a revolu o permanente. (Ver: MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984).

brasileiro e a intensa mobilidade desses mesmos formuladores entre as próprias agências, sem contar com as inúmeras publicações do BNDE(S) e realização de seminários conjuntos com entidades empresarias ou não-empresarias no intuito de formar quadros dirigentes e executores de políticas.

Com relação aos recursos, o banco recebia das cobranças feitas pelo Tesouro Nacional (TN) e dos adicionais do Imposto de Renda. A posteriori, outros recursos foram acrescentados, como os decorrentes do crescimento de depósitos das caixas econômicas, companhias de seguros, capitalização, criação de fundos específicos sem obrigação de reembolsar os contribuintes do imposto de renda e o PIS-PASEP. Inicialmente, o capital fornecido pelo TN foi de 20 milhões de Cruzeiros, tendo como responsabilidade a negociação de empréstimos externos para o financiamento dos diversos projetos no país¹⁶⁸. No ano de 1952, o BNDE aprovou seu primeiro contrato de financiamento, com a estrada de ferro Central do Brasil (que ligava o Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte).

No ano seguinte (1953), foi criado o Grupo Misto CEPAL¹⁶⁹-BNDE, sob a presidência de Celso Furtado, com o objetivo oficial de promover um intercâmbio técnico para produzir um estudo sobre a economia brasileira, com relevo ao

¹⁹²Além desse precedente, a principal fonte de recursos veio do Fundo de Reparelhamento Econômico, conformado por adicionais sobre o Imposto de Renda e depósitos obrigatórios de parte das reservas técnicas das Companhias de Seguro e de Capitalização.

¹⁶⁹ A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), fundada em 1948, teve como objetivo inaugurador estruturar políticas para o “desenvolvimento” econômico na América Latina e fomentar as relações comerciais entre os países. Segundo as formulações de Furtado, o subdesenvolvimento latino-americano deitava raízes profundas na formação do mercado mundial desde a expansão marítima e comercial europeia. No entendimento cepalino, o subdesenvolvimento significava uma condição histórica imposta pela expansão mundial do capitalismo – ausência de desenvolvimento –, e nada garantia que os padrões de vida dos países centrais seriam alcançados pelos periféricos.

planejamento. Resultou desta pesquisa o relatório *Esboço de um programa de desenvolvimento para o Brasil (1954)*.

Em 1955 foi lançada a publicação *Projeções da economia brasileira*, elaborado por Celso Furtado, Americo Barbosa de Oliveira e José Pelúcio Ferreira. Este foi um estudo projetivo da economia brasileira cuja conclusão apontava pra necessidade de promover um maior financiamento público sob a coordenação do Estado para setores considerados estratégicos. Estava sendo esboçado aquilo que seria o Plano de Metas executado no governo Juscelino Kubitschek.

A implementação do Plano de Metas deu um papel de destaque, tanto na parte de planejamento, quanto na parte de execução ao BNDE, uma vez que até então o eixo de atuação era a elaboração e revisão do orçamento federal. Nas palavras do próprio presidente Juscelino Kubitschek:

Creio que o desenvolvimento orientado de nossa economia não deve ser consequência do propósito único de aumentar o grau de intervenção do Estado; mas deve visar, antes, a substituir a intervenção esporádica e descoordenada do Estado pela formulação de um programa orgânico, dentro do qual a iniciativa privada conheça as metas gerais que o desenvolvimento econômico exige, e os incentivos que o Estado está disposto a proporcionar. Com esse fim, o programa de governo que me proponho realizar prevê, inicialmente, a adoção de um Plano Nacional de Desenvolvimento, no qual se determinam os objetivos e as condições necessárias para que a iniciativa privada nacional, com o auxílio do capital estrangeiro e a eficaz assistência do Estado, possa realizar a grande tarefa de nosso crescimento e emancipação (Memórias do Desenvolvimento, 2010, p. 44).

Entre 1956 e 1960, o Banco financiou projetos de usinas hidrelétricas, rodovias, linhas de transmissão e dos setores siderúrgico e de papel e celulose. No que se refere à

produção de energia elétrica, foram financiados 46 projetos, distribuídos pelos nove programas em que se dividia a meta inicial¹⁷⁰. No final dos anos 1950, o Estado brasileiro assinou os Acordos de Roboré¹⁷¹ com a Bolívia, que tratava da exploração de petróleo em solo boliviano pela Petrobrás e a circulação de mercadorias produzidas pelo país andino no Brasil. O BNDE assumiu o financiamento para a atuação da Petrobrás depois de muita pressão do governo boliviano para se criar instrumentos que pudessem garantir o projeto, marcando uma precoce, porém, efêmera atuação internacional de alavancagem do capital-imperialismo brasileiro.

Também se faz presente, de longa data, o apoio ao grande capital monopolista, sob a condição das burguesias brasileiras ocuparem uma função de sócia minoritária do capital internacional, como mencionado por Furtado:

Quando fui diretor do BNDE, a partir de 1958, aí o problema do capital estrangeiro se colocou de outra forma, como, por exemplo, quando o banco começou a fazer empréstimos a grandes instituições controladas pelo capital estrangeiro, tipo Light, numa fase de inflação, emprestando dinheiro a juros negativos. Você imagina um grupo como a Light com juros amplamente negativos? Dar dinheiro a esses grupos era, na verdade, dar enormes subsídios. Fui de opinião, junto à direção do BNDE – eu e outras pessoas de lá – que isso tinha de ser explicitado, **não era um empréstimo, era uma doação**. Qual era a justificativa para doar a um grupo muito poderoso

¹⁷⁰ Alguns destes projetos foram: Construção da Estrada de ferro Central do Brasil; Estrada de ferro Santos-Jundiaí; Rede viação Paraná - Santa Catarina; Estrada de ferro Noroeste do Brasil; Companhia docas de Santos; Companhia hidrelétrica do São Francisco; Companhia metalúrgica Barbará (Idem, p.31).

¹⁷¹ Este foi um aprofundamento do Tratado sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano, firmado no Rio de Janeiro entre Brasil e Bolívia, a 25 de fevereiro de 1938. Ver: MASCARENHAS, A.. Verbete: Acordo de Roboré, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/robore-acordo-de><Acessado em: 01/08/2017>.

internacionalmente? Esse grupo seria pioneiro, iria transformar alguma coisa aqui para fazer algo fundamental com tecnologia acessível? Não. Era o grupo Light, que tinha uma tecnologia conhecida, e foi por isso que participei da decisão da diretoria do BNDE de que os recursos do banco teriam de ser postos à disposição da Light como participação societária, para que o banco pudesse pelo menos defender o valor de seu dinheiro, por meio de suas ações. E o BNDES ganhou muito dinheiro com isso, porque as ações da Light posteriormente se valorizaram (Memórias do desenvolvimento, ano 3, 2009, p. 110).

Em 1962, o BNDE subsidiou a criação e financiou projetos da Eletrobrás, empresa de energias nuclear, hidráulica e eólica. Na mesma década ocorreu a transferência de alçada do Ministério da Fazenda para o Ministério do Planejamento e a expansão das atividades para diversos setores da economia. Fundamentalmente, o banco serviu de esteio propulsor à acumulação capitalista, nas áreas de insumos básicos e de bens de capital¹⁷².

No regime empresarial-militar, o PAEG redefiniu o papel das instituições financeiras na economia brasileira, outrossim, sistematizou reformas com o objetivo de expandir a monopolização do capitalismo no país, sem limites à presença do capital forâneo em conformidade com o abandono do antigo pacto de dominação baseado em

¹⁷² O BNDE passou a administrar novos fundos para financiamentos: o Funar (Fundo Agroindustrial de Reversão), o Funtec (Fundo de Desenvolvimento Tecnológico e Científico), o Finame (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais), o Fundepro (Fundo de Desenvolvimento da Produtividade) e o Fungiro (Fundo Especial para Financiamento de Capital de Giro) (IDEM, p.51; 56). Em entrevista com Cláudio Bardella (IEDI, ABDIB e CIESP), José Ephem Mindlin (IBS) e Luis Eulalio Bueno de Vidigal Filho (Sindicato da Indústria de Forjaria do Estado de São Paulo, Sindicato da Indústria de Peças para Automóveis e Similares, FIESP e GEIA) é feita uma proposta conjunta de que os fundos voltassem ao setor privado sobre a forma de capital e não de empréstimo (Idem, 2009, p. 252).

direitos para a classe trabalhadora e a possibilidade, ainda que mínima, frente a clandestinidade do PCB e a perseguição a diversas entidades.

Ao BNDE coube o financiamento de projetos de longo prazo, além do estímulo ao mercado de capitais como um campo de atuação do banco que passou a ocupar centralidade nas políticas da agência. A elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) e dos PND's (I e II), impeliu uma política de fornecimento de técnicos e elaboração de um planejamento adequado ao cumprimento dos objetivos do programa de levar adiante “o Brasil a sua “vocação de “potência”” sob a égide da segurança e da integração regional, a partir de três grandes metas: 1- Colocar o Brasil no rol das nações desenvolvidas; 2- Duplicar até 1980 a renda per capita com aumento da taxa de crescimento; 3- Crescimento do PIB e expansão da taxa do emprego¹⁷³.

O II PND merece uma menção diferenciada, uma vez que consistiu num amplo programa de financiamento de megaprojetos com recursos do Estado, onde o BNDE participou com esta função e administrou os mecanismos de capitalização de empresas do setor privado. O BNDE impulsionaria as empresas brasileiras e estruturaria condições para alçá-las a um patamar de grandes empresas nacionais, num processo de “doação de recursos” para a expansão da monopolização da economia brasileira.

Em 1974, importantes elementos refuncionalizaram o papel do banco com os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), incrementando os fundos de receita do BNDE, junto com uma importante reorganização institucional, vide a criação de estruturas subsidiárias, tais como Mecânica Brasileira S.A. (Embramec), Insumos Básicos S.A. (Fibase) e os Investimentos Brasileiros S.A. (Ibrasa).

¹⁷³ Memórias do Desenvolvimento, 2010, p. 141.

No mesmo período, o presidente da Gradiente, ao defender o subsídio do BNDE nos anos 1970, utilizou metáforas que aludiam ao “mito” da burguesia fraca e incapaz de levar a cabo seus projetos com autonomia, daí, a defesa de determinadas frações do capital do Estado enquanto “sujeito” atuar:

O empresário brasileiro, principalmente no setor de tecnologia avançada, ainda é um “peso pena” no ringue, no mercado nacional. É no mercado internacional que estão os “pesos pesados”. Logo, de alguma forma tem de haver algum paternalismo, algum protecionismo, no sentido de compensar vantagens (STAUB, 2009, p. 281).

Na década seguinte, foi criada a Área de Assuntos Internacionais do banco, incorporada as fontes de recursos o Fundo Nacional de Marinha Mercante (FMM) e acrescentada a letra “S” ao nome BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-1982) com a finalidade de financiar projetos de infraestrutura para regiões consideradas “desassistidas” (Finsocial), marcando assim uma preocupação para com o apaziguamento e a captura dos subalternizados na conjuntura de transição do regime empresarial-militar para a democracia representativa burguesa.

Os recursos do Finsocial obrigatoriamente se vinculavam a projetos de alívio à pobreza, como habitação popular, alimentação e amparo ao pequeno agricultor, demarcando um novo campo de atuação do banco num cenário de ascensão das lutas sociais pelo país e a tentativa de contenção da organização da classe trabalhadora.

Nesse intento de conter as lutas e em sintonia com o Banco Mundial, o BNDES intensificou seu envolvimento com a questão ambiental, criando uma linha específica de créditos para projetos industriais de “conservação” e “recuperação” do meio ambiente. Em 1984, o Banco instituiu o Programa de Conservação do Meio Ambiente (Conserve), com linhas de financiamento para controle de poluição, que começaram a ser

empregadas no complexo industrial de Cubatão e no tratamento de efluentes na suinocultura da Região Sul.

Todavia, a tônica do BNDES na década de 1980 foi o da contração de políticas de desenvolvimento para o capital que envolvessem grandes financiamentos e liberação de créditos, sinal de enfraquecimento de uma linha operativa que tomava o Estado como grande propulsor da expansão dos capitais:

As novas prioridades para a economia brasileira passaram a ser a necessidade de um ajuste macroeconômico estrutural, realizado com instrumentos próprios de curto prazo, ou seja, o controle da inflação e a necessidade de geração de superávits comerciais, deixando de aprofundar os ajustes fiscais e monetários, e abandonando o planejamento de longo prazo. Nesse contexto, não havia mais motivo para uma política de expansão das atividades do banco, mas sim para se redefinir sua atuação (...) (Memórias do Desenvolvimento, 2010, p. 186)

No seio do debate acerca da inserção das empresas brasileiras no novo cenário de acumulação capitalista mundial, o BNDES lançou um plano estratégico para o triênio 1988-1990, com o foco na chamada “Integração Competitiva¹⁷⁴”. O plano tinha como objetivo aumentar a taxa de lucro da burguesia brasileira e traçar estratégias para que pudessem se inserir no mercado internacional via financiamento do BNDES. Os financiamentos ganhariam um novo fundo após a constituição, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que segundo o artigo 239 da constituição, passou a destinar 40% dos seus recursos para o banco, embora apenas regulamentado através da lei 8.019/90.

Entre 1987-1994, a BNDESPAR participou ativamente do processo de privatizações, haja vista que, durante o governo Sarney, das dezoito empresas

¹⁷⁴ ARKADER & BARRETO, 1992, p.388-389.

privatizadas, doze eram controladas pelo BNDES¹⁷⁵, ademais, o BNDESPAR injetou capitais em muitas empresas inadimplentes ao longo dos anos 1980, recebendo a denominação de “hospital de empresas” por parte dos “apóstolos” da ciência econômica da época¹⁷⁶.

Muitas das empresas inadimplentes passaram a ter a gestão compartilhada com o banco, que através de ações, créditos detidos e acordos com acionistas passou a acumular expressiva participação acionária, mas se apropriaram dos prejuízos. O contato dos técnicos do banco com as novas escolas de gestão, baseadas no planejamento estratégico da Harvard Business School, agências de consultoria e as instituições financeiras, além do próprio intercâmbio dos programas de pós graduação no Brasil, forneceram o suporte necessário para a atuação dos funcionários do banco nesse novo momento de expropriações por privatizações, vista como uma inflexão às suas funções tradicionais por parte de muitos dos defensores do banco.

Com o Plano Nacional de Desestatização do governo Collor (PND), o BNDES foi designado como órgão gestor do Fundo Nacional de Desestatização pelo Decreto nº 99.464, de 16 de agosto de 1990¹⁷⁷. Ainda nos anos 1990, quadros do Banco participaram da Conferência Rio-92 e o BNDES estendeu sua atuação ainda mais ao setor agropecuário e de papel e papelão, além de apresentar um crescimento das operações indiretas, por meio dos agentes financeiros, no âmbito do FINAME. Em 1991, foi criado o Finamex, um programa que tinha por objetivo servir como instrumento de financiamento às exportações de bens de capital, ao possuir duas linhas de desembolso: uma “**pré-embarque**” que constituía um financiamento de capital de

¹⁷⁵ ALMEIDA, 2007, p.3.

¹⁷⁶ ARAÚJO, COSTA & MELO, 2016, p 16

¹⁷⁷ Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/114146/decreto-99464-90>.

giro destinado à produção voltada à exportação; e outra “**pós-embarque**”, linha de financiamento a compra de produtos brasileiros de exportação¹⁷⁸.

As privatizações foram aprofundadas ao longo da década, e junto a isso, o BNDES continuou detendo importante participação nesse processo, por meio da celebração de convênios, protocolos de intenção com os Estados, adiantamentos de recursos e da mediação da transferência de empresas nos setores de energia elétrica, transporte e saneamento básico.

Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, o BNDES deu especial atenção aos setores de exportação de pequenas e médias empresas, mas os recursos para infraestrutura foram ampliados e o Banco apoiou projetos como o Gasoduto Brasil-Bolívia, a Hidrovia do Rio Madeira (construção de embarcações), obras de modernização e ampliação do Porto de Sepetiba (RJ) e os metrô de São Paulo e do Rio de Janeiro, alguns deles incluídos no Programa Brasil.

Foi durante o governo FHC que se igualou politicamente as empresas “nacionais” e estrangeiras, impulsionando uma maior participação dos capitais forâneos. Outro dispositivo operacionalizado nos anos 1990 foi **a extinção da diferenciação entre empresa nacional e estrangeira**, elemento fundamental para compreensão da multinacionalização das empresas radicadas no Brasil.

Em 1997, o Finamex foi transformado em BNDES Exim. Nessa mesma época, além de bens de capital, o Banco começou a financiar a exportação de serviços de engenharia e de bens como produtos químicos, têxteis, eletrônicos, calçados, couro e

¹⁷⁸ FIANI, R. Perfil das exportações de bens de capital admitidos pelo programa Finamex: 1990/95.

Disponível

em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/perfil.pdf.

alimentos. Assim, o apoio à internacionalização das empresas brasileiras foi fortalecido, tornando-se uma das prioridades do BNDES¹⁷⁹.

No ano 2000 entrou em vigor a **Lei de Responsabilidade Fiscal** (LRF), que impôs severo controle dos gastos públicos à União, aos estados e municípios brasileiros, condicionando-os à capacidade de arrecadação e impedindo a transferência de dívidas para os sucessores. Além da submissão das contas do Executivo federal ao Tribunal de Contas da União (TCU), para avaliação e aprovação, determinava também o estabelecimento de metas fiscais trienais, favorecendo o planejamento de receitas e despesas.

Além dos limites dos gastos e inúmeras mudanças que a LRF trouxe para o campo das finanças públicas, culturalmente, as transformações foram sentidas, pois termos como gestão administrativa, contingenciamento, limitação de empenhos e governança envolviam novos conceitos, aderentes ao um novo padrão de Estado.

¹⁷⁹ Nesse período, foram realizadas duas operações que ficaram marcadas por sua envergadura: a primeira foi o financiamento da exportação de grandes equipamentos destinados à Hidrelétrica de Três Gargantas, na China, uma gigantesca usina com o dobro da capacidade de Itaipu; a segunda foi o financiamento à American Eagle para a compra dos jatos da Embraer, da ERJ 145, considerada a maior operação individual realizada até aquele momento pelo Banco. Outras operações relevantes desse período foram os financiamentos de carrocerias de ônibus e caminhões para países da América do Sul, América Central e Caribe. Além disso, o BNDES intensificou o seu apoio aos serviços de engenharia e construção prestados fora do país, dando suporte às exportações brasileiras associadas à execução de grandes projetos de infraestrutura, notadamente na América Latina. A ação do BNDES não ficou restrita às grandes operações. O Banco atuou, também, no financiamento à exportação de cerâmica, joias, pedras preciosas lapidadas, pedras ornamentais para pisos, móveis e artefatos de madeira e utensílios domésticos – produtos de empresas enquadradas na categoria de “pequenas e médias” (BNDES: um banco de histórias e do futuro, 2012, p.125; 127).

Por fim, no cenário dos anos 2000, o banco também é reorganizado nas suas funções e estruturas. De maneira abreviada, enquanto modificação qualitativa o BNDES passou a atuar fortemente no mercado de capitais, ao viabilizar novos financiadores privados para projetos de infraestrutura. Por conta disso, surgem novas modalidades de financiamento para soldar a entrada do BNDES no mercado de capitais, destacadamente o Project finance, em que os investidores devem constituir uma sociedade de propósito específico (SPE) para implantar o projeto, cuja engenharia financeira envolve a securitização do fluxo de receitas, emissão de commercial papers (nota promissória comercial, ou melhor, um título de dívida que confere um direito de crédito contra a empresa emissora), de empréstimos sindicalizados, entre outros.

O financiamento é feito ao projeto (na forma da SPE), e não às empresas acionistas que dele participam, ficando a análise de risco restrita ao projeto em si. No primeiro caso, títulos de dívidas emitidos pelo BNDES são vendidos por bancos que coordenam a operação a investidores internacionais, e os pagamentos são feitos integralmente na data de vencimento a uma taxa fixa. Já os empréstimos sindicalizados são realizados por um banco ou sindicato de bancos e pagos em amortizações periódicas após período de carência.

2.2 - Estrutura interna e formas de organização do BNDES

Esta seção tem o objetivo de apresentar “por dentro” a estrutura e as formas organizativas do BNDES no período pesquisado. O sistema BNDES possui extensa relação com o aparelho de Estado brasileiro. O Governo Federal é o controlador e regulador do BNDES, o que significa dizer que a União detém a totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor que compõem o capital subscrito do banco. No

período delimitado por esta pesquisa, foram três os Ministérios que supervisionaram e regularam as atividades da agência, a partir da seguinte sequência: *Ministério do Desenvolvimento & Comércio Exterior*, *Ministério do Planejamento* e *Ministério da Fazenda*.

O Ministério do Desenvolvimento & Comércio Exterior¹⁸⁰ cumpria a função de supervisionar as linhas de financiamento do BNDES Exim Pré-embarque, voltada prioritariamente para empresas envolvidas com atividades de exportação de máquinas, equipamentos e atividades da construção civil, com taxas de juros de longo prazo (TJLP) repassadas por uma imensa teia de cinquenta e sete instituições financeiras credenciadas pelo BNDES¹⁸¹.

Através do Departamento de Coordenação e Empresas Estatais (DEST), o Ministério do Planejamento supervisionou as atividades do BNDES, acompanhou o “desempenho econômico e financeiro” do banco e elaborou propostas de orçamento de investimentos.

O Ministério da Fazenda deteve a incumbência de regular e orientar as atividades do BNDES por meio de uma série de unidades: 1- A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estabelece as normas para atuação do BNDES no mercado de capitais através do BNDESPAR; 2- O Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece as diretrizes das políticas de crédito e fixa, por exemplo, a taxa de juros de longo prazo;

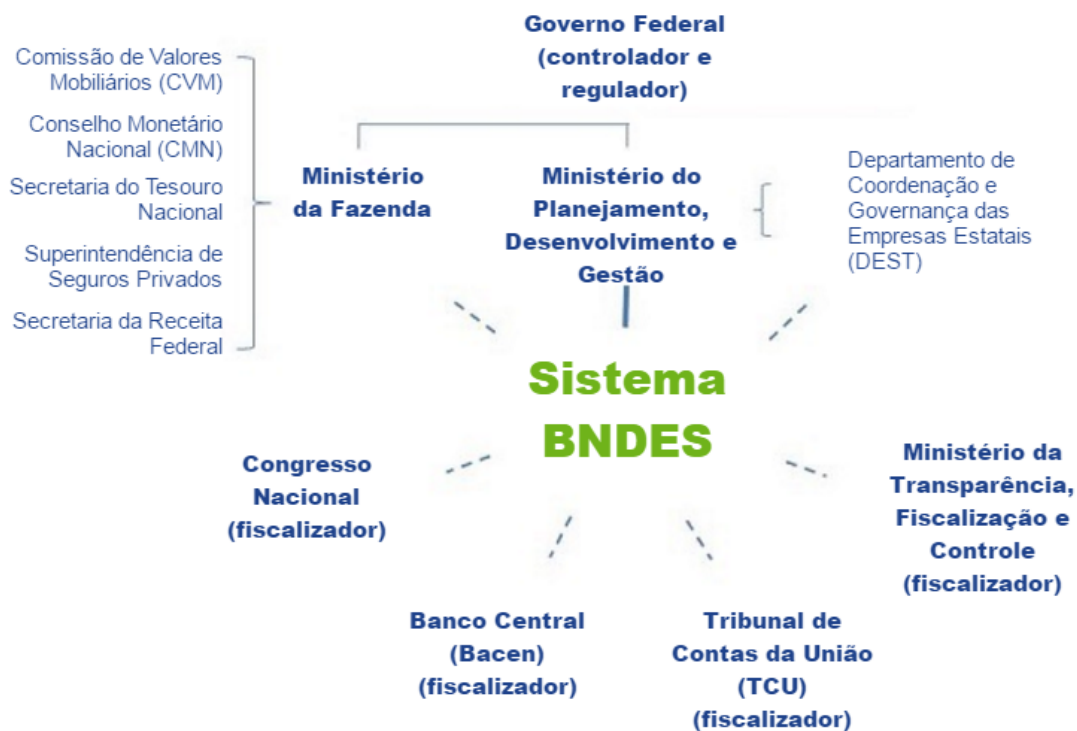
¹⁸⁰ O Ministério do Desenvolvimento & Comércio Exterior deixou de supervisionar as atividades acima mencionadas após o golpe de 2016, sendo substituído pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.

¹⁸¹ Dados relativos ao período pesquisado. Ver: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/instituicoes-financeiras-credenciadas/rede-credenciada-brasil><Acessado em: 17/02/2015>Ver as instituições financeiras em anexo.

3- A Secretaria do Tesouro Nacional provê recursos ao BNDES na forma de títulos públicos do tesouro.

O Tesouro cumpre outras funções relacionadas ao BNDES, como a definição de condições de crédito às estatais; 4- A Superintendência de Seguros Privados é responsável pela regulação do mercado de seguros brasileiro, inclusive aqueles usados na constituição de garantias dos financiamentos realizados pelo BNDES; 5- A Secretaria da Receita Federal é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários, e aqueles incidentes sobre o comércio exterior.

O Congresso Nacional, Banco Central (Bacen) e o Tribunal de Contas da União (TCU), exercem uma função de “fiscalização” do BNDES, realizando auditorias, inspeções, emitindo pareceres e relatórios. No caso do Bacen, além de exercer a fiscalização, também é de sua incumbência determinar os procedimentos e regras de operações do banco. Basicamente o sistema BNDES é composto por esta articulação apresentada no organograma abaixo:



Retirado de: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-control/estrutura-de-gestao-do-sistema-bndes/relacao-orgaos-governamentais>

O BNDES possui três empresas subsidiárias: BNDESPAR, FINAME e BNDES Limited¹⁸². O primeiro dedica-se ao fomento por meio de investimentos em valores mobiliários e é composto pelos mesmos membros da diretoria do BNDES. O capital social subscrito da BNDESPAR está representado por uma única ação, nominativa, sem valor nominal, de propriedade do BNDES.

Segundo o estatuto da BNDESPAR¹⁸³, esta é uma sociedade por ações, constituída como subsidiária integral do BNDES (Art.1º), tendo por objetivos:

¹⁸² Criada com o objetivo de fomentar a internacionalização das empresas brasileiras e captar recursos no exterior.

¹⁸³ Ver: http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-control/empresas-sistema-bndes/Legislacao_do_Sistema_BNDES/estatuto-da-bndespar.

Art. 4º - A BNDESPAR tem por objeto social:

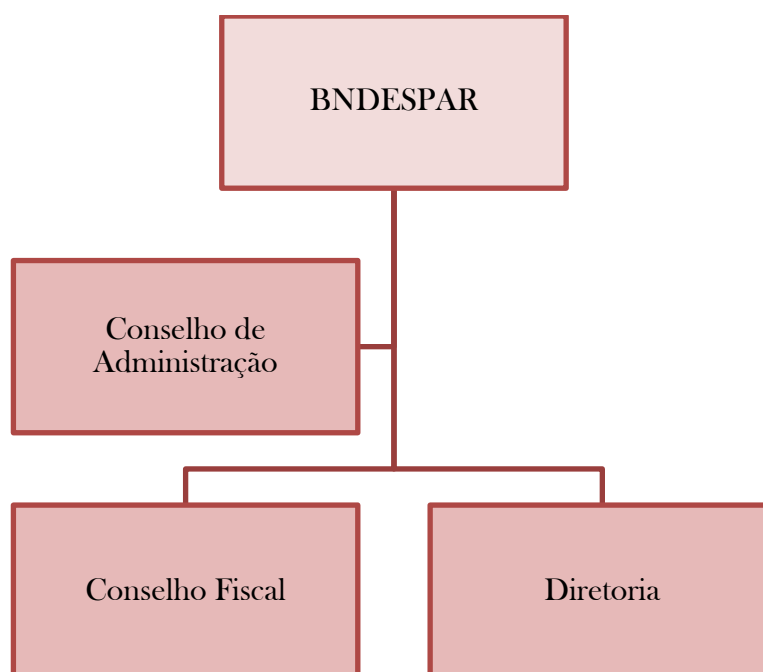
I - realizar operações visando a capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, observados os planos e políticas do BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES; II - apoiar empresas que reúnam condições de eficiência econômica, tecnológica e de gestão e, ainda, que apresentem perspectivas adequadas de retorno para o investimento, em condições e prazos compatíveis com o risco e a natureza de sua atividade; III - apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias; IV - contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, por intermédio do acréscimo de oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital de empresas, e V - administrar carteira de valores mobiliários, próprios e de terceiros (Retirado de: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quemsomos/governancacontrole/empresas-sistembndes/LegislacaodoSistemaBNDES/estatuto-da-bndespar><Acessado em: 17/02/2015>)

O apoio financeiro previsto no artigo acima consiste na subscrição e integralização de valores mobiliários, garantia de subscrição de ações ou de debêntures conversíveis em ações ou de bônus de subscrição e aquisição e venda de valores mobiliários no mercado secundário. No artigo 6º-B, fica delimitado a ação do BNDESPAR quanto à internacionalização das empresas brasileiras:

Art. 6º- B - A BNDESPAR, no âmbito de operações de apoio à internacionalização de empresas brasileiras, poderá adquirir certificados de depósitos de valores mobiliários – BDRs com lastro em valores mobiliários de emissão de empresas constituídas sob a legislação estrangeira, cujo controle de capital seja exercido direta e indiretamente por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras que tenha sede e desenvolva atividade operacional no Brasil, sendo controlada direta ou indiretamente por pessoa física residente e domiciliada no País. (Incluído pela Decisão nº Dir. 1.349/2009-BNDES, de

24.11.2009) (Retirado de: [http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/empresas-sistema_bndes/Legislacao do Sistema BNDES/estatuto-da-bndespar](http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/empresas-sistema_bndes/Legislacao_do_Sistema_BNDES/estatuto-da-bndespar)<Acessado em: 17/02/2015>)

Mediante o estatuto mencionado, a internacionalização das empresas via BNDES decorre de linhas de apoio à exportação de bens e serviços de empresas cujo centro decisório seja radicado no Brasil, ainda que com ampla margem de transnacionalização. O BNDESPAR é composto por Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal:



Elaborado pelo autor com base nas informações de: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/estrutura-de-gestao-do-sistema-bndes/collegiados-bndespar>

O Conselho de Administração é composto pelo presidente do BNDES e mais cinco membros indicados pelo Ministério vinculado as atividades do banco, cujas atribuições são: 1- eleger os Diretores; 2- apreciar, por proposta da Diretoria, os planos e programas de atuação do BNDESPAR, fixando a orientação geral dos seus negócios; 3- opinar sobre os orçamentos de investimentos e administrativos, anuais e plurianuais;

4- aconselhar a Diretoria na fixação de políticas a serem adotadas e na definição de prioridades de natureza setorial; 5 - manifestar-se sobre o Relatório Anual da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício e as propostas de destinação dos resultados; 6- aconselhar o BNDES, no que se refere às linhas gerais orientadoras do BNDESPAR; 7- manifestar-se sobre quaisquer assuntos de interesse do BNDESPAR que lhe sejam submetidos pela Diretoria ou pelo BNDES¹⁸⁴.

A Diretoria é composta por nove membros, todos eleitos pelo Conselho de Administração e integrantes do BNDES. Segundo o Artigo. 17 do estatuto, compete a diretoria do BNDESPAR: 1 - fixar os planos e programas de atuação do BNDESPAR; 2 - aprovar os orçamentos de investimentos e administrativos, anuais e plurianuais; 3 - aprovar as normas gerais de operação; 4- aprovar a organização interna do BNDESPAR, definindo a estrutura administrativa e as atribuições das unidades que a integram; 5- deliberar sobre as operações de apoio financeiro; 6- aprovar as normas gerais de administração de pessoal, inclusive as relativas à instituição de planos de cargos e salários ou de benefícios; 7- elaborar o Relatório Anual de Desempenho do BNDESPAR, as demonstrações financeiras do exercício e as propostas de destinação dos resultados para apreciação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração e, posteriormente, deliberação do BNDES; 8 - autorizar a aquisição, alienação e oneração de bens imóveis¹⁸⁵.

Ao Conselho Fiscal cabe examinar e emitir parecer sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, bem como sobre as prestações de contas semestrais da Diretoria do BNDESPAR, e exercer outras atribuições previstas na Lei das Sociedades por Ações. O Conselho é composto por três membros efetivos e três

¹⁸⁴ Ver: http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/empresas-sistema-bndes/Legislacao_do_Sistema_BNDES/estatuto-da-bndespar

¹⁸⁵ Idem.

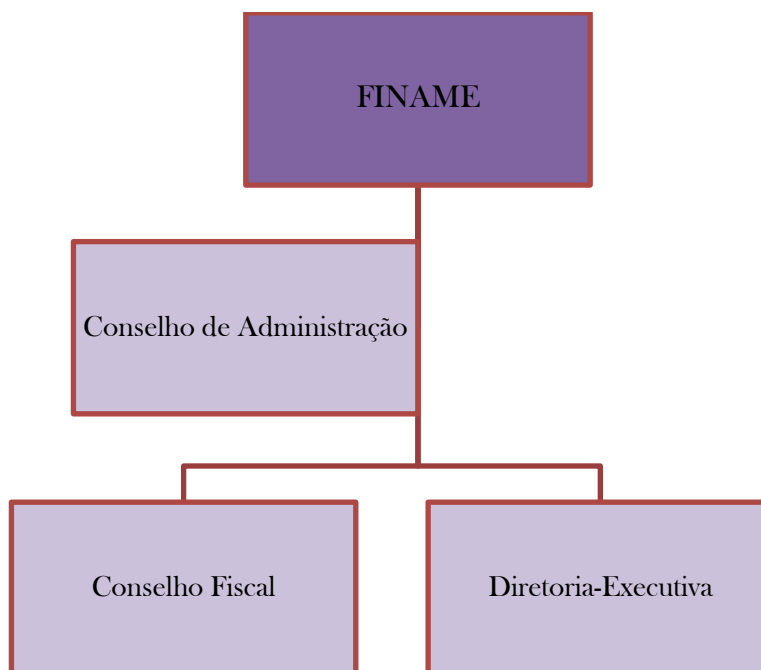
suplentes, todos designados pelo presidente do BNDES, devendo ser um representante do Ministério vinculado ao banco, um representante do Tesouro Nacional e outro do próprio BNDES.

A FINAME dedica-se ao financiamento de operações de compra e venda de máquinas e equipamentos, além da importação e exportação das mesmas. Seu capital social é representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de propriedade integral do banco. Esta agência foi criada pelo Decreto nº 59.170/66, com o objetivo de gerir o Fundo de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos especiais (FINAME), tendo ocorrido uma conversão desta sigla para a agência de financiamentos. Segundo seu artigo 3º, os recursos da FINAME são provenientes de:

a) empréstimos ou doações de entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras e dentre esses, os recursos provenientes da "Aliança para o Progresso"¹⁸⁶; b) recursos colocados à sua disposição pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e outras agências financeiras da União e dos Estados; c) recursos mobilizados pelo BNDE nos mercados interno e externo de capitais para o fim específico de que trata este Decreto; d) rendimento proveniente de suas operações, como reembolso de capital, juros, comissões, bonificações e outros; e) refinanciamento de títulos no Banco Central: dentro de termos e condições por este admitidos; f) aportes do Tesouro Nacional através de Obrigações Reajustáveis ou outros títulos de créditos; g) operações financeiras que, não especificadas nas alíneas anteriores, se compreendam nas finalidades da Agência, a juízo da Junta de Administração. (Artigo 3º, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59170compilado.htm<Acessado em: 17/02/2015>)

¹⁸⁶Nesta tese não fizemos um cruzamento das entidades internacionais que compõem as fontes de recursos do banco. Todavia, caberia uma investigação mais detida sobre o papel da Aliança para o Progresso e demais entidade internacionais na sua relação com o BNDES.

Sua estrutura é composta pelos seguintes órgãos estatutários: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.



Retirado de: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/estrutura-de-gestao-do-sistema-bndes/colégiados-finame>

A Assembleia Geral compete deliberar orçamentos e relatórios de desempenho da FINAME. O *Conselho de Administração* tem por competências: 1- Apreciar, por proposta da Diretoria-Executiva, os planos e programas de atuação da Finame, fixando a orientação geral dos seus negócios; 2- opinar sobre os orçamentos de investimentos e administrativos, anuais e plurianuais; 3- aconselhar a Diretoria-Executiva na fixação de políticas a serem adotadas e na definição de prioridades de natureza setorial; 4- manifestar-se sobre o Relatório Anual de Desempenho da Finame, as demonstrações financeiras do exercício e as propostas de destinação dos resultados, apreciar os relatórios anuais de auditoria e as informações sobre os resultados das ações da Finame e sobre os principais projetos por esta apoiados; 5- aconselhar o BNDES no que se

refere às linhas gerais orientadoras da Finame; 6- manifestar-se sobre assuntos de interesse da Finame que lhe sejam submetidos pela Diretoria-Executiva ou pelo BNDES.

Por Decreto¹⁸⁷ do então presidente Lula, o Conselho de Administração da FINAME passou por um redesenho da composição dos seus membros, garantindo maior representatividade às representações diretas do capital: Presidente do BNDES, Membro do Conselho de Administração do BNDES, um Diretor do BNDES, um representante do Ministério ao qual está vinculado o BNDES, um representante do Ministério da Fazenda, um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ***um representante do Setor Industrial***, um representante dos bancos regionais de desenvolvimento, um representante dos ***bancos comerciais***, um representante dos ***bancos privados de investimento***.

Com a presidenta Dilma Rousseff ocorreram alterações¹⁸⁸ nesta configuração. O Conselho foi reduzido para sete representantes, destinando uma vaga para uma única representação alternada do setor industrial, dos *bancos regionais e estaduais de desenvolvimento*, dos *bancos comerciais e dos bancos privados de investimento*, reduzindo, assim, um canal direto da grande burguesia às deliberações da FINAME. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior passaria a contar com dois representantes.

A *Diretoria Executiva* da FINAME possui como principais atribuições a gestão executiva e administração geral, fixando planos e programas de atuação desta agência. Outras importantes atribuições são: 1- fixar critério de aplicação dos recursos da

¹⁸⁷ Ver: Decreto 4.648/03 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4648.htm)

¹⁸⁸ Ver: Decreto 8.222/14 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Decreto/D8222.htm)

FINAME, inclusive o estabelecimento de escalas de prioridade; 2- elaborar os orçamentos de investimentos e administrativos, inclusive de custeio, anuais e plurianuais, para apreciação do Conselho de Administração; 3- aprovar as normas gerais de operação; 4- aprovar o regimento interno da Finame, definindo a estrutura administrativa, as atribuições das unidades que a integram e as hipóteses de delegação de atribuições; 5- deliberar sobre as operações de apoio financeiro; 6- elaborar o Relatório Anual de Desempenho da Finame, as demonstrações financeiras do exercício e as propostas de destinação dos resultados, para apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal; 7- autorizar a aquisição, alienação e oneração de bens móveis e imóveis; 8- autorizar a realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações ou compromissos para a FINAME ou que sejam necessários ao seu funcionamento¹⁸⁹. A Diretoria é composta por três membros, o presidente do BNDES (Presidente), um diretor do BNDES (Diretor Superintendente) e demais diretores sem denominação especial¹⁹⁰.

O *Conselho Fiscal* tem a função de examinar e emitir parecer sobre os balanços patrimoniais e demais demonstrações financeiras, além das prestações de contas semestrais da Diretoria da FINAME. Este órgão é constituído por três membros efetivos e três suplentes, sendo dois de cada indicados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e um membro efetivo e um suplente indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representantes do Tesouro Nacional. O Conselho Fiscal adota um plano de trabalho anual e o ingresso do pessoal

¹⁸⁹ Ver: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-control/e/estrutura-de-gestao-do-sistema-bndes/colegiados-finame>

¹⁹⁰ Ver: Decreto 8.222/14 (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2014/Decreto/D8222.htm)

far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas expedidas pela Diretoria.

As operações realizadas pelo Banco são divididas em dois grupos principais: operações diretas e indiretas. As operações diretas são aquelas contratadas diretamente com o Banco, enquanto as indiretas são aquelas realizadas por instituições financeiras credenciadas, quando o BNDES repassa o recurso para a instituição.

Para a concessão de colaboração financeira, o banco exige um exame técnico e econômico-financeiro de empreendimento, projeto ou plano de negócio, incluindo a avaliação de suas implicações sociais e ambientais. Todavia, tais requisitos passam longe de serem seguidos a risca.

É através da Assembléia Geral, presidida pelo Presidente do banco, que são aprovados: relatório anual, modificação ou não dos valores do capital social, fusões, destituição de membros etc. O órgão de orientação superior do BNDES é o Conselho de Administração, composto por onze membros, todos eleitos pela Assembleia Geral, sendo: sete membros, entre eles o Presidente do Conselho, dos quais quatro serão indicados, respectivamente, pelos Ministros de Estado do Trabalho, da Fazenda, das Relações Exteriores e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e os demais pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

O Conselho de Administração tem a competência de “opinar” perante o Ministério encarregado de regular as atividades do BNDES, aconselhamento, aprovar o Programa de Dispêndios Globais e acompanhar a sua execução, apreciar os relatórios anuais de auditoria e as informações sobre os resultados da ação do BNDES, bem como sobre os principais projetos apoiados, aprovar políticas gerais da empresa etc., Também cabe ao Conselho aprovar e revisar periodicamente as Políticas, os Programas e as

metas de desempenho empresarial vinculadas ao planejamento estratégico do banco, indicando o comprometimento para com o capital.

O Conselho Fiscal analisa as demonstrações contábeis do banco e os relatórios. Já a diretoria do banco é composta pelo presidente e oito diretores. Destacamos algumas das competências estatutárias da diretoria do BNDES:

Art. 19. Compete à Diretoria: I - aprovar, em harmonia com a política econômico-financeira do Governo Federal e com as diretrizes do Conselho de Administração: a) as linhas orientadoras da ação do BNDES; b) as normas de operações e de administração do BNDES, mediante expedição dos regulamentos específicos; II - apreciar e submeter ao Conselho de Administração o Programa de Dispêndios Globais e aprovar o orçamento gerencial do BNDES e das suas subsidiárias, que reflète o fluxo financeiro do período; III - aprovar as normas gerais de administração de pessoal, inclusive as relativas à fixação do quadro; IV - aprovar a organização interna do BNDES e a respectiva distribuição de competência, bem como a criação de escritórios, representações e agências; V - deliberar sobre operações de responsabilidade de um só cliente ou sobre limites de crédito para determinado grupo econômico, situadas no respectivo nível de alçada decisória por ela estabelecido; VI - autorizar aplicações não reembolsáveis, para os fins previstos nos incisos IV, V e VI do art. 10; VII - autorizar a contratação de obras e serviços e a aquisição, locação, alienação e oneração de bens móveis, imóveis e valores mobiliários, bem como a renúncia de direitos, transações e compromisso arbitral, situados no respectivo nível de alçada decisória por ela estabelecido, podendo estabelecer normas e delegar poderes; XIV - apresentar relatório semestral ao Conselho de Administração sobre a entidade fechada de previdência complementar e seus planos de previdência (...); XX- aprovar e revisar periodicamente as Políticas e os Programas relativos à Conformidade e Integridade, submetendo-os à deliberação do Conselho de Administração, observadas as disposições estatutárias ou legais; (Disponível em: [146](http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-</p></div><div data-bbox=)

[somos/governancacontrole/empresassistemabndes/Legislacao_do_Sistema_BNDES/estado-do-bndes/](https://www.bndes.gov.br/somos/governancacontrole/empresassistemabndes/Legislacao_do_Sistema_BNDES/estado-do-bndes/)).

A diretoria aprova as linhas de ação do BNDES, as normas de operações e administração. O Comitê de Estratégia, Planejamento, Orçamento e Gestão, composto por Presidente do banco, diretores e superintendentes fazem o monitoramento e acompanhamento interno dos trabalhos e andamento dos projetos. Além de se reunirem para debater conjuntura e indicadores econômicos. Justamente este Comitê que acompanha os desembolsos do banco.

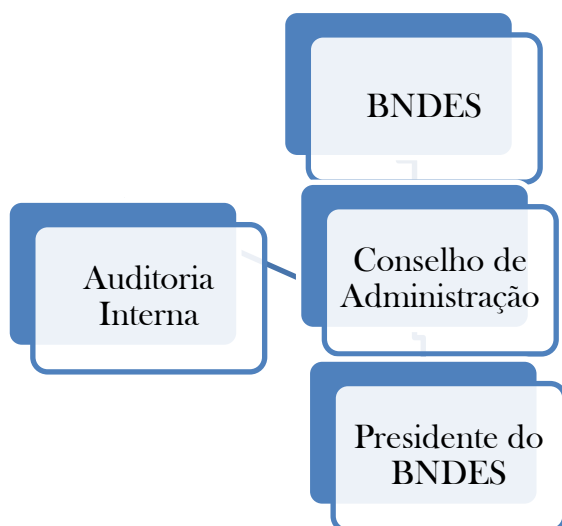
Mas é o **Comitê de Enquadramento, Crédito e Mercado de Capitais** que estrutura as políticas fundamentais para a inserção capital-imperialista das multinacionais brasileiras, uma vez que eles têm a função de: Apreciar os pedidos de colaboração financeira submetidos ao Sistema BNDES, inclusive os de suplementação de recursos, e decidir sobre seu enquadramento; recomendar às áreas do BNDES condições para a estruturação das operações; decidir sobre a classificação de risco proposta para empresas, grupos econômicos, instituições financeiras, estados, distrito federal, municípios e outras entidades, atuais ou potenciais clientes; apreciar as propostas de estabelecimento de limites de crédito para agentes financeiros e demais instituições financeiras no País e no exterior que atuem como garantidores do retorno de direitos creditórios do Sistema BNDES.

Tal aparato possui a maior composição dentre os colegiados do BNDES com quinze superintendentes e dois chefes de departamento¹⁹¹.

¹⁹¹ Superintendente da Área de Planejamento; Superintendente da Área de Crédito; Superintendente da Área Industrial; Superintendente da Área de Infraestrutura; Superintendente da Área de Insumos Básicos; Superintendente da Infraestrutura Social; Superintendente da Área de Agropecuária e Inclusão Social; Superintendente da Área de Comércio Exterior; Superintendente da Área de Operações Indiretas;

A diretoria do BNDES é composta por presidente e diretores¹⁹², todos nomeados pelo presidente da república.

Organograma do BNDES (2003-2014)



Elaborado pelo autor com base nas informações disponibilizadas em:

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/estrutura-de-gestao-sistema-bndes/><Acessado em: 17/02/2015>).

Diretorias (Áreas de atuação) e seus departamentos

Superintendente da Área de Mercado de Capitais; Superintendente da Área de Capital Empreendedor; Superintendente da Área de Meio Ambiente; Superintendente da Área Financeira; Superintendente da Área Jurídica; Superintendente da Área de Gestão de Riscos; Chefe do Departamento de Prioridades e Enquadramento, da Área de Planejamento (sem direito a voto); e Chefe do Departamento de Risco de Crédito, da Área de Crédito (sem direito a voto).

¹⁹² Em anexo apresentamos as tabelas com os respectivos presidentes, vice-presidentes e diretores.

Diretorias e Áreas	Departamentos
Diretoria da Área de Indústria e Serviços e da Área de Indústrias de Base	<p>Departamento de Agroindústria</p> <p>Departamento de Biocombustíveis</p> <p>Departamento de Educação, Bens de Consumo, Comércio e Serviços</p> <p>Departamento da Economia da Cultura</p> <p>Departamento do Complexo Industrial e de Serviços de Saúde</p> <p>Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação</p> <p>Gerências Setoriais</p> <p>Gerência de Inovação</p> <p>Gerência Executiva Jurídica de Indústria</p> <hr/> <p>Departamento de Mineração e Metais</p> <p>Departamento de Indústria Química</p> <p>Departamento de Indústria de Base Florestal Plantada, Papel e Celulose</p> <p>Departamento de Gás e Petróleo</p> <p>Departamento de Bens de Capital, Mobilidade e Defesa</p> <p>Gerências Setoriais</p> <p>Gerência Executiva Jurídica de Indústrias de Base</p>
Diretoria da Área de Administração e Recursos Humanos; Área de Comércio Exterior e Fundos Garantidores; e da Área de Operações Indiretas	<p>Departamento de Apoio às Exportações do Setor Aeronáutico</p> <p>Departamento de Apoio às Exportações de Serviços de Engenharia</p> <p>Departamento de Apoio às Exportações de Bens</p> <p>Departamento de Suporte Operacional e Liberação</p> <p>Departamento de Planejamento e Relação Institucional de Comércio Exterior</p> <p>Departamento de Política e Gestão de Instrumentos de Garantia</p> <p>Escritório de Representação para América Latina</p> <p>Escritório de Representação para África</p> <p>Gerência Executiva Jurídica de Comércio Exterior</p> <hr/> <p>Departamento de Licitações</p> <p>Departamento de Logística e Patrimônio</p> <p>Departamento de Relacionamento com a FAPES e Aprendizagem Corporativa</p> <p>Departamento de Administração Geral</p>

	<p>Departamento de Parceria e Gestão Estratégica de Recursos Humanos</p> <p>Departamento de Administração de Recursos Humanos</p> <p>Departamento Jurídico da Área de Administração e Recursos Humanos</p> <hr/> <p>Departamento de Relacionamento Institucional e Gestão do Crédito Rural</p> <p>Departamento de Acompanhamento de Operações Indiretas</p> <p>Departamento de Suporte, Controle Operacional e Inteligência</p> <p>Departamento de Financiamento a Máquinas, Equipamentos e Sistemas</p> <p>Departamento de Financiamento a Projetos de Investimento</p> <p>Departamento de Operações de Internet</p> <p>Departamento de Credenciamento de Fabricantes de Máquinas, Equipamentos e Sistemas</p> <p>Gerência Executiva Jurídica de Operações Indiretas</p>
<p>Diretoria da Área de Crédito e da Área Financeira Internacional</p>	<p>Departamento de Avaliação e Gestão de Garantias Reais</p> <p>Departamento de Recuperação de Créditos 1</p> <p>Departamento de Recuperação de Créditos 2</p> <p>Departamento de Risco de Crédito de Instituições Financeiras e Entes Públicos</p> <p>Departamento de Risco de Crédito de Instituições Financeiras e Entes Públicos</p> <p>Departamento de Risco de Crédito</p> <p>Departamento de Política de Crédito</p> <p>Departamento Jurídico de Crédito</p> <hr/> <p>Departamento de Administração Financeira</p> <p>Departamento de Renda Fixa</p> <p>Departamento de Captação Interna</p> <p>Departamento de Captação e Relacionamento Institucional Internacional</p> <p>Departamento de Apoio à Subsidiária em Londres</p> <p>Departamento de Política Financeira</p> <p>Departamento de Cobrança</p> <p>Departamento de Liquidação Financeira e Gestão da Reserva Bancária</p> <p>Departamento de Mercado Internacional e Fundos Externos</p> <p>Departamento Jurídico da Área Financeira</p>

Diretoria da Área de Mercado de Capitais	<p>Departamento de Investimento em Fundos</p> <p>Departamento de Investimento em Ações</p> <p>Departamento de Acompanhamento de Capital Empreendedor</p> <p>Departamento de Fomento ao Mercado de Capitais</p> <p>Departamento de Acompanhamento de Empresas de Capital Aberto 1</p> <p>Departamento de Acompanhamento de Empresas de Capital Aberto 2</p> <p>Departamento de Gestão da Carteira de Renda Variável</p> <p>Gerência Executiva Jurídica de Mercado de Capitais</p>
Diretoria da Área de Energia; Área de Gestão Pública e Socioambiental; e da Área de Saneamento e Transporte	<p>Departamento de Energia Elétrica 1</p> <p>Departamento de Energia Elétrica 2</p> <p>Departamento de Energia Elétrica 3</p> <p>Gerência Executiva Jurídica de Energia</p> <hr/> <p>Departamento de Meio Ambiente</p> <p>Departamento de Gestão do Fundo Amazônia</p> <p>Departamento de Gestão Pública</p> <p>Departamento de Inclusão Produtiva</p> <p>Gerência Executiva Jurídica de Gestão Pública e Socioambiental</p> <hr/> <p>Departamento de Saneamento Ambiental</p> <p>Departamento de Mobilidade Urbana e Logística</p> <p>Departamento de Transportes e Logística</p> <p>Gerência Executiva Jurídica de Saneamento e Transporte</p>
Diretoria da Área de Gestão de Riscos; Controladoria; Tecnologia da Informação	<p>Departamento de Compliance</p> <p>Departamento de Risco Operacional e Controles Internos</p> <p>Departamento de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez</p> <p>Departamento de Gestão de Risco de Crédito</p> <p>Departamento de Segurança de Informação e Processos</p> <p>Departamento Jurídico de Gestão de Riscos</p>

	<p>Departamento de Relações Institucionais e Controle Orçamentário</p> <p>Departamento de Gestão Contábil</p> <p>Departamento de Relatórios Societários</p> <p>Departamento de Tributos</p> <p>Departamento de Acompanhamento e Controle</p> <p>Departamento de Validação</p> <p>Departamento Jurídico</p>
	<p>Departamento de Implantação</p> <p>Departamento de Serviços de Tecnologia da Informação</p> <p>Departamento de Desenvolvimento de Sistemas 1</p> <p>Departamento de Desenvolvimento de Sistemas 2</p> <p>Departamento de Desenvolvimento de Sistemas 3</p> <p>Departamento de Gestão de projetos</p> <p>Departamento Jurídico de Tecnologia da Informação</p>
Diretoria da Área de Planejamento e Pesquisa	<p>Departamento de Planejamento e Gestão</p> <p>Departamento de Políticas Operacionais e Informação</p> <p>Departamento de Pesquisa Econômica</p> <p>Departamento de Monitoramento e Avaliação</p> <p>Departamento de Prioridades e Enquadramento</p> <p>Departamento Jurídico de Planejamento</p>
Área Jurídica	<p>Departamento de Consultoria Jurídica Institucional</p> <p>Departamento de Consultoria Jurídica Operacional</p> <p>Departamento de Consultoria Jurídica Internacional</p> <p>Departamento de Normatização</p> <p>Departamento de Contencioso</p> <p>Departamento de Contencioso Operacional</p> <p>Gerência Executiva Jurídica de Brasília</p>

Elaboração do autor com base nas informações disponíveis em:

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/estrutura-de-gestao-do-sistema-bndes/organograma-bndes/>

Mencionemos a título de conclusão desta seção o fato de que as principais decisões do banco são tomadas pelas diretorias, o que não anula a importância das demais instâncias com finalidade deliberativa e de relevância como os comitês de: planejamento, gerencial, enquadramento e crédito, orçamento, gestão & risco, assuntos financeiros e arranjos produtivos, inovação, desenvolvimento local, regional & socioambiental (CAR-IMA).

2.3 - Estratégia Nacional e Brasil Potência: elementos históricos para a inserção capital-imperialista

Ressaltamos que a temática da inserção imperialista brasileira no conjunto da acumulação capitalista internacional já foi estudada por outros autores como já mencionamos, todavia, muitas destas pesquisas foram relegadas à depreciação e defesa do próprio processo de expansão capital-imperialista como capitaneado através de uma burguesia interna¹⁹³ por parte de alguns autores mais recentes; Ou por uma interpretação ufanista de “Brasil Potência”/ “Estratégia Nacional”, conforme veremos nesta seção.

Concentração monopolista

A pavimentação do processo relacional de exportação de capitais no Brasil iniciou-se com a crescente concentração monopólica do capitalismo brasileiro ao longo

¹⁹³ A tese da burguesia interna e do neodesenvolvimentismo foi levada a cabo por BERRINGER (2013; 2013; 2014), BOITO JR. (2005; 2005b; 2013; 2013b; 2014) e BUGIATO (2016).

dos anos 1950 e 1960. Guido Mantega e Maria Moraes, na obra “Acumulação Monopolista e Crises no Brasil” (1979), mais detidamente nos ensaios “Acumulação de capital, crise e capital estrangeiro” e “Tendências recentes do capitalismo brasileiro”, não aventaram a possibilidade de uma inserção imperialista do Brasil, mas desenvolveram uma interpretação que apontava para o salto monopolista da economia brasileira, decorrência da expansão das indústrias de bens de capital e de insumos básicos nos anos 1950, aprofundada com o rompimento do pacto populista e o estrangulamento dos movimentos populares através do golpe de 1964. Golpe que garantiu o surgimento e consolidação de novos grupos econômicos que passaram a buscar seus espaços para a realização de capitais¹⁹⁴, mas também redefiniu a inserção das burguesias do Brasil no sistema internacional e assentou as bases para a acumulação monopolista.

Para Maria Moraes, ocorreu uma significativa mudança da estrutura industrial do país nos anos 1950, com um aumento dos seus estabelecimentos e um contundente processo de centralização de capital. Com a efetivação do Plano de Metas, construiu-se uma estrutura monopólica, em que se redefiniram as relações do Brasil com o imperialismo, sobretudo com a dependência financeira e a drenagem de valor efetuada pelo capital estrangeiro:

Na verdade, as novas inversões, ao exigirem maiores massas de capital por se tratar de ramos de mais alta composição orgânica e de tecnologia mais sofisticada – colocam barreiras técnicas e financeiras à entrada de capitais de menor porte, possibilitando a

¹⁹⁴ “Expandiam-se os grupos monopolistas nacionais no setor financeiro, de construção civil, nos setores subsidiários às empresas estrangeiras e, principalmente, no setor de bens de capital. (...) As relações com o imperialismo modificavam-se, à medida mesmo em que se redefiniam as condições da dependência brasileira ao sistema capitalista internacional” (MORAES e MANTEGA, 1979, p. 16).

estruturação monopolística do setor. Ademais, o predomínio do capital estrangeiro nos ramos dinâmicos significa que a reprodução do sistema econômico, reiterando o aumento da participação relativa destes setores (que crescem a taxas superiores às médias de crescimento industrial) no conjunto da economia, se faz acompanhar pelo aumento da influência proporcional do capital estrangeiro. E, se uma parcela da mais-valia extorquida internamente pelo capital estrangeiro é reinvestida, não podemos nos esquecer que outra parcela é remetida para o exterior sob forma de lucros, juros e dividendos (MANTEGA e MORAES, 1979, p.27-28).

Guido Mantega ressaltou que o Estado brasileiro ocupou papel central nessa política de estimular a concentração monopolística. Mantega ainda enfatizou o protagonismo do **BNDE** na soldagem Estado-burguesias-acumulação:

No centro das articulações financeiras com o exterior está o imenso aparato financeiro estatal, comandando e procurando equilibrar o nada desprezível trânsito de divisas. O Estado distinguiu-se como o principal tomador de empréstimos do país, seja para financiar as compras de máquinas e equipamentos importados pelas empresas produtivas estatais, seja para fornecer crédito às principais agências de financiamento do setor privado como o BNDE e os outros bancos regionais de desenvolvimento. Essas agências estatais de financiamento forneciam empréstimos a juros negativos, constituindo-se num importante sustentáculo da elevada lucratividade das empresas oligopolistas. (...) De certa forma, o Estado fornece aos vários segmentos do capital monopolista quantidades de valor que ainda não foi criado na estrutura produtiva local (MANTEGA e MORAES, 1979, p. 67-68)

Assim, com o fito de manter viável o tipo de acumulação vigente, foram canalizadas, a partir do anos 70, massas cada vez maiores de recursos para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Este poderoso banco estatal ampliou seus prazos de financiamento, diminuiu as taxas de juro (com a criação de programas

especiais para o crédito ao setor de bens de capital), aperfeiçoou suas subsidiárias já existentes, como a FINAME e criou novas como a Ibrasa, Fibase e Embramec. (...) **Convém esclarecer que, via de regra, as subscrições da Embramec e das outras agências estatais de financiamento são realizadas com ações preferenciais, portanto, sem direito a voto, o que transforma tais financiamentos em verdadeiras doações.** (MANTEGA e MORAES, 1979, p. 91-92)

Mencionamos estas passagens, pois além de citar o BNDE, Mantega fugiu do “lugar comum” de apresentar uma valoração acerca do banco, especificamente no fomento ao desenvolvimento do capital. Esta valoração é típica, como mostraremos ao longo da tese, de defensores do banco enquanto instrumento do “desenvolvimento” como possibilidade de gerar políticas redistributivas e de crescimento econômico, a qual se trata de uma literatura de forte verniz desenvolvimentista.

Como consequência do esgotamento do regime empresarial-militar, nos anos 1970 deflagraram-se contradições no interior do bloco no poder e novos projetos de hegemonia entre as frações dominantes do capital, envolvendo propostas de formas alternativas de dominação, tomando-se corpo uma nova ideologia burguesa:

A própria necessidade de canais mais flexíveis de comunicação com os centros decisórios e o imperativo de se ampliar o espaço de discussão e encaminhamento das decisões empresariais, sem causar traumatismos à dominação do capital, aliados ao desejo de se conseguir maior consenso diante das classes trabalhadoras que recomeçam a impor sua presença, têm despertado em alguns setores empresariais e castrenses o interesse por novas formas políticas de dominação (MANTEGA e MORAES, 1979, p.85).

Para os autores, emergiu uma “jovem-guarda” da burguesia brasileira, vinculada ao setor de bens de capital, que buscaram uma transição de regime que fosse adequada

ao “moderno capitalismo brasileiro”, mas sem perder de vista o controle das tensões sociais. Essa saída seria expressão do novo momento de acumulação monopolista que pautava um pacto de dominação de novo tipo, capaz de abrigar os monopolistas “nacionais”, destacadamente os setores automobilístico e de construção civil.

Outra autora que em linhas gerais abordou a questão da concentração monopolista e tangencialmente a do “Brasil Potência” foi Maria da Conceição Tavares. Em “Império, território e dinheiro¹⁹⁵”, a economista traçou uma síntese histórica da formação econômica, territorial e política do Brasil e caracterizou o estágio monopolista da economia brasileira a partir do II PND, uma vez que, para Tavares, retomando as teses de “Acumulação de capital e industrialização no Brasil” (1974), o que ocorreu nos anos 1950 foi à consolidação da etapa de forças produtivas especificamente capitalistas, ou a sua plena hegemonia via instalação da indústria pesada de bens de produção¹⁹⁶.

Para Tavares, o II PND teria sido uma tentativa de levar adiante um “projeto nacional de desenvolvimento”, que priorizava duas estratégias fundamentais na expansão capitalista brasileira: 1) Ocupação econômica através de uma tentativa de integração do espaço continental brasileiro; 2) Uma resposta geopolítica de buscar através de uma diplomacia própria desviar-se da dependência dos Estados Unidos. O segundo ponto foi tentado a partir do projeto nuclear com a Alemanha, do reatamento das relações diplomáticas com a China, da mudança das relações diplomáticas com Cuba e no reconhecimento da independência de Angola.

¹⁹⁵ Este ensaio faz parte do livro *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. FIORI, José Luís (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

¹⁹⁶ Ao longo da tese ficará evidente que discordamos frontalmente deste entendimento, visto que o modo de produção capitalista não pode se definir por um ou mais setores, mas sim pela relação social que envolve capital X trabalho, numa lógica socioeconômica que impõe a autoexpansão do trabalho humano em abstrato.

Em Tavares, a preocupação não está na crítica da economia política ou ao desenvolvimento como expressão de mais capitalismo, mas sim na sua compreensão de incompletude do II PND, haja vista que não conduziria a um crescimento auto-sustentado e o Estado não seria o “sujeito” do processo de monopolização.

Sendo assim, num exercício “contrafactual”, foram elencados quatro pontos que deveriam ter feito parte do II PND para alçar o Brasil à condição de potência: 1- Construção de um núcleo tecnológico com capacidade de renovação e a construção de um sistema integrado de telecomunicações; 2- Concentrar o mix de importações do petróleo no norte da África; 3- Controlar o complexo exportador internacionalizado e disputar os mercados na Ásia com os EUA; 4- Reduzir a dependência do capital financeiro externo.

Na tese de doutorado “A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985¹⁹⁷”, de Pedro Henrique Pedreira Campos (2012), o processo de concentração-centralização de capitais é solidamente comprovado, através de minuciosa pesquisa do setor de construção pesada/construção civil, durante o regime empresarial-militar.

São desnudadas as ramificações e diversidade dos investimentos das construtoras brasileiras, demonstrando o entrelaçamento dos capitais e desmantelando o entendimento compartimentado ou setorializado da economia no seu momento de tendência do desenvolvimento do capital com o processo de acumulação monopolista.

Campos concorda com Guido Mantega e Maria Moraes ao apontar que ao final da ditadura, consolidou-se um capital de tipo monopolista com a formação de

¹⁹⁷ A tese foi publicada pela EdUFF com o título “Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Rio de Janeiro: EdUFF, 2014, tendo sido laureada com o Prêmio Jabuti em 2015.

conglomerados diversificados, “pilotados” pelas empreiteiras, com atuação para além das fronteiras nacionais, portanto, representando um “novo padrão de acumulação” que favoreceu o aprofundamento dos processos de influência nos governos seguintes ao regime empresarial-militar, atuação internacional e exportação de capitais.

Nesse sentido, Campos jogou luz ao importante tema da formação histórica e social do Brasil, o da ocidentalização do Estado brasileiro, ao demonstrar a relação umbilical e histórica das associações de engenharia e da construção com a sociedade política, suas conexões e produção de ideologia. Ainda que não abordado de maneira mais detida, a questão da internacionalização das empreiteiras aparece em diversos momentos do estudo, como resultante fundamental da diversificação, ramificação e monopolização das construtoras:

“Com o crescimento verificado em fins dos anos 60, as construtoras iniciaram, desde aquele momento um exitoso processo de atuação internacional, realizando obras na América do Sul, África e Oriente Médio. Até 1984, 150 empresas brasileiras de engenharia assinaram 444 contratos no exterior, em mais de 50 países, concentrados em volume de recursos nos 66 referidos à construção pesada, em especial os de energia e transporte assinados por grandes empreiteiras como Mendes Júnior, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Cetenco e Rabello (...) O processo de internacionalização das empreiteiras nacionais é sintoma do poder e alta capacidade técnica verificados no setor e pode ser entendido não pela exiguidade do mercado interno ou da redução das demandas de obras no país, mas pela própria superacumulação de capitais na economia brasileira (...) A atuação das empreiteiras no exterior – realizando investimentos, levando equipamentos, transportando técnicos e engenheiros e produzindo obras- pode ser compreendido não como uma “exportação de serviços”, mas como forma específica de exportação de capital (...) (CAMPOS, 2012, p. 507-508)

O que significou este processo de internacionalização em um momento de concentração monopolista? Quais seus desdobramentos no período recente da história do Brasil? A tese de Pedro Henrique Pedreira Campos fornece pistas para a formulação de respostas, mas precisamos avançar na temporalidade para nos aproximarmos de uma reflexão mais substantiva.

“Brasil Potência” e “Estratégia Nacional”

Em um artigo¹⁹⁸ para a Revista da Escola Superior de Guerra, Luiz Alberto Moniz Bandeira sublinhou que a ESG foi a primeira instituição a defender a “vocação regional” do Brasil e considerar a América do Sul uma região estratégica para a estabilidade do domínio dos EUA sobre o resto do globo.

Foi justamente da ESG que emergiu um dos principais formuladores e defensores de uma política externa do Brasil enquanto “potência”. Tratou-se do Coronel e professor adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Golbery do Couto e Silva. O coronel Couto e Silva foi chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) durante o regime empresarial-militar, organizador da estruturação deste aparato e presidente da companhia de produtos químicos, plásticos e agropecuários, Dow Chemical na América Latina.

Em “Geopolítica del Brasil” (1967), o coronel defendeu a proposta de “Brasil potência” num sentido de estreitar alianças com os EUA contra o comunismo, ideal vinculado à Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida pelo próprio militar

¹⁹⁸ MONIZ BANDEIRA, “A importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos”, Revista da Escola Superior de Guerra, nº50, Rio de Janeiro, jul-dez., 2008.

anteriormente, representando a definição de áreas geográficas e demográficas de potencial relevância na questão da América Latina e do Brasil. Valeu-se das noções de hemisfério “interior” e “exterior”, devendo o governo brasileiro expandir-se internamente em direção à Amazônia e externamente em direção ao Pacífico, além de buscar obter o controle geoestratégico do Atlântico Sul. Só assim cumprir-se-ia o “claro destino do Brasil¹⁹⁹”. Ainda que a Amazônia tenha sido mencionada, ela não era considerada o principal foco de tensões em âmbito sul-americano, mas sim a fronteira com o Uruguai e Paraguai.

A política conduzida pelo regime empresarial-militar, na tentativa de levar adiante o projeto de “Brasil potência” tal qual formulado embrionariamente pela ESG, foi criticada pelo economista Carlos Lessa, mas não na sua essência, e sim na forma como foi conduzida taticamente. O economista em “A estratégia de desenvolvimento 1974-1976. Sonho e fracasso” ([1978] 1998) iniciou a sua apresentação sobre o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) apresentando um discurso ministerial do General Ernesto Geisel, então ditador do regime empresarial-militar, onde defendia uma nova proposta de desenvolvimento econômico com o objetivo de alçar o Brasil à condição de potência emergente²⁰⁰. O núcleo central dessa estratégia seria a articulação da indústria de base com um maior fortalecimento do capital privado de origem brasileira, considerado a parte fraca do tripé.

Na seção com o instigante título “A nação-potência como um Projeto do Estado e para o Estado”, Lessa retoma Geisel para demonstrar que este projeto já era almejado e pronunciado desde que o ditador tomou a faixa presidencial em 1974, ao prometer combater a crise econômica que se instalava desde o final dos anos 1960 nos países

¹⁹⁹ COUTO E SILVA, 1967, p. 9; p. 183.

²⁰⁰ Apud: LESSA, 1998, p. 18.

centrais do capitalismo “completando o que falta para atualizar nossa condição de potência²⁰¹”.

Importante expressão desta política foi à construção da Itaipu Binacional, em 1974, para a implantação da usina e, no mesmo ano, a multiplicação dos projetos de usinas term nucleares com o objetivo de aproveitar os recursos nucleares para geração de eletricidade. O grande marco para a questão nuclear foi o acordo Brasil-Alemanha (1975), que previa o enriquecimento de urânio e o reprocessamento de plutônio²⁰². Mesmo com esses projetos, a área do petróleo continuou recebendo atenção especial, sobretudo com a elevação dos preços dos refinados de petróleo e com a Petrobrás e a sua política de internacionalização da empresa abrindo plataformas submarinas e fazendo contratos de riscos em países como a Argélia, o Egito, o Iraque e o Irã.

Todavia, existia uma incompatibilidade entre a estratégia e a condução tática desta política econômica, no que resultou no “fracasso” em alterar o padrão de industrialização e no divórcio entre o manejo do Estado e suas bases de sustentação. Portanto, os pactos que soldavam as frações do capital, para o autor, impuseram limites à ação do Estado e à efetivação do Plano, coadunando-se com os problemas conjunturais como: a) os ajustes dos balanços de pagamento de 1974/1975 foram enfrentados com erosão de reservas; b) persistência das tendências inflacionárias; c) os programas e projetos enunciados pelo II PND não somente supunham a manutenção da taxa de investimento nos níveis alcançados no auge cíclico, mas exigira a necessidade

²⁰¹ Apud: LESSA, 1998, p. 59.

²⁰² Ver: BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. O negócio do século: O acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha, In: Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense, 2008.

de sua elevação para um novo patamar de 35% do PIB, o que era inviável de ser alcançado²⁰³.

Em suma, o problema para Carlos Lessa não era a política de inserir o Estado brasileiro na corrida capitalista internacional, alçando-o a condição de “potência emergente” e os seus desdobramentos para a classe trabalhadora. A questão de Lessa era a inviabilidade de se fortalecer as articulações estatais e indústria de bens de capitais naquela conjuntura histórica específica, uma vez que as primeiras encontravam limites inescapáveis para se articular o novo padrão de acumulação. Realçamos que Lessa foi o primeiro presidente do BNDES no período aqui estudado.

De maneira a exasperar esta noção e defendê-la como a principal “estratégia nacional”, ainda que como um simulacro daquilo que foi proposto por Couto e Silva, encontram-se os dois livros de Darc Antonio da Costa²⁰⁴. Juntamente com Lessa, Darc Costa esteve na primeira diretoria do BNDES no governo Lula, assumindo a vice-presidência do banco, além de ser membro do comitê permanente da ESG desde 1995 e possuir larga vinculação com associações da sociedade civil como o Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES²⁰⁵) – titulada pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), as câmaras de comércio Brasil-Venezuela e da América do Sul – e é fundador do Instituto Brasilidade, criado para fomentar debates sobre formação econômico-social brasileira e estratégias de desenvolvimento.

²⁰³ LESSA, 1998, p. 151-153.

²⁰⁴ Estratégia nacional: A cooperação Sul-Americana como caminho para a inserção internacional do Brasil ([1999] 2003); Fundamentos para o Estudo da Estratégia Nacional (2009).

²⁰⁵ O CEBRES não disponibiliza parcela significativa das suas publicações, porém, em consulta ao site da entidade, percebemos uma ênfase nas discussões sobre “Globalização e inserção brasileira”, “Balcanização da Amazônia” e “Soberania Territorial”. Ver: <http://www.cebres.org.br/>

Suas produções são fontes importantes para o estudo da inserção internacional do Brasil no período recente, uma vez que sintetizam as discussões no interior da ESG²⁰⁶ e do CEBRES, ademais, expressam uma plataforma política com o intuito de ser adotada como programa de governo na área de política externa, de tal maneira que na orelha de *Estratégia nacional: A cooperação Sul-Americana como caminho para a inserção internacional do Brasil*, José Carlos de Assis afirma que “é muita sorte de Darc que seu sonho – de uma política consistente de inserção internacional do “Brasil potência”- fosse “assumido” por Lula, e que o sonho de Lula agora seja o sonho do Presidente do Brasil²⁰⁷”.

Segundo o autor, a potencialidade do Brasil exigiria a defesa de uma “estratégia nacional” que aprofundasse a ‘mundialização’, em primeiro lugar com o MERCOSUL, em seguida com a cooperação sul-americana e a construção de uma Área de Livre Comércio na América do Sul (ALCSA) em oposição à Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA). Costa defende que o Brasil por ser um herdeiro direto de Portugal, “pioneiro da estratégia de globalização”, na qualidade de América Portuguesa e centro irradiador da civilização no atlântico sul, possuiria as credenciais históricas suficientes para pilotar o processo de globalização “humanista²⁰⁸” em detrimento do projeto

²⁰⁶ Na virada dos anos 1990 para 2000, a ESG buscou reformular a “estratégia nacional” do Estado brasileiro em suas discussões e produções internas, enfatizando a geopolítica internacional e a nova ordem mundial, além de fomentar debates e publicações na Revista Cadernos de Estudos Estratégicos, sobre energia e integração regional.

²⁰⁷ Ver orelha de COSTA, 2003.

²⁰⁸ A sua proposição de uma pretensa capacidade do Brasil liderar uma globalização “humanista”, ampara-se num entendimento que apaga e mutila as contradições e conflitos de classes constitutivos da história brasileira, ao ponto de enaltecer a miscigenação enquanto “prova” de que não teríamos estigmas raciais:

saxônico, individualista e consumista. Para tanto, as tarefas para se levar adiante um projeto de potência seriam: 1- Integração física da América do Sul (energia, transporte e comunicação), destacadamente as regiões dos Andes e da Pan-Amazônia²⁰⁹, em que o autor assumidamente reputa as discussões no interior do CEBRES; 2- União sul-americana nas negociações internacionais; 3- cooperação.

Destaco aqui a integração física, carro chefe para as grandes obras de estrutura (sobretudo rodovias e hidrelétricas) realizadas pelas multinacionais da construção civil com amplo suporte econômico e político do BNDES, sob a legitimação de: “crescimento sustentado” e correção de assimetrias, “a execução das grandes obras de infraestrutura será gerador do maior crescimento industrial que a região jamais presenciou²¹⁰”.

A estratégia nacional cumpriria papel de destaque nessa política, visto que tem no seu âmago a inserção do Estado na ordem internacional:

“Somos uma sociedade absorvente, onde os laços de nacionalidade são estabelecidos pela naturalidade, e, onde, a miscigenação é regra e onde, a discriminação é exceção”; “Constituímos a maior sociedade católica do mundo e ao mesmo tempo, somos tolerantes com as demais religiões, além de adotarmos o sincretismo religioso”; “Somos, inicialmente, o resultado das grandes navegações e, em razão de nossas origens, opomo-nos frontalmente à intransigência, já que resultamos, da sua negação, ou seja da razão e do seu primeiro movimento moderno: o Renascimento.” (COSTA, 2003, p.111)

“O Brasil exibe características extraordinariamente positivas em termos de nação. Sua população é resultado de um amplo processo de miscigenação ainda em pleno curso, sem estigmas raciais profundos, sem fraturas religiosas, sem discriminações regionais significativas;” (COSTA, 2009, prefácio). O autor também realça os aspectos geográficos do país, como a continentalidade e a maritimidade, além da projeção sobre a África Ocidental, América Central, Caribe e Oceania.

²⁰⁹ COSTA, 2003, p. 75-76; Sobre as discussões no CEBRES e a proposta de integração com ênfase nos Andes e Pan-Amazônia (Idem, p. 148).

²¹⁰ COSTA, 2003, p. 168.

Ao se discutir a inserção internacional de um país, as questões que se colocam são as mesmas para qualquer planejamento regional, quais sejam, aquelas vinculadas a critérios geográficos, antropológicos e econômicos. Contudo, neste estudo, o Brasil não será visto, exclusivamente, sob os prismas geográfico, antropológico ou econômico, mas, sim, considerado, objetivamente, também, em termos de seus objetivos nacionais, de seus interesses, dos seus possíveis conflitos, das ações e processos reflexivos de seus governantes e, em especial, da desejada e possível conscientização nacional (...). Contudo, o objetivo central desta tese é o de criar os elementos necessários para a contestação de um discurso, esposado por parcela expressiva do pensamento nacional, de que há uma impossibilidade na posição brasileira, a nível mundial, e que, apoiado na falsa idéia da dependência, apresentada por CARDOSO e FALETTO (1969a), nos coloca como caudatários do capitalismo mundial e impossibilitados de criar um espaço próprio de acumulação capitalista (COSTA, 2003, p.13-14).

A estratégia nacional seria, portanto, uma tradução da “vontade” política do Estado universal hegeliano, definidora de opções e ações articuladas ao “desenvolvimento” do capitalismo brasileiro enquanto um lócus autônomo de acumulação de capital.

Costa ampara-se declaradamente na matriz hegeliana de Estado²¹¹, em que a sua finalidade é maximizar o “bem-estar” dos cidadãos, pois “ele” é portador de uma razão universal e instrumento fundamental para a marcha inexorável da liberdade, não se leva em consideração as fraturas de classe, contradições, projetos de poder e as disputas no interior do próprio Estado, o que nos leva a compreender a funcionalidade da tese de Darc no interior do BNDES no início de sua gestão e na própria aplicação da política externa brasileira do período.

²¹¹ COSTA, 2003, p.19; COSTA, 2009, p. 103; 108; 112; 116.

Nesse sentido, a política externa passaria a ser o elemento de ordenação da concepção de estratégia nacional capaz de levar o Brasil ao seu “Destino Manifesto”, termo extravagante, mas utilizado pelo autor para definir a potencialidade do país de ser o único a possuir elementos constitutivos para constituir-se como a nova potência mundial²¹². O projeto de “Estratégia Nacional” tal qual defendido por Darc Costa e setores militares vinculados a ESG e ao CEBRES não tornou-se “partido” nas formulações políticas do Estado brasileiro em alavancar o capital-imperialismo.

Os limites da Estratégia Nacional se manifestam com a complexidade do Estado brasileiro em introjetar inúmeros interesses e projetos das classes dominantes, por ora conciliáveis e em outros momentos sob tensão e disputas intra-burguesas. Longe de ser o Estado universalista e desprovido de lutas de classes defendido por Darc Costa, a inserção capital-imperialista sob suporte do BNDES, não priorizou uma contrapartida que estimulasse a diversificação econômica e levasse adiante um projeto de soberania territorial e econômica.

Por uma perspectiva crítica, ainda que preservando a compreensão de “Brasil potência”, Raúl Zibechi produziu uma instigante e bem elaborada obra²¹³ sobre a inserção internacional e o imperialismo brasileiro, fugindo do binarismo predominante nos estudos sobre o tema, que advogam o imperialismo enquanto fenômeno de fora da América Latina subordinada-dependente.

Para Zibechi, o Governo Lula formou uma aliança entre setores do movimento sindical, aparato estatal federal, burguesia e forças armadas. Este novo bloco no poder juntamente com a política externa que impulsionou a integração regional, alçou o Brasil

²¹²Não é trivial, mas colocaremos uma citação de Costa sobre o “Destino Manifesto” brasileiro de veras extenso, nos anexos, pois fugiria estilisticamente do escopo desta introdução.

²¹³ Brasil potência: Entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

à condição de potência. Para tanto, foi apresentada a gênese do projeto político de potência, iniciada no Governo Vargas com o processo de industrialização, alavancada com o regime ditatorial e o expansionismo em direção à Bolívia, Uruguai e Paraguai, mas consolidada apenas no Governo Lula, quando para o autor, as “elites dirigentes” do Brasil aproveitaram a “decadência relativa” dos EUA²¹⁴.

Nesse sentido, a hegemonia dos EUA, em decadência, seria substituída pela do Brasil na América do Sul, aproveitando o cenário internacional de “multiplicidade de centros de poder”. Embora exista uma valoração excessiva do papel do Brasil no capitalismo contemporâneo, ao ponto de se afirmar que o “país se tornou um centro autônomo de acumulação de capital” e deixou de ser dependente²¹⁵, há de se ressaltar que Zibechi joga luz a uma dimensão fundamental para o capital-imperialismo brasileiro na região, qual seja, o da capacidade de desenhar a arquitetura política, econômica e de infraestrutura. Nesse processo, para o autor, os fundos de pensão ocupariam o lugar central de investidor, relegando o BNDES a um papel secundário²¹⁶.

Todavia, a sua própria tese é contrariada ao destinar praticamente todo um capítulo (Cap. V) a apresentar o destacado papel do BNDES em fomentar as “campeãs nacionais” e movimentar o pêndulo da acumulação capitalista através de um encampamento de diversas empresas. Foram mostradas as fusões, projetos energéticos, de hidrelétricas, bacias petrolíferas e a concentração-centralização de capitais estimuladas por esta agência. Em conclusão, o autor ainda lembrou que no período, o BNDES tornou-se o principal banco de fomento do mundo e recuperou a política interna de criação dos Grupos de Trabalho (GT’s) para linhas de crédito, mudança de

²¹⁴ ZIBECHI, 2012, p. 18.

²¹⁵ Idem, p. 48.

²¹⁶ Idem, p. 63.

estatuto para fortalecer a internacionalização e seu importante papel financiador da IIRSA, junto do BID, CAF e FONPLATA. Conjuntamente a isso foi mapeado o itinerário das empresas brasileiras que se internacionalizaram, destacadamente as da construção civil, as rotas de investimentos brasileiros no exterior e a localização das subsidiárias das multinacionais, elementos municiadores e incontornáveis para se apreender o capital-imperialismo brasileiro na contemporaneidade²¹⁷.

2.4- O histórico de internacionalização e do IED brasileiro:

Na seção anterior, apresentamos de maneira espaçada no breve histórico do BNDES, alguns dos elementos constitutivos que tornam o banco um importante propulsor do capital-imperialismo brasileiro. A rigor, a lei 1.628/52, que criou o BNDES, já trazia elementos para a atuação e suporte de empresas brasileiras no cenário internacional, pois previa o relacionamento com outros organismos de financiamento internacionais, além de apresentar um estatuto social que já facultava ao banco a instalação de escritórios, representações ou agências no exterior. Vale mencionar que o BNDES manteve por mais de trinta anos, desde a sua fundação, um escritório em Washington, de onde contribuía com as negociações que envolviam a dívida externa

²¹⁷ Outro elemento fundamental foi esmiuçado no capítulo 4 de sua obra, “Da estratégia de resistência à estratégia de defesa nacional”, em que Zibechi demonstra a confluência de projetos do Governo Lula com as Força Armadas e a criação de uma Estratégia Nacional de Defesa (END), coordenada por Roberto Mangabeira Unger. A defesa passa a se vincular com o desenvolvimento nacional, mormente com o crescimento dos gastos militares, e a integração da América do Sul ocupou um lugar destacado na EDN. A dimensão coercitiva é utilizada amplamente por aqueles que criticam o capital-imperialismo brasileiro, reputando uma condição militar inferior aos demais Estados da Europa e EUA, além de não restabelecerem um imperialismo “clássico” de invasão, butim e ocupação territorial (Ver: BERRINGER, 2013). Posteriormente, pretendo discutir criticamente esta proposição.

brasileira perante o US Eximbank e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Porém, a internacionalização das multi brasileiras com o suporte estatal ou pela via do Investimento Externo Direto dos capitais radicados no Brasil antes da década de 1960 se resumia a casos raros. Podemos mencionar, por exemplo, o caso dos investimentos brasileiros no exterior no decorrer da década de 1930, efetuados pelo Grupo Francisco Matarazzo, para a instalação de um moinho de trigo na Argentina.

Os fluxos de saída de IED no Brasil e na região da América Latina não constituem um fenômeno de pesquisas recentes, conforme mencionamos na introdução e no capítulo anterior, os estudos de Marini já sinalizavam o pioneirismo nos processos de internacionalização de empresas do Brasil, Argentina, México etc.

Podemos abordar o processo histórico de internacionalização das empresas brasileiras em uma periodização dividida em três momentos: 1- O primeiro inicia-se de maneira molecular nos anos 1930, com impulso nos anos 1950 e vai até a década de 1980²¹⁸; 2- O segundo momento iria de 1983 a 1992; 3- O terceiro momento tem início a partir de 1993.

Durante a primeira fase de internacionalização, os principais sujeitos do IED eram a Petrobras, empresas do setor financeiro e empresas de construção civil. Também podemos destacar a internacionalização do Banco do Brasil em 1940 (Paraguai) e a do Banco Itaú em 1979 (Argentina). A segunda fase de investimentos é um período de queda dos investimentos, fortemente influenciada pela crise dos anos 1980. Somente a partir da década de 1990 é que há um crescimento nos investimentos brasileiros no

²¹⁸ Em História Econômica da Primeira República, de Tamas Szmrecsanyi (2002), aponta-separa o isolado processo de internacionalização de frigoríficos brasileiros na Argentina nos anos 1910.

exterior, impulsionados por uma maior centralização de capitais via privatizações, fusões e aquisições de empresas até então estatais, caracterizando a terceira fase.

Os investimentos da Petrobras foram consolidados a partir da subsidiária Braspetro – criada em 1972 – com o intuito de encontrar novas fontes de petróleo para abastecer o mercado interno, com fortes investimentos na África e no Oriente Médio. Já a abertura de agências de bancos privados e estatais no exterior – particularmente em países capital-imperialistas já consolidados e paraísos fiscais – estava associada à captação de recursos no mercado financeiro internacional para atender às necessidades de uma base empresarial brasileira e, de forma secundária, ao atendimento de atividades bancárias de clientes nacionais no exterior.

No que tange as empresas de engenharia e construção civil, é possível apreender que elas se estabeleceram em países que haviam conquistado a sua independência (Moçambique e Angola), ou que haviam passado por conflitos internos severos (Iraque). Nesse sentido, empresas como a ODEBRECHT, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e OAS, buscaram expansão de suas fronteiras através de obras de reconstrução da infraestrutura nestes países, com amplo suporte da ditadura empresarial-militar brasileira.

A menção à ditadura empresarial-militar não é um mero detalhe, pelo fato do Estado brasileiro ter sistematizado uma política de fomento à internacionalização das empresas nacionais, com ênfase na promoção de exportação de manufaturados, entre os anos 1960/1970. Antes disso, o epicentro da política externa girava em torno do comércio exterior com considerável atuação do Itamaraty²¹⁹ e suporte da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil.

²¹⁹ O Itamaraty e o Ministério das Relações Exteriores mereceriam uma pesquisa à parte, visto que existe uma “tradição” dos funcionários de carreira diplomática ou não, a defenderem a política externa como

Em 1965, com a criação do Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), que operacionalizava recursos da União destinados ao apoio à exportação de bens de capital e bens de consumo duráveis, consorciado a criação da Comissão Especial de Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação (Befiex) (1972), que exigia compromissos em volume exportado, projetos de investimentos e conteúdo nacional mínimos, a estrutura institucional do país adquiriu musculatura suficiente para colocar em marcha um programa de incremento e diversificação das vendas externas.

Em 1979, foi criada pela ditadura empresarial-militar o Seguro de Crédito à Exportação, através da Lei nº 6.704. Essa Lei tinha por objetivo garantir as operações de crédito financeiro às exportações. O estímulo as exportações eram feitos via isenções do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e outros impostos, subsídios fiscais como a exclusão do lucro referente às vendas externas da tributação do Imposto de Renda (IR) e o crédito-prêmio do IPI e ICM e outros programas, como por exemplo, o drawback²²⁰ e os programas de apoio do Befiex.

Mesmo num cenário que apontava para um menor subsidio das agências estatais ao processo de internacionalização, o BNDES traçou uma estratégia para a década de 1990 que tinha como eixo central a inserção internacional. Pautado no Cenário de Integração Competitiva e com o objetivo de viabilizar esse projeto, foram formuladas

uma questão desvinculada dos interesses das classes e frações de classe, da política partidária e das contradições que atravessam a sociedade. O aparental “insulamento” do Itamaraty reforça uma ideia-projeto de autonomia e independência do corpo diplomático perante os grupos sociais dominantes.

²²⁰ O Drawback é um regime aduaneiro especial que consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados (Ver: www.portaltributario.com.br/guia/drawback.html.)

no Plano Estratégico para o Sistema BNDES 1988-1990²²¹, interessantes diretrizes para a ação do Banco, tais como:

- 1) Novo estilo de crescimento voltado simultaneamente para a integração competitiva do Brasil na economia mundial e para a integração de toda a nação, reduzindo-se a pobreza absoluta, melhorando-se substancialmente a distribuição de renda e reduzindo-se as desigualdades regionais.
- 2) Recuperação da taxa de investimento compatível com a expansão do mercado interno e a manutenção da capacidade de exportação para garantir um crescimento sustentado.
- 3) Superação dos pontos de estrangulamento na infraestrutura de energia de transportes que podem comprometer o crescimento da economia brasileira.
- 4) Participação do setor privado em investimentos hoje sob a responsabilidade do setor público.
- 5) Fortalecimento financeiro e patrimonial do Sistema BNDES, pela compatibilização de sua atuação com o perfil de recursos, buscando simultaneamente uma adequação das fontes e novas formas de aplicação de maior retorno.
- 6) Maior integração do Sistema BNDES com organismos e instituições da sociedade e órgãos de governo, consolidando sua inserção na ambiência político-institucional do País e sua imagem junto à opinião pública.
- 7) Racionalização organizacional e dos fluxos operacionais do Sistema BNDES no curto prazo, implementando de imediato reformas na política e nos Sistemas de Recursos Humanos.
- 8) Modernização do Sistema BNDES a partir de uma concepção empresarial adaptada às exigências do novo estilo de crescimento. (Retirado de: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/12220/1/Plano%20estrategico%201988_90_P_BD.pdf<Acessado em 14/12/2017>).

Novos programas e novas linhas de financiamento, com vistas a apoiar exportações de empresas brasileiras são criados nesse momento. Em 1990, foi constituído o Programa de Financiamento às Exportações de Máquinas & Equipamentos (FINANEX), visando a facilitar o processo de contratação do crédito. Em 1993, foi criada a linha Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR). Nesse caso, não era exigido o aval de um agente financeiro brasileiro, ficando o risco com o Banco Central do Brasil, no caso de crédito para exportação.

Em 1997, foi instituído o BNDES-Exim, que amplia a lista dos bens financiáveis, contemplando, além dos bens de capital, produtos intermediários e bens de consumo imediato. Os serviços de engenharia passam também a ser considerados, assumindo posição de destaque nos desembolsos do Banco, em virtude das obras de infraestrutura que as construtoras brasileiras passaram a executar em muitos países. O Estado brasileiro na presidência de Fernando Henrique Cardoso, remodelou as estruturas institucionais voltadas para o comércio exterior, além de ter aprofundado o processo de privatizações, que teve um importante papel para a centralização de capitais e a alavancagem das multinacionais brasileira.

No período, também foi criada a Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República (Camex) com o objetivo de atuar na formulação, decisão e coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio externo de bens e serviços. Em 1997 foi criada a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) com a função de auxiliar o desenvolvimento da oferta exportável e apoiar as pequenas e médias empresas a aumentar o volume de suas exportações.

Na primeira década do século XXI, o processo de internacionalização das multinacionais brasileiras passou a compor um movimento que adentrou as questões da inserção subalternizada do Brasil no capital-imperialismo internacional. No decorrer do

Governo Lula, houve uma ampliação da diplomacia brasileira com Estados considerados intermediários ou subalternizados no cenário capital-imperialista mundial. Tomemos como exemplos o aumento do número de embaixadas do Brasil no continente africano²²², as inúmeras viagens presidenciais, ações humanitárias (militares e de cooperação) e maior participação nas instâncias comerciais (OMC) e da ONU.

No programa de Governo do PT de 2002, a política externa era entendida como ‘meio’ para o desenvolvimento nacional e a inserção do Brasil na “globalização”, juntamente com as seguintes propostas prioritárias: integração regional no âmbito da América do Sul; reconstrução do MERCOSUL; negociação relacionada às medidas protecionistas dos EUA para a criação da ALCA; estabelecimento de relações equilibradas com os países desenvolvidos e aproximação com países de importância regional, como África do Sul, Índia, China e Rússia, e também do continente africano de modo geral, que possibilitassem maiores margens de atuação nos organismos multilaterais; esforço exportador, com investimento em tecnologia; e desenvolvimento da indústria hoteleira com atração de investimentos estrangeiros²²³.

Devemos mencionar que os governos de Luis Inácio “Lula” da Silva e Dilma Rousseff também ficaram notabilizados pelo vultoso volume de financiamentos fornecidos pelo BNDES a grandes multinacionais brasileiras, notoriamente conhecidas como “campeãs nacionais²²⁴”, no que representou, por exemplo, o período histórico de

²²² GONÇALVES, Reinaldo. Diplomacia presidencial, corrupção, internacionalização das empreiteiras e perda de poder do Brasil no sistema internacional. O efeito bumerangue da política externa no governo Lula, texto para discussão, 2017, disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie008-recortado2017goncalvesv3.pdf>

²²³ Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/node/5881>

²²⁴ O BNDES após a crise internacional de 2008, elaborou uma política de financiamento a grandes e concentradas empresas com musculatura para atuarem internacionalmente. Tais empresas, sobretudo do

maior quantidade de contratos assinados no exterior por empreiteiras do país²²⁵, desenvolvendo-se assim uma importante ferramenta de política externa.

O BNDES atuou fortemente na concessão de créditos para as atividades industriais em geral e para o financiamento às exportações, especificamente. A ossatura material do Estado brasileiro ainda contou nesse processo com a atuação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) na frente das negociações comerciais. O MRE também é uma das instituições que atua nos programas de promoção comercial em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e a Apex-Brasil.

No caso do BNDES, podiam acessar os recursos destinados à internacionalização empresas de controle nacional e com sede e administração no Brasil. Empresas brasileiras que já se internacionalizaram também podiam acessar os recursos a partir de subsidiárias ou veículos constituídos no exterior ou de empresas nas quais detenham o maior capital votante.

O apoio pôde ser realizado por meio de dívida ou participação acionária, neste caso, por meio da BNDESPAR, subsidiária do BNDES. Os recursos podem ser desembolsados no Brasil ou no exterior. O custo financeiro da linha de crédito é determinado pelo custo da cesta de moedas – entendido como custo médio das captações em moeda estrangeira realizadas pelo BNDES no mercado internacional.

O Banco tem linhas de financiamento para a produção e a comercialização de bens e serviços brasileiros que são exportados, dispondo de produtos para ambas as

ramo da construção civil (Odebrecht,OAS,Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez),mas também com a participação do Grupo EBX-Petróleo,Energia,Logística,Mineração,Indústria Naval Offshore etc.-, Marfrig Global Foods,JBS Friboi,OI,TOTVS etc., ficaram vulgarmente conhecidas como “campeãs nacionais”.

²²⁵ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira, 2014,p.113;116.

modalidades de financiamento à exportação: pré-embarque e pós-embarque. Durante o período pesquisado, o BNDES ofereceu duas opções específicas de financiamento voltadas à internacionalização: 1-Linha de crédito, com indexador mais a remuneração do Banco (a partir de 1,2% ao ano) e spread de risco (a partir de 4,18% ao ano); 2- Participação no capital da empresa por meio do BNDESPar, braço de participações do BNDES.

Os créditos foram estruturados a partir de duas modalidades: A) Pré-Embarque, que financia a produção do bem a ser exportado; B) Pós-Embarque, que financia a venda de bens e serviços para obras/ações de empresas brasileiras no exterior:

Com a crescente internacionalização das empresas brasileiras e o aumento da concorrência com os asiáticos nos países vizinhos, a linha do programa BNDES-Exim para o setor saltou de US\$ 42 milhões em 2002 para uma estimativa de US\$ 1,26 bilhão neste ano, dos quais US\$ 957 milhões já foram liberados até o mês passado. [...] Segundo levantamento da consultoria Valora, o Brasil exportou US\$ 5,673 bilhões em serviços de engenharia para os países latino-americanos em 2008, que representam uma participação de 50% a 60% do mercado regional. A presença brasileira ocorre principalmente nas obras de infraestrutura de geração de energia, transportes e saneamento (FSP, 27/9/2009, Caderno Dinheiro, B6).

A presença do banco neste processo se deu também por meio da emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias ou através da participação acionária direta. Podemos dar como exemplo a Marfrig Global Foods, que optou por esta modalidade, na qual emitiu R\$ 2,5 bilhões em debêntures conversíveis (a maioria subscrita pelo BNDES) para a compra do frigorífico americano Keystone Foods, em 2010. Com isso, a JBS Friboi apoiou-se no BNDES para garantir aquisições nos Estados Unidos, o que

tornou o banco detentor de 17,54% do capital total da empresa, precisamente durante o cenário de crise internacional em 2009, quando as operações atingiram o seu auge.

Em 2003, o BNDES passa por uma importante mudança qualitativa (reorganização estrutural e institucional) no que concerne a questão da internacionalização, qual seja a da modificação estatutária em que é criada uma linha de crédito específica para empresas em processo de internacionalização. Nesse momento, através da *Declaração de Brasília* foi criado o Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBSA), soldando a estratégia de cooperação sul-sul, com uma atuação em três vertentes: coordenação política, cooperação setorial e cooperação com terceiros países, implementada pelo Fundo IBAS²²⁶.

No final do mesmo ano é criado no BNDES um Grupo de Trabalho para analisar o tema da internacionalização e a presença de empresas brasileiras no exterior, em especial na América do sul, considerando a importância estratégica e competitiva do assunto. O GT tinha como objetivo principal aprofundar o conhecimento sobre as intenções e estratégias internacionais das empresas brasileiras que buscam apoio para seus investimentos no exterior e para tal foram realizadas visitas às empresas, as que já haviam solicitado apoio do BNDES como outras que haviam manifestado interesse numa linha de financiamento para investimentos no exterior. As principais conclusões do GT são:

a) Até as companhias mais avançadas em sua expansão no exterior possuem necessidades financeiras, operacionais ou técnicas para dar continuidade a seu processo

²²⁶ Ver: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>

de expansão internacional. O que torna o apoio de um Banco como o BNDES fundamental nesse processo;

b) As modalidades de investimento consideradas mais importantes na expansão internacional são a criação de bases no exterior para gestão e estoque, iniciativas para o aumento de vendas locais, assistência técnica e promoção comercial. Também há demandas por financiamentos para plantas industriais que utilizem insumos, partes, peças ou componentes importados do Brasil;

c) O apoio do BNDES à internacionalização deve levar em conta as particularidades dos diferentes setores e empresas;

d) O principal objetivo das empresas visitadas é aumentar sua presença no mercado internacional por meio da expansão de exportações, o investimento direto no exterior é visto como um meio que possibilita a expansão²²⁷.

Em 2007 o Estatuto do Banco foi reformulado, o que possibilitou o financiamento para empresas brasileiras adquirirem ativos e realizarem investimentos no exterior. Em 2008 foi criada no BNDES a Área Internacional (AINT), um novo dispositivo para coordenar e operacionalizar as atividades vinculadas à atuação internacional do Banco no apoio à internacionalização de empresas brasileiras e competitividade internacional. A atuação da AINT tem como pautas principais a ampliação e diversificação das operações de captação, desenvolvimento de relacionamento institucional internacional, o apoio à internacionalização e elaboração de propostas de atuação estratégicas. Também coordena o relacionamento com instituições privadas e governamentais estrangeiras, como organismos e agências financeiras.

²²⁷ ALEM & CAVALCANTI, 2005, p. 70.

Em 2009, o BNDES estruturou-se em Montevideu e Londres, através da abertura de unidades e da subsidiária BNDES PLC (BNDES LIMITED). A instalação no Uruguai sedimenta o papel do BNDES na promoção de ações financeiras, comerciais e diplomáticas via políticas de subsídio à integração. Já o BNDES PLC atua como um mediador entre os investidores internacionais ou governos europeus e as possibilidades de investimento dos capitais radicados no Brasil.

No ano de 2009 também foi traçado um planejamento estratégico para a atuação do Banco para os anos de 2009-2014, em que a estrutura organizacional foi modificada com a criação de mais uma diretoria e as principais diretrizes foram:

1. Ampliar ativos totais e fortalecer a estrutura patrimonial do BNDES;
2. Atuar de forma abrangente e com foco preciso em cada uma das áreas do Banco;
3. Enfatizar a ampliação da capacidade produtiva e a inovação; o desenvolvimento regional e o desenvolvimento socioambiental, com base em uma abordagem integrada dessas dimensões; a geração de emprego; o fortalecimento da gestão e da governança das empresas brasileiras; e o **fortalecimento da presença internacional de empresas brasileiras;**
4. Priorizar investimentos em infraestrutura e o desenvolvimento socioambiental, do entorno territorial dos projetos;
5. Apoiar iniciativas e investimentos de modernização de instituições, empresas e agências públicas;
6. Apoiar a formulação e a implementação das políticas de governo, inclusive as políticas regulatórias;
7. Estreitar relacionamentos com o Congresso Nacional, com os provedores de recursos institucionais públicos e com os órgãos de controle de regulação e de supervisão bancária;
8. **Desenvolver, ampliar e diversificar as fontes de recursos no país e no exterior, em parceria com a indústria e o mercado de capitais;**
9. Utilizar os instrumentos financeiros de forma integrada, dando ênfase aos instrumentos de renda variável;

10. Aperfeiçoar as metodologias de gestão, avaliação e precificação de risco de projetos e empresas, tendo como parâmetros a prudência bancária e a relação retorno/risco para o apoio a projetos em setores considerados estratégicos;
11. Implantar a gestão integrada de recursos, processos e ativos do Banco em função das necessidades de cada uma de suas áreas de atuação, como uso intensivo de novas tecnologias;
12. Valorizar as pessoas, promovendo conhecimento e capacidade analítica e operacional do corpo funcional; (BNDES: Um banco de histórias e do futuro, 2012, p.171).

O planejamento estratégico do banco desenha a política econômica a ser priorizada nos desembolsos do BNDES. Nesse caso, priorizou-se o desenvolvimento de uma prática interna em consonância com as gestões empresariais, tanto nos termos adotados, quanto nas proposições em direção a novas áreas de atuação. No mesmo ano, o Banco introduziu uma nova modalidade de procedimento na habilitação de créditos a empresas, dispensando etapas de análise dos projetos de *clientes considerados preferenciais*. Na origem, a linha do BNDES condicionava o apoio ao investimento externo a certo número de requisitos de desempenho a serem cumpridos pela empresa beneficiária, como o aumento das exportações a partir do Brasil, a criação de novos empregos etc.

Dessa maneira podemos entender a proliferação de projetos com aporte do Banco a empresas da construção civil, como a Odebrecht, uma das maiores beneficiadas no processo, como demonstrado em breve artigo publicado pelo próprio site da referida empresa:

Em 2001, a Odebrecht Peru possuía 460 integrantes e um backlog (conjunto de contratos em carteira) de US\$ 3,1 milhões. Ao fim de 2009, o número de integrantes passava de 8 mil e os negócios em carteira superavam a marca de US\$ 520 milhões. Para 2011, a projeção é ultrapassar US\$ 1 bilhão (...) (grifo meu). Um dos setores mais

aquecidos é o portuário. Nele, a Odebrecht conquistou três projetos nos últimos anos. Depois de inaugurar o Porto de Melchorita, para exportação de gás pela Perú LNG, a empresa entregará no segundo semestre de 2010 o Molhe Sul do Porto de Callao, executado sob encomenda da Dubai Ports World (DP World), e o Porto de Bayóvar, contratado pela brasileira Vale, que escoará por ele sua produção de fosfato, utilizado para a elaboração de fertilizantes. São projetos privados, que colocam a Odebrecht Peru como a escolha dos mais diversos clientes. “Somos hoje muito competitivos na área de portos, com tecnologia e logística diferenciadas, além de termos capacidade de formação de pessoas. Outros oito portos poderão ser construídos e estamos acompanhando esse processo”, explica Jorge Barata. (Disponível em: <http://www.odebrechtonline.com.br/materias/02301-02400/2382/?lang=pt.>)

A Odebrecht passou a contar com o apoio de outras empresas brasileiras que, por sua vez, ainda puderam trazer consigo o suporte de financiadores públicos para grandes empreendimentos. Segundo os dados divulgados pelo banco sobre financiamentos para obras de empreiteiras brasileiras no exterior, percebemos uma forte concentração das operações em apenas cinco países da África, América Latina e Caribe.

O BNDES consolida-se nesse momento como grande fomentador da exportação e internacionalização das empresas brasileiras, chegando a fornecer, entre 2005 até 2010, um volume de R\$ 12,7²²⁸ bilhões que buscavam a internacionalização, além de aquisições, joint ventures e projetos de expansão.

Para Luciano Coutinho, presidente do BNDES à época, a multinacionalização das empresas de origem brasileira constituía uma política fundamental para a redução da vulnerabilidade externa da economia “do país” – redução do déficit em transações

²²⁸ Ver: A internacionalização do BNDES. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3321/1/RB%2042%20A%20internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20BNDES_P.pdf

correntes, superação das deficiências competitivas e garantido dinamismo de atividades e geração de emprego-.

“(…) Existem razões sólidas e racionais para que a política econômica robusteça os grupos empresariais de capital nacional, habilitando-os a operar globalmente. Tais razões são alinhadas da seguinte maneira: 1) a existência de empresas nacionais com atuação mundial, aqui sediadas, aglutina centros de decisão que, embora privados, fortalecem economicamente o país; 2) sem dúvida, a formulação e a tomada de decisões estratégicas a partir do Brasil concentram em nosso território as atividades de alto valor agregado em gestão, finanças, inovação organizacional, desenvolvimento tecnológico e de marcas; 3) como resultado do item anterior, localizam-se no país os melhores empregos e as melhores oportunidades de desenvolvimento profissional; 4) uma parcela importante dos investimentos diretos estrangeiros se faz através de associações, joint ventures e parcerias, o que requer a presença de empresas nacionais capacitadas, com porte adequado e higidez financeira” (COUTINHO, 2002, p.204).”

Na gestão de Luciano Coutinho, o BNDES participou de cerca de 75 processos de fusões e aquisições de empresas, importantes modalidades impulsionadoras do capital-imperialismo. Em 2008 o banco financiou a aquisição da Brasil Telecom pela Oi (cujos donos são os grupos Andrade Gutierrez e La Fonte), formando uma grande empresa nos ramos das telecomunicações.

No mesmo ano a Totvs foi apoiada pelo banco para adquirir a Datasul, criando a maior empresa nacional no ramo de software. Em janeiro de 2009 concedeu financiamento para a Votorantim comprar a Aracruz, em um processo de fusão que criou a Fibria, a maior empresa de papel celulose do mundo. Em maio de 2009, o BNDES participou da fusão de Perdigão e Sadia, processo que deu origem a Brasil Foods, maior empresa de carne de frangos do mundo. Em setembro o banco apoiou a

fusão da JBS-Friboi com a Bertin, formando a maior empresa de carne bovina do mundo.

Em 2010 o banco facilitou a compra da Cemig (controlada pelo BNDES devido a uma antiga dívida) pelo grupo Andrade Gutierrez. Este ficou com a dívida e com participação na Cemig. Na maioria destes e de outros casos de fusão e aquisição, o BNDESPar tinha participações no capital das empresas envolvidas nos processos e o BNDES concedeu novos financiamentos às empresas resultantes.

Entre 2007 e 2015, o BNDES contratou operações de cerca de US\$10,6 bilhões com Angola, Argentina, Venezuela, República Dominicana e Cuba para apoiar a venda de serviços de engenharia e de obras de construção de empresas brasileiras nesses países. Tal montante representou 90% dos US\$ 11,9 bilhões em contratos de financiamentos feitos no período pelo BNDES.

Angola foi o país em que houve mais contratos (85 operações que somadas chegaram a US\$3,5 bilhões). Na América Latina, o maior número de operações contratadas foi com a Venezuela, de cerca de US\$2,25 bilhões, seguida pela República Dominicana (US\$1,87 bilhão) e Cuba com US\$847 milhões em financiamentos de multinacionais brasileiras. Os demais financiamentos do BNDES nesse período, com valores menores aos supracitados, também concentraram-se na África (Moçambique e Gana), América do Sul (Equador, Bolívia e Peru) e América Central (Costa Rica e Guatemala).

Sobre a atuação do BNDES na América Latina, Tautz et al (2010) complementam que:

Os financiamentos do Banco na região já superaram os do BID. Estão voltados a viabilizar, de um lado, a estruturação de corredores de exportação e de outro, a expansão da base territorial do país para a exploração de recursos naturais, contando para isso com investimentos de empresas brasileiras que atuam nos países vizinhos, muitas em parceria com empresas locais, como exploradoras de recursos naturais e humanos. (TAUTZ et al, 2010, p.253).

De maneira geral, avultou o fato de que este processo se dá de maneira subalternizada e subalternizadora, na medida em que é frisado que os países-clientes que contratam os serviços das empresas brasileiras são “menores” que o Brasil. Dessa forma, entendemos que a política de financiamentos do BNDES ao capital-imperialismo brasileiro é parte integrante de um movimento de expansão do capitalismo brasileiro, cuja funcionalidade do banco passou a ser condizente com os interesses de internacionalização do grande capital monopolista, referenciado fundamentalmente no setor de construção civil. O BNDES, portanto, foi um instrumento de execução da política externa e da diplomacia brasileira (agenda diplomática – integração) à serviço da expansão do capitalismo brasileiro.

2.5 - Áreas de atuação do BNDES na atualidade

Nesta seção apresentaremos as áreas de atuação do BNDES, através dos financiamentos a cada setor considerado estratégico no campo do “desenvolvimento para o capital”. Nosso objetivo é demonstrar o altíssimo nível de estímulo à monopolização da economia brasileira, por intermédio de uma análise da motivação das áreas em questão e da evolução dos desembolsos para as empresas consideradas de grande porte no período 2003-2014.

À época de seu surgimento, o BNDE possuía a função de ser o órgão formulador e executor de políticas para o desenvolvimento econômico no país. Para tanto, iniciou as suas ações na área de infraestrutura, mas rapidamente passou a desembolsar recursos para a instalação de plantas industriais. Ao longo dos anos 1960, o banco passou a investir no setor agropecuário, não por coincidência, período histórico marcado pela Revolução Verde²²⁹ e a expansão dos complexos agroindustriais, que promoveu uma maior integração da agricultura ao processo industrial.

No período estudado, o BNDES atuou em onze áreas: 1- Agropecuária; 2- Cultura e economia criativa; 3- Inovação; 4-Micro, pequenas e médias empresas; 5- Social; 6- Desenvolvimento regional e territorial; 7- Exportação; 8- Indústria, comércio e serviços; 9- Mercado de capitais; 10- Meio-Ambiente; 11-Infraestrutura.

A análise dessas áreas fornece um interessante entendimento acerca do capitalismo brasileiro no período, o incentivo a concentração de capitais e a exasperação das características capital-imperialistas trabalhadas e elencadas anteriormente. A nossa intenção é oferecer um panorama geral e não um estudo minucioso de cada área, tarefa que se desdobraria em outras problemáticas e pesquisas.

Agropecuária (Agronegócio)

²²⁹ Segundo Paulo Alentejano, a Revolução Verde consiste no processo de introdução de técnicas na agricultura para acelerar o processo produtivo (quimificação, melhoramentos genéticos etc), elaborado nos EUA, mas amplamente difundido nos países periféricos com o objetivo de conter processos revolucionários. (ALENTEJANO, 2011, p.6)

No site oficial do BNDES²³⁰ é ressaltada a relevância do setor agropecuário, com ênfase no agronegócio enquanto gerador de saldos comerciais, que “afetam positivamente” a balança comercial do país, decorrentes, sobretudo, da exportação. O financiamento gira em torno da aquisição de tratores agrícolas e investimentos em irrigação, gastos com a pecuária bovina de corte e formação ou reforma de pastos. O aporte prioritário do banco entre 2003-2014 foi com relação aos projetos de beneficiamento da produção e de frigoríficos.

Certamente que no mesmo site não se leva em conta a violência histórico-estrutural da formação social do campo brasileiro, em que a coerção e as expropriações são permanentemente reatualizadas, seja com a persistência da concentração fundiária, da pistolagem, grilagem etc. Essas expropriações foram impulsionadas no final dos anos 1990 com a força do agronegócio e a articulação da grande propriedade fundiária-capital transnacionalizado sob a soldagem do Estado.

Além do financiamento, o banco também investe em projetos do agronegócio via participação societária e oferece serviços de prestação de garantias a empresas do setor. Faz-se singular a observação presente no item “instrumentos de apoio” ao setor agropecuário, encontrado no site do banco: “A concessão do apoio financeiro é condicionada à avaliação dos impactos ambientais, segundo as diretrizes da Política Socioambiental do BNDES²³¹.” As relações sociais estabelecidas pelo agronegócio causam parcela significativa da devastação ambiental e hídrica no Brasil, sendo

²³⁰ “Onde Atuamos – Agropecuária”, in: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/agropecuaria/agropecuaria/>.

²³¹ Idem.

incoerente, ao menos na aparência²³², com esse item exposto pelo BNDES e com a sua política de diretrizes socioambiental, na qual ressaltamos alguns pontos:

1-Desenvolver e aperfeiçoar permanentemente produtos financeiros, metodologia, instrumentos de análise, de monitoramento e de avaliação que incorporem critérios socioambientais à luz de referências nacionais ou internacionais; 2-Oferecer, quando couber, condições diferenciadas de apoio financeiro para empreendimentos com adicionalidades socioambientais e para empreendimentos que equacionem passivos ambientais; 3-Considerar o trato das dimensões social e ambiental como questão estratégica na análise de concessão do apoio financeiro, na gestão de ativos e na análise de risco de beneficiários e de empreendimentos; 4-Observar as recomendações e restrições do zoneamento ecológico-econômico e do zoneamento agroecológico, quando for o caso; 5-Apoiar empreendimentos agropecuários e de silvicultura relacionados à abertura de novas áreas, somente quando em consonância com o zoneamento ecológico-econômico; 6-Observar os impactos do apoio do BNDES no emprego e considerar suas políticas relativas aos direitos humanos; 7-Promover e orientar a adoção de ações preventivas e mitigadoras de impactos sociais e ambientais adversos; 8-Ampliar e atualizar permanentemente informações sobre os padrões de impacto e desempenho socioambiental, energético e de emissão de GEE dos principais setores econômicos, bem como sobre a evolução das rotas tecnológicas e inovações; 9-Ampliar e atualizar permanentemente o conhecimento sobre desenvolvimento sustentável e responsabilidade social e ambiental e compartilhar informações e experiências com beneficiários, instituições financeiras e outras organizações, buscando o diálogo e promovendo a integração de esforços para fortalecer o trato das dimensões social e ambiental como questão estratégica.(Retirado de: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/responsabilidade-social-e->

²³² Entendemos ser inviável a conciliação do desenvolvimento capitalista com a preservação ou coexistência com a natureza sem depredá-la, esgotá-la ou gerar impactos significativos.

[ambiental/o-que-nos-orienta/politicas/politica-socioambiental/politica-socioambiental/](#)<Acessado em: 20/07/2017>)

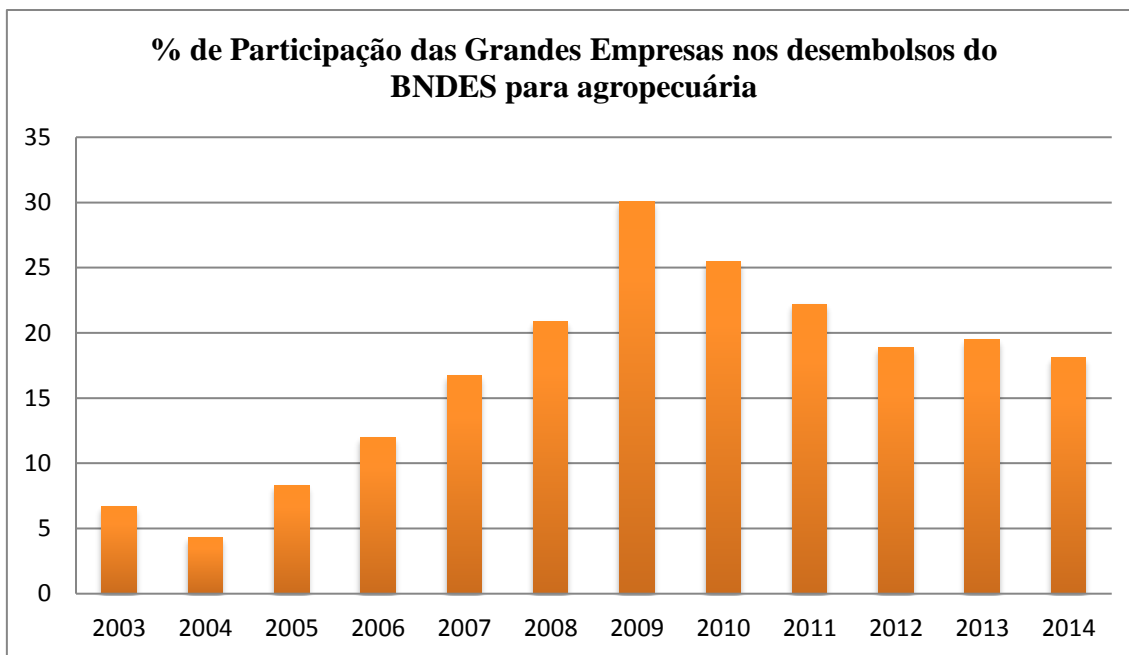
Ainda nas diretrizes de políticas socioambientais, consta a obrigatoriedade de pesquisa cadastral do beneficiário, que inclui verificação de apontamentos referentes a trabalho análogo ao de escravo (consulta a listas públicas ou outros meios oficiais) e crimes ambientais. É obrigação mencionarmos que a agricultura é o setor econômico que mais apresentou empresas (Destaque para as multinacionais JBS Aves e a Sucocítrico Cutrale) no cadastro do trabalho escravo²³³ organizado pelo Ministério do Trabalho (31%), a maior parte em lavouras de café (14% do total de empregadores)²³⁴. Em seguida, vem à criação de animais (25%), com predominância do gado para corte (19%). Em terceiro lugar, empatados, estão os setores de construção (8%) e madeireiro (8%).

A evolução dos desembolsos destinados ao agronegócio apresenta um aumento exponencial dos financiamentos para as grandes empresas do setor, conforme gráfico abaixo:

Gráfico1 – Desembolsos do BNDES, 2003-2014 (Setor agropecuário)

²³³ A pesquisa é de 2017, mas entendemos que este processo se avolumou nos últimos anos com os estímulos do Estado e a emergência do agronegócio.

²³⁴ Ver a reportagem: “No mapa, o trabalho escravo no Brasil”, In: <https://apublica.org/2017/10/no-mapa-o-trabalho-escravo-no-brasil/>.



Elaborado pelo autor (Dados em:

[http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/estatisticas-setor-
porte/](http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/estatisticas-setor-
porte/)).

Nos dois governos Lula da Silva (2003-2010), o agronegócio é amplamente favorecido, com ênfase na concentração monopólica das grandes empresas. No governo Dilma, percebemos uma discreta redução de desembolsos para as empresas de grande porte, o que nos sugere uma realocação dos investimentos para as micro e pequenas empresas do setor²³⁵.

Cultura e economia criativa

A partir de 1997 o BNDES passou a fazer uso dos benefícios fiscais da Lei Rouanet (Lei 8.313/91), incorporando acultura e a assim chamada “economia criativa”

²³⁵ Deve-se averiguar que tipo de recomposição nas relações interministeriais e entre APH's ocorreu no período Dilma, o que não faz parte do escopo desta tese.

como área de atuação. A incorporação da cultura sob a nomenclatura “economia criativa” expressa o avanço de setores do capital à produção artístico-cultural. No Plano da Secretaria da Economia Criativa, a então secretária da pasta, Claudia Leitão, assim definiu o que entendia por economia criativa:

Nossa compreensão de economia criativa definitivamente não se submete ao significado moderno de “indústrias culturais”. Pelo contrário, o grande desafio intelectual e político para a construção de um Plano da Secretaria era o de retomar o papel do MinC na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento brasileiro. Por isso, nossa primeira tarefa foi a de pactuar os fundamentos da economia criativa a partir dos seguintes princípios: inclusão social, sustentabilidade, inovação e diversidade cultural brasileira. (LEITÃO, 2011).

Nesse caso, a economia criativa é entendida de maneira “oposta” a indústria cultural, ou seja, ela se direciona por alguns dos princípios (inclusão social, sustentabilidade, inovação e diversidade cultural) não contemplados pelas modernas indústrias culturais. A definição de economia criativa cunhada pela ministra, assim como a operacionalidade assumida até agora pelo Plano da Secretaria da Economia Criativa, permite desvelar alguns aspectos centrais ao tema das políticas culturais e a organização do mercado cultural brasileiro contemporâneo. Parte da crítica à indústria cultural permanece, prioritariamente, para justificar a inserção e conversão dos valores de uso produzidos pelas culturas tradicionais e populares em nichos específicos de consumo.

Em 2008 foi criado um fundo estatutário específico para o setor cultural, o Fundo Cultural, que passou a constituir fonte de recursos para ações culturais de caráter

não-reembolsável. Receberam apoio as áreas audiovisual²³⁶ – produção de filmes e implantação e digitalização de salas exibidoras -, livros – editoras, livrarias e jogos digitais -, restauração e preservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico com o objetivo de estimular o turismo, patrocinar eventos culturais – festivais de música, literatura e cinema –, além de manter o espaço cultural BNDES. Os projetos desenvolvidos pelo banco para este setor foram os seguintes:

Programa	Objetivos Oficiais
BNDES Procult	Financiamento a partir de R\$ 1 milhão para investimentos e planos de negócio das empresas pertencentes às cadeias produtivas da “economia da cultura”, tais como audiovisual, editorial, música, jogos eletrônicos e artes visuais e performáticas.
BNDES Finem – Infraestruturas culturais	Financiamento a partir de R\$ 1 milhão para investimentos em infraestruturas culturais e revitalização do patrimônio cultural brasileiro.
BNDES Finem – Design e fortalecimento de marcas	Financiamento a partir de R\$ 3 milhões para investimentos em design e fortalecimento de marcas com vistas ao desenvolvimento, à melhoria da qualidade e à diferenciação de produtos. (Antigo BNDES Prodesign)
BNDES Fundo Cultural – Apoio ao patrimônio cultural brasileiro	Apoio não reembolsável para a preservação do patrimônio cultural e incentivo à cadeia produtiva da cultura.
Cinema perto de você	Financiamentos a partir de R\$ 1 milhão para

²³⁶ Por meio de editais anuais de seleção pública de projetos cinematográficos.

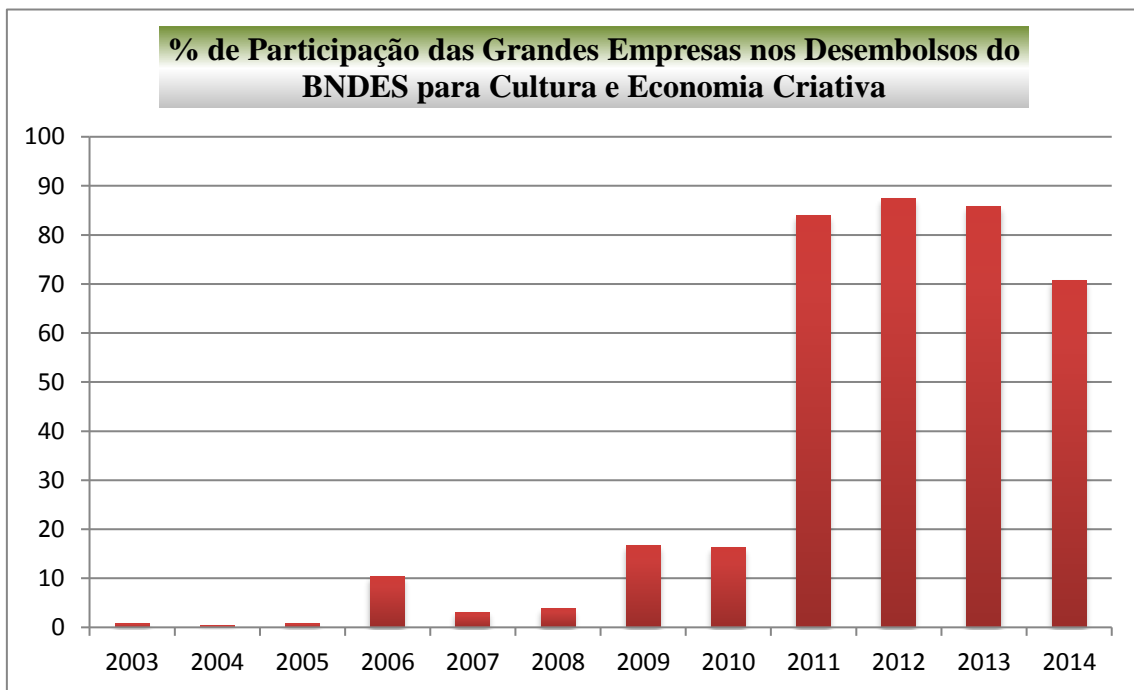
	construção e ampliação de salas de cinema em municípios e zonas urbanas prioritárias, com o objetivo de ampliar, fortalecer e descentralizar o parque exibidor brasileiro.
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor (Dados em:

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/navegador/setores/cultura-e-economia-criativa/#/>)

Ao analisar os desembolsos para esta área, também percebemos uma expansão dos financiamentos para empresas consideradas de grande porte:

Gráfico 2 - Desembolsos do BNDES, 2003-2014 (Cultura e Economia Criativa)



Elaborado pelo autor (Dados em:

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/estatisticas-setor-porte/>).

Destacadamente após o Novo Acordo Ortográfico (2008), entre o Brasil e os demais países de língua portuguesa, o volume de desembolsos para o mercado editorial brasileiro ocupou o epicentro dos financiamentos desta área, alçando-o a “representante cultural” do país em regiões antes dominadas pelas editoras portuguesas, como: Timor Leste, Moçambique, Guiné Bissau e Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Como a “cultura e economia criativa” não constam na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE, não possuímos os dados relativos à evolução dos desembolsos desta área de atuação. Contudo, algumas produções do próprio BNDES fornecem dados acerca desta questão. Inaugurado em 2007, o BNDES Procult²³⁷ realizou 73 operações, somando R\$ 1,462 bilhão até 2014. 30% dos desembolsos foram pra empresas de grande porte, com **concentração de 51,06% às editoras**. As mudanças na abordagem acentuaram-se a partir da criação do Departamento de Cultura, Entretenimento e Turismo (BNDES/DECULT), no ano de 2006, alavancando os financiamentos e o entendimento acerca da cultura como elemento de lucratividade.

Inovação

Nos termos trabalhados pelo BNDES, *inovação* não representa necessariamente avanço na ciência, mas sim um “aumento de eficiência na produção”, geração de empregos “qualificados”, maior competitividade, “novos métodos organizacionais” e “novas” estratégias de marketing. Tais elementos são declaradamente inspirados no

²³⁷ Folder BNDES Procult em números, disponível em: <http://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/81c3a6a9-001f-43ef-ac6c-9fe9c1dec006/FOLDER-BNDESPROCULT.pdf?MOD=AJPERES&CVID=ltomCH7&CVID=ltomCH7&CVID=ltomCH7&CVID=ltomCH7>

Manual de Oslo (1992), um documento²³⁸ elaborado pela Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento - OCDE -, cujo objetivo era padronizar conceitos, metodologias e a construção de estatísticas de pesquisa dos países industrializados. Segundo o relatório, a difusão do conhecimento representa um elemento fundamental para o crescimento econômico, sendo imprescindível a inovação enquanto ferramenta para impulsionar o desenvolvimento.

Nos termos aqui trabalhados, a categoria *inovação* e a inclusão da mesma entre as áreas de atuação do BNDES, representa a preocupação em formular políticas de gerenciamento e organização que reduzam o tempo de trabalho socialmente necessário via introdução de novas tecnologias. Marx em manuscrito intitulado “Capital e Tecnologia²³⁹” apontava como as pesquisas, os pesquisadores e as inovações tecnológicas faziam parte do processo de acumulação capitalista. Destarte, o emprego da ciência torna-se indispensável e coligado ao processo produtivo:

O emprego dos agentes naturais – em certa medida, sua incorporação ao capital coincide com o desenvolvimento da ciência como fator autônomo do processo produtivo. Se o processo produtivo se converte na esfera de aplicação da ciência; a ciência, pelo

²³⁸ O Manual de Oslo foi desenvolvido conjuntamente pelo Eurostat e a OCDE, e constitui parte de uma família de manuais dedicada à mensuração e interpretação de dados relacionados a ciência, tecnologia e inovação. Esse material compreende manuais, diretrizes e guias sobre P&D (Manual Frascati), indicadores de globalização, patentes, a sociedade da informação, recursos humanos em C&T (Manual Canberra) e estatísticas de biotecnologia (Manual de Oslo, 1992, p. 12). Vale mencionar que o Manual de Oslo já se encontra na sua terceira edição, revista e reatualizada no que tange as diretrizes para a coleta e interpretação dos dados, mas principalmente na proposição de técnicas gerenciais para a “otimização” do trabalho.

²³⁹ MARX, Karl. Capital e Tecnologia. Manuscritos de 1861-1863. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/tecnologia.htm>.

contrário, se converte em fator, em função, por assim dizer, do processo produtivo. Cada descoberta se converte na base de novas invenções ou de um novo aperfeiçoamento dos modos de produção. O modo capitalista de produção é o primeiro a colocar as ciências naturais a serviço direto do processo de produção, quando o desenvolvimento da produção proporciona, diferentemente, os instrumentos para a conquista teórica da natureza. A ciência logra o reconhecimento de ser um meio para produzir riqueza, um meio de enriquecimento (MARX, Karl. Capital e Tecnologia. Manuscritos de 1861-1863. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/tecnologia.htm><Acessado em: 10/08/2017).

O capital apropria-se da ciência no processo de produção, produzindo uma separação entre a ciência e o trabalho abstrato, demarcando uma singularidade da sociabilidade capitalista para os modos de produção anteriores, em que a experiência e os conhecimentos estavam coligados diretamente ao trabalho, ou nas palavras de Marx “*o braço e a mente não estavam separados*²⁴⁰”. Portanto, a aplicação da ciência ao processo produtivo é algo singular desta sociabilidade do capital.

Vejamos a noção de inovação adotada oficialmente pelo banco:

Nosso desafio é estimular a formação de capacitações e o desenvolvimento de ambientes inovadores. É por isso que as condições de apoio a planos de investimento em inovação são as mais favoráveis dentro de todo o nosso rol de linhas e programas de financiamento. Dentre as opções, se destaca a linha BNDES Inovação, que apóia operações de empresas de todos os portes e setores (...) O objetivo do BNDES é fomentar e apoiar operações associadas à formação de capacitações e ao desenvolvimento de ambientes inovadores, com o intuito de gerar valor econômico ou social e melhorar o posicionamento competitivo das empresas, contribuindo para a

²⁴⁰ Idem.

criação de empregos de melhor qualidade, o aumento da eficiência produtiva, a sustentabilidade ambiental e o crescimento sustentado do País. (Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/inovacao><Acessado em: 10/08/2017>).

Inovação, portanto, nos termos aqui trabalhados, é o aprimoramento do processo produtivo e da busca pela extração de mais-valor relativo via novas técnicas gerenciais, não sendo incluída aquisição de maquinarias mais sofisticadas em relação às anteriores. A política de financiamento da “inovação” se deu através da participação acionária de empresas, atuação em fundos de investimentos –Fundo Criatec–, parcerias com universidades e instituições tecnológicas para acelerar os resultados das pesquisas - Funtec - e das linhas de crédito do BNDES Finem. Dentre as diretrizes para o financiamento, consta o apoio prioritário a empresas com potencial de crescimento acelerado, perspectivas de internacionalização e inserção em cadeias produtivas com crescente densidade tecnológica. Além do subsidio ou o desenvolvimento de uma linha de crédito para empresas, o BNDES tenta introjetar esta dinâmica gerencial das formas de “inovação” no interior da agência com o seu próprio corpo de funcionários, fomentando uma sociabilidade da competição e da “eficiência” privada numa agência estatal²⁴¹.

As linhas de crédito desenvolvidas para este setor foram as seguintes:

Programa	Objetivos Oficiais
----------	--------------------

²⁴¹ Para fortalecer a capacidade do BNDES desenvolver a inovação, é formulada a seguinte diretriz: “Disseminar a cultura da inovação no corpo funcional da instituição e intensificar ações de capacitação profissional continuada para tornar o BNDES referência de melhor prática na análise e promoção de projetos de inovação” (Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/inovacao><Acessado em: 10/08/2017>).

BNDES Exim Pré-embarque Empresa Inovadora	Financiamento a empresas consideradas “inovadoras” para exportação de bens de capital, bens de consumo e serviços de tecnologia da informação (TI) desenvolvidos no Brasil.
BNDES Soluções Tecnológicas	Financiamento à produção de tecnologia para aplicação imediata.
BNDES Finem - Inovação	Financiamento a partir de R\$ 10 milhões para investimentos em inovação.
Programa BNDES de títulos híbridos de apoio a inovação - BNDES THAI	Apoio por meio da subscrição de debêntures participativas subordinadas, voltado para projetos de inovação com risco tecnológico e de mercado, como o desenvolvimento de novos produtos e o escalonamento de novos processos.
Plano “Inova Empresa”	Editais para selecionar projetos de inovação.
Inova Mineral	Editais para selecionar projetos de inovação na indústria de mineração e transformação mineral.

Fonte: Elaborado pelo autor (Os dados podem ser encontrados em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/inovacao/inovacao>)

Micro, pequenas e médias empresas (MPME's)

As noções de “Micro, pequena e média empresa” são definidas pela receita operacional bruta anual dos capitais, seja através da empresa ou pessoa física²⁴². Tal

²⁴² Para ser considerada Microempresa pelo BNDES, a receita bruta anual deve ser menor ou igual a R\$360 mil; Pequena empresa a receita deve ser maior que R\$360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões; Média empresa a receita deve ser maior que R\$4,8 milhões ou igual a R\$ 300 milhões; Já a grande empresa deve ter receita maior que R\$300 milhões por ano. Disponível em:

noção mascara o fato de que o conjunto dos recursos destinam-se para capitais que atuam entrelaçadamente – indústria, agropecuária, comércio e serviços -, como consta na própria cartilha de apoio aos MPME's elaborada pelo BNDES²⁴³.

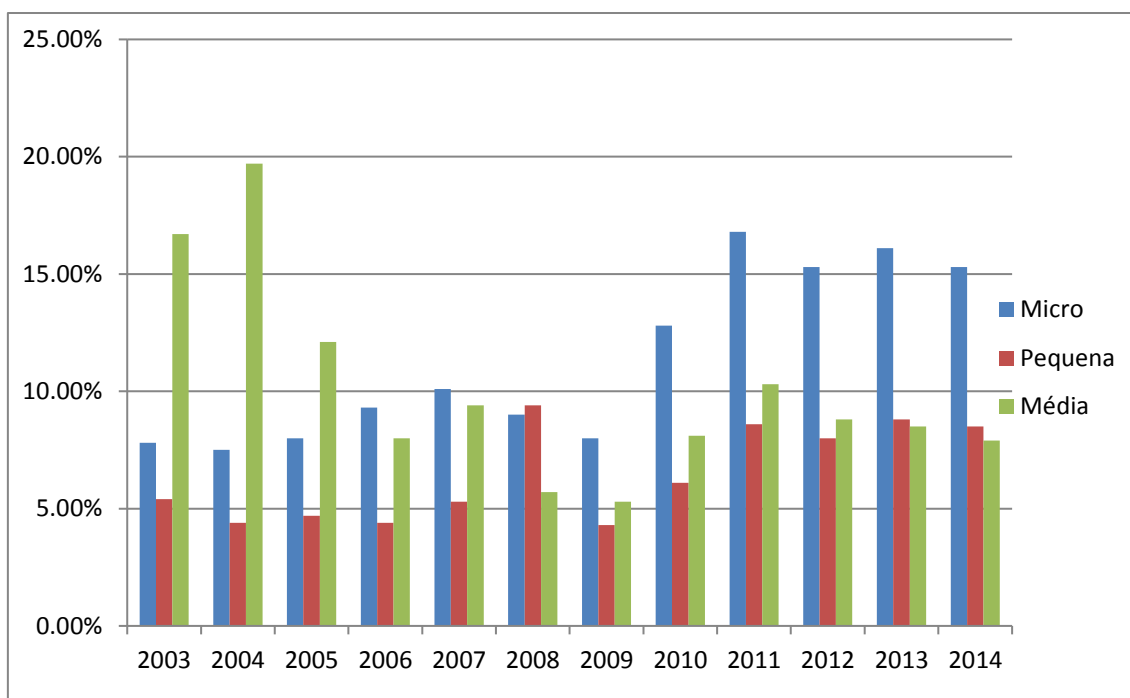
As principais opções de crédito para as MPME's são o cartão BNDES (destinado à aquisição de bens e serviços para empresários – produtor rural, caminhoneiro e “microempresário”) e o canal do desenvolvedor MPME. Na cartilha mencionada acima, é enaltecido o fato de que o BNDES tem entre as suas prioridades apoiar as MPME's, pois estas seriam geradoras de emprego e renda, além de estimular o empreendedorismo e a competitividade da economia brasileira²⁴⁴. Vejamos como isto se aplicou na forma de desembolsos.

Gráfico 3 - Desembolsos do BNDES, 2003-2014 (MPME's)

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/estatisticas-produto-porte-apoio/>

²⁴³ <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/8d6e0744-5a3a-4cb6-9238-48098ef786a4/cartilha-apoio-as-mpmes.pdf?MOD=AJPERES&CVID=IKR4WSp>

²⁴⁴ Cartilha de apoio as MPMEs. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/8d6e0744-5a3a-4cb6-9238-48098ef786a4/cartilha-apoio-as-mpmes.pdf?MOD=AJPERES&CVID=IKR4WSp>



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/estatisticas-produto-porte-apoio/>

Podemos perceber pelos dados fornecidos no gráfico que os valores desembolsados para MPME's oscila entre 4,4% a no máximo 19,8%. Somados os desembolsos para estas áreas não chega a 50% do total fornecido pelo BNDES.

Social

No primeiro capítulo foi destacada a importância da captura e conversão dos subalternos através de políticas assistenciais ou focalizadas que desmobilizam as lutas mais radicalizadas. O BNDES incorporou a dimensão do social na sua política financeira, extrapolando o componente político de conversão das lutas ou captura do conjunto da classe trabalhadora mais desmobilizada, com projetos altamente lucrativos e que envolvem grandes capitais na chamada infraestrutura social: saneamento, saúde,

educação e “mobilidade urbana”. Através dos projetos ²⁴⁵ do Fundo Social são desembolsados recursos para a agricultura familiar e a viabilização de cisternas de água destinadas à produção agropecuária nas propriedades rurais do semiárido.

Destaque para o programa de “convivência com a seca²⁴⁶”, calcado na noção de “segurança alimentar. Em linhas gerais, a segurança alimentar é um termo antigo, cunhado no pós Primeira Guerra Mundial e solidificado com a I Conferência Mundial de Segurança Alimentar da FAO, onde a alimentação passou a ser associada imediatamente a questão produtiva. Nesse caso, esta é uma política aplicada por governos através de programas assistenciais²⁴⁷.

A principal linha de financiamento para a área social é o BNDES Finem, onde destina-se recursos a empresas com projetos de “responsabilidade social empresarial”, saneamento ambiental, recursos hídricos, mobilidade urbana, assistência social, educação e saúde. É nesse contexto que foi subsidiada uma unidade industrial da Fibria, segunda maior produtora de celulose do mundo, em Três Lagoas no Mato Grosso do Sul, com aporte do BNDES e mais de 12 milhões de reais destinados para projetos

²⁴⁵ Destaco alguns dos projetos: Produção Agroecológica Integrada e Sustentável; Fossas Sépticas Biodigestoras; Balde Cheio; Projetos de energia solar (Ver: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-para-a-sociedade/projetos-apoiados/semiario-brasileiro/>)

²⁴⁶ Ver o vídeo “Cisternas no semiárido”, in: <https://www.youtube.com/watch?v=-H8xPX3wIMg>; <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-para-a-sociedade/projetos-apoiados/semiario-brasileiro/>

²⁴⁷ CARVALHO & STÉDILE, 2012, p. 714; Nas lutas sociais foi forjada a noção oposta a segurança alimentar, qual seja, “soberania alimentar”, onde preconiza-se a produção autossuficiente de alimentos necessários para a sobrevivência da população. (Idem, 2012, p. 715)

sociais desenvolvidos pela própria empresa, com ênfase no setor de equipamentos hospitalares²⁴⁸.

Desenvolvimento regional e territorial

Segundo o site oficial do banco, a atuação na área de “Desenvolvimento regional e territorial” tem por objetivo dirimir desigualdades de renda através da Política de Dinamização Regional (PDR) e promover uma maior integração entre as entidades financeiras, ONG’s e setor privado²⁴⁹. Oficialmente, consta que a PDR preconiza desembolsos para a ampliação da capacidade produtiva em regiões ou microrregiões das regiões Norte e Nordeste, de mais baixa renda²⁵⁰.

A título de ilustração, ao cotejarmos os percentuais de desembolsos por região ficou perceptível a não-aplicação deste critério:

Percentual (%) dos desembolsos do BNDES por região, 2003-2014

	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste
2003	59,7	20,5	9,3	2,1	8,4
2004	53,5	21,7	6,9	4,9	13,0
2005	61,2	20,3	8,1	3,4	7,0
2006	61,2	19,1	9,4	3,2	7,1
2007	57,9	19,7	8,2	5,3	8,9
2008	56,1	19,2	8,4	5,4	10,9
2009	52,6	15,2	16,2	8,2	7,9
2010	58,2	17,9	10,2	7,0	6,7
2011	49,1	21,4	13,5	7,8	8,2
2012	46,4	18,6	13,5	8,6	12,9

²⁴⁸ Ver: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-para-a-sociedade/projetos-apoiados/fibria-celulose-tres-lagoas-ms>

²⁴⁹ Ver: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/desenvolvimento-regional-territorial/desenvolvimento-regional-e-territorial/>

²⁵⁰ O critério de definição de renda baixa ou alta é a faixa de renda por microrregião a partir da renda domiciliar média ou do chamado “dinamismo da região”.

2013	45,7	22,6	13,5	7,2	11,0
2014	47,6	20,4	13,0	7,5	11,5

Fonte: Elaboração do autor com base em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/estatisticas-regiao-estado-porte/>

Longe de direcionar os recursos para dirimir as desigualdades, os dados apontam para uma enorme concentração dos desembolsos do BNDES para a agenda de “desenvolvimento territorial” na região sudeste, em detrimento do propagado oficialmente, com gradual declínio entre 2007 e 2013, no mesmo período das construções das hidrelétricas de Belo Monte (PA), Santo Antônio (RO), Jirau (RO) e Teles Pires (MT). Tal redirecionamento dos desembolsos implicou o acirramento de contradições das burguesias intrarregionais²⁵¹ neste período.

Na realidade, esta não é uma “área” econômica como as outras mencionadas, mas sim uma ferramenta definidora dos recursos regionais que são direcionados para os setores privados da educação, saúde e cultura; alimentos e bicomustíveis; e demais qualificadores que se enquadram na área de infraestrutura. Esta área fomenta estudos de “impacto” ao desenvolvimento local e promove a discussão com comunidades tradicionais e movimentos sociais, incorporando²⁵² de maneira rebaixada as pautas dos

²⁵¹ Essa é uma frente inviável de ser aberta nesta pesquisa, porém menciono o artigo de Virgínia Fontes escrito meses antes do golpe de 2016, em que aborda o acirramento das tensões entre as classes dominantes no Brasil pelo viés do “paulistocentrismo”: FONTES, Virgínia. O paulistocentrismo: tensões nas classes dominantes brasileiras. 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-paulistocentrismo-tensoes-nas-classes-dominantes-brasileiras/>

²⁵² “Um exemplo de Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT) elaborada com o apoio do BNDES é a ADT Xingu, que contempla a área de entorno do empreendimento da usina hidrelétrica de Belo Monte. Ela foi construída a partir de debates, discussões e pactuação de seu conteúdo com o Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional do Xingu e suas diversas Câmaras Técnicas. Conheça a ADT

movimentos, como no caso da construção da área do entorno da hidrelétrica de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu (Município de Altamira – PA), sem colocar em xeque as expropriações e a devastação ambiental causada nessa construção²⁵³.

Exportação²⁵⁴

Institucionalmente a área de exportação se refere às modalidades BNDES Exim pré-embarque e pós-embarque. A primeira relaciona-se com a produção de bens e serviços destinados ao mercado externo. Já a segunda trabalha com o financiamento para a comercialização destes produtos no exterior. No financiamento pré-embarque, cabe ao próprio exportador amortizar e liquidar a dívida. Nas operações pós-embarque²⁵⁵, por sua vez, o valor desembolsado pelo BNDES ao exportador brasileiro é uma antecipação do pagamento feito pelo importador, que pode ser uma empresa estrangeira ou um Estado. A empresa ou o Estado importador paga (ou não, caso a modalidade seja não-reembolsável) ao BNDES os desembolsos feitos para empresas “exportadoras” em território nacional para ação internacional.

Xingu.” (Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/desenvolvimento-regional-territorial/desenvolvimento-regional-e-territorial/>)

²⁵³ Sobre Belo Monte, ver: “Belo Monte, um legado de violações”. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/563829-belo-monte-um-legado-de-violacoes>; Relatório: Análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte, (Orgs.) Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos e Francisco del Moral Hernandez. 2009. Disponível em: https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf

²⁵⁴ Os dados com as operações e os desembolsos serão trabalhados nos capítulos seguintes.

²⁵⁵ O produto BNDES Exim Pós-embarque compreende as seguintes linhas de financiamento: BNDES Exim Pós-embarque Bens, BNDES Exim Pós-embarque Serviços, BNDES Exim Pós-embarque Aeronaves e BNDES Exim Automático.

A modalidade pós-embarque é operacionalizada via *Supplier Credit*, *Buyer Credit* ou *BNDES Exim automático*. O *Supplier Credit* é um refinanciamento por parte do BNDES ao exportador através de desconto de títulos. Na modalidade *Buyer Credit*, o exportador, após selar contrato para entrega futura de bens e/ou serviços, solicita financiamento do BNDES, que por sua vez firma contrato com o importador²⁵⁶. O *BNDES Exim Automático* é o apoio à comercialização de bens de fabricação em solo brasileiro através da abertura de linha de crédito a instituições financeiras no exterior.

Indústria, comércio e serviços

As linhas de crédito e desembolsos para a área de “Indústria, comércio e serviços” não pode ser entendida de maneira compartimentada, em virtude do nível de entrelaçamento de capitais no atual estágio capital-imperialista. A própria noção de indústria deve ser entendida enquanto relação social e não como rótulo econômico, na medida em que as formas sociais engendradas pelos capitais extrapolam a dinâmica fabril e se alastram pelo conjunto da vida social²⁵⁷.

Para cômputo oficial dos desembolsos neste setor, o critério utilizado pelo BNDES consiste no financiamento de projetos de investimento para implantação e ampliação de indústrias, comércios e serviços através de equipamentos e a importação de máquinas na “indústria de transformação” e “indústria extrativa”. Tal critério, longe de dar conta do real significado das relações sociais que resultam deste processo, omite a expansão dos financiamentos e a crescente escala de industrialização de distintos

²⁵⁶ Ver: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/exim-pos-emb-bens>

²⁵⁷A realidade escolar, por exemplo, é cada vez mais imbuída de elementos “industriais”, como os pontos eletrônicos, sinais, gratificações por produtividade, uniformes/jalecos, obrigatoriedade dos professores comparecerem a instituição fora do período letivo etc.

setores como de fármacos, medicamentos e turismo, tal qual apontamos nas linhas de financiamento e seus objetivos:

Programa	Objetivos
Financiamento à marinha mercante e à construção naval	Fundo destinado a prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e para a indústria de construção e reparação naval brasileira.
BNDES Finem - Apoio à engenharia nacional (Antigo BNDES Proengenharia)	Financiamento a partir de R\$ 10 milhões para projetos e serviços de engenharia em setores estratégicos, visando estimular o aprimoramento das competências e do conhecimento técnico no País.
BNDES Finame - Moderniza BK	Financiamento à modernização de máquinas e equipamentos instalados no país, com fornecimento contratado com os proprietários dos bens
BNDES Finame - BK Produção	Financiamento ao fabricante para a produção de máquinas, equipamentos, bens de informática e automação, já negociados com o comprador
BNDES Finem - Apoio à produção de bens de capital	Financiamento a partir de R\$ 10 milhões para empresas do setor de bens de capital e sua cadeia de fornecedores
BNDES Finem - Outras linhas de financiamento	Financiamentos a partir de R\$ 10 milhões ou R\$ 20 milhões para investimentos não contemplados nas demais linhas, tais como ampliação de

	capacidade produtiva de grandes empresas, comércio e serviços, turismo, internacionalização e outros.
BNDES Finem - Produção de fármacos e medicamentos (Antigo BNDES Profarma - Produção)	Financiamento a partir de R\$ 10 milhões para desenvolvimento, modernização e ampliação de capacidade produtiva de fármacos, medicamentos, equipamentos e materiais médicos
BNDES Finame - BK Aquisição e Comercialização	Financiamento para aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais, bens de informática e automação, ônibus, caminhões e aeronaves executivas

Fonte: Elaborado pelo autor (Os dados podem ser encontrados em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/industria-comercio-servi%C3%A7os/industria-comercio-servicos/>)

Os desembolsos no período se concentraram nas indústrias de transformação e no aumento vertiginoso da indústria extrativa até 2009, momento em que a crise cíclica internacional do capitalismo retraiu a expansão de capitais dos países centrais. A indústria extrativa passou por uma oscilação, o que não impediu uma das principais empresas do setor, a Vale, de ter obtido o lucro recorde de R\$30, 1 bilhões²⁵⁸ e ultrapassar a Petrobras como maior exportadora brasileira, aproveitando o cenário de alta do preço do minério de ferro no mercado internacional.

Mercado de capitais

²⁵⁸ Indústria extrativa é destaque do PIB em 2010. In: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/03/industria-extrativa-e-destaque-do-pib-em-2010-com-alta-de-157.html>

Através do BNDESPAR, o BNDES subsidia empresas via instrumentos da chamada renda variável, um mecanismo que almeja obter ganhos com o rendimento de ações adquiridas, ainda que o valor a ser resgatado possa ser inferior ou igual ao que foi investido. Por esse percurso, o BNDESPAR negocia ações na bolsa de valores e compõe a carteira de ativos com o objetivo de se estruturar no mercado de valores mobiliários. As operações de investimento da BNDESPAR têm como origem principal de recursos os próprios retornos de sua carteira de ativos (dividendos e juros sobre capital próprio de participações acionárias, juros recebidos de debêntures, bem como os desinvestimentos), além das captações através das emissões de debêntures simples no mercado doméstico²⁵⁹.

Até 2014 a carteira da BNDESPAR contava com 41 fundos ativos, que somavam mais de 150 empresas investidas. Dentre os gestores desses fundos figuram as seguintes empresas: Bozano investimentos LTDA, Inseed Investimentos LTDA, BBI Financial Gestão, Kaetê Investimentos LTDA, Performa Investimentos, Invest Tech Participações, Portal Bank Capital gestora de Recursos AS, Rio Bravo Investimentos LTDA e PatriaInvestimentos LTDA.

Em consonância a isso, o BNDES também atua na emissão de títulos da dívida corporativa e nos títulos de dívida externa, esta segunda é fundamental para a inserção internacional das multinacionais brasileiras por garantir os investimentos em ativos no exterior e o financiamento de fusões.

Meio-Ambiente

²⁵⁹ <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/mercado-de-capitais/politica-rv;> O

BNDESPAR também é sócio minoritário de diversas empresas que investiu na compra de ações.

O BNDES considera projetos que envolvem o meio-ambiente aqueles de: saneamento, gestão de resíduos, eficiência energética e conservação de biomas. Oficialmente ²⁶⁰, os empreendimentos fomentados pelo banco, devem apresentar licenças ambientais ou estudos de impacto/risco ambiental, além da verificação da regularidade social e ambiental da empresa. São financiadas atividades de **restauração ecológica**, via aumento da cobertura vegetal com espécies nativas, cuja degradação dos ecossistemas e da biodiversidade em muitos casos foi resultante de projetos financiados pelo próprio BNDES²⁶¹.

Nesse caso, são repassados os financiamentos a empresas e proprietários rurais ou direcionado a ONG's que implementam a restauração em unidades de conservação públicas, áreas de preservação permanente, reservas legais em assentamentos rurais, terras indígenas e Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN)²⁶².

Segue o quadro com as linhas de financiamento e os respectivos objetivos para a área de meio ambiente:

Programa	Objetivos
----------	-----------

²⁶⁰ Enfatizo o “oficialmente”, pois segundo a metodologia de avaliação de empresas do BNDES, o processo leva em conta aspectos como “gestão” e “responsabilidade socioambiental” nas empresas, riscos e passivos socioambientais decorrentes de suas atividades e a contribuição das companhias para o desenvolvimento local e regional.

²⁶¹ Destaco a iniciativa BNDES- Mata Atlântica (Ver: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Restauracao_Ecologica/index.html)

²⁶² Idem

BNDES Finem - Recuperação e Conservação de Ecossistemas e Biodiversidade (BNDES Ambiente)	A partir de R\$ 10 milhões e com prazo determinado pelas características de cada projeto.
Programa ABC Ambiental	Até R\$ 2,2 milhões por ano agrícola e prazo de até 12 anos. Plantio consorciado de espécies nativas e exóticas em reservas legais, conforme legislação. Serviços destinados à implantação e manutenção da restauração; Aquisição de insumos; Implantação de viveiros de mudas nativas; Aquisição de sementes e mudas; Implantação e recuperação de cercas; Construção e modernização de benfeitorias e de instalações na propriedade rural; Serviços técnicos de topografia, geoprocessamento, imagens por sensoriamento remoto, inventários, demarcação, auditoria, certificação e monitoramento; Plano de restauração de áreas degradadas.
Pronamp	Até 430 mil por ano agrícola e prazo de até 8 anos. Somente proprietários rurais, posseiros, arrendatários ou parceiros que tenham, no mínimo, 80% de sua renda anual bruta originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal e que possuam renda bruta anual de até R\$ 1,76 milhão podem solicitar.
Pronaf Eco	Até R\$ 165 mil por ano agrícola e prazo de até 10 anos.
Fundo Amazônia	Financiamento não-reembolsável para ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia Legal;

	Gestão de florestas públicas e áreas protegidas; Controle, monitoramento e fiscalização ambiental; Manejo florestal sustentável; Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação; Zoneamento ecológico e econômico, ordenamento territorial e regularização fundiária; Conservação e uso sustentável da biodiversidade; e Recuperação de áreas desmatadas/ Políticas de REDD+ (Compensação por redução de emissões por desmatamento)
BNDES Finem - Saneamento ambiental e recursos hídricos	Financiamento a partir de R\$ 20 milhões para projetos de serviços de saneamento básico e à recuperação de áreas ambientalmente degradadas.
BNDES Finem - Eficiência Energética	Financiamento a partir de R\$ 10 milhões para projetos voltados à redução do consumo de energia e aumento da eficiência do sistema energético nacional.
BNDES Finem - Recuperação e Conservação de Ecossistemas e Biodiversidade	Financiamento a partir de R\$ 10 milhões para investimentos na recuperação e conservação de ecossistemas e biodiversidade.
BNDES Restauração Ecológica	Apoio não reembolsável a projetos de restauração de biomas brasileiros (exceto o bioma Amazônia).
BNDES Finem - Geração de energia	Financiamento a partir de R\$ 20 milhões para expansão e modernização da infraestrutura de geração de energia a partir de fontes renováveis e termelétricas a gás natural no País.

Fonte: Elaborado pelo autor (Os dados se encontram em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/navegador/#/>)

Infraestrutura

Os dados dos desembolsos do BNDES são computados através de um limitado instrumento de padronização chamado Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE. Nesta classificação, não existe a área de Infraestrutura, apenas os setores fragmentados que a compõem com: Eletricidade, gás, água, lixo, esgoto, energia (hídrica, eólica, térmica, nuclear e de biomassa) e construção (rodovias, ferrovias, aeroportos, navegação, portos, terminais e armazéns). Portanto, não é possível aferir a destinação dos desembolsos para as empresas de grande porte, no entanto, a partir do cômputo total dos desembolsos por setor do CNAE agrupado, temos uma estimativa do que foi destinado a construção civil, entre 2003-2014. No período houve uma oscilação entre 2,4% a 5,5%, com ascensão de 2007 até 2014, decurso das obras da Copa do Mundo e Olimpíadas.

Programas	Objetivos
BNDES Finem - Infraestrutura Logística	Financiamento a partir de R\$ 20 milhões para expansão e modernização da infraestrutura logística do país.
BNDES Finem - Distribuição de Gás e Biocombustíveis	Financiamento a partir de R\$ 20 milhões para expansão da infraestrutura de distribuição de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis.
BNDES Finem - Distribuição de Energia Elétrica	Financiamento a partir de R\$ 20 milhões para expansão e modernização da infraestrutura de distribuição de energia do País.
BNDES Finem - Transmissão de energia elétrica	Financiamento a partir de R\$ 20 milhões para expansão e modernização da infraestrutura de

	transmissão de energia do País.
BNDES Finem - Geração de energia	Financiamento a partir de R\$ 20 milhões para expansão e modernização da infraestrutura de geração de energia a partir de fontes renováveis e termelétricas a gás natural no País.
BNDES Finem - Eficiência Energética	Financiamento a partir de R\$ 10 milhões para projetos voltados à redução do consumo de energia e aumento da eficiência do sistema energético nacional.
BNDES Finem - Mobilidade urbana	Financiamento a partir de R\$ 20 milhões para projetos de investimentos de interesse público voltados à mobilidade urbana.
BNDES Finem - Transporte de Petróleo, Gás Natural, Derivados de Petróleo e Biocombustíveis	Financiamento a partir de R\$ 20 milhões para expansão da infraestrutura de transporte dutoviário de petróleo, gás natural, biocombustíveis e derivados de petróleo.

Fonte: Elaborado pelo autor (Os dados se encontram em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/infraestrutura/>)

Neste capítulo tentamos fornecer um painel teórico-histórico do BNDES e a sua força impulsionadora para o fomento do capital através dos projetos de desenvolvimento. A sua história, conformação interna e áreas de atuação, se direcionam para a formulação de projetos e investimentos para o desenvolvimento do e para o capital. A forma de atuação do BNDES é condizente com o atual estágio capital-imperialista, sobretudo por incorporar e aprimorar os seus elementos constitutivos como tentamos apresentar em linhas gerais nesta última seção.

Capítulo 3 – O BNDES e o fomento ao capital-imperialismo brasileiro: Os empreendimentos na Pan-Amazônia

Sendo, portanto, dotado de uma tendência à expansão imanente, o capital precisa incorporar áreas cada vez mais extensas ao seu limite de operação; pela sua própria natureza, precisa ir além de qualquer barreira espacial, criar condições objetivas para ampliação das trocas e conquistar o mundo com o seu mercado. (MARX, Karl. Grundrisse – Manuscritos Econômicos de 1857- 1858: esboços para a crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 445).

“O BNDES disponibiliza suporte às aquisições e projetos de implantação, expansão e modernização de empreendimentos, condicionando os financiamentos às compras de insumos e equipamentos do Brasil (e claro que isto é imperialismo). (...) Com isto, não estamos a defender que nossos vizinhos devem abraçar o expansionismo brasileiro porque, em termos de imperialismo, o Brasil seria melhor que os outros, mas é evidente que é mais fácil negociar/barganhar com um país periférico, sem grande poder de imposição (inclusive militar), que o contrário. Da parte do Brasil, o mais acertado seria orientar o expansionismo econômico (se for para seguir nesta direção) e sua política diplomática no sentido de estimular a solidariedade e complementaridade entre os países latino-americanos, colocando ênfase sobre a integração/cooperação, não sobre a exploração (mais força motriz e menos obstáculo).” (O expansionismo nos governos Lula e o BNDES. Por Angelita Matos Souza. Disponível em: <https://www.ibri-rbpi.org/?p=2552>)

Seria possível que determinadas frações das burguesias radicadas²⁶³ no Brasil conseguissem a sua internacionalização nos patamares alcançados no século XXI, sem o suporte do BNDES? Neste capítulo demonstraremos que o BNDES se conformou como

²⁶³Entenda-se radicadas no sentido dos centros decisórios para a expansão de extração de mais-valor.

um grande financiador, embora não o único²⁶⁴, da inserção capital-imperialista brasileira, entre os anos de 2003-2014, tornando-se a instituição símbolo do processo de internacionalização das multinacionais brasileiras e das pretensões diplomáticas do governo petista e de algumas frações das classes dominantes do país, destacadamente aquela ligada ao setor da construção civil.

Para tanto, delimitamos a região da Pan-Amazônia como lócus de investigação dos empreendimentos que o BNDES deu suporte. O que pode soar como contradição na aparência, visto que esta região não foi a área privilegiada da expansão capital-imperialista brasileira, na realidade, em sua essência, representa uma tentativa de compreensão da dinâmica das contradições sociais e históricas do modo de produção capitalista a partir das lutassociais e suas contradições, através de dois movimentos fundamentais e constitutivos do modo de produção capitalista: a concentração e as expropriações²⁶⁵. O nosso objetivo será o de demonstrar a dimensão da conflitividade e das contradições na qualidade de fator impulsionador dos processos históricos, assim como das continuidades e transformações do conjunto da vida social ao longo da história recente.

No processo de expansão do capital são engendradas inúmeras lutas e conflitos, nos quais em alguns casos e com os devidos mecanismos de estruturação do consenso burguês, os subalternos são capturados, invisibilizados e/ou exterminados, impossibilitando uma análise mais acurada das formas e conteúdos do capitalismo na sua face contemporânea e, por conseguinte, dos meios pelos quais se estruturam as resistências.

²⁶⁴Outrossim, mencionamos anteriormente o papel da diplomacia, fundos de pensão, captação nas bolsas, Banco do Brasil, bancos regionais e à Sociedade Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE).

²⁶⁵ FONTES, 2010.

Para garantir um consenso com relação à inserção brasileira no cenário capital-imperialista internacional foram apresentadas formulações teóricas acerca da geopolítica como dissociadas da economia, naturalizando um processo que implicou na concentração de capitais e de recursos do BNDES em poucas empresas como algo positivo para o “desenvolvimento” nacional. Todavia, tanto a geopolítica quanto a economia estão umbilicalmente ligadas ao conjunto das relações sociais do modo de produção capitalista e as suas dinâmicas afetam as demais esferas da vida social.

A plataforma capital-imperialista brasileira assumiu uma “roupagem” de (Neo) Desenvolvimentismo ou Novo-Desenvolvimentismo e de política de Integração Regional cooperativa. A hipótese aqui defendida polemiza com os defensores da noção de Neo-Desenvolvimentismo ou Novo-Desenvolvimentismo, mormente com aqueles que defenderam a política internacional dos governos Lula e Dilma Rousseff enquanto instrumento dos interesses da grande burguesia interna brasileira.

Nesse ínterim, a expansão das multinacionais brasileiras ocupou o epicentro das políticas de governo e da “agenda” do grande capital monopolista, destacadamente o setor da construção civil. Ao longo dos anos 2000, a economia brasileira, articuladamente ao cenário mundial, passou por um acelerado e pujante crescimento estimulado pela liquidez internacional, pelos preços das commodities, a ampliação do crédito e os subsídios do Estado via agências estatais. A contrapartida deste processo foi o endividamento das famílias, um quadro fiscal que impôs limitações as políticas de distribuição de renda e a desprotagonização decisória do conjunto da classe trabalhadora na formulação das políticas focalizadas de combate à pobreza.

A “carta ao povo brasileiro”²⁶⁶, representou logo num primeiro momento uma sinalização de rota contrária aos interesses dos grupos sociais que historicamente

²⁶⁶ Ver: <http://www.pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro/>

compuseram a base petista, dando o tom de um governo que preservou os alicerces macroeconômicos da gestão FHC sob a rubrica da governabilidade – taxa de câmbio flutuante, sistema de metas inflacionárias e superávits primários -.

Sarcasticamente, Mauro Iasi afirmou que o PT passou de um programa baseado na nacionalização dos meios de produção para a constituição de uma agenda de “nacionalização do consumo” de massas, explicitado ao longo dos seus governos. A efetivação da Estratégia Democrático Popular, amputada das reivindicações históricas dos movimentos sociais e da classe trabalhadora brasileira, preconizou a tática de transferência de renda através das políticas focalizadas de combate à pobreza e o estímulo à inclusão bancária do crédito para as famílias:

“Formalmente, o eixo prioritário é o “social”, que “subordinará a dinâmica econômica aos objetivos e as prioridades macrosociais” (basicamente três: inclusão de 53 milhões de subcidadãos aos bens essenciais a uma vida minimamente digna; preservação do direito ao trabalho acompanhado da proteção social aos milhares de trabalhadores assalariados em geral e pequenos e médios produtores rurais; e a universalização de direitos sociais básicos que garantam a progressiva melhoria nas condições de vida da população).” (IASI, 2012, p. 512)

A condição essencial para a realização do eixo social seria através do crescimento econômico coordenado pela ação estatal, beneficiada por um cenário internacional de aumento da liquidez e afrouxamento monetário estadunidense. Nesse momento, houve um aumento da demanda da moeda brasileira por parte de investidores internacionais, via apostas nos mercados de derivativos e por fluxos financeiros de

capital²⁶⁷. As taxas médias de crescimento do PIB nos dois governos Lula (3,5% entre 2003 e 2006; 4,6% entre 2007 e 2010) foram maiores do que as dos dois governos FHC (2,4% entre 1995 e 1998; 2,1% entre 1999 e 2002). Entre 2003 e 2010, o consumo das famílias e os investimentos públicos e privados, –Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) – elevaram-se em 4,5% e 7,5% ao ano em média, respectivamente²⁶⁸.

Após a crise do “mensalão” e os prenúncios da crise internacional, o tripé macroeconômico foi timidamente flexibilizado com a ampliação do crédito, aumento do salário mínimo, aumento dos recursos voltados para programas sociais e ampliação da atuação do BNDES enquanto importante esteio anticíclico²⁶⁹, no que por um lado, marcou a conversão de setores subalternizados em ampla massa de trabalhadores ávidos por consumo, por outro expressou uma alta rentabilidade para os setores dominantes.

No cenário de crise internacional, com indícios de saturação do mercado interno como ferramenta impulsionadora do crescimento, e convencido da necessidade de expansão do capitalismo brasileiro, o governo lançou mão de um pacote de medidas que envolveram: expansão do crédito pelos bancos públicos, redução das alíquotas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produto Importado sobre carros novos, materiais de construção e eletrodomésticos, do IOF nas operações creditícias de pessoas físicas e da COFINS sobre motos.

O historiador David Maciel avaliou que o governo Dilma reagiu ao cenário internacional exacerbando ataques ao conjunto da classe trabalhadora e adotando

²⁶⁷ Ver: ROSSI, P.; BIANCARELLI, A. M. Do industrialismo ao financismo. Revista Política Social e Desenvolvimento, p. 14-17, 29 jan. 2015.

²⁶⁸ MELLO & ROSSI. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. Texto para discussão, Instituto de Economia da UNICAMP, Junho de 2017.

²⁶⁹ BALANCO; BARUCO; NOGUEIRA; PINTO; PINTO; SALUDJIAN; SCHONERWALD, 2016, p. 14.

medidas regressivas: corte de gastos, aumento da taxa de juros, privatizações de aeroportos²⁷⁰ e leilões do pré-sal, elaboração de uma nova reforma da previdência, novo código florestal e reforma política²⁷¹.

O primeiro governo Dilma terminou com tendências a deterioração das contas públicas e marcado por um conjunto de manifestações multitudinárias no ano de 2013, delimitando, assim, um ponto de tensão irreconciliável do PT para com determinadas frações da burguesia que até então faziam parte do pacto de dominação, e por outro lado sinalizava a corrosão das bases materiais para o consenso dos subalternos.

As “jornadas de junho” produziram manifestações generalizadas por todo o país, com novas formas de protestos convocados pelas redes sociais, ocupações urbanas, tomadas de prédios públicos e cortes de rodovias. Os atos também foram marcados por intensas disputas de pautas e direcionamento dos rumos. Houve, sobretudo com amplo papel da mídia proprietária e de grupos da nova direita, a tentativa de galvanizar os descontentamentos populares sob uma pauta naturalizadora da ordem, para a qual questões gerenciais e moralistas resolveriam as mazelas do país.

3.1 – Novodesenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: Caracterizações e cortina de fumaça para a expansão capital-imperialista brasileira no século XXI

A atuação do BNDES e a política econômica dos Governos petistas foram caracterizadas de distintas maneiras por uma extensa bibliografia, tanto para o âmbito doméstico quanto para a política externa de suporte para os investimentos de grandes

²⁷⁰ Com linhas de crédito de até 80% do montante dos investimentos para reformas nos aeroportos privatizados, subsidiados junto ao BNDES.

²⁷¹ MACIEL, 2013, p. 4.

empresas do capital monopolista. A plataforma capital-imperialista e o papel do BNDES no período assumiram uma roupagem caracterizada predominantemente como uma estratégia de desenvolvimento novodesenvolvimentista ou neodesenvolvimentista, legitimado política e diplomaticamente pela integração regional.

Podemos dividir a bibliografia que investigou os processos econômicos e mais detidamente a internacionalização de empresas brasileiras em dois blocos. Num primeiro bloco apologeta, encontra-se a literatura que interpreta, mas também vincula-se a um posicionamento político de defesa da inserção internacional brasileira enquanto participante da “globalização”: 1- Neodesenvolvimentismo e o papel da burguesia interna ²⁷² ; 2- Novo-Desenvolvimentismo ²⁷³ ; 3- Pragmáticos das Relações Internacionais²⁷⁴.

Em um segundo bloco, crítico, mas não homogêneo, ressaltamos quatro leituras acerca deste processo: 1- Capital-Imperialismo²⁷⁵; 2- Teoria Marxista da Dependência e a categoria subimperialismo²⁷⁶; 3- Neoextrativismo²⁷⁷; 4- Críticos das políticas do BNDES e da sua atuação internacional²⁷⁸.

²⁷² BERRINGER (2011; 2012a; 2012b; 2013; 2014); BOITO JR (2003; 2005; 2012; 2013; 2015); BRAGA (2015); BUGIATO (2014; 2015; 2016); SAAD-FILHO (2011); SAMPAIO JR. (2009; 2017).

²⁷³ BRESSER-PEREIRA (2004; 2010; 2011; 2016); SICSÚ (2005).

²⁷⁴ FIORI (2002; 2007; 2009; 2011; 2014); GUIMARÃES (2005); MANGABEIRA UNGER (2001; 2005); PADULA (2010; 2012; 2015a; 2015b; 2016; 2017); SEVERO (2015)

²⁷⁵ FONTES (2010).

²⁷⁶ BUENO & SEABRA (2010); CARCANHOLO (2010; 2012a; 2012b; 2014); CERQUEIRA (2014); LUCE (2008; 2010; 2012; 2013; 2013).

²⁷⁷ BOLADOS, CASTRO & ZHOURI (2016); GUDYNAS (2009; 2012a; 2012b; 2015); MILANEZ & SANTOS (2013a; 2013b).

²⁷⁸ Por falta de um nome melhor, acrescento um grupo de pesquisadores críticos das políticas do BNDES e da estratégia de desenvolvimento adotada ao longo do período: BERNARDO (2011a; 2011b); GARCIA

Porém, ao avaliarmos o conjunto das linhas interpretativas, pudemos perceber que as categorias de Novo-Desenvolvimentismo e Neo-Desenvolvimentismo *se distinguiram das demais por obnubilarem o caráter expansionista do capital-imperialismo brasileiro de maneira acintosa*, ao reafirmarem que tais políticas eram as “possíveis” dentro do atual capitalismo neoliberal ou por negar a possibilidade do Estado brasileiro se comportar de maneira imperialista. Posta essa questão de mascaramento das relações sociais via Neo-Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo, nesta seção iremos circunscrever a nossa análise crítica das caracterizações da política econômica petista apenas por estas duas correntes. O que não reduz a importância e a necessidade de estudos mais acurados acerca das demais linhas interpretativas.

Novo-Desenvolvimentismo

A gênese²⁷⁹ do pensamento novodesenvolvimentista no Brasil descende de debates formulados em três importantes instituições de pesquisa econômica: 1) A escola de economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP); 2) O grupo de pesquisa “moeda e sistema financeiro”, do instituto de economia da UFRJ; 3) O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Luiz Carlos Bresser-Pereira foi o principal proponente do programa novodesenvolvimentista, também chamado de macroeconomia do desenvolvimento, que

(2012); GARZON (2015); GONÇALVES (2017); HIRT (2016); PINTO (2006; 2008; 2010a; 2010b; 2012a; 2012b; 2013; 2014a; 2014b); SALUDJIAN (2009; 2012; 2013; 2014; 2014b); TAUTZ (2005).

²⁷⁹ Ver: BRITO, 2016.

tem por entendimento a necessidade de retomar, sob outros termos e condições, as políticas sociais-liberais da década anterior (1990).

Para o historiador Leonardo Lêonidas de Brito, Bresser-Pereira chegou a essa formulação após uma trajetória de reaproximação do campo teórico-metodológico keynesiano e estruturalista no final dos anos 1990, da mesma maneira, ele também passou a frequentar debates sobre as alternativas para lidar com a ascensão rentista e as privatizações do período anterior:

Bresser dá início ao que ele chama de retomada do debate acerca do desenvolvimento, definindo o “novodesenvolvimentismo” como uma “nova estratégia nacional de desenvolvimento”. Uma estratégia alternativa não apenas à ortodoxia convencional, mas também ao antigo nacional-desenvolvimentismo latino-americano. (BRITO, 2016, p. 299)

Em artigo²⁸⁰ para o jornal Folha de São Paulo, em 2004, Bresser-Pereira expôs os pilares estratégicos do desenvolvimento para o capital contido na agenda Novodesenvolvimentista, delimitando, assim, uma distinção desta plataforma político-econômica para as medidas mais liberalizantes do período anterior no Brasil. Ao incorporar o adjetivo “novo”, fez-se uma referência crítica à ortodoxia liberal e o antigo nacional-desenvolvimentismo, enfaticamente na sua relação entre desenvolvimentismo e “irresponsabilidade fiscal” ou “despreocupação inflacionária”:

Diante, porém, do fracasso da ortodoxia convencional em promover o desenvolvimento do país, está ficando cada vez mais claro para a sociedade brasileira, cujo sentimento o grande empresário expressa, que é preciso pensar em uma alternativa. A ortodoxia

²⁸⁰ Ver: BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. O novo desenvolvimentismo. In: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>.

convencional insiste em identificar o desenvolvimentismo com o populismo, o que não faz sentido. O nacional-desenvolvimentismo foi a estratégia que regeu o desenvolvimento do Brasil entre 1930 e 1980, um período de enorme crescimento e transformação da economia. A crise dos anos 80, porém, coincidiu com o início da onda ideológica globalista e neoliberal que vinha do Norte e facilitou sua penetração no Brasil. Desenvolvimentismo é estratégia nacional de desenvolvimento. O Brasil precisa de um novo desenvolvimentismo não porque o antigo fosse equivocado, mas porque encontra-se em um estágio diferente de desenvolvimento, vive uma nova realidade e enfrenta novos desafios. Quais as diferenças fundamentais do novo desenvolvimentismo em relação ao antigo? E quais suas diferenças com a ortodoxia convencional? O antigo desenvolvimentismo estava baseado no modelo de substituição de importações e, portanto, na proteção da conta comercial. Hoje, os grandes protecionistas são os países ricos. Ao Brasil, interessa continuar a abrir sua conta comercial, embora de uma forma negociada, com a devida reciprocidade, para poder exportar. Segundo, o Brasil já tem uma infra-estrutura econômica razoavelmente instalada, de forma que não há mais necessidade de o Estado investir diretamente em indústrias como a siderúrgica ou a petroquímica, que o setor privado pode conduzir melhor. Terceiro, a preocupação com a estabilidade macroeconômica é hoje mais necessária do que no passado devido à instabilidade causada pelos fluxos de capital internacionais. Em síntese, o mercado e o setor privado têm, hoje, um papel maior do que tiveram entre 1930 e 1980: **a forma do planejamento deve ser menos sistemática e mais estratégica ou oportunista, visando permitir que as empresas nacionais compitam na economia globalizada.** Já em relação à ortodoxia convencional, as diferenças são muito mais profundas. Em primeiro lugar, enquanto uma é estratégia de desenvolvimento, a outra é uma estratégia de "chutar a escada", é uma estratégia não-conspiratória mas efetiva de desorganizar os Estados nacionais dos países que concorrem na arena global com mão-de-obra barata. Existe um ponto comum entre as duas perspectivas: tanto o novo desenvolvimentismo como a ortodoxia convencional são favoráveis ao equilíbrio fiscal, mas a motivação é diferente. Enquanto os primeiros querem, com isso, fortalecer o Estado no plano fiscal, os segundos estão essencialmente preocupados com a possibilidade de pagamento aos

credores. É por essa razão que o novo desenvolvimentismo quer minimizar o déficit público, enquanto a ortodoxia convencional visa um superávit primário que mantenha estável a relação dívida pública/PIB. A discordância entre o novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional começa pela definição de estabilidade macroeconômica. **Diferentemente da ortodoxia convencional, que se preocupa apenas com a inflação e o equilíbrio fiscal, o novo desenvolvimentismo está preocupado também com o equilíbrio do balanço de pagamentos e com um razoável pleno emprego.**

Nessa passagem, ficam evidenciadas as propostas de Bresser Pereira para aquilo que ele chamou de Novo-Desenvolvimentismo e as suas diferenças para a ortodoxia convencional e as formas pretéritas de desenvolvimento para o capital, enfaticamente pela defesa de uma abertura comercial negociada, a manutenção da privatização de setores estratégicos da economia (petroquímica e siderurgia), a estabilidade macroeconômica como cláusula pétrea, a elaboração de um planejamento estratégico capaz de garantir a internacionalização de empresas nacionais, a preocupação com o equilíbrio do balanço de pagamentos e com o pleno emprego, estas duas características se distinguem, segundo Bresser Pereira, da ortodoxia convencional.

Ainda em 2004, Bresser-Pereira propôs três pilares para uma nova estratégia de desenvolvimento que levasse o Brasil a se inserir no processo de globalização: a) poupança nacional; b) regime de câmbio favorável ao incremento industrial; c) **Estado como vetor das opções coletivas**²⁸¹.

Em 2010, com o financiamento da Fundação Ford foi desenvolvido o projeto “Governança Financeira & Novodesenvolvimentismo”, que teve como parte integrante a realização do encontro conhecido como “Consenso de São Paulo”, na escola de economia da FGV-SP. Nesse evento foram lançadas as 10 teses para o

²⁸¹ BRITO, 2016, p. 293.

novodesenvolvimentismo, em que reafirmou-se o papel estratégico do Estado para a promoção do crescimento econômico com equidade social, controle sobre as taxas de juros e câmbio e fomento da expansão industrial.

Em consonância ao pensamento Bressiano, o representante do grupo de pesquisa “moeda e sistema financeiro”, do instituto de economia da UFRJ, João Sicsú, formulou em artigo intitulado “Por que novodesenvolvimentismo? ²⁸²”, a defesa de um desenvolvimento da produção com contrapartidas sociais, aonde o Estado regulasse a economia, conciliando um “mercado forte” com um sistema financeiro voltado para a esfera produtiva em detrimento da esfera especulativa.

Para Sicsú, seria fundamental a complementaridade do Estado com o mercado, pressuposto para uma reforma da “gestão pública” que orientasse as políticas de Estado através da aproximação das práticas dos agentes públicos com aquelas efetivadas pela iniciativa privada. O Estado, portanto, teria a serventia de garantir a implementação das políticas macroeconômicas alinhadas a uma rígida disciplina fiscal e de controle dos preços, consorciadamente às políticas anticíclicas de investimento direto para o setor privado em distintas áreas, entre elas a inserção internacional.

Em uma interpretação pouco crítica do Novo-Desenvolvimentismo, Lecio Morais e Alfredo Saad-Filho²⁸³ analisaram a política econômica dos governos Lula e caracterizaram o novodesenvolvimentismo como um novo consenso, que envolveu a repactuação do poder, incluindo parte das “elites econômicas” e as classes populares, em torno do objetivo de desenvolvimento com equidade social. Por conseguinte, os autores definiram o novodesenvolvimentismo como um programa econômico:

²⁸² SICSÚ et al. 2005.

²⁸³ MORAIS e SAAD-FILHO. Da economia política à política econômica: o novodesenvolvimentismo e o Governo Lula. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011.

Algumas das mudanças da política econômica não se apresentam explicitamente no programa novodesenvolvimentista, apesar de serem coerentes com ele, como é o caso da estratégia de formar “empresas campeãs”, que tem inspiração na experiência de países emergentes do Leste Asiático, além de medidas associadas com a expansão do mercado de consumo. Quanto a esse último aspecto, nota-se que o novodesenvolvimentismo destaca genericamente a “equidade”, enquanto o discurso do governo Lula enfatiza a “inclusão”. (MORAIS e SAAD-FILHO, 2011, p. 15)

Em uma crítica aos pressupostos desta agenda, Rodrigo Castelo apontou o novodesenvolvimentismo como: a) um projeto político e ideológico, distinto da concepção nacional-desenvolvimentista; b) o novodesenvolvimentismo tem convergências com o Consenso de Washington e o Pós-Consenso de Washington; c) o novodesenvolvimentismo é apresentado como um programa alternativo ao projeto monetarista neoliberal, ainda que incorpore elementos que estão presentes na concepção liberal de desenvolvimento)²⁸⁴.

Ao elencar estes pontos, Castelo distinguiu o novodesenvolvimentismo da experiência anterior de atuação proeminente do Estado na política econômica, concatenando com as similitudes e permanências do programa neoliberal²⁸⁵. Posto isso, podemos aferir que o novodesenvolvimentismo possuiria como principais características: crescimento orientado por um modelo de exportação de produtos de médio e alto valor agregado combinado com um robusto mercado doméstico; o Estado é considerado um elemento chave para impulsionar o setor privado e produzir políticas de

²⁸⁴ CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serv. Soc. Soc.*[online]. 2012, n.112, pp.613-636.

²⁸⁵ Tal constatação diverge de autores como Emir Sader, que imputou aos governos do PT uma política econômica “pós-neoliberal”. SADER, Emir. 10 anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo, 2013.

combate à pobreza; tripé: equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e combate a sobreapreciação cambial; rejeição dos déficits fiscais; combate à inflação.

Também aferimos que tal projeto político e econômico amputa do horizonte da classe trabalhadora qualquer transformação social ou rupturas. Esse programa é a expressão teórica e prática de uma conjuntura em que a expansão da demanda internacional, em especial a dos produtos primários, possibilitou momentaneamente aliviar algumas condicionantes estruturais, como a restrição externa, de modo que os governos petistas conseguiram implementar um conjunto de políticas de expansão do mercado interno com aumento salarial e programas de investimentos públicos, juntamente com uma intensa política externa.

Neodesenvolvimentismo e Burguesia Interna

O cientista político Armando Boito Jr. juntamente com Caio Bugiato e Tatiana Berringer, caracterizaram os governos petistas como neodesenvolvimentistas sob a hegemonia da burguesia interna, rejeitando qualquer possibilidade de imperialismo ou capital-imperialismo brasileiro. Boito Jr. possui vasta obra sobre as relações de classe no capitalismo brasileiro, destacadamente no período entendido como neoliberal, além de inúmeras produções acerca do sindicalismo e da política no Brasil recente, configurando-se como um respeitado autor no interior das ciências humanas.

Com um referencial teórico proposto e desenvolvido pelo marxista grego Nicos Poulantzas²⁸⁶, Boito Jr. procurou agregar a sua caracterização de frente Neo-

²⁸⁶Nicos Poulantzas nasceu na Grécia em 1936, tendo sido membro do Partido Comunista Grego durante os anos 1950, mas exilou-se em Paris por conta da ditadura existente em seu país. Poulantzas foi próximo de Lucien Goldmann e de Jean Paul Sartre em seus anos de juventude, antes de descobrir a obra e travar

Desenvolvimentista no país durante os governos petistas, às categorias burguesia interna e burguesia compradora, como grandes pilares da organização do bloco no poder. Faz-se necessário, portanto, uma breve apresentação deste debate categorial pensado por Poulantzas, que tem o Estado burguês como principal eixo estruturador das políticas de produção e reprodução social do modo de produção capitalista.

Em Poulantzas, o Estado na sua ossatura material – terreno da dominação política - é atravessado por contradições e conflitos de classes:

“A urgência teórica é então a seguinte: compreender a inscrição da luta de classes, muito particularmente da luta e da dominação política, na ossatura institucional do Estado (no caso a da burguesia no arcabouço material do Estado capitalista) de maneira tal que ela consiga explicar as formas diferenciais e as transformações históricas desse Estado.” (POULANTZAS, 1985, p.144)

contato com Louis Althusser. Foi aluno de Louis Althusser, de quem herdou forte influência num primeiro momento da sua produção, quando empreendia uma análise estruturalista do modo de produção capitalista. A partir disso, Poulantzas produziu um rico estudo do funcionamento do Estado capitalista, tanto das suas instituições (Burocracia, Poder Executivo, Poder Legislativo etc.), quanto da base ideológica (Vontade Geral) e das suas relações com as classes sociais. Poulantzas lecionou na Universidade de Vincennes, onde ministrou cursos sobre: A Terceira Internacional, A Questão Nacional, A Teoria do Estado e as Obras de Lenin e Gramsci. Ao longo do tempo Poulantzas dialogou com as obras de Althusser e a militância do Maoísmo e o Eurocomunismo. Politicamente, Nicos foi verdadeiramente inclassificável. Ele era membro do Partido Comunista “do interior” na Grécia, uma cisão “eurocomunista” no seio do movimento comunista, que havia rompido com Moscou na época da Primavera de Praga. De passagem, o Partido comunista do interior é uma das matrizes do Syriza. O consenso do CC do KKE após a Segunda Guerra Mundial levou à participação no governo de Giorgios Papandreou, na base do seguinte argumento: a falta de participação fortaleceria as partes mais extremas que procuravam destruir a unidade e impor um regime antipopular, provocando uma guerra civil aberta. Poulantzas cometeu suicídio em 1979, tendo deixado uma vasta e fecunda obra.

“(...) o Estado, que desempenha um papel decisivo na organização da nação moderna, não é, ele também, uma essência; nem sujeito da história, nem simples objeto instrumento da classe dominante, mas, do ponto de vista de sua natureza de classe, *condensação* de uma relação de força que é uma relação de classe.” (POULANTZAS, 1985, p.137)

Os aparelhos de Estado não criam a divisão em classes, mas contribuem para tal divisão e, assim, para sua reprodução ampliada. Essa reprodução fundamental das classes sociais não se refere somente aos lugares nas relações de produção. Trata-se realmente de uma reprodução primeira na e pela luta das classes em todas as camadas da divisão social do trabalho, que assume um papel decisivo nas relações de produção, no seio das quais ela domina a “divisão técnica” do trabalho, consequência direta da dominação das relações de produção sobre o processo do trabalho. Nesse caso, é a luta de classes, em todos os níveis (primado da luta sobre os aparelhos), que dá o comando aos aparelhos. Poulantzas tinha duas grandes preocupações acerca do “Estado”: 1-Uma teoria que explique as transformações do próprio Estado capitalista, a partir das relações de produção e das lutas de classes; 2-O que fazer com os aparelhos do Estado em um processo revolucionário?

Poulantzas investigou prioritariamente em seus ensaios o Estado e as classes sociais no capitalismo estadunidense e europeu, e analisou a internacionalização do capital, as contradições das frações, camadas e classes sociais e as práticas de dominação através do Estado. Nesse sentido, para o entendimento do Brasil contemporâneo, devemos lembrar que Poulantzas faleceu em 1979, não tendo portanto analisado o estágio capital-imperialista de aprofundamento acelerado da interpenetração de capitais após o fim da URSS, que influenciou na reconfiguração interna dos capitais no Brasil, do início dos anos 1990 –privatizações e liberalização- até os governos petistas.

As principais frações identificadas por Poulantzas são as **burguesias internas e compradoras**. Distintamente da burguesia nacional, que possuía unidade própria e em conjunturas específicas poderia vir a assumir uma posição de integração das massas populares em prol da expansão dos seus capitais, a *burguesia compradora* não possuiria base própria de acumulação, agindo desta maneira como uma intermediária entre o capital estrangeiro e a burguesia nacional.

Já a burguesia interna está umbilicalmente entrelaçada a nova formatação da divisão internacional do trabalho, não possuindo autonomia política frente aos capitais Estadunidenses. A *burguesia interna* possui uma base própria e elementos que a distinguem das burguesias periféricas, visto que estão inseridas num processo de expansão internacionalizada e ininterrupta dos capitais.

As teses de Armando Boito Jr.

No início do Governo Lula, Boito Jr. dedicou-se a empreender análises críticas acerca do momento político e econômico brasileiro, entendendo que a equipe econômica de Lula não havia rompido definitivamente com a agenda neoliberal. A mudança na direção de sua interpretação ocorreu em artigo de 2006, intitulado “As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil²⁸⁷”, no qual identificou que no governo Lula, entre os anos de 2004 e 2005, existiu uma tensão entre o Ministério da Fazenda e o Banco Central em relação à condução política do BNDES.

²⁸⁷Ver: As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. In: Gerardo Caetano. (Org.). Sujeto sociales y nuevas formas de protesta em la historia reciente de América Latina. 1 ed. Buenos Aires: Clacso, 2006, v.1, p. 271-297. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/caeta/PIICdos.pdf>>. Acesso em: 06/05/2015>.

Tal tensionamento decorreria dos distintos projetos conduzidos pelos dirigentes desses órgãos estatais, os quais refletiriam as lutas entre as frações burguesas. Nesse contexto, para Boito Jr., o BNDES agiria como representante da grande burguesia industrial interna e da declinante burguesia nacional de Estado. Já o Banco Central, por sua vez, seria o representante do grande capital financeiro. O entendimento, aqui, descola, portanto, o entrelaçamento das frações oriundas do capital industrial com os bancos e o capital financeiro.

No artigo “Estado e burguesia no capitalismo neoliberal” (2007), o autor introduziu pela primeira vez a categoria *burguesia interna* para caracterizar o segundo governo Lula. Nesse texto, a reflexão é voltada para duas hipóteses: 1- A existência de uma hegemonia exercida pelo grande capital financeiro junto dos grandes bancos brasileiros, que funcionariam como *burguesia compradora* no âmbito do bloco no poder; 2- O governo Lula, mesmo que sem romper com esta hegemonia, conseguiu promover a ascensão política da grande burguesia brasileira no interior do bloco no poder:

Por que então, apesar do estímulo governamental ao setor exportador e da alta lucratividade que esse setor está apresentando, entendemos que o grande capital financeiro nacional e internacional permanece hegemônico no interior do bloco no poder no governo Lula? A resposta é a seguinte: Porque esse governo estimula a produção, mas no interior dos limites permitidos pelos interesses fundamentais do grande capital financeiro. (BOITO JR., 2007, p. 67)

Neste trecho, coloca-se a questão em torno do conflito entre um setor vinculado à produção e outro aos bancos (denominados como as finanças, ou capital financeiro) acrescentando, logo em seguida, que existe uma subordinação da produção

ao setor financeiro, bastando, portanto, para o autor, o mero estímulo a produção para configurar a burguesia interna como grande beneficiária do bloco no poder. Frisamos que a burguesia interna não se circunscreve necessariamente ao território nacional, podendo, ou, a depender da conjuntura, devendo, se expandir internacionalmente. Portanto, a burguesia interna não trunca as possibilidades de atuação internacional dos seus capitais, conforme apregoado por Boito Jr.

Em “As bases políticas do neodesenvolvimentismo” (2012), o autor propôs a existência de uma frente neodesenvolvimentista no bloco no poder. A burguesia interna seria a força dirigente dessa frente, distribuída por diversos setores da economia – *mineração, construção pesada, agronegócio, indústria da transformação* etc. – A unificação destes distintos setores se daria pelas reivindicações de favorecimento e proteção do Estado na concorrência que eles empreendem com o capital estrangeiro.

Destaco, logo de início, aquelas que me parecem ser algumas das características importantes da atual frente política: a) **essa frente é dirigida pela grande burguesia interna**; b) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder – baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal; c) a frente entretém uma relação de tipo populista com essa massa marginal; d) a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder (...). (BOITO JR., 2012, p. 4-5)

Entendemos que através do repertório categorial de Nicos Poulantzas, Boito Jr. promove uma acurada análise do bloco no poder durante os governos petistas, porém, não pode ser feita uma transposição mecânica de categorias para se avaliar a dinâmica política em totalidades concretas. A burguesia interna, tal qual formulada por Poulantzas, não representa empecilho a inserção capital-imperialista brasileira e muito

menos circunscreve a mobilidade de capitais a único Estado nação. Ao contrário, trata-se de frações burguesas em concorrência inter-imperialista subalterna, pois entrecruzadas por capitais autóctones e forâneos. Observa-se em Boito a tendência a aproximar o caráter autóctone, nativo, dessa burguesia, a algum projeto nacional de enfrentamento ao imperialismo. Ora, seguindo os traços de Poulantzas, as burguesias internas não são o desdobramento das antigas ‘burguesias nacionais’ e, se estabelecem acordos com setores trabalhadores, tais ‘acordos’ não têm mais como fundamento pressupostos de autonomia nacional, mas de mera garantia da expansão de sua acumulação de capitais, interna e externamente.

Ademais, salientamos que as burguesias radicadas no Brasil, ainda que associadas e subalternizadas frente aos grandes capitais internacionais, representam altíssimos níveis de entrelaçamentos das diversas esferas econômicas, tornando incompatível uma interpretação dos capitais de empresas como: ODEBRECHT, Camargo Corrêa, OAS, Andrade Gutierrez, GERDAU, VALE S.A, EMBRAER, Fíbria etc., enquanto exclusivas do setor produtivo, visto a impressionante capacidade de capilarização de seus capitais em diferentes setores econômicos.

3.2- Os projetos de integração física na América do Sul: A IIRSA²⁸⁸

Buscamos uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa economicamente próspera, não só por solidariedade, mas também por interesse, porque

²⁸⁸ São sete o princípios que nortearam a conformação da IIRSA: Regionalismo Aberto, os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), Coordenação Público-Privada, Convergência Normativa, Tecnologias da Informação, Aumento do Valor Agregado da Produção e Sustentabilidade Econômica, Social, Ambiental e Politico-Institucional. (Ver: www.iirsa.org)

o bem-estar e o progresso de nossos vizinhos fomentam nosso próprio bem-estare progresso (Celso Amorim, Folha de São Paulo, 28/04/2003)

Nesta seção iremos abordar o papel da IIRSA enquanto plataforma de integração física dos países latino-americanos, de exportação de capitais e mecanismo político de superação rebaixada da ALCA, visto que os EUA continuaram a ter um predomínio na geopolítica, ainda que tensionados durante todo o período pela entrada de capitais chineses na região. Os projetos de integração da IIRSA desautorizam uma caracterização do capitalismo brasileiro conforme os autores da seção anterior propugnavam.

Os ideais integracionistas, dentro de um campo político-institucional moderno²⁸⁹ na América Latina, têm suas raízes nos esforços de Simón Bolívar, Padre Miguel Hidalgo, José Martí, entre outros, de desenvolver projetos de libertação, integração e identidades em comum entre as ex-colônias espanholas. Na tentativa de rechaçar qualquer tipo de ameaça à independência, por parte da Espanha, ou mesmo em se contrapor aos interesses norte-americanos da Doutrina Monroe, Bolívar procurou organizar um encontro entre os Estados emancipados. Tal iniciativa deu origem ao

²⁸⁹ Enfatizamos o aspecto institucional moderno, pois antes da chegada dos colonizadores inúmeros povos indígenas vivenciaram experiências de integração territorial ou federações. A noção de Abya Yala, por exemplo, ainda que antiga foi fortalecida entre os povos originários no III Cumbre Continental de los Pueblos y Nacionalidades Indígenas de Abya Yala realizada em Iximche, Guatemala, a partir de um entendimento dos diversos movimentos sociais envolvidos de que a “América” deveria ser um continente do enlace, intercâmbio e confluência de culturas originárias, para doravante superar o caráter eurocêntrico do continente. Ver: CECENÑA, Ana Ester: Los desafíos del mundo en que caben todos los mundos y la subversión del saber histórico de la lucha. Revista Chiapas, no. 16. México, D.F: IIE-UNAM, Clacso, 2004.

Primeiro Congresso Panamericano (1825) na tentativa de constituir um projeto de desenvolvimento econômico e social sem a presença dos Estados Unidos.

No contexto pós Segunda Guerra Mundial, os Estados sul-americanos buscaram iniciativas de construir alianças entre países competidores, aos moldes daquelas que vinham sendo formadas na Europa. Por meio do Tratado de Montevideu de 1960, firmado entre Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Uruguai e Venezuela foi criada a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio).

O objetivo era ampliar as relações comerciais dos países membros e diversificar seus mercados e suas pautas de exportação, constituindo uma “área de livre comércio” com redução gradativa das restrições tarifárias às importações regionais. Mas, a ascensão de governos militares à frente de grande parte dos países sul-americanos acentuou as rivalidades entre os governos e neutralizou uma cooperação política e econômica aos Estados.

Tal cenário propiciou a divisão integracionista e deu origem, em 1969, por intermédio do Acordo de Cartagena, ao Pacto Andino (Colômbia, Bolívia, Chile, Equador, Peru e posteriormente em 1973, com adesão da Venezuela). Segundo Samuel Pinheiro Guimarães²⁹⁰, essa iniciativa foi audaciosa em virtude de propor a alocação de indústrias entre os Estados membros e elaborar políticas comuns, inclusive no campo do investimento estrangeiro:

“A Associação Latino Americana de Livre Comércio, criada em 1960, e cuja meta era eliminar todas as barreiras ao comércio entre os Estados membros até 1980, encontrou obstáculos causados pelas políticas nacionais de substituição de importações e de industrialização e, mais tarde, pelas políticas de controle de importações para enfrentar

²⁹⁰ PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. O mundo multipolar e a integração Sul-Americana. In: Revista do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, Foz do Iguaçu, CEBELA, 2007, sem paginação.

as súbitas crises do petróleo que acarretaram inéditos déficits comerciais que atingiram os países importadores de energia, em especial o Brasil” (PINHEIRO GUIMARÃES, 2007, não paginado).

Em 1980, já num cenário de crise de liquidez internacional e crise das dívidas, foi criada a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), outra ferramenta de aliança entre os Estados latino-americanos, porém com regras mais flexíveis e pautadas em acordos bilaterais e plurilaterais que evoluiria para áreas de preferências tarifárias de alcance parcial. O objetivo estratégico da ALADI era o de criar um mercado comum latinoamericano, tendo efetivado até o presente momento acordos de cooperação científica, tecnológica e de bens culturais e materiais, além de acordos de preferência tarifária regional.

Os anos 1990 foram marcados pela introdução de políticas neoliberais que concebiam a integração no modelo do “regionalismo aberto”, conforme proposto pela CEPAL. Foi nesse contexto que ressurgiu o Pacto Andino, inaugurado em 1969 como um tratado que abarcava os países andinos numa tentativa de estabelecer uma zona de livre comércio continental. Posteriormente, em 1996, esse projeto foi substituído pela criação da Comunidade Andina de Nações (CAN) através da assinatura do Protocolo de Trujillo pelos presidentes dos países-membros.

A retomada dessas iniciativas de integração ou o surgimento de novas propostas, na América do Sul, sofreu com a influência dos movimentos desencadeados pelas grandes potências, inclusive dos Estados Unidos, que redefiniram sua interpretação do comércio internacional ao converterem-se em propositores de um conjunto de acordos de liberalização comercial em bases regionais. Tomando como exemplo as propostas dos EUA, temos o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e a criação de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Por conseguinte, revigoraram o Mercado Comum Centro Americano (MCCA) e a Comunidade Andina, além do já existente MERCOSUL²⁹¹. Nos passos de uma proposta alternativa à ALCA, o então presidente venezuelano Hugo Chávez, defendeu a concretização de uma política integracionista bolivariana com a criação da ALBA (Alternativa Bolivariana das Américas), de cunho mais político, social e comunicacional, em detrimento da concepção econômico-comercial.

Essa iniciativa objetivava instituir relações que iam além de um mercado de livre comércio, isto é, procuravam priorizar setores relevantes para a região, principalmente aqueles que envolvessem a infraestrutura, a energia e os programas sociais. Buscou-se também a consolidação de estratégias nas áreas de segurança e de ações diplomáticas internacionais. Inicialmente foram assinados acordos com Cuba e Bolívia, e posteriormente com Equador e Nicarágua.

A proposta²⁹² da IIRSA não seguia a linha de integração por cooperação da ALBA. A ideia da IIRSA surgiu do chamado Estudo dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (ENID), encomendado pelo Governo FHC diretamente ao empresário Eliezer Batista – ex-diretor da Companhia Vale do Rio Doce (CRVD), tendo sido projetado pelo governo brasileiro e o BNDES, no final da década de 1990, e incorporado no programa Avança Brasil (Plano Plurianual 2000-2003).

Ainda no governo FHC, a proposta de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana foi apoiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo para o Desenvolvimento da Bacia do

²⁹¹A intenção era aumentar as relações entre os países a partir de ações cooperativas nos setores de energia, de indústria, do desenvolvimento técnico-científico, entre outros. Tais medidas conduziram os governos à assinatura em 1986 da Ata de Buenos Aires que deu origem ao Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE).

²⁹² DIAS, p. 11; PADULA, 2012.

Prata (Fonplata), durante a reunião dos Doze chefes de Estado Sul-Americanos, em Brasília, no ano 2000.

A sua estrutura interna consistia na conformação de um conselho de ministros de planejamento e de infraestrutura que formavam o Comitê de Direção Executiva (CDE), que se reunia uma vez ao ano. Este comitê dependia da consensualização dos 12 países integrantes da IIRSA para se efetivar. A parte dos trabalhos técnicos e planos de ação eram direcionados pelos governos integrantes, de acordo com os tensionamentos e disputas internas²⁹³. A coordenação dos trabalhos e dos grupos técnicos (GTEs, responsáveis pela execução dos trabalhos) cabia às agências multilaterais - BID, CAF e FONPLATA - que formavam o Comitê de Coordenação Técnica (CCT), estabelecido como secretaria executiva do CDE.

A IIRSA avançava em direção à integração funcional dos territórios por meio da construção da infraestrutura em transportes, energia e telecomunicações. A idealização dos megaprojetos e as centenas de obras “prometiam” redesenhar a geografia da América do Sul, abrindo possibilidades de expansão das multinacionais brasileiras, e foi estimulada principalmente a partir do momento em que o redirecionamento das políticas do BNDES atuava na interface de uma política externa para os investimentos externos diretos.

A proposta inicial previa a construção de uma rede de infraestrutura multimodal²⁹⁴ –rodovias, portos, hidrovias, aeroportos, etc- e interconexões de energia e

²⁹³ Não abriremos este ponto de debate, mas o consideramos pertinente para pesquisas futuras. A composição interna da IIRSA expressava a introjeção de interesses e contradições dos capitais regionais, Estadunidenses e chineses na região.

²⁹⁴ Os canais multimodais propostos neste projeto de integração, visam uma ligação direta entre os países e os Oceanos Atlântico e Pacífico, complementando, a partir da América do Sul, o Plano Puebla-Panamá (atual Mesoamérica), que visa a ligação da América Central à América do Norte.

comunicação, subsidiadas por bancos de fomento e órgãos estatais ou privados vinculados a cada Estado nacional envolvido.

Essa proposta baseou-se nas diretrizes pensadas a partir do documento nomeado de “Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentado e Integração da América Latina”, de autoria da equipe de Eliezer Batista da Silva²⁹⁵, gestor estratégico da então Companhia Vale do Rio Doce e Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, no governo de Itamar Franco. Posteriormente, este estudo foi implementado pelo Ministério do Planejamento (MP) nos Planos Plurianuais de 1996-1999 e de 2000-2003, dos governos de Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com o projeto, os investimentos se baseariam em dez Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID)²⁹⁶, delimitados geográfica e economicamente pelas potencialidades de escoamento da produção e da conformação de novas cadeias produtivas, particularmente aquelas vinculadas à mineração e ao agronegócio:

Eixos de integração

Eixo	Países	Obras
Andino	Venezuela, Colômbia, Equador, Perú, Bolívia	Gasodutos –integração energética-
Capricórnio	Norte do Chile e da Argentina,	Agronegócio via expropriação

²⁹⁵ SILVA, Eliezer Batista da. *Infraestrutura para o Desenvolvimento Sustentado e Integração da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.

²⁹⁶ A organização do território em Eixos voltados preferencialmente em direção às áreas potencialmente dinâmicas, se originou das estreitas relações da IIRSA com o programa do governo brasileiro, chamado “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento” (ENIDs), sob responsabilidade do BNDES. As semelhanças dos planos internos do Brasil com os planos da IIRSA explicam o forte respaldo do governo FHC e dos governos petistas a essa iniciativa, além do compromisso financeiro do BNDES.

	Paraguai, Sul do Brasil	de terras; biocombustíveis – integração energética-
Amazonas	Colômbia, Peru, Equador, Brasil	Multimodais – criação de uma rede de transportes destinada à exportação, entre a bacia amazônica e o litoral do pacífico
Sul	Sul do Chile/Talcahuano e Concepción e da Argentina/Neuquém e Baía Blanca	Gás e Petróleo –integração energética-; investimentos em infraestrutura para a indústria de turismo
Interoceânico Central	Sudeste brasileiro, Paraguai, Bolívia, norte do Chile e sul do Peru	Infraestrutura para exportação de produtos agrícolas brasileiros e minerais bolivianos pelo pacífico
Mercosul-Chile	Brasil, Argentina, Uruguai e Chile	Gasodutos e construção de hidrelétricas
Peru-Bolívia-Brasil	Peru, Bolívia e Brasil	Criação de infraestrutura para redirecionar o fluxo das exportações brasileiras para o pacífico
Hidrovia Paraguai-Paraná	Sul e sudoeste do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai	Integração dos transportes fluviais
Escudo Guiano	Venezuela, Guiana, Suriname, extremo-norte do Brasil	Incremento na rede rodoviária
Andino do Sul	Região Andina de fronteira Chile-Argentina	Incremento na indústria de turismo e na rede rodoviária

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações disponíveis em: www.iirsa.org

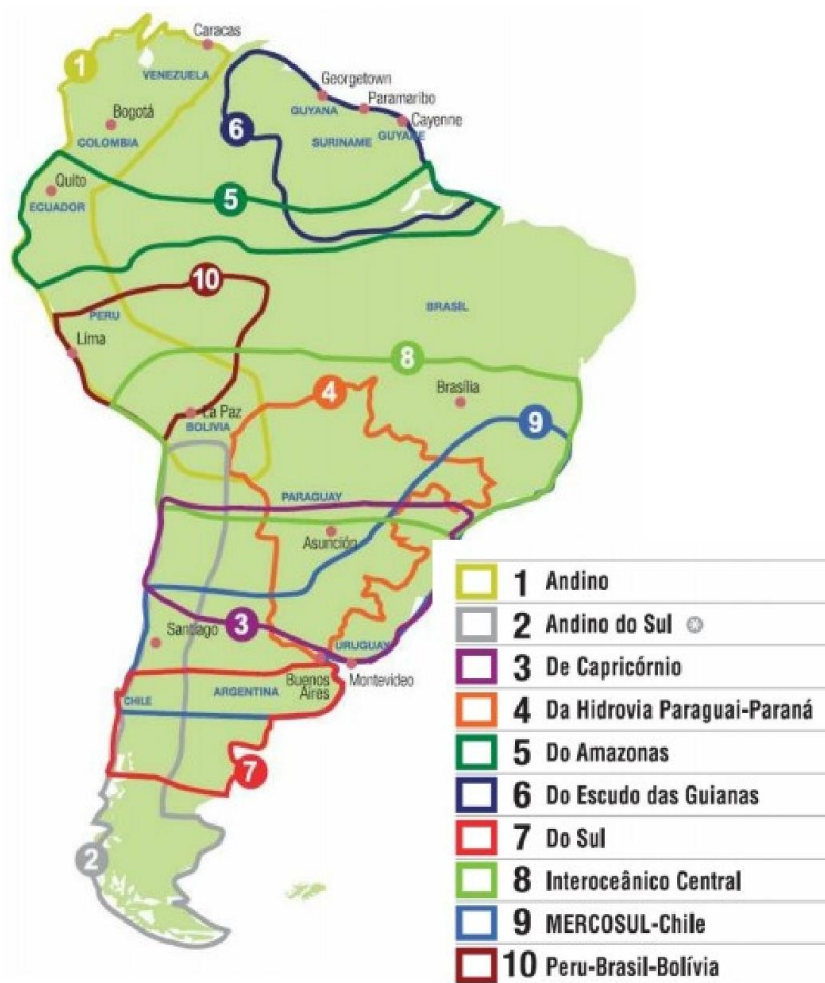
Os assim chamados “eixos” representam corredores de exportação e a execução de obras de infraestrutura, altamente rentáveis para as grandes empresas de construção

civil. O eixo Amazônico, por exemplo, cumpriria o papel de ligar portos no Pacífico (Paita-Peru, Esmeraldas-Ecuador e Tumaco-Colômbia) com o Atlântico (Foz do Rio Amazonas-Belém-PA).

O Eixo Interoceânico Central, que envolve territórios do Brasil, Bolívia e Peru, tomou por objetivo a redução do tempo de rotação do capital, favorecendo as exportações do agronegócio brasileiro pelo Pacífico, além da construção de hidrelétricas e abertura de rodovias. O planejamento dos eixos contemplou a identificação de uma carteira de 532 projetos, dispostos em faixas multinacionais sobre o território sulamericano. Dentre os projetos foi acertada, em 2004, a prioridade de implementação de 31 dos mesmos, dentro da Agenda de Implementação Consensual (AIC) 2005-2010²⁹⁷.

Mapa dos eixos:

²⁹⁷ DIAS, p. 6, 2014.



Retirado de: HIRT, p. 8, 2013.

Devemos mencionar três importantes elementos para a efetivação parcial dos projetos da IIRSA e a sua relação com a expansão capital-imperialista brasileira ao longo do século XXI:

1- A emergência eleitoral de governos caracterizados historicamente como “progressistas” (O casal Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Rafael Corrêa no Equador, Tabaré Vasquez e José Mujica no Uruguai, Michele Bachelet no Chile, Hugo Chávez na Venezuela, Fernando Lugo no Paraguai e Lula no Brasil)²⁹⁸;

²⁹⁸ Embora houvesse a convergência de vitórias eleitorais de “partidos de esquerda”, as principais lideranças e governos possuíam inúmeras contradições e tensionamentos, impossibilitando a conformação de um bloco homogêneo. Posto isso, a IIRSA acabou por expressar a possibilidade pragmática de efetivar

2- A América do Sul ganha centralidade na diplomacia brasileira durante o período 2003-2014;

3- A integração via regionalismo aberto ganha relevo entre os países latino-americanos enquanto ferramenta política para a expansão dos capitais e a correção rebaixada de assimetrias.

No caso brasileiro, há de se ressaltar o importante papel do Embaixador Celso Amorim no Ministério das Relações Exteriores, do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães como Secretário-Geral e do Professor Marco Aurélio Garcia na assessoria da presidência para assuntos internacionais, uma vez que foram importantes formuladores e tiveram importante atuação no interior do Itamaraty na defesa de uma política externa com ênfase nas relações sul-sul. Para tanto, fomentou-se o aumento no número do quadro de diplomatas, alteração no processo seletivo, abertura de novas embaixadas na África e Ásia, além de aumento dos recursos para o Itamaraty²⁹⁹.

Os aportes da IIRSA configuraram-se através de acordos entre os Estados, via normatização e liberalização comercial ou de programas de financiamento especiais para a IIRSA dos blocos, como o FOCEM (Mercosul). O Brasil contou com o Programa de Financiamento às Exportações Brasileiras - PROEX (Banco do Brasil) e as linhas de

a expansão de determinados capitais em consonância com políticas focalizadas de combate à pobreza, num cenário de resquícios da crise dos anos 1990: “Com a infraestrutura deficiente, a míngua dos investimentos externos e a crise fiscal do Estado face às turbulências financeiras de epicentro asiático e mexicano que assolaram a região, a IIRSA representou uma tentativa de resgatar a corrente de investimentos em infraestrutura para a região. Assim, exercia uma força de atração aos governos já ideologicamente alinhados da região que buscavam uma alternativa para viabilizar novos investimentos em infraestrutura.” (COUTO e PADULA, 2012, p. 452)

²⁹⁹ Ver: CERVO, 2008.

financiamento para exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), estas voltadas ao financiamento de empresas públicas e privadas.

Nos três primeiros anos da IIRSA, os Grupos Técnicos Executivos (GTEs) buscaram agir de maneira operativa, realizando estudos e diagnósticos para posteriormente inventariar os projetos. Os representantes dos doze países constituíram uma Carteira de 31 projetos estratégicos, dividido da seguinte forma: 28 na área de transportes, 1 no setor de energia e 2 em telecomunicações, que foi consolidada na III Reunião dos Presidentes da América do Sul, realizada em 2004, na cidade de Cuzco, no Peru. Daí nasceu a Agenda de Implementação Consensuada que deveria ser implementada em seis anos, entre 2005-2010 (AIC), com investimento estimado em mais de US\$ 14 bilhões.

Nessa fase, todos os países seriam contemplados pelo menos com um projeto. Os maiores aportes de capital destinados ao desenvolvimento da infraestrutura regional em termos de obras executadas podem ser creditados aos programas brasileiros de financiamento à exportação, sob a responsabilidade do BNDES e do BB-PROEX. Nos dados do MRE (2010), desde 2003 o governo brasileiro aprovou mais de US\$ 10 bilhões em financiamento a obras de infraestrutura³⁰⁰.

O BNDES possuía uma importante estrutura interna para atuar em grupos interministeriais para elaboração de políticas destinadas à integração. Durante o Governo Lula, a política do governo refletiu em mudanças na estrutura do Itamaraty, com a criação da Sub-Secretaria para a América do Sul, vinculada diretamente à Secretaria-Geral e, conseqüentemente, ao Embaixador Celso Amorim. No período de sua criação, em 2003, o órgão contava com 16 técnicos transferidos de outros setores do Banco e funcionava dentro da área de Comércio Exterior.

³⁰⁰ PADULA, 2010, p.192.

No mesmo ano foi firmado uma parceria BNDES-Comunidade Sul-Americana para financiar obras na América do Sul, com a realização do ‘Primeiro Seminário Internacional de Co-financiamento BNDES/CAF. O objetivo do encontro era elaborar um Plano de Ação onde estivessem identificados projetos de infraestrutura que poderiam ser financiados pelos dois organismos nos doze países da América do Sul. A celebração da cooperação entre as duas instituições financeiras ocorreu finalmente em 2005, com a realização de um memorando de entendimento entre as partes:

A integração das cadeias produtivas dará a nossos países melhores condições para a inserção competitiva na economia globalizada. O alicerce da Comunidade Sul-Americana é a integração da infraestrutura física. Estamos dando passos firmes na execução dos projetos que elegemos como prioritários no marco da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, IIRSA. Avança, significativamente, a criação de uma malha de conexões energéticas, viárias e de comunicações entre os nossos países. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, estamos impulsionando a construção de estradas, hidrelétricas e gasodutos. Essas obras têm forte impacto multiplicador sobre a geração de empregos, a captação de investimento, o estímulo ao comércio e a melhoria das condições de vida de nossas populações. (Discurso de Lula da Silva, 2003, p.57)

Os principais empreendimentos com participação do BNDES foram aqueles vinculados a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API). A API foi uma readaptação da Agenda de Implementação Consensuada (AIC) 2005-2010, elaborada em 2004. No caso do eixo amazônico, as obras financiadas pelo banco tinham por objetivo ligar a Amazônia brasileira e peruana à costa e aos portos, facilitando o escoamento da produção via pacífico. Tornar o pacífico um importante corredor de exportação de mercadorias da China e para a China elevou a importância geoestratégica

do Peru na IIRSA e nas relações de expansão do capital-imperialismo brasileiro. Soma-se a esse elemento, o fato do Peru em 2011 ter se tornado o principal parceiro comercial da China na América Latina³⁰¹.

Também devemos levar em consideração que no Peru se concentra a maior diversidade de minerais fundamentais para a indústria mundial. O Peru possui jazidas de nove minerais que estão na base da produção de valores de uso fundamentais para o processo de valorização do capital. São eles: rênio (usados na produção de catalisadores e baterias), prata (utilizada na confecção de baterias e pilhas), selênio (na produção de eletroeletrônicos e semicondutores), zinco (produção de aço), molibdênio (produz ligas para fabricação de aviões), cádmio (fabricação de baterias e na geração de energia nuclear), chumbo (fabricação de munições e energia nuclear), estanho (fabricação de munições e aço), ouro e cobre.

A maior parte das intervenções da IIRSA - 19 dos 25 projetos individuais que eram prioritários para o eixo Amazonas foi realizada em solo peruano. No Brasil, o único projeto foi o melhoramento da navegabilidade do Rio Içá, que nasce na Colômbia com o nome de Putumayo e ao entrar no Brasil ganha a denominação acima.

Guido Mantega, então presidente do BNDES em 2005, proferiu uma palestra detalhando os objetivos do Governo Lula e do banco para com a IIRSA. O entendimento do presidente do BNDES, em consonância com as pretensões diplomáticas do governo era de que a IIRSA possibilitaria um aumento da competitividade das empresas brasileiras no cenário internacional, pavimentando o caminho para a construção de um novo bloco econômico regional.

³⁰¹ Ver: Peru torna-se o principal parceiro comercial da China na América Latina. Embaixada da República Popular da China no Brasil. Disponível em "<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t875089.htm>

A temática da correção de assimetrias apareceu na exposição de Mantega ao mencionar a “superação dos gargalos estruturais” e a “melhoria das condições sócio-econômicas da população brasileira³⁰²”. Na mesma palestra Mantega anunciou que o BNDES incorporou a IIRSA a sua “missão” institucional, através da análise dos projetos, aval, fiança ou carta de crédito. Neste momento, o então foram anunciados os seguintes projetos apoiados pelo banco:

Carteira de projetos aprovados pelo BNDES

País	Projeto Financiamento em US\$
Argentina	TGS - Gasoduto San Martín 200.000.000 Gasoduto Norte 37.000.000
Chile	Ampliação Metrô de Santiago 153.222.000
Equador	Aviões Embraer para TAME 61.600.000 UHE San Francisco 242.965.000
Venezuela	UHE La Vuelcosa 121.000.000 Linha 4 Metro Caracas 107.500.000 Linha 3 Metro Caracas 78.000.000 Moderniz. Prod. Maiz y Ganado / Fondafa II 19.900.000
Paraguai	Ruta 10 77.000.000
Total	1.098.187.000

Fonte: MANTEGA, Guido. Primeira Rodada de Consultas para Construção da Visão Estratégica Sul-Americana no Brasil 23 de novembro de 2005. In: <file:///C:/Users/Visitante/Downloads/IIRSA.pdf>

³⁰² Idem.

Todos os projetos tiveram a liberação da carteira de créditos aprovada e foram executados. A contrapartida que não entra no cálculo desta estratégia de desenvolvimento é a brutal expropriação da natureza e dos povos que coexistem com ela. Pequenas cidades, povoados, vilas, árvores e florestas seculares, reservas e parques indígenas, comunidades quilombolas, práticas e modos de vida camponeses, são solenemente desprezados para a implementação dos eixos nesta.

A IIRSA, portanto, seguia uma lógica de desprezo das trajetórias e dinâmicas dos múltiplos povos e culturas existentes nas regiões aonde os empreendimentos seriam executados. Luis Fernando Novoa³⁰³ alertou que tal lógica promoveria a conversão destes territórios outrora habitado por povos tradicionais, em “territórios empresariais”, cuja pilotagem das políticas públicas passam a ser meticulosamente estabelecidas por grandes conglomerados econômicos.

Torna-se, assim, fundamental compreender a inserção dos países da periferia no processo de formação e expansão do modo de produção capitalista. A *integração* é intrínseca à necessidade de viabilizar o processo de produção de *mais-valor*. Como ressalta Brandão, não é possível pensar a integração como um processo harmônico, mas como processos diversos e dialéticos.

A IIRSA seguiu, portanto, a mesma lógica instrumental envolvida nos processos decisórios em que a expansão dos capitais é o foco da decisão. É ilustrativa a fala de Carlos Lessa, em 2003, em sua defesa:

³⁰³ Utilizamos uma referência feita por Igor Fuser por nossa conta em risco, visto que no artigo intitulado “Infra-Estrutura a serviço do grande capital”, (Disponível em: <https://diplomatie.org.br/infra-estrutura-a-servico-do-grande-capital-2/>) o autor do texto não cita a fonte da entrevista em que Novoa desenvolve esta reflexão.

Eu insisti muito para que o projeto Rio Madeira fosse apresentado nesse seminário (...) esse projeto era, da carteira dos nossos projetos, o que tinha mais o sentido da conquista do Oeste, o sentido da construção no interior do continente de um espaço de prosperidade e de um espaço articulado de expansão. Eu não sei se a energia dessas usinas será para Manaus, se irá numa ou noutra direção, mas estou absolutamente certo de que 4,8 mil quilômetros de aquedutos – 30 milhões de hectares de terras no Brasil, na Bolívia e Peru abertos à produção – representam para a história do continente um movimento em pequena escala do que foi a ocupação do velho oeste do continente norte-americano. Eu acho que é um gesto, um projeto que tem este significado de pôr a modernidade sul-americana na hinterlândia ainda não ocupada. (Discurso de Carlos Lessa, então presidente do BNDES, 2003).

Segundo Porto-Gonçalves, a iniciativa IIRSA atualizou vários mitos colonizadores ligados a ideia de “conquista do espaço”, como se o mapa da América do Sul estivesse configurado por áreas de “vazios demográficos” e “ilhas isoladas”. Desconsidera-se assim, por exemplo, o valor do processo histórico de resistência dos povos nativos americanos e a presença de outras “territorialidades” que “produzem espaços” de outras formas e em outros ritmos que não são necessariamente aqueles ditados pelo capital. Nas palavras do autor,

ignorar a “região” e privilegiar os “fluxos” que circulam pelos “eixos” implica reconfigurar, desconfigurar e configurar blocos de poder. Além disso, ao privilegiar uma integração regional na perspectiva das oportunidades que se abrem nos mercados mundiais, não se parte das realidades locais a serem viabilizadas e, deste modo, são ignorados os grupos sociais que se forjam nestas escalas, os quais tendem a aparecer como obstáculos a este projeto. (PORTO-GONÇALVES, 2011, p.137).

Povos originários são considerados, até hoje, entraves ao “desenvolvimento”, tal como nos primórdios da colonização, no início da era moderna. Territórios inexplorados pelo poder colonial eram e continuam sendo considerados desertos, no sentido de vazios de humanidade, sertões a serem desbravados em nome do progresso, da civilização e do desenvolvimento. Territórios e histórias de diversos povos originários e sua imensa biodiversidade são omitidos, invisibilizados, negados e, mais grave ainda, extintos, em prol dos interesses maiores do “desenvolvimento”.

As diversas iniciativas de integração regional sul-americana, em particular, propostas dentro da lógica de acumulação do capital, radicalizaram as condições estruturais e políticas existentes ao longo da história.

3.3- O capital-imperialismo brasileiro e o papel do BNDES na Pan-Amazônia: empreendimentos e conflitos sociais

No começo do nosso governo, tivemos certa dificuldade para trabalhar com um banco de desenvolvimento dessa magnitude, porque tínhamos poucos recursos e pouca experiência. Foi quando veio a crise de 2008 que nós demos um grande salto, colocando 180 bilhões de reais para alavancar definitivamente o BNDES. **Ele então se transformou nesse banco extraordinário, muito maior do que o Banco Mundial**(grifo meu). O BNDES cresceu quatro vezes desde que entrei no governo. Hoje, nós temos um banco robusto, com capacidade de alavancar recursos, com capacidade de investimento, que pensa na grande empresa, que pensa na pequena empresa, que pensa no movimento social, que pensa nos catadores de papel (Luiz Inácio Lula da Silva, ano do depoimento: 2012. In: BNDES: um banco de histórias e do futuro, 2012, p.179).

O depoimento do então presidente Lula revela uma guinada dos suportes do BNDES com a crise de 2008, ampliando a sua carteira de crédito e cumprindo um importante papel de esteio anticíclico com a crise internacional. Nesta seção, apresentaremos os financiamentos do banco para os empreendimentos na Pan-Amazônia. Os dados quantitativos das operações foram processados a partir da análise das fontes disponibilizadas pelo próprio BNDES, onde buscamos o país aonde foi firmado o contrato, local de execução da obra, empresa responsável e o valor do financiamento.

À vista disso, poderemos demonstrar o grau de concentração com o suporte do BNDES as multinacionais brasileiras, enfaticamente àquelas ligadas à construção civil. Ressaltamos o substantivo “suporte”, haja vista que não podemos confundir a ação do BNDES como criadora do capital-imperialismo, porquanto Estado e capital andam juntos, numa relação de simultaneidade, aonde o primeiro pode, ou não, atuar de maneira a impulsionar determinadas frações do capital.

O BNDES tornou-se, a partir dos anos 2000, o maior provedor de crédito de longo prazo no Brasil³⁰⁴, através dos instrumentos de operações diretas, operações indiretas, exportação (Pré-embarque e Pós-embarque), Project Finance, Renda Variável e Fundos não-reembolsáveis. Em comparação a outros bancos de fomento internacional, no ano de 2012, o BNDES ficou atrás apenas de bancos de fomento do porte da KfW da Alemanha e do CDB Chinês:

Tabela

Valores em milhões (US\$) -2012

³⁰⁴COUTINHO, 2013; MANTEGA, 2005; PADULA, 2011.

	BNDES	KFW	CDB	KDB
		Alemanha	China	Coréia do Sul
Ativos	367.825	657.347	1.191.597	147.067
Carteira de crédito	254.019	526.401	1.016.959	85.572
Lucro líquido	3.009	3.063	9.995	836
Retorno s/ativos (%)	0,90	0,47	0,92	0,50
Inadimplência (%)	0,6	0,21	0,30	1,60
Trabalhadores	2.853	5.190	8.038	Não informado

Elaborado com base em: COUTINHO, 2013, p. 13. Disponível em: file:///F:/26%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202018/Coutinho_Investimento,%20financiamento%20e%20o%20BNDES_270813-completo_BD.pdf

Dentre as principais empresas receptoras de desembolsos para operações internacionais, podemos constatar uma concentração no setor da construção civil:

Empréstimos do BNDES para exportações (Desembolsos pós-embarque, 2009-2014) (5 primeiras)

Empresa	Empréstimo (em US\$)	Percentual total
Construtora Norberto ODEBRECHT S/A	5.050.730.120	41%
EMBRAER S/A	4.942.324.523	40%
Construtora Andrade Gutierrez S/A	802.474.595	7%
Construtora Queiroz Galvão S/A	254.581.587	2,1%
Construções e Comércio Camargo Correa S/A	216.111.533	1,8%

Elaborado com base em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/odebrecht-e-embraer-concentram-81-do-credito-do-bndes-para-o-exterior/>

Esses dados apontam para uma costura entre o projeto diplomático de integração regional da IIRSA com os interesses de capitais dos setores ligados originalmente à construção civil. Setor este com grande trânsito nos governos petistas tanto na política externa quanto na estratégia de desenvolvimento para dentro do país via PAC e demais obras vinculadas aos grandes eventos esportivos (Copa do Mundo e Olimpíadas).

A Pan-Amazônia

A região Pan-Amazônica³⁰⁵, usualmente é definida sob diferentes prismas, político-administrativo (Região norte do Brasil), econômico (Amazônia Legal), Amazônia sul-americana, Amazônia Brasileira ou Pan-Amazônia. Tais critérios não conseguem dar conta da totalidade do processo e das lutas que envolvem as relações sociais naquela territorialidade. Todavia, para efeitos metodológicos, o recorte espacial aqui utilizado se limitou a região denominada de Pan-Amazônia, que integra parte dos territórios limítrofes da Amazônia Brasileira, destacadamente os empreendimentos no Peru, Bolívia (empreendimentos cancelados pelas lutas sociais) e Equador.

A região tem tidodistintas definições, mediante diversos critérios, dando origem a três tipos de abordagens: a) a Amazônia Florestal; b) a Amazônia Hidrográfica; c) a Amazônia Geopolítica. A Amazônia Florestal compreende uma área total de 5.897.795 km². Verifica-se que se inclui na Amazônia Florestal a área formada pelas Guianas – República da Guiana, Suriname e Guiana francesa.

³⁰⁵ As informações político-administrativas e territoriais sobre a Amazônia e Pan-Amazônia foram obtidas através do clássico estudo de Bertha Becker, *Amazônia* (1990) e da mais recente obra, *As Amazônias de Bertha Becker: ensaios sobre geografia e sociedade* (2015).

Já a Amazônia Hidrográfica exclui naturalmente as Guianas e, no caso brasileiro, inclui a área dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Rondônia, cujos tributários meridionais do rio Amazonas nascem em regiões de cerrados e savanas. Admite-se que a Amazônia Hidrográfica tem 6.869.344 km² e é formada pelas áreas da bacia amazônica que integram o Brasil, a Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Peru e a Venezuela.

Mapa – Região da Pan-Amazônia



Retirado de: <http://portalamazonia.com/articulist/osiris-silva/pan-amazonia-futuro-a-construir>

A Pan-Amazônia possui 5 milhões de km quadrados, sendo que a grande parte desta região localiza-se no Brasil (85%), representando 61% do território brasileiro, dividido em 9 estados e 8 países sul-americanos (Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname). Além disso, há um

importante manancial hídrico que chega a 20% da água doce disponível na terra e uma importante área de reserva florestal.

O termo Pan-Amazônia passou a ser utilizado e difundido pelos movimentos sociais, como instrumento de unidade nas lutas dos distintos povos. O Fórum Social Pan-Amazônico, que começou em 2002, acabou por ser o lócus de encontros e formulação política das distintas organizações dos povos tradicionais da região. Estima-se que mais de 370 comunidades indígenas e um total de 33 milhões de indivíduos vivam na floresta ou da floresta, números que mostram a importância desta região para as lutas sociais³⁰⁶.

Apresentaremos as obras na região da Pan-Amazônia mapeadas nas fontes e o papel do BNDES no suporte oferecido em cada uma delas. Também destacaremos os empreendimentos cancelados em função das mobilizações sociais ou por motivações financeiras. Ressaltamos que a quantidade de empreendimentos aqui analisados é ínfima e passa longe de representar a totalidade da atuação do banco em financiamentos para as multinacionais brasileiras, que no período de 2003-2014 chegou ao total de 1218 contratos pós-embarque³⁰⁷ para operações no continente Africano e Americano, no que envolveu uma massa financeira vultosa.

Portanto, ressaltamos mais uma vez, que esta pesquisa se limita a uma região geográfica cujo nosso interesse são as contradições e lutas sociais resultantes do capital-imperialismo brasileiro.

Devemos mencionar o fato de que muitos dos documentos das obras financiadas pelo BNDES foram mantidas em sigilo ao longo do período, dificultando o acesso a

³⁰⁶ Dados levantados pelos pesquisadores vinculados ao Fórum Social da Pan-Amazônia, disponível em: <https://foropanamazonico.wordpress.com/historiaprincipios/>

³⁰⁷ Ver: Planilha de base de contratações pós-embarque (Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads/>)

informações precisas de muitas delas. Somente em 18/01/2019³⁰⁸ que o portal da transparência do BNDES inseriu algumas das obras sobre as quais já existiam suspeitas e eram denunciadas pelos movimentos sociais enquanto financiadas pelo BNDES.

Empreendimentos financiados pelo BNDES na Pan-Amazônia:

As obras financiadas pelo BNDES na região da Pan-Amazônia, especificamente nas Amazôniaas Peruana, Boliviana e Equatoriana, serão o objeto desta seção, pois foram nestes países em que identificamos o aprofundamento das expropriações dos povos tradicionais e, conseqüentemente, ocorreram as principais lutas de resistências com a interrupção de algumas dessas obras e momentânea preservação dos territórios. Conforme será demonstrado, os conflitos variaram em gradações e intensidades de acordo com a ofensiva do capital e das táticas dos movimentos organizados. Constatamos que as mobilizações das comunidades em manifestações e embates com as forças policiais assumiram uma centralidade tática, juntamente com a ocupação e disputa de espaços institucionais e órgãos de representação internacionais.

O nosso critério utilizado na escolha das obras foi a aprovação da liberação de desembolsos por parte do banco aos empreendimentos de empresas da construção civil na região. Nem todas as obras fizeram parte do projeto da IIRSA ou chegaram a sua conclusão, porém percebemos que as obras da IIRSA encontraram maiores dificuldades de execução por se tratarem de projetos de integração física, com cortes de grandes

³⁰⁸ O governo Bolsonaro não têm a intenção de democratizar ou tornar o banco mais transparente. Tal medida faz parte de um projeto mais amplo de refuncionalização do banco para as privatizações, suporte para as pequenas e médias empresas e criação de linhas específicas voltadas ao empreendedorismo, importante base do bolsonarismo.

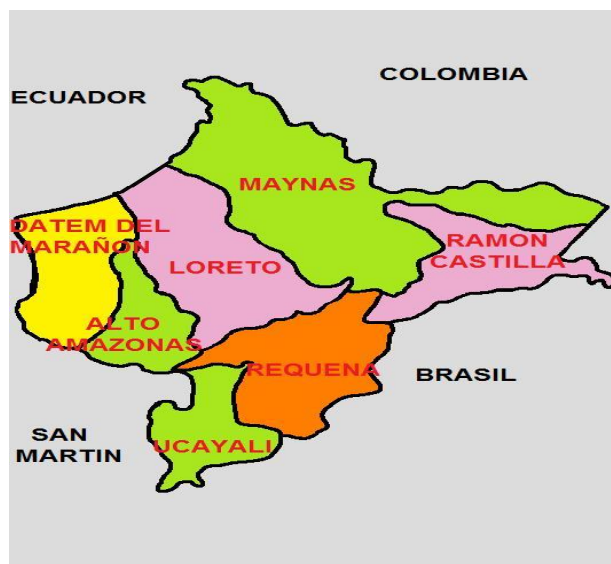
extensões do meio-ambiente e de comunidades locais, além de vultuosos valores para a implementação dos projetos.

Ao longo da apresentação destes empreendimentos, nuançaremos as obras que foram finalizadas ou barradas pelas lutas sociais e outros motivos de cancelamento não elucidados. Aquelas que fizeram parte da IIRSA ou de acordos entre os Estados. Os valores das obras e os respectivos países aonde ocorreram os empreendimentos também serão apontados ao longo da descrição.

*1. Estrada Huánuco - Tingo Maria (Peru): **Obra realizada/IIRSA***

A estrada Huánuco, no departamento de Ucayali no Peru, foi construída pela *Andrade Guitierrez* como parte do projeto **IIRSA Centro**. A proposta era conectar o norte do Peru com o Brasil, tanto pelo modal rodoviário, quanto pelo hidroviário através do Amazonas via Rios Maranhos (Saramiriza) e Huallaga (Yurimaguas). A estrada corta as regiões de Ancash e Ucayali no Peru. A primeira é um dos maiores portos pesqueiros do mundo, rica em bauxita, manganês e aço. Já Ucayali é um departamento exportador de calcário, utilizado também nas obras para a construção da estrada.

Mapa – Departamento de Ucayali e demais departamentos



Mapa disponível em: https://ay.wikipedia.org/wiki/Archivo:Divisi%C3%B3n_Pol%C3%ADtica_de_Loreto.jpg
https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Consulta_operacoes/consulta_unificada.html?cpfcnpj=17262213000194).

O governo do então presidente Alan García financiou estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a construção da estrada Huánuco, entretanto, tais estudos não foram publicados pelo governo peruano, o que gerou intensas críticas dos movimentos sociais que acompanhavam os estudos sobre impactos ambientais da obra, uma vez que as estradas são consideradas o maior vetor de desmatamento, além de abrirem a possibilidade de lotear as terras, expandir a exploração florestal e as atividades agropecuárias, de mineração, invasão das terras indígenas e unidades de conservação³⁰⁹.

A obra custou um **total de US\$123 milhões de dólares**, tendo sido firmado um contrato na modalidade pós-embarque, entre o BNDES e a Andrade Gutierrez no dia

³⁰⁹ Ver: Programas territoriales de integración en la agenda de proyectos del COSIPLAN-IIRSA (Disponível em: https://coaliccionregional.net/wp-content/uploads/2018/03/boletin_programas_territoriales_-_integraci%C3%B3n_COSIPLAN_IIRSA_2018.pdf) <Acessado em 20/03/2018>.

17/06/2008, no valor de **US\$52,785,122**, reembolsáveis³¹⁰, ou seja, que necessitam ser devolvidos ao banco. Durante os anos de 2003-2014, o principal desembolso destinado pelo banco a Andrade Gutierrez foi para a construção da usina siderúrgica no estado de Bolívar na Venezuela, no valor de US\$865,423,450.

2. Irrigação Limón/Olmos (Peru): obra realizada/Acordo entre os Estados do Brasil e Peru

A construção do túnel Transandino de Olmos, com extensão de 14 quilômetros, teve por objetivo levar as águas do Rio Huancabamba, que corta os Departamentos de Piura, Lambayeque e Cajamarca, até a costa do Peru para efetivar a irrigação de 43.500 hectares de cultivos. A obra foi de competência da empresa Odebrecht que recebeu **US\$, 427, 181** reembolsáveis do BNDES, em contrato firmado no dia 23/02/2012³¹¹.

O valor é baixo frente as cifras totais desembolsadas pelo governo peruano, que giraram em torno de **US\$ 600 milhões de dólares**, segundo noticiado pela Agência EFE³¹². No período de 2003-2014, foram 498³¹³ desembolsos do BNDES para a Odebrecht na modalidade pós-embarque, O desembolso mais elevado para uma obra da

³¹⁰ Confirmado na planilha de base de contratações pós-embarque (Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads/>) e no portal da transparência:

https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Consulta_operacoes/consulta_unificada.html?cpfnpj=17262213000194.

³¹¹ Confirmado na planilha de base de contratações de serviços pós-embarque (<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads/>).

³¹² Ver: <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2016/09/24/aqueduto-mais-profundo-das-americas-faz-crescer-cultivos-no-deserto-do-peru.htm?cmpid=copiaecola>.

³¹³ Ver planilha de base de contratações de serviços pós-embarque.

Odebrecht foi destinado a construção da linha II do metrô de Los Teques, na Venezuela, com 12 km de extensão e seis estações em seu percurso. O valor foi de US\$527,847,704.

3. Ponte Assis Brasil – Iñampari (Peru): obra concluída/Acordo entre os Estados do Brasil e do Peru

Em 2003, os governos do Brasil e do Peru celebraram um acordo para a construção da ponte Assis Brasil-Iñampari, sobre o rio Acre. Este empreendimento não consta nas fontes oficiais do BNDES, todavia encontramos o contrato³¹⁴ em que é confirmado o valor de **R\$17,1 Milhões** de reais destinados pelo BNDES ao Consórcio Pontes do Acre. O valor total do empreendimento foi de R\$ 23.978.484,00. O Consórcio Pontes do Acre foi formado pelas empresas EDITEC Edificações Ltda e Construtora Cidade Ltda, representando um ponto fora da curva entre as grandes empreiteiras que atuaram na região da Pan-Amazônia.

O lançamento da obra contou com um discurso do então presidente Lula, às vésperas de disputar a reeleição, para defender uma linha conciliatória de desenvolvimento econômico com políticas sociais e de estímulo ao consumo:

“Ao lado do presidente do Peru, Alejandro Toledo, e diante de uma platéia de cerca de cinco mil pessoas, Lula defendeu o crescimento do poder de compra e da renda da população mais pobre paralelamente à melhoria da economia e ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB). Lula disse que "cada país tem de pensar de forma soberana e fazer

³¹⁴ Fonte: No. Contrato: 4.04.149A, disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2006/ObrasIrregulares/sinteti/co/26782023874620101_0457.pdf.

crescer o dinheiro no bolso da parte mais pobre da população". "É preciso saber se a educação está chegando na parte mais pobre da população. É preciso saber se os empregos estão contemplando as necessidades dos mais pobres", discursou. Junto com Toledo, ele atravessou os 240 metros da ponte que separam os dois países e subiu em uma mureta do Rio Acre, no lado peruano, para acenar para a multidão que vinha atrás. A ponte é o primeiro caminho brasileiro para o Oceano Pacífico. A ponte sobre o Rio Acre tem 150 metros de largura e 240 metros de extensão e custou R\$ 25 milhões pagos pelos governos federal e do Acre." (<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral.com-discurso-de-candidato-lula-inaugura-ponte-brasil-peru,20060121p55053>)

*4. Projeto de Irrigação Transvase Daule e Vinse (Equador): **obra concluída/Acordo entre os Estados do Brasil e Equador***

Para a assinatura do contrato de construção da obra de Irrigação Transvase Daule e Vinse, entre o Governo equatoriano e a ODEBRECHT, houve uma exigência do primeiro para que o BNDES fosse o financiador do empreendimento:

(B) a REPÚBLICA e o INTERVENIENTE EXPORTADOR solicitaram que as exportações brasileiras de bens e serviços, a serem utilizados na implantação do projeto de irrigação e canalização de rios Trasvase Daule-Vinces, fossem financiados pelo BNDES.

(C) o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações ("COFIG"), comitê interministerial brasileiro responsável, entre outras atribuições, pela aprovação do Seguro de Crédito à Exportação emitido pela União Federal da República Federativa do Brasil, com lastro no Fundo de Garantia à Exportação (FGE). (Contrato de colaboração financeira. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2013.0007.pdf>)

A obra, concluída em 2016, teve por objetivo do governo equatoriano desviar parte da água do rio Daule através do canal construído pela Odebrecht, até o Rio Vinse. São 71 km de extensão e canais secundários de 112 km. O contrato entre BNDES e Odebrecht foi firmado em 21/08/2013, no valor desembolsado de **US\$ 136 milhões de dólares**³¹⁵, não-reembolsáveis.

Trasvase Daule-Vinces



Retirado de: <https://www.odebrecht.com/pt-br/comunicacao/noticias/trasvase-daule-vinces-inicia-operacao-abastecendo-11-municipios-do-equador>

5. Rodovia Tarija-Bermejo (Bolívia): obra não concluída/Acordo entre os Estados do Brasil e Bolívia

A obra de construção da rodovia Tarija-Bermejo ganhou visibilidade internacional após a queda de um túnel construído pela Queiróz Galvão em janeiro de 2006, dezesseis meses depois de entregue a obra. No ano seguinte, em 2007, um juiz

³¹⁵ Idem

ordenou o arresto de bens da empreiteira na Bolívia, estimados em 3,2 milhões de dólares. Tal valor foi ínfimo perto da soma total de construção da rodovia, que segundo informações do relatório do DAR e de Garcia³¹⁶, ultrapassaram US\$323,8 milhões de dólares, com estimativa de US\$179 milhões terem sido provenientes do BNDES e o restante do CAF.

6. Rodovia San Inacio de Moxos-TIPNIS- (Bolívia): obra não concluída/IIRSA

A obra da rodovia San Inacio de Moxos, na Bolívia, representou a maior resistência organizada dos povos indígenas contra uma obra que receberia suporte do BNDES. O contrato número 218/08 entre BNDES e a construtora OAS foi firmado em 22 de agosto de 2009, logo após uma visita do presidente Lula à Villa Tunari na Bolívia. Todavia, existiu uma vacância da assinatura do contrato de desembolso pós-embarque e o convênio ratificado pela assembleia legislativa plurinacional da Bolívia com o BNDES e a OAS. Somente em 20 de maio de 2011 o então presidente Evo Morales promulgou a lei número 112, determinando a construção da rodovia de 306 km, nos valores de US\$415 milhões.

Contudo, o projeto de construção da rodovia previa o corte de um trecho do Parque Indígena Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS), habitado pelos povos Mojeño, Yuracaré e Tsiman. Tais povos não foram consultados previamente, conforme garante os artigos 30, 352 e 403 da constituição boliviana³¹⁷ e o convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho. A mesma constituição garante que os povos indígenas devem ser consultados mediante procedimentos apropriados e através das suas organizações sempre que houver medidas legislativas ou administrativas suscetíveis a

³¹⁶ GARCIA, 2011, p. 7.

³¹⁷Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf

afetá-los. Em 2011, os povos indígenas de diversas organizações anunciam uma marcha em defesa do parque TIPNIS e a exigência do cumprimento da constituição:

El presidente Evo Morales respondió al anuncio que se hará la carretera “quieran o no quieran”. El vicepresidente Álvaro García Linera y el ex presidente de la Cámara de Diputados, Héctor Arce, aseguraron en septiembre de 2011 que no procede la consulta previa. En tanto, el ex dirigente cocalero del Chapare, David Herrera, señaló en agosto de 2011 que el Presidente Evo Morales les prometió la construcción de esa carretera.

12. La VIII marcha partió de Trinidad, Beni, el 15 de agosto, respaldado por la CIDOB y Conamaq. Desde el primer día sufrió una campaña de desprestigio por parte de autoridades del gobierno. El 25 de septiembre el gobierno instruyó la represión policial a la Marcha, que descansaba aquel domingo en Chaparina. Esta acción no logró su objetivo de desmovilizar a los marchistas, quienes llegaron el 25 de octubre a La Paz, donde fueron recibidos apoteósicamente por la población. Ante el apoyo masivo de miles de personas a los marchistas, el presidente Evo Morales firmó la Ley 180 que prohíbe la construcción de una carretera por el corazón del TIPNIS y garantiza su preservación. (<https://www.iwgia.org/es/bolivia/1577-bolivia-17-claves-para-entender-la-marcha-en-defen>)

Durante o período de manifestações houve o bloqueio de diversas ruas contra a repressão policial. Isso gerou uma intensa crise política no país com a renúncia de ministros e altos postos do governo. O que não é de se estranhar é que as palavras de ordem do povo nas ruas era “Evo, lacaio das empresas brasileiras!”. A marcha em oposição aoprojeto durou meses e enfrentou prisões e espancamentos de manifestantes até a promulgação da lei que proibia a rodovia de atravessar parques e territórios dos povos originários.

As hidrelétricas

A opção dos governos brasileiro e peruano pela política energética baseada na matriz hidrelétrica insere-se no contexto de expansão de capitais monopolistas para mega empreendimentos, que segundo Cavalcante³¹⁸, tem por objetivo expandir a comercialização de equipamentos e máquinas pesadas do setor da construção civil além da efetiva construção das próprias usinas, que demandam volumosos recursos financeiros. Ao monopolizar os recursos hídricos para a geração de eletricidade, o processo de acumulação do capital desconhece as fronteiras políticas e sociais, expropriando a natureza e convertendo os rios amazônicos em jazidas de megawatts. O argumento para a construção de tantas hidrelétricas, particularmente entre o Brasil e o Peru, é de que há um consumo crescente de energia que deve ser propiciado pela hidroeletricidade, partindo de aspectos como: o Brasil só explora 25% do seu potencial, enquanto os Estados Unidos cerca de 80%; as hidrelétricas são fontes renováveis e o custo da obra é financeiramente mais viável (proporcional à quantidade de energia gerada) do que a solar e a nuclear³¹⁹. O que os governos omitem é que a monumental quantidade de recursos hídricos que conformam a bacia hidrográfica do Amazonas é a mais extensa do mundo, configurando-se como fronteira de expansão de capitais vinculados não somente a construção civil, mas também ao agro e hidronegócio.

No que tange a mencionada opção energética por parte de Brasil e Peru, mencionamos que em 16 de junho de 2010 foi assinado na cidade de Manaus, o acordo para geração de eletricidade ao Peru e exportação de “excedentes” ao Brasil pelo prazo de 50 anos pelos Ministros de Energia do Brasil e do Peru. Segundo o seu artigo 2º, o objetivo do Acordo era o de estabelecer o marco legal que promovesse o

³¹⁸ CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. Hidrelétricas na Amazônia e impactos ambientais: Avanços e perspectivas na gestão ambiental. In CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar (Org.). Gestão Ambiental: desafios e possibilidades. 1. ed. Curitiba:CRV, p. 35-53, 2014.

³¹⁹ Idem

desenvolvimento de infraestrutura necessária em território peruano para a produção de eletricidade destinada ao seu mercado interno e para exportação dos excedentes de potência e energia elétrica associada ao Brasil, viabilizando a interconexão entre os sistemas interconectados nacionais das Partes.

O artigo 3º estabeleceu como referência geral para o desenvolvimento da infraestrutura localizada em território peruano, a capacidade acumulada de todas as Centrais de Geração que se podem comprometer para exportação ao Brasil, de no máximo 6.000 MW, mais uma tolerância de 20%. Dentre as quinze hidrelétricas que foram planejadas, cinco delas exportariam eletricidade ao Brasil.

O Tratado foi fruto de um processo iniciado aproximadamente em 1997, ano em que foi firmado o primeiro Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área energética entre os governos do Peru e Brasil. Este memorando de intenções assinado pelos presidentes já previa a permissão ao Brasil para estudar, financiar, construir e operar até seis grandes hidrelétricas em território peruano para abastecer suas necessidades de energia, comprando do Peru grande parte da energia produzida.

As seis hidrelétricas escolhidas pelo Brasil estão localizadas no centro da Amazônia Peruana com alto número de comunidades locais, entre elas diversas etnias indígenas inclusive indígenas isolados e incluem, ainda, as linhas de transmissão correspondentes que seriam integradas ao sistema brasileiro. Os projetos destas seis hidrelétricas foram desenvolvidos pela Eletrobrás em parceria com a Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Engevix.

As principais percepções, críticas, demandas e denúncias relacionadas aos projetos hidroelétricos por parte dos movimentos sociais foram: (1) A priorização do abastecimento do Peru antes de exportação de potenciais energético e recursos naturais e renováveis a outro país; (2) A coerência entre o discurso peruano para a conservação

da biodiversidade, projetos extrativos e mudança climática; (3) Maior participação regional, social e transparência do setor energético; (4) acusação do Brasil como neo-explorador da capacidade energética dos rios, e (5) Comprometimento de Territórios Indígenas no Peru³²⁰.

Em 14 de junho de 2011, num comunicado público assinado por diversos movimentos sociais e acadêmicos, foi rechaçada a intenção do congresso peruano aprovar o acordo energético Peru-Brasil, ao pautarem a revisão e amplo debate público do acordo.

El pedido para que el Congreso revise dicho acuerdo fue promovido por el Colectivo Amazonía e Hidroeléctricas, integrado por varias asociaciones civiles. El acuerdo que el Congreso pretende ratificar "de manera apresurada e inconsulta" significaría "hipotecar una de nuestras principales fuentes energéticas -la hidráulica- para satisfacer demandas del capitalismo brasileño, a un alto costo socioambiental para el país." (Ver o pronunciamento na íntegra em: <https://www.servindi.org/actualidad/46556>)

Mencionamos também o fato de que o Estado brasileiro se negou a receber energia escalonada e exigiu penalidades e multas em caso de desistência do governo Peruano em realizar as obras³²¹. As cifras não foram identificadas.

³²⁰ Ver Cuadernos de conflictos do FOSPA. Disponível em: <http://www.forosocialpanamazonico.com/pt/category/iniciativas-para-la-accion/cuadernos-sobre-conflictos-panamazonicos/>

³²¹ “BRASIL EXIGE APORTE REGULAR Y COBRA PENALIDADES SI PERÚ LE FALLA
Además Brasil se niega a recibir la energía en forma escalonada, exigen suministro CONSTANTE DURANTE TODO EL TÉRMINO DEL CONTRATO, por sus leyes y por la organización de su mercado eléctrico, la misma cantidad de electricidad desde el comienzo hasta el final de la concesión, e incluso prevén indemnizaciones y compensaciones con gravámenes y penalidades, en el hipotético caso en que un

7.UHE Manduriacu (Ecuador): obra concluída/Acordo entre os Estados do Brasil e Ecuador

A obra de Manduriacu, desenvolvida pela CELEC (Corporación Eléctrica del Ecuador) teve valor total de US\$ 126 milhões e está localizado a 133 km de Quito, capital equatoriana. Em 14/11/2012, no Rio de Janeiro, foi assinado o contrato³²² de financiamento do BNDES para o Projeto Hidrelétrico Manduriacu, pela Odebrecht América Latina, com o valor de **US\$ 90,2 milhões** (72% do total de 124,8 milhões).

A hidrelétrica, localizada próxima ao Rio Guayllabamba, foi construída pela Odebrecht, na esteira de um conjunto de hidrelétricas projetadas (algumas não saíram do papel) e implementadas, entre 2009-2015. A obra afetou a Reserva Ecológica de Cotacachi, que servia como uma “zona de amortecimento”, protegendo o bioma, e também gerou impactos negativos sobre oito comunidades em que viviam cerca de 2.500 pessoas. Além disso, a central gera energia para atender cerca de 300 mil pessoas, mas os moradores das áreas impactadas não foram incluídos como beneficiários.

Este impacto ambiental feriu a alínea (r) do contrato firmado entre o BNDES e a Odebrecht, em que se estabelecia a observância das normas ambientais vigentes no

desastre natural (terremotos, avalanchas, incendios forestales) o un atentado contra “sus” centrales o “sus” líneas de transmisión, corten o minimicen el suministro eléctrico pactado. Resulta pues, que en los hechos toda la hidroelectricidad de Inambari irá a Brasil, desde el inicio y hasta el final de la concesión.” (Ver: Negociado: Toda la energía de las pretendidas megarepresas de Inambari y Pakitzapango irá a Brasil. Disponível em: <http://elpolvorin.over-blog.es/article-negociado-toda-la-energia-de-las-pretendidas-megarepresas-de-inambari-y-pakitzapango-ira-a-brasil-59453928.html>)

³²² Idem.

Equador e nas políticas socioambientais do banco³²³. Vale mencionar que o BNDES não possui dispositivos de controle e fiscalização da procedência de suas políticas socioambientais após os desembolsos.

8. UHE Chaglla (Peru): obra concluída/IIRSA

A hidrelétrica de Chaglla, localizada na vertente leste da Cordilheira dos Andes, início da Amazônia Peruana, representou uma das obras mais faraônicas financeiramente previstas na IIRSA. O contrato de desembolsos entre BNDES e Odebrecht foi feito em 05/07/2013, no valor reembolsável de **US\$340, 421,833 milhões** de dólares³²⁴. O valor representou cerca de ¼ do custo total, que também contou com subsídios do CAF.

Em 2017, a Odebrecht vendeu a hidrelétrica de Chaglla por 1,4 bilhão de dólares para um consórcio chinês liderado pela China Three Gorges Corporation (CTG), conforme matéria do G1:

Fontes próximas da operação detalharam que a Odebrecht utilizaria parte do dinheiro obtido pela venda da usina para pagar seus credores bancários e que o restante do montante iria para o FIRR, uma entidade estabelecida pelo governo peruano para

³²³ O contrato está disponível em: <https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2011.0751.pdf>.

³²⁴ Confirmado na planilha de base de contratações de serviços pós-embarque (<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads/>) e no Portal da Transparência (https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Consulta_operacoes/consulta_unificada.html?cpfcnpj=15102288000182&nome=&operacao=operacao_pos_embarque&numope=3319236)

garantir uma reparação pelas propinas pagas a agentes públicos do país entre 2005 e 2014, conforme admitiu a construtora à Justiça dos EUA. (Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/odebrecht-vende-3a-maior-hidroeletrica-do-peru-para-consorcio-chines.ghtml><Acessado em 26/08/2017).

9. UHE Tambo 60 (Peru): Não foi concluída/Acordo entre os Estados do Brasil e do Peru

Tambo 60 foi um dos cinco projetos hidrelétricos planejados previstos nos acordos de integração energética entre Brasil e Peru. Os outros são: Inambari, Paquitzapango, Mainique e Tambo 40. Oficialmente o BNDES negou o financiamento desta obra, interrompida em 2013³²⁵. Porém, segundo investigação do IBASE e da Agência Pública, a obra contaria com subsídios do banco.

10. UHE Inambari (Peru)³²⁶: obra não concluída/Acordo entre os Estados do Brasil e Peru

³²⁵ Segundo o artigo “Pan-Amazônia à brasileira”, dos jornalistas investigativos Bruno Fonseca e Jéssica Mota, a hidrelétrica de Tambo 60 seria financiada pelo BNDES. Os jornalistas utilizaram o relatório do antropólogo Ricardo Werdum, publicado pelo grupo Derecho, Ambiente y Recursos Naturales (DAR) como fonte para apontar a possível participação do BNDES no empreendimento, caso saísse do papel.

³²⁶ Muitos dos projetos do mesmo acordo energético entre Brasil e Peru, geraram resistências. Em relação as usinas de Pakitzapango e Tambo 40 nos rios Ene e Tambo, respectivamente, ocorreu o XIV Congresso Ordinário da Central Ashaninka do Río Ene – na Comunidade Nativa de Pamakiari, entre os dias 07 e 08 de maio de 2010. Neste encontro, as comunidades emitiram uma nota de repúdio ao acordo e sua respectiva obra: “Requerimos que el Estado Peruano desarrolle una Matriz Energética para el Perú en el marco de una planificación energética concertada donde se garantisse el autoabastecimiento de energía para los peruanos. Hasta que ello no ocurra, **rechazan un posible acuerdo de venta de electricidad entre Perú y Brasil** y cualquier outro proyecto hidroeléctrico que afecte nuestra cultura y tierra; **Alertamos y**

Localizada a 300 km da fronteira com o Brasil, nos limites dos departamentos peruanos de Puno, Cusco e Madre de Dios, Inambari iria represar água para promover um maior aproveitamento das hidrelétricas de Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira, Brasil, durante as épocas de estiagem. Em março de 2010, os moradores dos 27 centros povoados que seriam afetados pela hidrelétrica promoveram um protesto de 48 horas na cidade de Puno. Mais de 1.800 moradores participaram e houve bloqueio das principais ruas que dão acesso a cidade. O comércio foi fechado e vários trabalhadores e donos de transportes públicos juntaram-se a paralisação. Houve enfrentamentos com os policiais e a prisão de três líderes do movimento.

O projeto de construção da hidrelétrica era rejeitado por mais de 60 organizações sociais andinas que sinalizavam uma marcha até a cidade de Lima. Na região Amazônica mais de 30 comunidades nativas pertencentes a Federação Nativa de Madre de Dios -FENAMAD- rejeitaram também a hidrelétrica através de um comunicado oficial. Em 2009, os movimentos indígenas amazônicos situados em solo Peruano, em protesto contra a política de Governo que pretendia facilitar o acesso a suas terras para plantações de biocombustíveis entraram em violentos confrontos com a polícia. A construção de Inambari foi cancelada pela justiça peruana em 2011³²⁷.

11. Paquitzapango e a resistência Ashaninka(Peru): obra não concluída/Acordo entre os Estados do Brasil e Peru

Cuestionamos al Estado de Brasil que están negociando y comprometiendo territorios indígenas como somos los Ashaninka Del Río, por lo que defenderemos nuestro derecho a viviren paz. (Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2010/05/18/pronunciamento-das-comunidades-ashaninka-do-rio-ene-sobre-o-projeto-brasileiro-peruano-de-represa-hidreletrica-pakitzapango/> acesso em 18/01/17).

³²⁷ Ver: Internacional: Inambari a polémica hidrelétrica brasileira provoca violentos protestos no Peru. In: <https://www.servindi.org/actualidad/23233>.

Em 2007, o ministério de Energia e Minas (MINEM) do Peru, outorgou uma concessão de vinte meses a empresa Paquitzapango Energía, associada da construtora Odebrecht, para realizar estudos de operacionalidade do projeto Paquitzapango. Para a execução da obra, deveria ser construída uma represa ao longo do Rio Ene, inundando uma área de 40.000 hectares de bosques do território Ashaninka e do Parque Nacional de Otishi, com previsão de expropriação de 8.000 a 10.000 pessoas de 10 comunidades diferentes, nas palavras da principal liderança Ashaninka:

A preocupação é que, com as centrais hidrelétricas Tambo 40 e Paquitzapango, haverá uma inundação de nossas terras, o deslocamento forçado de nossos irmãos (apesar de que as comunidades nativas são titularizadas), destruição da floresta e efeitos econômicos sobre nossos irmãos. Cerca de 10 mil ashánicas, além dos colonos, ou seja, estamos a falar de 12 mil pessoas aproximadamente. Com Paquitzapango e Tambo 40, tem-se terrorismo, não com armas, mas pela economia. (Entrevista de Ruth Buendía. In: <https://pt.globalvoices.org/2011/05/02/peru-hidreletricas-da-amazonia-novamente-em-debate/>)

Posto isso, a Central Asháninka do Río Ene (CARE), organização das dezessete comunidades de origem Ashaninka, no seu XIV congresso em 2010, definiu as seguintes críticas e pautas frente a possibilidade de construção da hidrelétrica:

Además, es indignante que se esté negociando la construcción de esta Represa Hidroeléctrica en el Pakitzapango, entre otras, en el marco de un acuerdo energético entre Perú y Brasil, sin siquiera tener mayor información sobre las condiciones socio-económicas y ambientales de dicha construcción, y lo que es peor, dicho acuerdo se estaría discutiendo, sin tener como base un Plan Energético Nacional, limitándose tan

solo a la construcción de represas a interés del Brasil. Teniendo en cuenta lo precedente, las comunidades Ashaninka del Río Ene: 1. Ratificamos el pronunciamiento de la Comunidades Nativas del Ene suscrito en abril del 2009, el cual rechaza la Resolución N°546-2008-MEM, así como el proyecto de construir una Represa Hidroeléctrica en el lugar sagrado de Pakitzapango, Satipo- Perú, porque no fue informada ni consultada a las comunidades Ashaninka del Río Ene, y 2. Rechazamos la utilización de la palabra del idioma Ashaninka Pakitzapango como nombre de este proyecto, ya que tiene un significado Espiritual y Cultural para las comunidades Ashaninka del Perú. 3. Demandamos al Gobierno Peruano el respeto y cumplimiento irrestricto de nuestros derechos humanos consagrados en el Convenio 169 de la OIT, la Declaración de las Naciones Unidas y la Convención Americana sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas. 4. Exigimos que se implemente en consulta y con participación de los pueblos indígenas una Ley Marco sobre el Derecho a la Consulta Previa, Libre e Informada, en la que se aseguren los estándares mínimos del Convenio 169 de la OIT y de Declaración de Naciones Unidas sobre Derechos de los Pueblos Indígenas. 5. Solicitamos que se archive el Proyecto de Ley que modifica el artículo 8 de la Ley sobre Desplazamientos Internos del Perú, por ser contrario a la finalidad del derecho a la consulta expresado en las normas y jurisprudencia internacional. 6. Requerimos que el Estado Peruano desarrolle una Matriz Energética para el Perú en el marco de una planificación energética concertada donde se garantice el autoabastecimiento de energía para los peruanos. Hasta que ello no ocurra, rechazamos tajantemente un posible acuerdo de venta de electricidad entre Perú y Brasil y cualquier otro proyecto hidroeléctrico que afecte nuestra cultura y tierra. 7. Alertamos y Cuestionamos al Estado de Brasil que están negociando y comprometiendo territorios indígenas como somos los Ashaninka del Río Ene del Perú, por lo que defenderemos nuestro derecho a vivir en paz. Pamakiari, 08 de mayo del 2010. (Disponível: <https://acervo.racismoambiental.net.br/2010/05/18/pronunciamento-das-comunidades-ashaninka-do-rio-ene-sobre-o-projeto-brasileiro-peruano-de-represa-hidreletrica-pakitzapango/>)

Destacamos o ponto 7, que menciona diretamente o Estado brasileiro na sua responsabilidade de afetar diretamente o território do povo Ashaninka. Ainda no ano de 2010 a diretoria da Odebrecht se pronunciou oficialmente desistindo da construção de Pakitzapango. Em setembro de 2011, a CARE solicitou ao MINEM a nulidade da concessão outorgada a Odebrecht Perú Ingeniería y Construcción. Sem nenhum tipo de consulta prévia do governo peruano para com as comunidades indígenas e após intensas mobilizações populares, inclusive com uma manifestação em frente ao escritório do BNDES em Londres no ano de 2011³²⁸, o MINEM suspendeu a concessão deste projeto.

Ketty Marcelo uma das principais lideranças Ashaninka juntamente à Ruth Buendía, assim caracterizou a vitória de seu povo contra a instalação de Pakitzapango:

Um mito Ashaninka diz que quando os nossos barcos passam pelas colinas, a ave Pakitzapango os ameaça comê-los. E com o passar dos anos tivemos de fato uma grave ameaça, com a hidroelétrica, justamente a hidrelétrica chamada Pakitzapango. E vimos que de algum modo a ameaça se cumpriu: a ave que chamávamos Pakitzapango era a hidroelétrica, que ameaçava secar o nosso Rio Ene, mas à qual conseguimos resistir. O que eu mais desejo compartilhar com os outros povos da Amazônia são os nossos sonhos. A recuperação ancestral de nossos territórios. Viver não com esse metro quadrado da titulação, mas com as liberdades de que eu possa ir caçar aqui, que eu possa ir pescar ao outro lado, sem ter que pedir permissão. A reconstituição de nossos povos indígenas. Um sonho muito, muito distante. Mas que pouco a pouco vamos entendendo o que pode ser essa *vida plena*, esse *buen vivir*. (Entrevista com Ketty Marcelo. <http://amazoniareal.com.br/somos-nos-que-conhecemos-nossos-rios-diz-ketty-marcelo-lopez-do-povo-ashaninka/>)

12. Tambo 40 (Peru): obra não concluída/Acordo entre os Estados do Brasil e Peru

³²⁸ Ver: <https://www.survivalbrasil.org/ultimas-noticias/7070>

O projeto de Tambo 40 estava inserido no conjunto de hidrelétricas a serem construídas a partir do acordo energético Brasil-Peru. Em 2011, a pressão de comunidades indígenas levou a Odebrecht a desistir da construção da usina que receberia financiamento do BNDES:

Quatro das cinco usinas hidrelétricas que seriam erguidas no Peru por construtoras brasileiras e que exportariam o excedente de energia para o Brasil não sairão do papel por conta da oposição de populações indígenas e da pressão de grupos ambientalistas, disse ao Valor uma fonte do governo brasileiro familiarizada com o tema. As empresas envolvidas nesses projetos — Eletrobras, Odebrecht, Engevix e Andrade Gutierrez — confirmam a paralisação dos projetos e dizem aguardar a autorização de Brasília para retomar os contatos com o governo peruano. Os empreendimentos enfrentam forte oposição no país e uma repercussão negativa na mídia peruana por alagarem reservas nacionais e provocarem o deslocamento de povos nativos. A primeira a jogar a toalha oficialmente foi a Odebrecht, que na semana passada anunciou que não tem mais interesse em construir a hidrelétrica de Tambo 40, no centro do país, após reunião de membros da empresa com indígenas da Central Ashaninka do Rio Ene, que vem liderando um movimento contra a construção das usinas. Ontem, consultadas pelo Valor, Eletrobras, Andrade Gutierrez, e Engevix confirmaram a paralisação de outros três projetos: Tambo 60, Mainique 1 e Paquizapango, todos na Amazônia peruana (MURAKAWA, 2011, A11)

Os grupos populares contestavam a previsão de alagamento de 73 mil hectares de florestas amazônicas, o deslocamento de 14 mil pessoas e o aprofundamento da desnutrição infantil, visto que os recursos do rio são fundamentais para a subsistência dos povos indígenas. Em carta oficial ao Ministério de Minas e Energia do Peru, a Odebrecht afirmou que, após concluir estudos preliminares e conhecer a forte oposição

das comunidades indígenas, a empresa decidiu “respeitar a opinião das populações locais” e se retirou do projeto³²⁹.

³²⁹ A carta assinada pelo diretor Erlon Arfelli pode ser vista em: https://www.internationalrivers.org/sites/default/files/attachedfiles/odebrecht_to_ministryofminesandenergy.jpg.

Capítulo 4 – Como deter o trem do progresso? O Fórum Social da Pan-Amazônia e as lutas sociais

Walter Benjamin, crítico da lógica de progresso vinculado ao capitalismo e associado equivocadamente por alguns, à ideia de catástrofe, aponta as tragédias sociais derivadas da expansão do capital e propõe que devemos “deter o trem do progresso”. Nos textos “As armas do futuro” (1925) e “Experiência e Pobreza” (1933)³³⁰, Benjamin esmiúça como os avanços técnicos e tecnológicos podem ser utilizados em prol da guerra e da violência. Em “Sobre o conceito de história” (1940), texto que deve ser situado no seu contexto de análise da guerra e das condições que a possibilitaram, o autor propõe que a revolução seria a forma de frear a marcha rumo à catástrofe que faz pesar sobre a espécie humana.

A palavra ‘progresso’ aparece nas teses IX, XI e XIII de Sobre o conceito de história³³¹, tendo ficado célebre a sua tese IX pela associação do progresso com o vendaval que alastra as ruínas e arrasta o anjo da história “imparavelmente” até o futuro. Na tese XI, pouco mencionada entre seus comentadores, Benjamin enfatiza o quanto a concepção de progresso técnico está imbuída de uma instrumentalização para a expansão do próprio capital, ao controlar o trabalho e explorar-dominar a natureza, mas sem tocar nos retrocessos da sociedade. É na tese XIII que o alemão chama a atenção para como a social-democracia entendia o progresso de maneira essencialmente

³³⁰ Ambos podem ser encontrados em: Walter Benjamin – Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³³¹ BENJAMIN, Walter. O anjo da história. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

“imparável” e a necessidade de criticar tanto esta ideia quanto a própria noção de progresso sob a égide do capital³³².

É com o intento de “frear o trem do progresso capitalista” que foi estruturado o Fórum Social da Pan-Amazônia (FOSPA), importante e decisiva ferramenta dos povos tradicionais andino-amazônicos nas lutas contra os empreendimentos propostos pela IIRSA e financiados pelo BNDES na região mencionada durante o período em questão. Neste capítulo, faremos uma breve apresentação deste Fórum, com o objetivo de concatenar a sistematização de suas agendas de lutas mais gerais com sua contraposição aos empreendimentos expropriatórios aqui estudados.

O enfrentamento dos dilemas contemporâneos por parte dos movimentos sociais e partidos dos subalternos requer a atuação simultânea em frentes institucionais – canais do Estado - e nas lutas cotidianas, tanto para a garantia de direitos como para a superação da ordem estabelecida, táticas que o FOSPA seguiu e continua seguindo até o momento desta pesquisa. São várias as formas de lutas e de organização dos subalternos, desde as mais convencionais e tradicionais (partidos e sindicatos) até os movimentos sociais, coletivos e fóruns contemporâneos.

Diversos autores³³³ refletiram sobre os movimentos e lutas do tempo presente, tendo em comum um entendimento especificizante que caracteriza os movimentos contemporâneos como espaços aonde a militância é parcial e de curta duração:

³³² Idem, p. 14-17.

³³³ TILLY, Charles. From mobilization to revolution. Reading, Addison-Wesley, 1978. ; TOURAINE, Alain. Production de la société. Paris, Seuil, 1978. ; CALDERÓN, Fernando. Movimientos sociales y política. Cidade do México, Siglo XXI/UNAM, 1985. ; Alvaro Garcia Linera oferece uma perspectiva sócio-histórica mais detalhada, ao dividir as estruturas dos movimentos sociais em: Sindicalismo de empresa, forma multidão (associações de moradores, sindicatos por jurisdição, associações por ramo de ofício), cuja característica central é a criação de redes de mobilização

A situação normal do “movimento” hoje é ser uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural. Eles [os movimentos] surgem apenas para fins específicos, como, por exemplo, as grandes mobilizações pela paz, pelo aborto, contra a política nuclear etc. (MELUCCI, 1989, p. 61)

Esses grupos procuram retomar as lutas que remetem ao período da colonização e insistem que elas atravessam a historicidade do capitalismo. Além disso, as organizações sócio-territoriais que compõem o FOSPA, exatamente por estarem baseadas na convivência territorial, tendem a ser mais estáveis. São reprodutoras e construtoras de sociabilidades, modos de vida, estruturas organizativas e dinâmicas próprias que nos desautorizam a entendê-las como parciais, de curta duração ou efêmeras.

Um breve histórico de lutas e organização

e ação regionais, provinciais e departamentais, : “O decisivo dessa multidão é que, diferentemente daquela que permite agregar individualidades sem filiação ou dependência alguma que não seja a euforia da ação imediata, ela é a agregação de indivíduos coletivos, ou seja, uma associação de associações...(p. 248). Linera continua a sua análise apresentando os tipos de reivindicação e as bases organizacionais dos movimentos de multidão, reconhecendo a proatividade de algumas organizações, porém sem reconhecer nelas alternativas ao sistema. Por último o autor analisa os movimentos indígenas, à luz das rebeliões aimarás do início do XXI, elencando três componentes que podem ser concatenados com os movimentos participantes do FOSPA: a) intensificação da expropriação do trabalho comunal; b) fracasso das políticas de cooptação das pautas indígenas; c) nova geração de militantes formados na vida orgânica de organizações radicalizadas, além de uma construção identitária em torno da ressignificação da história passada e unificação das lutas (p. 266)

A questão das lutas indígenas e sua importância histórica apareceram de maneira precoce na obra do marxista peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), que produziu uma síntese do significado do “ser indígena” e de suas lutas para o Peru e a realidade latino-americana, articulando-as com o socialismo:

Por minha conta, o que afirmo é que, em relação à convergência ou articulação de “indigenismo” e socialismo, ninguém que considere o conteúdo e a essência das coisas pode surpreender-se. O socialismo ordena e define as reivindicações das massas, da classe trabalhadora. E, no Peru, as massas – a classe trabalhadora – são indígenas na proporção de quatro quintos. (MARIÁTEGUI, 2005, p. 110)

A reflexão do marxista peruano leva em consideração as particularidades do continente, sem perder de vista as influências externas que condicionam e estruturam a dominação, impactando nas formas de organização da classe trabalhadora. Mariátegui identifica como eixo central de pesquisa e problemática a questão da terra para os povos originários, elemento fundamental para a produção e reprodução das existências indígenas diversas, além de fonte “sagrada” e de conhecimento. É a questão da terra que solda a evolução econômica da América Latina e a própria problemática³³⁴ do “índio”.

Seguindo a linhagem interpretativa aberta por Mariátegui, entendemos que a tradição de resistências dos povos originários da região andino-amazônica atravessa todo o período colonial e são renovadas por tradições que passam pela revolta de libertação nacional de Tupac Katari³³⁵ (1780-1782), as lutas pela preservação das

³³⁴ MARIÁTEGUI, 2005, p.28.

³³⁵ As rebeliões de Tupac Amaru e Tupac Katari irradiaram-se pelas serras sul-peruanas e bolivianas em um cenário de amplas insurreições pelos Andes. Já no século XIX, a guerra civil liderada por Condorcanqui-Amaru e em seguida por Apasa-Katari, sob a bandeira da reconstituição da civilização pré-

práticas e dos modos de vida comunais, a defesa da reforma agrária, defesa do território e plurinacionalismo, mantendo a valorização da terra-território e as lutas de resistências contra as expropriações como eixo articulador das organizações indígenas.

Tais tradições são ressignificadas pelas contradições dos séculos XX-XXI, quando os povos originários passaram a se deparar com formas de dominação do capital que os levaram a novos enfrentamentos com: ONG's, colonos, agências do Estado, petroleiras, madeireiras, Igrejas etc. Essas contradições levaram à construção de fóruns, movimentos ou entidades dos povos indígenas e camponeses da Pan-Amazônia com o objetivo de interferir na realidade a partir das diversas formas de lutas e ampliação da capacidade de intervenção dos movimentos nos conflitos sócio-político-ambientais, ao mesmo tempo reforçando suas bases locais e expandindo sua atuação para além das fronteiras de cada país da região amazônica..

Em 1984 foi fundada a Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), pioneira nas avaliações das grandes questões que envolviam os direitos indígenas. Na Bolívia, em 1987 foi criada a Assembleia do Povo Guarani e em 1989, o Congresso de Povos Indígenas do Beni, que apresentavam pautas como o reconhecimento territorial, a revalorização cultural, o fim das atividades de empresas madeireiras e pecuárias em seus territórios e a convocatória de uma “Marcha pelo direito ao território e a vida dos povos indígenas” no país. Essa marcha ocorreu em 1990 e resultou num importante impacto organizativo dos movimentos indígenas e

colonial, potencializou a ação das massas indígenas no sentido de uma construção societal distinta daquela que foi levada adiante no pós-independência.

campesinos na Bolívia, pois acabou por unificar as diversas organizações amazônicas do país numa central única, a Central Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB)³³⁶.

No decorrer dos anos 1990, o Exército Zapatista de Libertação Nacional no México jogou luz a inúmeras contradições e conflitos resultantes da ofensiva do capital, sobretudo com relação aos indígenas e campesinos em tempos de neoliberalismo na América Latina para além da Pan-Amazônia. Somado a esse cenário de ascensão das lutas indígenas no México, encontram-se as insurgências indígenas na Bolívia e no Equador, resultando na incorporação de direitos constitucionais, tais como: Estado plurinacional e Ministério da descolonização da Bolívia e a natureza como portadora de direitos no Equador, ambas as pautas historicamente reivindicados pelos movimentos sociais. O aprofundamento da Revolução Bolivariana na Venezuela e o crescimento dos debates sobre crise climática e ambiental, também foram importantes elementos que se somam a este cenário de organicidade e molecular quebra do isolamento das lutas.

Essa enumeração “aleatória” e de certo incompleta dos inúmeros eventos indígenas e camponeses nas últimas décadas objetiva apenas dar uma ideia da vitalidade e ascensão dos movimentos indígenas no tempo presente na América Latina. Tomemos agora o caso específico do FOSPA.

O FOSPA

Em dezembro de 1999 realizou-se em Belém o II Encontro Americano pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, convocado em conjunto pelo Exército Zapatista

³³⁶ FERNANDES, Tiago Coelho. *Plebéias Batalhas: Teoria crítica e ação política dos povos originários de Abya Yala*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Serviço Social, 2009.

de Libertação Nacional (México) e pela Prefeitura da capital paraense. Em 2002, no rastro da primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM), realizado no ano anterior em Porto Alegre, aconteceu igualmente em Belém, o I Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA), com o intento de reunir as entidades indígenas e camponesas para uma articulação de lutas contra os empreendimentos da IIRSA e, posteriormente, das obras e projetos financiados pelo BNDES.

Esta articulação desde o seu início pressupunha duas frentes orgânicas de lutas:

- 1- Atuação na esfera institucional e jurídica, tais como fóruns da ONU e órgãos dos Estados nacionais, além da responsabilização criminal dos Estados por violação da consulta prévia aos indígenas (Marco 169 da OIT);
- 2- Organização das resistências nos locais dos empreendimentos – utilização de recursos midiáticos (rádios comunitárias, internet, vídeos e jornais dos movimentos) reuniões amplas, passeatas, ocupações de territórios e, em alguns casos, confrontos com as forças repressivas do Estado nacional em questão-.

Desde 2002, o fórum reafirma em suas cartas uma visão de mundo totalizante, no sentido de confrontar o modo de produção capitalista, a economia verde³³⁷ e o

³³⁷Os ideólogos da economia verde partem do pressuposto de que com os instrumentos de mercado e a criação de novas estruturas estatais é possível combater as alterações climáticas e o aquecimento global. Embora não seja um tema original, o debate sobre a economia verde passou a ter maior relevância a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 20, realizada em 2012, no Rio de Janeiro, destacadamente com a questão da economia de baixo carbono e a criação de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA). As principais linhas caracterizadoras da economia verde seriam: políticas mitigadoras que desvinculam a problemática ambiental e as mudanças do clima da estrutura do sistema capitalista, como o mercado de carbono; Pagamento de Serviços Ambientais (PSA); Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) (Economia Verde. O que é feito em nome do meio-ambiente e do clima? Rede Jubileu Sul Brasil. Caderno de Estudo nº5, 2016)

aquecimento global³³⁸, defendendo outro horizonte de sentidos, no qual o território seja baseado em relações de respeito e integração com o tecido amazônico em todas as suas dimensões³³⁹, em contraposição a todas as formas de mercantilização do conjunto da vida social. Até 2014 foram realizados sete fóruns: 2002 – Belém (Brasil); 2003 – Belém (Brasil); 2004 – Ciudad Guayana (Venezuela); 2005 – Manaus (Brasil); 2010 – Santarém (Brasil); 2012 – Cobija (Bolívia); 2014 – Macapá (Brasil).

O FOSPA possui algumas tradições metodológicas. Os movimentos integrantes do fórum sempre começam por uma marcha pela cidade sede do evento e concluem com uma assembleia, na qual, por consenso e não por votação, é aprovada a carta da edição e suas moções. As atividades são divididas em auto-gestionadas (organizadas livremente por redes, entidades e movimentos) e centralizadas (mesas de debate definidas e sistematizadas pela organização do evento, após consultas), sendo estas últimas divididas em eixos e espaços temáticos.

O Fórum é composto por 23 organizações, sendo 11 do Peru³⁴⁰, 4 do Brasil, 2 da Bolívia, 2 do Equador, 2 trans-andinas, 1 apoiadora de fora da Pan-Amazônia e 1 da

Acrescentaria que a economia verde exige um novo desenho das agências estatais responsáveis pelas políticas ambientais. O desmonte de dispositivos reguladores e fiscalizadores do meio-ambiente é condição fundamental para a capilarização da economia verde. O aparato repressivo também é permanentemente acionado para mediar conflitos socioambientais, assim como a prescrição expressa das desigualdades em leis, decretos ou portarias que liberam os agrotóxicos e aprofundam um modelo de envenenamento da vida.

³³⁸ Sobre o tema ver: SÁ-BARRETO, Eduardo. O capital na estufa. Para a crítica da economia das mudanças climáticas. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

³³⁹ Todas as cartas do fórum podem ser lidas em: <https://foropanamazonico.wordpress.com/cartas-2/>

³⁴⁰ Salta aos olhos a predominância de entidades peruanas no Fórum. Não identificamos nas fontes uma explicação direta para o fenômeno, todavia, entendemos que a Amazônia Peruana acabou sendo o principal pólo receptor de empreendimentos da IIRSA e dos financiamentos de obras do BNDES em

Colômbia. Essas organizações são autônomas nas suas formas organizativas, tendo cada uma o seu funcionamento próprio com estatutos, sites, meios de comunicação, agenda de lutas, formas de se lutar e formação de militantes próprios. Os temas de lutas são plurais, porém destacam-se algumas problemáticas históricas que compõem a centralidade de boa parte da agenda de lutas das organizações, tais como: Defesa do território, preservação dos direitos, garantia da convenção 169 da OIT, agroecologia, combate as opressões, combate ao colonialismo etc.

As formas como as lutas são encaminhadas também diferem entre as entidades. Existem aquelas que se dedicam a atuar pelas vias institucionais denunciando as arbitrariedades dos Estados nacionais em órgãos internacionais; entidades que atuam produzindo relatórios de violações dos direitos humanos; entidades de pesquisa sobre a condição indígena; entidades que atuam diretamente nas lutas de enfrentamento com os agressores/expropriadores de suas terras e as forças repressivas do Estado; entidades de formulação de políticas agroecológicas.

É justamente no FOSPA que ocorre uma tentativa de síntese de organizações tão distintas nas suas temáticas e formas de luta. Para além de uma visão de mundo de comunidade como núcleo integrador das relações sociais, a confluência de debates e formulações políticas destas entidades, através do encontro de saberes e experiências das organizações representativas dos diversos povos tradicionais da Pan-Amazônia, tem como eixo central o enfrentamento às expropriações primárias e secundárias dos indígenas e camponeses, levadas a cabo respectiva e consorciadamente pelos empreendimentos da IIRSA-obras financiadas pelo BNDES e os Estados nacionais que não fazem valer a consulta prévia e a convenção 169 da OIT.

áreas a serem expropriadas, além de importante corredor de exportação de commodities para o Pacífico e parceiro diplomático dos Governos do PT, entre 2003-2014.

Fazem parte do FOSPA as seguintes organizações:

1) **Coordenação Nacional para os Direitos Humanos do Peru (CNDDHH):**

Composto por ativistas e acadêmicos que produzem relatórios sobre as violações dos direitos humanos no Peru.

2) **Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB):** Sediado na cidade de Natal-RN, este movimento pauta o combate ao machismo, homofobia e racismo. Em seus documentos e princípios, a AMB reafirma a luta contra o capitalismo e as políticas neoliberais³⁴¹.

3) **Associação de Produtos Orgânicos do Peru (ANPE):** É uma organização nacional com ampla capilaridade em diversas regiões do país. Tomam como pauta central a defesa da agroecologia.

4) **Coordenação Andina de Organizações Indígenas:** Compõe organizações indígenas da Amazônia boliviana, colombiana, equatoriana e peruana. A Coordenação pauta a autodeterminação dos povos indígenas, a defesa dos territórios, a consulta prévia e o combate a militarização dos territórios indígenas.

5) **Central Asháninka do Río Ene no Peru (CARE):** Agrupa os povos indígenas da etnia Asháninka. Possuem um caráter defensivo, de preservação de seus direitos e garantia do território nas proximidades do Río Ene.

³⁴¹<http://www.articulacaodemulheres.org.br/>

6) **Confederação Nacional Agrária do Peru (CNA):** Organização indígena fundada em 1974, no contexto da reforma agrária do então Presidente Juan Velasco Alvarado. Atualmente promovem debates sobre a soberania alimentar e agroecologia.

7) **Conferência Nacional de Desenvolvimento Social do Peru (CONADES):** Organização que congrega inúmeras ONG's, Igrejas e movimentos sociais. Fundada em 1996, o CONADES pautou seus primeiros debates em torno da questão da pobreza e da fome. Atualmente promovem debates sobre modelos alternativos de desenvolvimento e buscam seguir uma linha de defesa da cidadania, levando aos candidatos à presidência as suas propostas:

“CONADES tiene como objetivo central definir y presentar, a los candidatos a la presidencia de la República y congresistas del Perú, las propuestas conjuntas de las organizaciones y movimientos ciudadanos para el desarrollo nacional y descentralizado del Perú para los próximos años.” (Disponível em: <http://conades.org.pe/que-es-conades/>)

A tirar pelas moções e cartas, o CONADES exerce pouca influência na proposição política e linha de atuação no FOSPA.

8) **Comissão Pastoral da Terra (CPT):** Nasceu em junho de 1975, durante a reunião de bispos e prelados da Amazonia, convocada pela Conferência Nacional dos Bispos do **Brasil** (CNBB), realizada em Goiânia. Foi fundada durante a ditadura militar, em resposta à grave situação vivida por trabalhadores rurais, especialmente na Amazônia, muitas vezes em condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras ocupadas.

9) **Fundação Jubileu da Bolívia:** É uma instituição católica que trabalha em áreas de política social e econômica, desenvolve processos de pesquisa e informações sobre a questão indígena na Amazônia.

10) **Instituto Latino-Americano para a Sociedade e Direito Alternativo (ILSA):** Criada como Fundação Privada e Associação sem Fins Lucrativos (FASFIL) em 1978, o ILSA tem sede em Bogotá na Colômbia. A sua área de atuação se circunscreve aos debates de gênero e mudanças constitucionais. Em seu site não constam patrocinadores ou qualquer indicio de relações com outras ONG's ou APH's. A ILSA se organiza através da publicação de boletins, relatórios e palestras³⁴². Pelo perfil das entidades que compõem o Fórum, a ILSA se apresenta como um “ponto fora da curva” por ser uma FASFIL e pautar a sua atuação nas discussões sobre mudanças constitucionais e não na defesa dos direitos indígenas e seus territórios. Careceríamos de maior investigação para precisarmos a sua atuação no interior do Fórum.

11) **Associação Latino-Americana para a Rádio Educação (ALER):** É uma rede de comunicação de educação popular trans-andina. Tem por principal objetivo o debate sobre democratização da mídia.

12) **Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica - Peru (COICA):** Organização de diferentes povos que habitam a Bacia Amazônica, região de mais de 7 milhões de quilômetros quadrados. A COICA procura garantir a convenção 169 da OIT e a Convenção sobre Diversidade Biológica, enviando representantes aos fóruns de debate da ONU.

³⁴²<https://ilsa.org.co/>

13)**Federação Nacional de Mulheres Rurais, Índios e Assalariados do Peru (FENMUCARINAP)**: Entidade que estrutura as lutas das mulheres camponesas, indígenas e trabalhadores de descendência indígena em solo peruano.

14)**Instituto Bartolomé de las Casas - Peru**: Organização da sociedade civil vinculada a preceitos de uma “Igreja Pobre”, com enfoque de gênero e fortalecimento das entidades indígenas locais³⁴³.

15)**Associação interétnica para o desenvolvimento da selva peruana (AIDSESP)**: É uma organização civil que reúne diferentes organizações sociais na Amazônia do Peru.

16)**Organização Nacional de Mulheres Indígenas do Peru andino e amazônico**: Reúne as mulheres indígenas e camponesas da região amazônica peruana.

17)**Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)- Brasil**: É um movimento popular, tem o objetivo de organizar toda a população em risco ou afetadas por barragens, represas e pelo hidronegócio.

18)**Conselho Indigenista Missionário (CIMI)**: Órgão vinculado à CNBB, criado em 1972, no contexto da Ditadura Empresarial-Militar no **Brasil**, mais precisamente quando o regime implementava mega-projetos de infraestrutura. O CIMI buscou fortalecer a articulação entre aldeias e povos indígenas, bem como garantir o mínimo dos direitos a esses povos.

³⁴³<http://bcasas.org.pe/quienes-somos/>

19) **Centro de Trabalho e Desenvolvimento Agrário (CEDLA)**: Centro de pesquisa vinculado à Universiteit Van Amsterdam. O CEDLA é parceira do Fórum e desenvolve pesquisas sobre o mundo do trabalho na região andino-amazônica e os impactos do desenvolvimento³⁴⁴.

20) **Coordenadora Andina de Organizações Indígenas (CAOI) – Peru**: Grupo que tem por objetivo a articulação dos povos andinos e a difusão do Buen Vivir³⁴⁵.

21) **Central Indígena del Oriente Boliviano (CIDOB)**: Fundada em 1982, em Santa Cruz de la Sierra, a CIDOB reúne 34 povos das chamadas terras baixas boliviana.

22) **Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE)**: Fundada em 1986 com o objetivo de consolidação dos direitos e lutas dos diferentes povos indígenas do Equador. No site da CONAIE, é enfatizado, entre os seus objetivos, a luta contra o colonialismo e o neocolonialismo via atuação das multinacionais em terras indígenas³⁴⁶.

23) **Confederación de las Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana (CONFENIAE)**: Entidade que representa 1500 comunidades indígenas na Amazônia Equatoriana. Na sua descrição, os membros da CONFENIAE ressaltam uma crítica radical ao capitalismo e seus asseclas na Amazônia:

³⁴⁴<http://www.cedla.uva.nl/>

³⁴⁵ <http://www.democraciaycooperacion.net/contenidos-sitio-web/portugues/fidc-370/redes-e-organizacoes/article/coordenadora-andina-de>

³⁴⁶<https://conaie.org/quienes-somos/>

Los nuevos retos planteados en la Amazonía por la expansión de las actividades petroleras, agroindustriales, BNDES, IIRSA y madereras, han hecho que se privilegie la lucha por la legalización y defensa de los territorios ancestrales de los pueblos y nacionalidades; ello ha conducido a replantearse las formas tradicionales de organización y a adoptar formas legales de existencias para poder defender con más eficiencias a los derechos de los pueblos amazónicos frente al modelo extractivistas impulsado desde el Estado.

Por todo esto nuestra lucha nuestra lucha es firme y combativa contra un estado colonial y el sistema capitalista que nos explota a los pueblos! Nuestra firme lucha por la AUTODETERMINACIÓN DE LOS PUEBLOS! (Disponível em: <https://confeniae.net/quienes-somos><Acessado em 22/04/2018>)

A CONAIE expressa na sua crítica e forma de organização, a resistência aos empreendimentos da IIRSA e BNDES, tomando como eixo articulador das distintas comunidades indígenas a defesa do território e de seus modos de vida.

Foi a partir destas vinte e três organizações que o fórum produziu os seus eventos e se articulou nas lutas e mobilizações sociais. As cartas e moções foram as principais fontes reveladoras da linha política adotada, não tendo sido possível constatar a partir delas qual ou quais organizações possuíram maior peso elaborativo das resoluções. Todavia, conforme mencionamos acima, os eixos trabalhados ao longo dos fóruns se repetiram na maior parte das vezes, o que nos possibilitou a identificação de um diagnóstico comum dos movimentos sociais acerca das questões a serem enfrentadas.

Tabela com as propostas e objetivos de cada Fórum (síntese)

Ano	Local	Propostas
2002	Belém	-Articulação dos diálogos e das

		<p>resistências dos diversos povos amazônicos.</p> <p>-Organizar as lutas contra o neoliberalismo, a degradação ambiental, a pirataria e a destruição das formas de vida tradicionais.</p> <p>-Estruturar uma entidade para resistir aos empreendimentos da IIRSA na Pan-Amazônia³⁴⁷.</p>
2003	Belém	<p>-Elaborar estratégias de enfrentamento aos empreendimentos na região.</p> <p>-Aprofundar alianças com movimentos sociais da Pan-Amazônia.</p> <p>-Abrir um canal de diálogo com o Governo Brasileiro frente aos empreendimentos previstos de serem financiados por BNDES, Eletrobrás e Banco do Brasil³⁴⁸.</p>
2004	Ciudad Guayana (Venezuela)	-Solidariedade aos povos

³⁴⁷ Os encaminhamentos estão disponíveis em: GARCÍA-FALCES & PARDO. Foro Social Mundial y Pueblos Indígenas. 2002, disponível em: <http://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Informes/Verdes/Foro%20Social%20Mundial%20y%20pueblos%20indígenas.pdf>

³⁴⁸ A ata do encontro está disponível em: <http://egrupos.net/grupo/redcolombianadeluz/archivo/indice/823/msg/774/>

		<p>indígenas da Guiana Francesa.</p> <p>-Soberania da Amazônia</p> <p>-Defesa dos direitos indígenas, quilombolas e dos trabalhadores rurais.</p>
2005	Manaus	<p>-Organização das resistências contra iniciativas que não contam com o consentimento das populações afetadas, como os tratados de livre comércio entre os países latino-americanos e a União Europeia, bem como aos empreendimentos financiados pelo BNDES e previstos na IIRSA³⁴⁹.</p> <p>-Reconhecimento do Buen Vivir e dos direitos da natureza como constitutivos da construção de um “outro mundo”.</p> <p>-Combate ao machismo, racismo, as agressões a livre manifestação religiosa e as pessoas com deficiência.</p>
2010	Santarém	<p>-O tema das hidrelétricas foi o mais debatido no fórum.</p> <p>-Organização das lutas e participações nos fóruns</p>

³⁴⁹ Ver: <https://www.alainet.org/es/active/32176>.

		<p>internacionais para barrar os empreendimentos da IIRSA-BNDES³⁵⁰.</p> <p>-Organização de redes de comunicação e educação popular.</p> <p>-Defesa das culturas e diversidade dos povos.</p>
2012	Cobija (Bolívia)	<p>-Organização de grupos temáticos para além do FOSPA que discutissem os efeitos da crise econômica na Pan-Amazônia:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Buen Vivir e Pluriculturalidade; 2- Processos de integração e desintegração na região com os projetos da IIRSA; 3- Lutas anticapitalistas e por justiça ambiental; 4- Ciência e tecnologia indígenas; <p>-Defesa e exercício pleno dos direitos na Pan-Amazônia.</p> <p>-Entendimento das crianças e dos jovens como agentes da nova sociedade.</p> <p>-Unidade dos povos para defesa</p>

³⁵⁰ Ver a carta em: <https://ibase.br/userimages/Carta%20Santar%C3%A9m.pdf>

		de uma política de desmatamento zero.
2014	Macapá	<ul style="list-style-type: none"> -Exigência do cumprimento dos tratados internacionais: direito a consulta prévia e convenção 169. -Incorporar ao FOSPA todos os movimentos e organizações que lutam em defesa dos seus territórios e da natureza. -Denunciar o trabalho escravo. -Avançar na reflexão do Buen Vivir como programa alternativo. -Apoio ao feminismo e a luta das mulheres indígenas. -Avançar nas cobranças de políticas contra o aquecimento global e por soberania alimentar.

Fonte: elaborado pelo autor com bases nas cartas e moções disponibilizadas pelo FSPA

Os eixos temáticos formuladores das políticas oscilaram ao longo dos anos, e ampliaram-se em diversas direções. Alguns grupos de discussões foram mantidos desde o surgimento do Fórum: Terra e território; Impactos ambientais dos grandes empreendimentos; Buen Vivir; Integração da Pan-Amazônia. Pela tabela acima, podemos depreender que as propostas mais gerais do Fórum como a própria articulação das diversas resistências aos empreendimentos na região datam do surgimento do FOSPA já em 2002. A partir de 2004, inicia-se uma tentativa de dialogar com povos e entidades até então não participantes deste espaço, como os indígenas da Guiana Francesa, além de quilombolas e trabalhadores rurais, também sob o efeito das expropriações. Em 2005, ano de aprofundamento e expansão dos projetos e obras na Pan-Amazônia num contexto de governos progressistas, o Fórum delibera pela valorização do **Buen Vivir** e dos direitos da natureza, enquanto defende um horizonte de sentidos oposto e alternativo aos “desenvolvimentismos” expropriatórios em andamento na região. No mesmo ano as pautas de lutas contra as diversas formas de opressão são incorporadas politicamente – feminismo, luta antirracista, combate a intolerância religiosa e defesa de políticas públicas para pessoas com deficiência -, em consonância com a ascensão e visibilidade de coletivos e movimentos urbanos de mulheres, LGBT’s, negras e negros, e de políticas públicas afirmativas, como as já mencionadas no início do capítulo, na Bolívia e Equador.

No ano de 2010, com a proliferação de contratos bilaterais entre Brasil-Peru para a construção de hidrelétricas, o tema aparece como central, tanto para o debate energético, quanto para as táticas de enfrentamento as obras a serem empreendidas, visto que as mesmas levariam a impactos ambientais e culturais irreversíveis. Com relação a questão ambiental, sinteticamente, podemos apresentar sete grandes impactos “gerais” mencionados em todos os eventos: 1- Industrialização forçada da selva amazônica; 2- Reorganização territorial da Amazônia; 3- A possibilidade de colapso hidrológico; 4- Perda de biodiversidade e devastação da floresta; 5- Destruição dos modos de vida dos povos indígenas e das comunidades tradicionais; 6- Crescimento urbano desordenado.

Ainda em 2010, os temas da educação popular, das redes de comunicação e das culturas, aparecem nas propostas como elementos fundamentais a serem organizados. Vale mencionar que a cultura apareça como uma importante ferramenta tática para as lutas desde o surgimento da FOSPA. Na carta de princípios de 2002, a cultura já era entendida enquanto elemento informativo, nas disputas com as mídias proprietárias de cada Estado nacional, dialógica e educativa,

[...]: a construção de uma metodologia dialógica que estimule a articulação das tradições dos povos e das atividades artísticas com os seminários, palestras, depoimentos. Assim, esperamos que a apresentação dos objetivos, dos temas e discussões, sejam momentos de vivências, reflexões e partilhas criativas que se estendam para muito além do instante de realização do grande encontro [...].

(Disponível em: <https://foropanamazonico.wordpress.com/quem-somos/>)

A diferença para os outros anos é que a partir de 2010 o Fórum passaria a cumprir um papel educativo-pedagógico, na formação de seus militantes, reafirmando a cada edição a necessidade de expansão das culturas amazônicas através de um sistema

comunicacional alternativo e próprio dos movimentos, capaz de promover o enfrentamento a mídia proprietária.

Em 2012 e 2014, as entidades participantes do Fórum demonstraram estar em sintonia com o conjunto de lutas na região e em âmbito internacional, ao propugnarem, tal qual num programa em movimento, propostas de debates e reflexões sobre políticas econômicas e as consequências para os povos indígenas, assim como uma saída alternativa para a crise, que passaria pelas lutas anti-capitalistas e por justiça ambiental (desmatamento zero). As lutas anti-capitalistas estavam em discussão entre os movimentos indígenas na América Latina. Em 2010 ocorreu a Conferência dos Povos de Cochabamba (Bolívia) e conforme citado em artigo por Lowy, nesse encontro foi redigido um documento cujo extrato é lapidar no que diz respeito a uma agenda antissistêmica:

O sistema capitalista nos impôs uma lógica de concorrência, de progresso e de crescimento ilimitado. Esse regime de produção e de consumo é a procura do lucro sem limites, separando o ser humano do meio ambiente, estabelecendo uma lógica de dominação da natureza, convertendo tudo em mercadoria: a água, a terra, o genoma humano, as culturas ancestrais, a biodiversidade, a justiça, a ética, os direitos dos povos, a morte e a própria vida (apud LOWY, 2014, p.67).

Lowy também ressaltou que, por mais imediatista que muitas das pautas indígenas engendraram, existe correlatamente um antagonismo entre a cultura, o modo de vida, os valores e a espiritualidade desses povos com a lógica do capital em transformar todos os bens comuns naturais em mercadoria. Ao analisar os processos de organização e resistência dos povos tradicionais, aos projetos em curso na região:

Assiste-se até mesmo, especialmente entre os camponeses e comunidades indígenas, a mobilizações importantes em defesa do meio ambiente, tanto mais necessárias quanto é para a periferia do sistema que são exportadas as formas de produção mais brutalmente destruidoras da natureza e da saúde das populações (...). As comunidades indígenas na América Latina encontram-se no centro da luta pelo meio-ambiente. **Nãosomente pelas mobilizações locais em defesa dos rios ou das florestas, contra as multinacionais petrolíferas e mineradoras, mas também propondo um modo de vida alternativo ao do capitalismo (...)** (grifo meu). (LOWY, 2014, p.6-621).

Na avaliação de Lowy, portanto, os povos e comunidades indígenas possuem uma cosmovisão e um modo de vida absolutamente incompatível com as práticas de reprodução do capital, levando-os a conflitos permanentes com a expansão incontrolável do capitalismo, mas também convertendo-os em sujeitos ativos de um potencial projeto alternativo de humanidade.

Cartas e Moções

É possível, através das cartas e moções produzidas ao término de cada FOSPA, apreender o horizonte de sentidos defendido pelos movimentos integrantes do evento, que não se limitavam em estabelecer críticas contundentes ao modelo de desenvolvimento para o capital na região de maneira a concatenar a IIRSA e o BNDES como desencadeadores de contradições e devastações. As cartas e moções também são instrumentos unificadores da ação das entidades participantes e organizadoras das vontades coletivas.

O Fórum somente tem disponibilizado para consulta as suas cartas e moções a partir de 2010. Na carta de Santarém (2010), por exemplo, é reafirmada a necessidade de uma “utopia³⁵¹” para os povos da Pan-amazônia. Esta utopia seria uma outra integração e cooperação dos povos que não a que estava colocada pelos Estados nacionais e multinacionais envolvidas nos projetos de integração. A efetivação política desta utopia deveria passar pela construção de um horizonte transnacional das lutas, que articulasse tanto a preservação e aquisição de direitos imediatos dos povos originários, quanto a longo prazo, a superação da ordem do capital, por outra a ser construída sob os pilares éticos do Buen Vivir.

³⁵¹ A palavra ‘utopia’ produziu diversos significados e entendimentos ao longo do tempo, na ciência política, filosofia, literatura e na militância política. Thomas More, em 1516, celebrou o termo com “A utopia ou sobre a constituição de uma república”, para designar uma cidade perfeita em contraposição as monarquias inglesa e francesa. O frade dominicano Tommaso Campanella, em 1602, publicou “A cidade do sol”, em que os moradores da cidade “perfeita” se utilizariam da razão para organizar as suas vidas. Karl Marx, ao distinguir o socialismo de bases científicas para a “utopia” do falanstério de Charles Fourier forja a ideia de um socialismo utópico ou irrealizável sob as bases do modo de produção capitalista. Outros autores dentro do marxismo tangenciaram a questão da utopia, como Lenin que articulou a utopia como algo realizável em “Que fazer?” (É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles) ou a utopia concreta de Ernst Bloch em Princípio e Esperança (3 volumes). Em “o conto da ilha desconhecida” (1998), de José Saramago, a noção de utopia é reatualizada como um lugar que ainda não chegamos, mas que está colocado no nosso horizonte a ser alcançado e disputado. Nos parece que a noção de utopia proposta pelos movimentos indígenas do FSPA se insere numa perspectiva de entendimento tanto do real realizável trazido por Lenin e Bloch quanto da noção de uma realidade que ainda está por ser construída.

A construção de um continente sem fronteiras e livre de todas as opressões e explorações passaria pela formação primeira de Estados plurinacionais garantidores dos direitos dos povos tradicionais e da natureza. Nesse sentido, a relação com a natureza a partir de uma lógica de coexistência e não de dominação ou mercantilização, seria a condição fundamental para alcançar tal utopia. A participação plena e igualitária das mulheres também seria uma condição na construção das novas sociedades. Da mesma forma a proteção integral das crianças, como portadoras do futuro da Humanidade.

Os principais pontos de lutas expressos na carta de 2010 constam na seguinte passagem:

A Terra, nossa casa comum, se encontra ameaçada por uma hecatombe climática sem precedentes na história. O derretimento dos glaciares dos Andes, as secas e inundações na Amazônia são apenas os primeiros sinais de uma catástrofe provocada pelos milhões de toneladas de gases tóxicos lançadas na atmosfera e os danos causados à Natureza pelo grande capital, através da mineração descontrolada, a exploração petrolífera na selva e o agronegócio. **Tal situação é agravada pelos mega-projetos, integrantes do IIRSA e financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social,** como são a construção de hidrelétricas nos rios amazônicos e as grandes rodovias que destroem a vida de povos ancestrais, criando novos bolsões de miséria. (Disponível em: <https://ibase.br/userimages/Carta%20Santar%C3%A9m.pdf>)

Nesse sentido, as alterações climáticas, as atividades mineradoras, petrolíferas e o agronegócio constituem inimigos a serem derrotados, juntamente com os mega-projetos expropriatórios. A unificação das lutas se daria em torno do enfrentamento e interrupção desta lógica de desenvolvimento adotada na região. Para tanto, foram defendidas as seguintes linhas de ação: Lutar pela produção de outras formas de energia em pequena escala, fortalecendo a autonomia e a autogestão da Amazônia e de suas

comunidades; Realizar campanhas pelo reconhecimento, demarcação e homologação das terras indígenas, titulação coletiva das terras quilombolas e de comunidades tradicionais; pleno direito de consulta livre bem informada e consentimento prévio para projetos com impacto social e ambiental; Alianças entre os povos da floresta, dos campos e das cidades; Participar das redes que investigam a ação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil), contribuindo para obstruir os financiamentos a projetos que destroem o meio ambiente; Promover ações articuladas de denuncia e pressão contra projetos de caráter sub-imperialistado governo brasileiro na Pan-Amazônia; Unificar as lutas contra a construção de represas hidrelétrica nos rios da Amazônica, em especial as lutas contra Belo Monte, Inambary, Paitzpatango, Tapajós, Teles Pires, Jirau, Santo Antonio e Cachuela Esperanza; Lutar pela titulação de terras aos trabalhadores do campo e da cidade; Organizar fóruns regionais para troca de conhecimentos e implementação de ações, com organizações de outras regiões, em cada local onde a Mãe Terra esteja sendo agredida, ou ameaçada; Realizar encontros e marchas denunciando as diversas formas de opressão, como o machismo, racismo e homofobia, e apresentando as soluções propostas pelas organizações e movimentos sociais; Avançar na elaboração de propostas para garantir vida digna a todos os povos da Pan-Amazônia, considerando suas diferenças intra e inter-regionais; Mobilizar as sociedades civis Pan-Amazônicas, contra as falsas soluções de mercado para o clima, como o REDD; Desenvolver lutas contra o patenteamento do conhecimento das populações tradicionais, que apenas promovem os interesses das grandes corporações transnacionais; Mobilizar as organizações contra as estratégias dos governos e das grandes empresas, voltadas à flexibilização da legislação ambiental na Pan-amazônia; Lutar pelo reconhecimento legal de “territórios livres da mineração” e de outros empreendimentos, nos ordenamentos jurídicos dos países da Pan-Amazônia; Constituir

um centro de comunicação do FSPA, de maneira compartilhada, com a função de interligar os movimentos sociais da Pan-Amazônia, socializar debates e iniciativas de ação; Divulgar as ações, discussões e resultados do FSPA nas comunidades, através de uma rede de comunicação³⁵²;

Em Cobija, na Bolívia (2012), foi elaborada uma Declaração de Aliança dos Povos dos Rios da Pan-Amazônia, sob o entendimento de que somente através da unidade das lutas é que se poderia barrar os mega-projetos e os avanços predatórios da economia verde e do aquecimento global. Nessa declaração, o BNDES é reconhecido como o grande financiador das expropriações na região e, conseqüentemente, de um suporte dos Estados via militarização e coerção para que os empreendimentos possam ser garantidos:

Considerando as atuais conjunturas estatais latinoamericanas, que vêm escolhendo modelos de desenvolvimento como a Iniciativa de Integração Regional de Infraestrutura Sul Americana- IIRSA e o Programa de Aceleração do Crescimento- PAC (Brasil); Considerando os mega-projetos que estão em fase de planejamento, implementação ou conclusão na pan-amazônia, tais como as usinas hidrelétricas de Tambo 40, Paquizapango, Inambari, Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, a usina hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu, as usinas de Colíder, Teles Pires, São Manoel e Foz do Apiakás no Rio Teles Pires, o complexo de usinas hidrelétricas no Rio Tapajós, a usina de Estreito no Rio Tocantins, Hidrelétrica Tabajara no Rio Machado em Rondônia, pequenas centrais hidrelétricas espalhadas por toda a pan-amazônia, além de concessões florestais, dos projetos de mineração, hidrovias, portos, rodovias, petroleiras, gasodutos, termelétricas e a rodovia interoceânica; Considerando que a pan-amazônia é hoje a maior área de água doce, diversidade biológica, cultural e linguística do mundo e que todos estes empreendimentos vêm sendo executados a partir de uma lógica autoritária e

³⁵² Ver: <https://foropanamazonico.wordpress.com/cartas-2/>

atropelada; Considerando a diminuição e a falta de efetividade dos direitos ambientais, sociais e dos povos originários na América Latina; Considerando que para a implementação dos grandes projetos uma das principais estratégias consiste no esvaziamento de garantias constitucionais, do solene desprezo da Convenção 169 da OIT e da tentativa de desregulamentação dos direitos dos povos indígenas no Brasil, com documentos como a PEC 215, o PL 1610-95 e a Portaria 303 da AGU; Considerando que a pan-amazônia não é uma colônia de exploração para o Estado e as grandes corporações, mas sim um lugar onde milenarmente vivem povos originários, que possuem seus próprios modos de vida, desenvolvimento, costumes e uso dos recursos naturais; Considerando que estes povos estão sendo desapossados dos recursos naturais, de seus territórios e de suas culturas a partir de uma estratégia de assimilação e integração forçada ao sistema econômico vigente e que, mais recentemente, o Governo Federal vem militarizando a execução destas obras como forma de criminalização dos movimentos de resistência e enfraquecimento da luta dos povos indígenas e comunidades tradicionais; Considerando a continuidade da política de extermínio dos povos indígenas da América do sul, que tem como exemplo mais recente a invasão da Aldeia Munduruku de Teles Pires no Estado de Mato Grosso, pela Polícia Federal, onde houve assassinato, pessoas gravemente feridas, mulheres e crianças atingidas por balas de borracha, bombas de gás lacrimogênio, de efeito moral, além do comprometimento da qualidade da água e recursos alimentares da comunidade; **Considerando que todo este processo está sendo financiado com dinheiro público oriundo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil, sem que haja um controle e transparência no repasse dos recursos (...)** (Disponível em: <https://foropanamazonico.wordpress.com/cartas-2/>)

A IIRSA é entendida como um “modelo de desenvolvimento”, algo além da propalada “integração” física, o que acarretou desdobramentos analíticos e de ação para os movimentos, destacadamente no combate a implementação das hidrelétricas mencionadas na carta.

Posto isso, a Aliança dos povos tomou como principais pontos a serem combatidos e defendidos: A unidade dos povos dos rios da Pan-Amazônia na luta constante por um modelo de desenvolvimento que respeite as formas de ser, fazer, viver, saber e de se organizar dos povos amazônicos; combate e denúncia da truculência com a qual os governos estão conduzindo seu modelo de desenvolvimento e negação da chamada sustentabilidade; Que a Pan–Amazônia não é um espaço vazio que vive na “solidão”; Entendimento de que os Estados Nacionais da Bacia Amazônica estão enfrentando um momento de superexaltação do econômico em detrimento das garantias políticas e sociais e que isso é a nota característica de Estados de exceção e ditatoriais; **Não aceitação da utilização de força e violência policial contra os povos da Pan-Amazônia e responsabilização integral do governo brasileiro pelos impactos ambientais da hidrelétrica de Chaglla e Mandariacu; Não aceitação dos grandes empreendimentos serem financiados com dinheiro público;** Busca de apoio internacional para a proteção dos direitos e declaração de insurgência e beligerância no sentido que o direito internacional público confere a estas categorias³⁵³.

Ainda em 2012, após a reunião do eixo temático sobre impactos ambientais e mega-projetos, os movimentos então participantes optaram por uma linha de judicialização para combater os crimes contra a natureza enquanto mecanismo protetivo das suas terras. A proposta era de criação de um tribunal internacional contra os crimes com sede em Quito, no Equador. Reafirmou-se o rechaço aos grandes projetos da IIRSA e ao modelo de integração vigente:

Acreditamos e lutamos para que a integração continental tenha como eixo o bem estar de nossas populações e não os interesses das empresas transnacionais e grandes corporações e assim instamos a Unasul, Celac e outros organismos continentais para

³⁵³ Idem

que revisem os projetos, como o IIRSA, cujo fundamento neoliberal é uma agressão ao direito dos povos. (Idem)

No fórum de 2014, as moções aprovadas também foram de encontro à necessidade de barrar as construções de hidrelétricas e barragens, compreendidas como “projetos megalomaniacos”, geradores de concentração de riquezas e devastação dos territórios. Por conseguinte, a palavra de ordem do fórum foi “Por uma Pan-Amazônia livre de barragens”.

Além da proposta de mobilizações e protestos para barrar esses projetos, definiu-se por levar as instâncias de Governos, empresas e bancos aos tribunais nacionais e internacionais. A percepção do problema, forjada nas lutas, articulava os agentes da devastação de maneira a não sobrepor inimigos.

MOÇÃO DE DENÚNCIA: O governo brasileiro continua com seu plano megalomaniaco de construção de mais de 30 grandes empreendimentos energéticos na Amazônia Brasileira e ainda participa na construção de hidrelétricas em países como Bolívia, Perú, Equador, com o intuito de aquecer as empresas brasileiras que vivem da especulação da miséria do povo Pan-Amazônico em prol de seus lucros. Seu único objetivo é produzir energia para atender a um consumo cada vez maior na sociedade brasileira e das empresas de mineração que crescem cada vez que uma nova hidrelétrica entra em operação. Por isso denunciamos esta ofensiva contra os povos indígenas, camponeses, agricultores familiares, ribeirinhos e nos juntamos ao Povo Munduruku para dizer ao governo brasileiro que não aceitaremos nenhuma hidrelétrica na Bacia do Rio Tapajós, assim com nas bacias dos rio Teles Pires, Juruena e Xingú. Conclamamos a Aliança dos Rios da Amazônia para levar este caso à Corte Internacional incriminando o Governo Federal, estaduais e municipais. MOÇÃO DE DENÚNCIA: Denunciamos a cumplicidade dos Estados que aprofundam nas últimas quatro décadas a arquitetura da impunidade por meio da implementação de instrumentos de proteção e promoção dos interesses das empresas transnacionais a partir de Parcerias público-privadas;

Financiamento público direto no marco do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Brasil (por exemplo, via BNDES) e da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA); Acordos de livre comércio, tratados bilaterais de investimento e mecanismos de resolução de controvérsias jurídicas enviesados em favor do capital transnacional (tais como o CIADI do Banco Mundial e o Mecanismo de Resolução de Controvérsias da OMC); o desmantelamento das legislações ambientais e dos instrumentos de proteção de direitos humanos em vários níveis. MOÇÃO DE DESAGRAVO A GOVERNOS: Que o Governo da Bolívia cumpra a resolução do Centro Interamericano de Direitos Humanos, rechaçando a pseudo consulta que fez sobre a Carretera por TIPNIS e seu traçado atual. Que os países e governos amazônicos cumpram sua obrigação internacional de fazer as consultas prévias livres, informadas com os povos indígenas quando pretendem fazer obras que afetam a eles e seu meio ambiente.

Esta moção preconiza as denúncias das obras em andamento e aquelas que estavam por sair do papel. A ênfase é dada na responsabilização dos Estados nacionais, já num cenário de refluxo dos empreendimentos e investimentos na região, desdobramento da crise econômica, da Operação Lava-Jato e do início do contingenciamento de recursos do BNDES para as obras promovidas pelas empresas de construção civil. Presenciamos também um refluxo do próprio projeto da IIRSA e do “modelo de desenvolvimento” adotado no período, o que pode ter favorecido uma resolução que priorizasse os canais institucionais de atuação do Fórum e entidades.

Ao apresentarmos em linhas gerais algumas das proposições do FOSPA, tivemos por objetivo demonstrar, ainda que superficialmente, as reações organizativas dos desdobramentos dos projetos levados a cabo pela IIRSA e financiados pelo BNDES, aqui apresentados ao longo do capítulo anterior, assim como a miríade de contradições e tensões existentes na região que necessitavam de uma entidade que soldasse as lutas e organizações.

Não devemos incorrer no equívoco de imputar a IIRSA ou ao BNDES as contradições e atuações do capital na região. Contudo, pudemos constatar o quanto a política de integração regional e a atuação do capital-imperialismo brasileiro aprofundaram questões sociais na Pan-Amazônia e acabaram por desencadear formas organizativas e radicais de preservação dos direitos dos povos tradicionais e defesa de uma agenda antissistêmica.

Foi através dos encontros nos fóruns e da criação de uma rede de contatos e informações entre as diversas organizações que foi possível melhor articular as lutas das organizações em âmbito local e saltar qualitativamente para uma teia solidária internacional de enfrentamentos aos empreendimentos. Através destas lutas foi possível “frear” o trem do progresso capitalista em algumas das obras previstas pela IIRSA e com possibilidades de financiamento pelo BNDES.

O FOSPA não parou na cronologia desta pesquisa, e se mantém até o atual momento ativo, combativo e organizador das pautas dos povos tradicionais em âmbito internacional. Em 2020, o Fórum será realizado na Colômbia, à luz de um crescimento vertiginoso do assassinato de lideranças camponesas e indígenas no país ³⁵⁴, demonstrando que os organizadores do Fórum buscam realizar o evento aonde as lutas mais agudas se encontram.

O processo de unificação das lutas e das diversas e múltiplas organizações da Pan-Amazônia ainda está em andamento, porém, podemos apontar para importantes elementos desencadeados pelo Fórum do seu surgimento até 2014, como as lutas de resistências vitoriosas: dos Ashaninka, contra as hidrelétricas e a estrada TIPNIS;

³⁵⁴ BERMÚDEZ, Gerald. Norte da Colômbia vive aumento de assassinatos de indígenas. Folha de São Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/norte-da-colombia-vive-aumento-de-assassinatos-de-indigenas.shtml>

formação de uma intelectualidade indígena, formuladora de políticas e teoria; projetos de educação popular, comprometimento e cobrança dos órgãos estatais com a educação bilíngue; defesa dos modos de vida comunitários e revalorização dos sábios e tradições ancestrais.

Se frear o trem da barbárie significou num momento mais imediato combater o neoliberalismo e barrar os empreendimentos na região, é possível depreendermos que parcela significativa das entidades que atuam no FOSPA formularam e sintetizaram uma visão de mundo em que o modo de produção capitalista engendra, impulsiona e normatiza a barbárie, por isso o inimigo a ser derrotado é a própria sociabilidade do capital, incompatível com a natureza e os modos de vida dos povos tradicionais.

Considerações Finais:

Esta tese teve o objetivo de elaborar uma sistematização dos elementos constitutivos do capital-imperialismo contemporâneo, destacadamente a partir do binômio expropriação-concentração na sua singularidade brasileira. Nesse caso, optamos por pesquisar a atuação do BNDES, pois este assumiu uma centralidade nos processos de drenagem e repasses de recursos para o grande capital monopolista de origem brasileira, tanto nas operações domésticas em diversas áreas econômicas, quanto nas operações externas, foco desta pesquisa.

O nosso intento através do recorte sócio-histórico-espacial aqui estabelecido foi o de demonstrar que a atuação capital-imperialista brasileira desencadeou e aprofundou conflitos e contradições, específica e focadamente na região da Pan-Amazônia. Uma das reações populares aos empreendimentos das multinacionais brasileiras na região veio através do FOSPA com uma proposta de organização das lutas em âmbito transnacional.

Posto isso, buscamos nos localizar ³⁵⁵ teórica e metodologicamente numa linhagem de pesquisas que levam em consideração a complexificação e ampliação seletiva do Estado brasileiro concomitantemente com a expansão das formas de extração de mais-valor, que ressignificam os modos de vida existentes e aprumam novas tensões desencadeadas a partir dessa dinâmica auto-expansiva e devastadora de vidas da sociabilidade do capital.

³⁵⁵ Fugiria do escopo desta tese abordar em minúcias a conformação do Estado brasileiro contemporâneo em seu sentido ampliado. Porém, há de se mencionar que os estudos nos quais entendemos nos situar, abriram importantes pontos de reflexão e entendimento do Estado brasileiro no tempo presente: BIANCHI, 1999, 2004; CAMPOS, 2012; CASIMIRO, 2016; FONTES, 2010; GUIOT, 2015; LAMOSA, 2014; MENDONÇA, 1997, 1998, 2005, 2010; PINTO, 2010;

De certo que esta pesquisa não deu conta de toda a teia de complexidades do capital-imperialismo brasileiro na contemporaneidade e do papel do BNDES ao impulsionar este movimento. Foram muitos os apólos que atuaram no sentido de formular políticas voltadas para a internacionalização das empresas brasileiras ou do Estado brasileiro, tais como: *Fórum Nacional/INAE*, *SOBEET*, *Fundação Dom Cabral*, *Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)*, *Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento*, *INSPER*, *Instituto de Estudos Econômicos Internacionais (IEEI)*, *Instituto de Pesquisas Econômicas/Casa das Garças (IEPE/CdG)*, *Fundação Konrad Adenauer e Instituto Fernand Braudel*, nas suas relações, entrelaçamentos e trânsitos com os órgãos da ossatura material do Estado, tais como: *APEX-Brasil*, *Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior*, *Escola Superior de Guerra*, *Ministério das Relações Exteriores*, *Ministério da Defesa e o Centro de Estudos Estratégicos do Exército Brasileiro (CEEEXI)*. Tal problemática que não foi aberta seria de fundamental abordagem para o entendimento do Estado ampliado no Brasil contemporâneo, bem como da atuação soldadora dos intelectuais orgânicos atuantes nos apólos e no próprio BNDES e demais órgãos estatais.

Não sendo trivial na linhagem de pesquisas desenvolvidas por Sonia Regina Mendonça, Virgínia Fontes e diversos pesquisadores de seus grupos de pesquisa, percebemos que o BNDES nos provocou um problema de cunho heurístico, Fizemos seguidos levantamentos objetivando identificar e localizar a presença de representantes da sociedade civil empresarial nos quadros funcionais do BNDES. Embora existam, são em pequeno número e estão mais visíveis na alta direção da instituição. No período analisado, os governos do Partido dos Trabalhadores, sabidamente, privilegiaram designar funcionários de carreira para diversos cargos de direção pública. Isso dificultou apresentar a forma específica pela qual a presença empresarial no interior do BNDES

contribuiu para a definição de suas políticas. Para além disso, podemos sugerir – a conferir em pesquisas futuras – que a participação empresarial na definição das políticas do Banco ocorra através dos ministérios aos quais o Banco está alocado. Ademais, outra característica do Banco – evidenciada neste estudo – é a de consistir numa estrutura altamente especializada e bastante hierarquizada, além de remunerada muito acima dos padrões de outros setores públicos. A direção do Banco, portanto, assume papel central na definição do conjunto de políticas a serem implementadas. A literatura tradicional brasileira tende a inverter o processo e a supor que pois a iniciativa de estabelecer canais e formular políticas muitas vezes partia da sociedade política (via BNDES ou ministérios) para a sociedade civil, conforme constatado em um dos materiais da Fundação Dom Cabral, intitulado “Políticas públicas e as multinacionais brasileiras”:

“Uma série de sinais recentes do governo brasileiro indica apoio cada vez maior à internacionalização de empresas nacionais. A maioria desses sinais parte do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Recentes declarações da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, também apontam nessa direção: “A nós interessa que o país tenha empresas, inclusive, que possam partir para um processo de expansão internacional. Nenhuma empresa hoje pode olhar só para o tamanho do seu mercado local. Achamos fantástico que o [Jorge] Gerdau tenha adquirido ativos no resto do mundo”. O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, acrescentou que gostaria de ver grandes grupos empresariais brasileiros concorrendo com corporações transnacionais no cenário internacional. Seguindo a mesma linha de raciocínio, recentemente, o Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior organizou reuniões com multinacionais brasileiras para ouvir como o governo poderia auxiliá-las em seus empreendimentos internacionais.” (MENDES & SENNES, 2009, p. 157)

Já as frações dominantes do capital, segmentadas em “industrial” e “financeira” no BNDES, receberam assentos em comissões que acomodavam seus interesses e amortizavam tensões intra-classes. Uma análise mais detida, porém, possibilita problematizarmos algumas questões: 1) Em todas as áreas de atuação apresentadas no capítulo 2, constatamos um aporte concentrado nas grandes empresas de cada setor, aprofundando um movimento indissociável na contemporaneidade, ainda que distinto categorialmente, de concentração-centralização de capitais; 2) O aporte em áreas sociais estava concatenado a agenda de políticas focalizadas de combate à pobreza, e não da sua erradicação. Seja no âmbito do combate a seca ou a fome; 3) A quantidade de contratos firmados por empresas da construção civil em operações no exterior salta aos olhos para o alinhamento da diplomacia defendida pelo Ministério das Relações Exteriores com o projeto de integração regional da IIRSA, a relação com os governos progressistas da região e, conseqüentemente a expansão do próprio capital-imperialismo brasileiro.

Ainda que não tenha figurado como foco de preocupação da tese, no período em questão, surgiu uma importante organização com a proposta de reorientação das políticas do banco em favor de um outro modelo de desenvolvimento que não aquele que estava colocado. Referimo-nos a Plataforma BNDES.

Em 2005, através de pesquisas de diversas entidades populares e monitoramentos sociais do banco, como fruto de lutas e articulações, a Plataforma BNDES jogou luz a importantes contradições do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, denunciando a falta de informação pública do banco em suas diversas operações, a carência de levantamentos sistemáticos sobre o perfil da carteira do banco

e a defesa de um modelo que fosse capaz de superar as desigualdades e promover direitos na sociedade brasileira³⁵⁶.

Como abordado no decorrer dos capítulos, o capital-imperialismo contemporâneo apresenta características qualitativamente distintas do imperialismo do século XIX e de seus momentos de agudização, entre a primeira e a segunda guerra mundial. O Estado brasileiro, conformado sócio-historicamente por condicionalidades que remontam ao período colonial, apresentou de maneira precoce³⁵⁷ uma complexificação que, por vezes acomodou as tensões e contradições intra-burguesas e por outro impulsionou determinadas frações a se expandirem sob o suporte do próprio Estado via fundo público e agências estatais.

O fundo público, antes ressaltado em momentos de “nós” górdios da reprodução e crises sistêmicas³⁵⁸, tornou-se absolutamente imprescindível no capital-imperialismo contemporâneo para viabilizar e garantir a reprodução ampliada do capital, visto que participa ativamente do processo de rotação do capital³⁵⁹ e é causa contrariante da queda

³⁵⁶ PINTO, João Roberto Lopes. BNDES: o reforço à dinâmica dos negócios. In: <https://diplomatie.org.br/bndes-o-reforco-a-dinamica-dos-negocios/>.

³⁵⁷ Os inúmeros estudos de Sonia Regina Mendonça (Ver: MENDONÇA, 1997; 1998; 2005; 2010) sobre a burguesia agrária jogaram luz a precoce ocidentalização do Estado brasileiro, através de seus aparelhos privados de hegemonia e a introjeção de suas pautas no Estado restrito. Virgínia Fontes (2005; 2010) também abordou a questão da complexificação do Estado brasileiro de maneira consistente.

³⁵⁸ BEHRING, Elaine Rossetti. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: Financeirização, fundo público e política social. (Orgs) BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilasio. São Paulo: Editora Cortez, 2012, p. 153-180.

³⁵⁹ Behring relembra como Marx tratou do tema no Livro 2 de O Capital, ao enfatizar que o Estado assumia as “rédeas” do processo global de rotação do capital realizando investimentos de envergadura naquilo que hoje entendemos por empreendimentos de infra-estrutura que aqui foram apresentados.

tendencial da taxa de lucros, configurando-se, nas palavras de Behring, como “suporte material do Estado ao processo de reprodução ampliada do capital³⁶⁰”, máxime através da atuação em última instância da garantia do crédito, da dívida pública, programas de transferência de renda, salários, aposentadorias e orçamento da defesa.

Esta complexificação ou ampliação seletiva, e agora cada vez mais blindada³⁶¹ do Estado brasileiro no tempo presente, tornou-se mais musculosa e numerosa, com uma teia infinitesimal de aparelhos privados de hegemonia. Todavia, o fato de existirem numerosos aparelhos não significou traçar uma rota contrária a da sofisticação do aparato coercitivo estatal. Muito pelo contrário, o Estado brasileiro contemporâneo e as burguesias não apenas continuaram lançando mão da prerrogativa da violência policial como aprofundaram e disseminaram a necessidade de um **consenso da coerção**, amparados pela violência jurídica explícita e a prescrição expressa das desigualdades³⁶².

Fundamental, ao longo da história do capitalismo brasileiro, foi e continua sendo, o BNDES enquanto agência a impulsionar o desenvolvimento do e para o capital. De seu surgimento até os dias atuais, o banco passou por algumas reorientações e refuncionalizações, em alguns casos com maior amplitude para “gotejar” recursos para

(Idem, p. 161). Acrescenta-se mais adiante a utilização do fundo público como suporte de espraiamento do capital para áreas até então não-mercantilizadas.

³⁶⁰ Idem, p. 156.

³⁶¹ Sobre a noção de “democracia blindada”, ver: DEMIER, Felipe. Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Maud, 2017.

³⁶² Para Guilherme Leite, as ações diretas do Estado efetuam a mudança das relações de propriedade e mercantilizam espaços até então pouco atrativos para a produção de valor, através da privatização dos bens públicos, corte de gastos, redução dos impostos sobre a renda e retirada das barreiras que limitam o fluxo do capital financeiro. O direito, na contemporaneidade, participa ativamente do controle dos expropriados, alterando uma organização sócio-jurídica coletiva para um regime jurídico privado e lançando mão massivamente do direito penal. LEITE, 2018, p. 104; 117-125.

projetos sociais, e em outros, mais detidamente no processo das privatizações e no início do Governo Bolsonaro, com a redução brutal das verbas para todo e qualquer projeto que almejasse rebaixadamente “amenizar a pobreza”.

Esse processo responde, de certo, ao movimento real do capital e as suas formas de acumulação e expropriação em cada quadra histórica, tensionando as burguesias a readequarem permanentemente as prioridades e volumes de recursos dum banco que, a priori, criaria as condições infraestruturais e as bases da indústria no país, com possibilidades de intervir diretamente em mazelas estruturais de nossa formação econômica-social, tais como: seca, fome, questão agrária, questão urbana, educação, cultura, saúde etc.

O suporte à internacionalização das multinacionais cujo centro decisório encontra-se no Brasil poderia ter sido feito com maior escopo por outras agências ou dispositivos do Estado (Banco do Brasil, Fundos de Pensão) ou bancos privados, porém foi o BNDES que melhor reuniu as condições desse suporte. O histórico do banco em atuar na questão do “desenvolvimento”, a vultosa carteira de crédito, uma equipe de elaboradores teóricos e técnicos em consonância com os aparelhos privados de hegemonia e a presença de quadros vinculados a ideia de “estratégia nacional” foram elementos constitutivos essenciais para que o banco fosse o “carro-chefe” no aporte estatal para o capital-imperialismo.

Vale ressaltar que, o capital-imperialismo brasileiro não pode ser atestado apenas pela atuação do BNDES e seus financiamentos. Convencionalmente, a ciência econômica burguesa classifica as políticas³⁶³ de internacionalização (aqui entendidas por capital-imperialismo) em seis categorias: 1- Liberalização de restrições ao investimento estrangeiro Direto (IED) no que tange ao fluxo de recursos; 2-

³⁶³ Ver o World Investment Report, UNCTAD, 2006.

Instrumentos e acordos internacionais que protegem os investimentos no exterior; 3- Informação e assistência técnica; 4- Incentivos fiscais; 5- Mecanismos de segurança de investimento; 6- Financiamento. Malgrado tal definição não ser parte constitutiva de nosso referencial teórico-metodológico, tais critérios são interessantes no que tange ao entendimento do Estado brasileiro enquanto capital-imperialista.

Enfatizamos que praticamente inexistiu no período pesquisado restrições à saída de IED por empresas brasileiras, em virtude do Banco Central do Brasil exigir apenas autorização “especial” para investimentos realizados por instituições financeiras. Fora isso, os investidores de outras áreas que não partiam das finanças, ainda que estivessem articuladas a elas, necessitavam apenas da apresentação de documentos e seguir com os procedimentos de câmbio relacionados a cada operação.

Este processo foi aprofundado no Governo Lula, com a Resolução nº 3.268/2008 do Conselho Monetário Nacional, quando Henrique Meirelles era presidente do Banco Central, que facilitou as operações cambiais, ao permitir que a moeda nacional fosse enviada a contas no exterior de titularidade de brasileiros, mas fundamentalmente, abriu caminho para que bancos de desenvolvimento também atuassem no mercado de câmbio,

Art. 2º As autorizações para a prática de operações no mercado de câmbio podem ser concedidas pelo Banco Central do Brasil a bancos múltiplos, bancos comerciais, caixas econômicas, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, bancos de câmbio, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades corretoras de câmbio. Art. 28. Podem ser livremente convertidos em moeda estrangeira, para remessa ao exterior, exclusivamente em banco autorizado a operar no mercado de câmbio, os saldos de recursos próprios existentes em conta de depósito de pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior. Art. 29. Os débitos e os créditos às contas de depósito tituladas por embaixadas, repartições

consulares ou representações de organismos internacionais acreditados pelo Governo brasileiro estão dispensados de comprovação documental e da declaração do motivo da transferência. Art. 30. A movimentação em conta de depósito titulada por embaixada, repartição consular ou representação de organismo internacional acreditado pelo Governo brasileiro, inclusive por valores superiores a R\$10.000,00 (dez mil reais), podem ser feitas em espécie ou por qualquer instrumento de pagamento. (Resolução nº 3.568/2008, disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47908/Res_3568_v9_P.pdf)

A arquitetura institucional para impulsionar o capital-imperialismo seguiu com os instrumentos e acordos internacionais de “proteção” aos investimentos no exterior, com a assinatura do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS) na OMC, a integração ao Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) –Organização Mundial de Propriedade Intelectual- na qual a demanda por patentes é automaticamente estendida a todos os países signatários. Além disso, durante os Governos do PT, o Estado brasileiro assinou 24 tratados de bi-tributação³⁶⁴, um desdobramento político-econômico dos acordos bilaterais após o enfraquecimento da ALCA.

No concernente as informações e assistência técnica, à Agência Brasileira de Promoção das Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) e o Departamento Comercial do Ministério das Relações Exteriores, ofereceram programas de apoio as

³⁶⁴ MENDES & SENNES, 2009, p. 165; Os tratados foram feitos com os seguintes países: Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, China, Canadá, Coreia do Sul, República Tcheca, Dinamarca, Equador, Espanha, Eslováquia, Filipinas, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Índia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Suécia.

multinacionais, coordenados por Ingo Ploger³⁶⁵, empresário de origem alemã, acionista da Companhia Melhoramentos, conselheiro da Varig e Embraer, além de ser participante ativo de entidades empresariais e não-empresarias, tais como: Fundação Criança, Sociedade Beneficente Alemã, CNI, Fundação Educacional Inaciana Padre Saboia de Medeiros (FEI), na Associação Brasileira de Agronegócios (ABAG), na Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB). Sob a sua coordenação, foi desenvolvido uma central de informações para “inteligência comercial”, cujo objetivo era mapear quais regiões seriam mais vantajosas e seguras para os investidores brasileiros.

Outra atividade importante desenvolvida no período foi a abertura pela APEX-Brasil de centros de distribuição e instalações comerciais em Dubai, Frankfurt, Lisboa, Miami e Varsóvia.

Já os mecanismos de segurança de investimentos foram aprimorados com o Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), restrito a negociações com países latino-americanos e atuante enquanto compensador de créditos entre os países. O CCR tem a função de garantia entre os Estados envolvidos nas negociações comerciais ou de IED. Outro mecanismo é o Seguro de Crédito à Exportação (SCE), cujo objetivo é cobrir riscos políticos, comerciais e extraordinários relacionados às operações de exportação, tais como os serviços de engenharia e construção aqui apresentados.

Foi a última categoria proposta pela UNCTAD para se avaliar à internacionalização de empresas que abordamos nesta tese. Procuramos mostrar, a partir de um estudo recortado numa região específica, que o BNDES além de impulsionador

³⁶⁵ Currículo de Ingo Ploger: http://www.ahkbrasil.com/upload_arq/CV_Ingo_PI%C3%B6ger.pdf ; Entrevista no programa Roda Vida: <https://www.youtube.com/watch?v=RJcP5pCzkJw>; <https://portal.apexbrasil.com.br/nossos-escritorios/>.

do capital-imperialismo através dos seus financiamentos para empresas de construção, também aprofundou contradições com os povos indígenas e camponeses. O movimento expropriatório, inerente ao modo de produção capitalista, resultou na necessidade destes povos se auto-organizarem para, no solo concreto das lutas, barrar os empreendimentos que afetaram/afetariam seus modos de vida e o meio-ambiente.

Tal abordagem nos levou a construção de quatro capítulos, cujo fio condutor foi a categoria capital-imperialismo e seus desdobramentos. **No capítulo 1** buscamos apresentar historicamente as transformações do “imperialismo ao capital-imperialismo”, elencando a historicidade e as transformações do movimento real do capital. Nesse sentido, buscamos estabelecer as principais características distintivas do capital-imperialismo para o imperialismo clássico, enfaticamente a complexificação do Estado capitalista com um peso cada vez maior na formulação de políticas para a expansão do capital e a extração de mais-valor.

No capítulo 2 apresentamos o histórico do BNDES, juntamente com a sua estrutura e dinâmicas internas, assim como a “estratégia nacional” de alçar o Brasil à condição de potência. O capítulo teve por objetivo demonstrar a potencialidade histórica e concreta do banco ao suporte para a internacionalização de multinacionais de origem brasileira, sobretudo com a política de estímulo a concentração monopolista dos governos petistas.

Nos capítulos 3 e 4, tivemos a intenção de apresentar o cenário econômico e diplomático, através fundamentalmente da IIRSA, que possibilitou uma plataforma para a expansão capital-imperialista brasileira. Posto isso, a descrição dos projetos e obras financiados pelo BNDES serviu a demonstrar a capacidade de reforçar a concentração de capitais às multinacionais da construção civil, bem como de aprofundar as

expropriações dos povos tradicionais numa região historicamente devastada pelas ações colonizatórias e do grande capital.

Um capítulo destinado as lutas sociais organizadas fez-se necessário pelo entendimento de que narrar o processo de expansão de capitais também deve ser acompanhado por uma narrativa da resistência a essa lógica. A história da expansão do capitalismo é também a história da resistência a expansão da sociabilidade do capital. Buscamos, com isso, mais do que codificar um desejo e anseio de resistência, demonstrar que as lutas e projetos civilizatórios em oposição ao modo de produção capitalista continuam pulsando e em processo de organização permanente.

Anexos

Anexo 1- Diretoria do BNDES (2003-2014)

2003-2004

Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa (Presidente)

Origem Regional	-Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	-Ciências Econômicas pela antiga Universidade do Brasil (Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ)
Produção Acadêmica	<p>-Quinze anos de Política Econômica, São Paulo, Brasiliense, Quarta Edição, 1983;</p> <p>-Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a Crise, SP, Brasiliense, 3ª Edição, 1984;</p> <p>-Introdução à Economia- uma abordagem estruturalista, com Antonio Barros de Castro, Editora Forense, Quadragésima Nona Edição, 1989;</p> <p>-O Conceito de Política Econômica- Ciência e /ou Ideologia -Campinas, UNICAMP, Primeira Edição, 1998;</p> <p>-A Estratégia do Desenvolvimento 1974-1976: Sonho e Fracasso - Campinas, UNICAMP,Primeira Edição, 1998.</p> <p>-O Rio de Todos os Brasis – autoria – Record, 2000.</p> <p>-A Autoestima e a Questão Social – Garamond, 2000.</p> <p>-Depois do Atentado – Notícias da Guerra Assimétrica – Co-autor – Garamond 2002;</p> <p>-Os Lusíadas na Aventura do Rio Moderno –</p>

	Record – 2002.
Atuação nas Agências Estatais	<p>- Consultor da FUNDAP/Governo de São Paulo - Fundação para o Desenvolvimento da Administração Pública- (1978-1983).</p> <p>-Diretor do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1985-1988).</p> <p>- Conselheiro do Conselho Superior de Previdência Social (1986-1989).</p> <p>- Diretor executivo do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro na gestão de César Maia (1993-1995).</p> <p>- Presidente do Instituto Virtual de Economia e Logística do Rio de Janeiro (1999).</p> <p>--Presidente do BNDES (2003-2004)</p> <p>-Vice-Presidente do Conselho de Administração do BNDES (2003-2004):</p> <p>.Área de Comunicação e Cultura – ACO</p> <p>.Gerência Executiva de Avaliação de Operações – GEVAO</p> <p>.Gerência Executiva de Controladoria - GECRO</p> <p>.Área Jurídica - AJ</p>
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	<p>-Professor do segundo ano da Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores (1961-1964).</p> <p>-Professor dos Cursos Intensivos de Treinamento dos Problemas de Desenvolvimento Econômico da CEPAL/ONU (1962-1964).</p>

	<p>-Professor da Sudene, Recife e Salvador (1962-1977).</p> <p>-Professor do ILPES/ONU, Chile, Nicarágua e El Salvador (1965-1968).</p> <p>-Professor do Centro Interamericano de Capacitação em Administração Pública, Buenos Aires e Caracas (1966-1969).</p> <p>-Professor do Instituto para Integração da América Latina (INTAL/BID), Buenos Aires (1966-1969).</p> <p>-Professor do Curso de Pós-Graduados da Escola Latino-Americana do Instituto de Economia da Universidade do Chile, Santiago (1967).</p> <p>-Professor do IEAP/FGV (1969-1973).</p> <p>-Professor Titular de Política Econômica, IHFC/UNICAMP (1979-1994).</p> <p>-Professor Visitante da UERJ - Coordenador do CEP/Rio (Centro de Estudos e Pesquisas) (1992-1994).</p> <p>-Diretor Presidente da DETEN S/A – detergentes do Nordeste.</p> <p>-Professor Titular de Economia Brasileira, IE/UFRJ (1978-?)</p> <p>-Professor Titular Visitante da COPPE/UFRJ (2001-?)</p> <p>-Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002)</p>
Atuação Política Partidária	PMDB & PSB (2007)

Fonte: MORAES, Gloria. Verbete: Carlos Lessa, Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lessa-carlos>

Darc Antonio da Luz Costa (Vice-Presidente)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	<ul style="list-style-type: none">-Graduação em Engenharia Civil pela PUC-RJ (1970).-Especialização em Técnico de Análise de Sistemas pela PUC-RJ (1973).-Especialização em Altos Estudos de Política e Estratégia pela ESG (1989).-Mestrado em Engenharia de Produção pela PUC-RJ (1976).-Doutorado em Engenharia de Produção pela UFRJ (1998).
Produção Acadêmica	<ul style="list-style-type: none">-Um modelo para análise financeira de curto prazo de empresas (Dissertação de Mestrado)-Um discurso de Estratégia Nacional: A cooperação Sul-Americana como caminho para inserção internacional do Brasil (Tese de Doutorado)-Brasil: Defesa do Estado. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos CEBRES, 1996.- A Guerra do Brasil. In: Fábio Lucas; Luiz Gonzaga M. Beluzzo. (Org.). A Guerra do Brasil. 1ed. São Paulo: Texto novo, 2000, p. 85-97.
Atuação nas Agências Estatais	<ul style="list-style-type: none">-Vice-Presidente do BNDES, entre 2003-2004-Responsável pelos projetos de financiamento à infraestrutura e a superintendência jurídica: .Área Jurídica – AJ

	<p>.Área de Energia – AE</p> <p>.Área de Logística, Telecomunicações e</p> <p>.Complexo Eletrônico – ALT</p> <p>.Área de Infra-Estrutura - AIE</p> <p>.Área de Controle - ACO</p> <p>.Área de Planejamento - AP</p>
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	<p>-Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da ESG (Membro do Comitê permanente da ESG desde 1995).</p> <p>- Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Venezuela (2015).</p> <p>-Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul (2015).</p> <p>-Membro do Conselho Diretor do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos -Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).</p>
Atividades Profissionais	<p>-Oficial da Marinha (1971-1973).</p> <p>-Engenheiro Sênior (concurado) e Chefe da Consultoria Técnica do BNDES (1975-2003).</p> <p>-Professor convidado nos Programas de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UERJ e da COPPE-UFRJ, onde ministrou os cursos de Estratégia Nacional e de Análise de Projetos.</p> <p>-Conselheiro da Holding ALGAR S.A – Uberlândia-MG</p>
Atuação Política Partidária	

Fonte: Elaboração do próprio autor com base nas informações do site:

<http://www.segurancainternacional.com.br/darc-antonio-da-luz-costa.html>

Fabio Stefano Erber (Diretor da Área de Planejamento)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	<ul style="list-style-type: none">-Graduação em Economia pela UFRJ (1965)-Mestrado em Economia do Desenvolvimento pela University of East Anglia (1971)-Doutorado em Economia pela University of Sussex (1978)-Pós-Doutorado na Universidade de Paris XIII (2007)
Produção Acadêmica	<ul style="list-style-type: none">-Technological development and State intervention: a study of the Brazilian capital goods industry (Tese de Doutorado)-Desenvolvendo a capacidade de inovar. Revista Brasileira de Comércio Exterior, v. 72, 2002.-Formas de Intervenção do Estado em Ciência e Tecnologia. Revista de Finanças Públicas, v. XLV, n.363, 1985.
Atuação nas Agências Estatais	<ul style="list-style-type: none">-Secretário Geral-Adjunto do Ministério da Ciência & Tecnologia (1986-1989)-Diretor do BNDES (1992-1994)-Diretor da Área de Planejamento (2003-2004):<ul style="list-style-type: none">.Área de Planejamento – APÁrea para Assuntos Fiscais e de Emprego – AFE.Área de Gestão do Conhecimento – AGC.Área de Renda Variável – RV.Área de Desestatização e Reestruturação – AD.Área de Desenvolvimento de Novos Produtos – DNP.Área de Crédito – AC.Área Industrial – AI

Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	-Economista do BNDES (1965) -Professor do Instituto de Economia da UFRJ
Atuação Política Partidária	

Fonte: Elaboração do próprio autor com base nas informações do site: <http://www.anpec.org.br/erber.htm>

Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva (Diretor responsável pelos financiamentos à exportações e relacionamentos com instituições financeiras; Diretor, 2011-2014)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	-Graduação em Economia pela PUC-RJ -Mestre em Direito e Relações Internacionais pela PUC-RJ -Doutor em Ciência Política pela University of Essex
Produção Acadêmica	
Atuação nas Agências Estatais	-Analista do Banco Central (1994-1997) -Diretor responsável pelos financiamentos à exportações e relacionamentos com instituições financeiras do BNDES (2003-2004): .Área de Exportação – AEX .Área de Relacionamento com Instituições Financeiras – IF .Área de Produtos Automáticos - APA .Área de Operações Indiretas - AOI .Área Jurídica - AJ .Área de Administração - AA .Área de Controle – ACO Diretor do BNDES (2011-2014) Área de Comércio Exterior - AEX

	Área Internacional - AINT
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	-Chefe da Assessoria Econômica da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização (FENASEG)
Atividades Profissionais	-Analista para assuntos internacionais do Lloyds Bank -Professor Titular do Departamento de Direito da PUC-RJ
Atuação Política Partidária	Assessor da Deputada Federal Maria da Conceição Tavares (PT), entre 1996-1998.

Fonte: Elaboração do próprio autor com base nas informações do site: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_en/Institucional/The_BNDES/luiz_eduardo_melin_.htm

Mauricio Borges Lemos (Diretor)

Origem Regional	Minas Gerais
Formação Acadêmica	.Formou-se em Economia pela UFMG (1973) .Mestrado UNICAMP (1977) .Doutorado UNICAMP (1988)
Produção Acadêmica	-Um Estudo Comparativo sobre as Formas de Organização de Produção de Arroz no Brasil - 1950/1970 (Dissertação de Mestrado) - Espaço e Capital: Um estudo da dinâmica centro x periferia (Tese de Doutorado) -O Plano de Estabilização e as Perspectivas do Crescimento da Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986 -O Programa de Estabilização à Dívida e O Déficit Público.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986

Atuação nas Agências Estatais	.Secretário Municipal de Planejamento da Prefeitura de Minas Gerais (1993-2000) .Coordenador de Políticas Sociais da Prefeitura de Minas Gerais (2001-2002) .Membro da equipe de transição do Governo Lula (2002) --Diretor do BNDES responsável pelas seguintes áreas (2003-2016): .Área de Setores Produtivos 1 – SP1 .Área de Setores Produtivos 2 – SP2 .Área Industrial - AI .Área de Planejamento - AP .Área de Operações Indiretas - AOI .Área de Administração - AA .Área de Inclusão Social - AS .Área Financeira - AF .Secretaria de Gestão da Carteira Agrícola - SEAGRI
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	.Professor titular na UFMG .Pesquisador do CEDEPLAR-UFMG (1977-2002)
Atuação Política Partidária	Filiado ao PT

Fonte: Elaboração do próprio autor com base em entrevista dada a Revista Rumos, disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Sala_de_Imprensa/Entrevistas_e_Artigos/2011/20110117_mauricio_rumos.html

Roberto Timotheo da Costa (Diretor)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	.Formou-se em Engenharia Civil (PUC-RJ)

	.Mestrado na PUC-RJ em Engenharia Econômica (1972) .MBA na FGV-RJ em Mercado de Capitais (1997)
Produção Acadêmica	
Atuação nas Agências Estatais	.Diretor Financeiro da FINEP (1979) .Secretário Geral Adjunto do Ministério do Interior (1985-1986) .Coordenador do Gabinete Civil do Presidente da República (1987-1990) . Superintendente geral da CVM (1998-2000) -Diretor do BNDES responsável pelas seguintes áreas (2003-2006): .Área de Tecnologia da Informação – TI .Área de Administração – AA .Área de Política e Gestão Financeiras – GF .Área Financeira - AF .Área de Infra-Estrutura - AIE .Área de Crédito – AC
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	.Presidente da Companhia Nacional de Álcalis e da Alcanorte (1991-1992) . -Membro do Conselho deliberativo da Fundação Complementar de Assistência e Previdência Social do BNDES (2002)
Atuação Política Partidária	

Fonte: Elaboração do próprio autor com base nas informações do currículo de Roberto Timotheo da Costa, disponível

em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/PPP_RobertoTimotheo.pdf

Marcio Henrique Monteiro de Castro (Diretor)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	.Formou-se em Economia pela UFF .Mestrado UNICAMP (1980) .Doutorado UNICAMP (1992)
Produção Acadêmica	-Reforma Agrária e pequena produção (Tese de Doutorado) -Amazônia: Soberania e desenvolvimento sustentável (Brasília, Confea, 2007)
Atuação nas Agências Estatais	-Diretor responsável pelas seguintes áreas (2003-2004): .Área de Crédito e Cobrança – AC .Área de infra-Estrutura Urbana – AIU .Área de Desenvolvimento Social – AS .Área de Desenvolvimento Regional – DR .Área de Inclusão Social - AS .Área de Administração e Informática - AAI .Área de Administração - AA .Área Financeira - AF
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	.Presidente do Corecon-RJ (1991)
Atuação Política Partidária	

Fonte: Elaboração do próprio autor

2004-2006

Guido Mantega (Presidente)

Origem Regional	São Paulo (Nasceu em Gênova, Itália)
Formação Acadêmica	-Graduação em Filosofia (USP) -Graduação em Economia (USP) -Especialização em Sociologia (Universidade de Sussex, Inglaterra) -Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento (USP)
Produção Acadêmica	-Expansão e crise na economia brasileira: o papel do capital estrangeiro (Apresentado no CEBRAP, 1976) -Raízes e formação da Economia Brasileira (Tese de Doutorado) -Acumulação Monopolista e Crises no Brasil, Editora Paz e Terra, 1981 -A Economia Política Brasileira, Vozes, 1984 -Custo Brasil - Mito ou Realidade, Vozes, 1997 -Conversas com Economistas Brasileiros II, Editora 34, 1999
Atuação nas Agências Estatais	-Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2003-2004) - Presidente do BNDES (2004-2006): .Área Jurídica – AJ -Ministério da Fazenda (2006-2014)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	-Professor de Economia da FGV-SP -Professor de Economia (Mestrado e Doutorado) PUC-SP
Atuação Política Partidária	Filiado ao PT

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mantega-guido>

Demian Fiocca (Vice-Presidente, entre 2004-2006; Presidente, entre 2006-2007)

Origem Regional	São Paulo
Formação Acadêmica	-Graduação em Economia (USP) -Mestrado em Economia (USP)
Produção Acadêmica	-A oferta de moeda na macroeconomia keynesiana (2000)
Atuação nas Agências Estatais	-Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (2003) - Vice-Presidente do BNDES (2004-2006): .Área de Infra-Estrutura - AIE .Área de Controle - ACO .Área de Insumos Básicos - AIB - Presidente do BNDES (2006-2007): .Área jurídica – AJ .Área de Infra-Estrutura – AIE .Área de Controle – ACO .Área de Insumos Básicos – AIB .Secretaria de Assuntos Econômicos - SAE .Secretaria de Gestão do Projeto AGIR -Presidente da Nossa Caixa (Instituição bancária controlada pelo Banco do Brasil) -Membro do Conselho Monetário Nacional (2006)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	-Pesquisador do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo entre 1992 e 1994, coordenou, no Brasil, pesquisa de campo sobre o processo de integração regional do Mercosul, encomendada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-Instituto para la Integración de

	<p>América Latina y el Caribe (BID-INTAL).</p> <p>-Economista-chefe do Banco HSBC no Brasil de 1998 a 2000.</p> <p>-Assessor do presidente do Grupo espanhol Telefónica no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Lula (2003)</p> <p>-Consultor da Corporação Andina de Fomento</p> <p>-Diretor de Tecnologia e Gestão Corporativa da Vale do Rio Doce (2007-?)</p>
Atuação Política Partidária	

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fiocca-demian>

Antônio Barros de Castro (Diretor da Área de Planejamento do BNDES, entre os anos de 2004-2007)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	<p>-Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade do Brasil.</p> <p>-Doutorado em Economia pela UNICAMP.</p>
Produção Acadêmica	<p>-Introdução à economia, uma abordagem estruturalista, (em co-autoria com Carlos Lessa, 1967)</p> <p>-Sete ensaios sobre a economia brasileira (tomo 1, 1969; tomo 2, 1971)</p> <p>-O capitalismo ainda é aquele (1979)</p> <p>-A economia brasileira em marcha forçada (1985)</p> <p>-“Renegade deudlogment: rise and demise of State — led deudlogment in Brazil”, da coletânea Transaction publishers (1993)</p> <p>-“Governar é preciso”, da obra Inflação, moeda e</p>

	<p>desindexação, organizada por João Paulo dos Reis Veloso (1993)</p> <p>-Novas estratégias empresariais; discutindo as experiências, (co-organizado por Mário Possas e Adriano Proensa 1996)</p>
Atuação nas Agências Estatais	<p>-Presidente do BNDES (1992-1993)</p> <p>-Diretor da Área de Planejamento – AP (2004-2007)</p>
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	<p>-Membro do Conselho do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (1996-2011).</p>
Atividades Profissionais	<p>-Economista e pesquisador do Instituto Latino-Americano de Pesquisa Econômico-Social da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) (1963-1972)</p> <p>-Professor na Universidade de Cambridge (1973)</p> <p>-Professor na UNICAMP (1974)</p> <p>-Professor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia (Coppe) da UFRJ (1979-1981)</p> <p>-Professor do Instituto de Economia da UFRJ (1981-1991)</p>
Atuação Política Partidária	

Fonte: Relatório dos Presidentes do BNDES (2003-2014), obtido através do: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>; TOSTE, Alexandra. Verbete: Antônio Barros de Castro, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-barros-de-castro>

Carlos Kawall Leal Ferreira (Diretor da Área de Mercado de Capitais do BNDES, entre 2004-2006)

Origem Regional	São Paulo
Formação Acadêmica	-Formado em Economia na Faculdade de

	<p>Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP)</p> <p>-Mestrado no IE/UNICAMP</p> <p>-Doutorado no IE/UNICAMP</p>
Produção Acadêmica	<p>-FERREIRA, C. K. L.. A privatização do setor elétrico no Brasil. In: Armando Castelar Pinheiro; Kiichiro Fukasaky. (Org.). Coletânea: A privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública. São Paulo: OCDE/BNDES, 2000, v. , p. 179-220.</p> <p>-FERREIRA, C. K. L.. Um ataque especulativo contra o Real?. In: Mônica Landi. (Org.). Cadernos PUC Economia. 1ed.São Paulo: EDUC, 1997, v. 5, p. -.</p> <p>-FERREIRA, C. K. L.; FREITAS, M. C. P. ; SCHWARTZ, G. . O formato institucional do sistema monetário e financeiro: um estudo comparado. In: Marcos Antonio Macedo Cintra; Maria Cristina Penido de Freitas. (Org.). Coletânea: Transformações Institucionais dos Sistemas Financeiros. 1ed.São Paulo: FUNDAP/FAPESP, 1988, v. , p. 13-144.</p>
Atuação nas Agências Estatais	<p>Diretor do BNDES (2004-2006):</p> <p>-Área de Mercado de Capitais –AMC</p> <p>-Área Financeira –AF</p> <p>-Área de Administração –AA</p> <p>-Secretário do Tesouro Nacional (2006)</p>
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	-Professor de Economia na UNESP

	<p>-Pesquisador da FUNDAP (SP)</p> <p>-Assessor da Vice-Presidência e Presidência do BANESPA</p> <p>-Assessor da Diretoria Financeira da Centrais Elétricas de São Paulo (CESP)</p> <p>-Assistente Executivo da Presidência da Eletropaulo</p> <p>-Professor da PUC-SP (Economia Monetária e Economia do Setor Público)</p> <p>-Economista chefe do Citibank</p> <p>-Economista chefe do Banco Safra</p>
Atuação Política Partidária	

Fonte: Elaboração do próprio autor

Élvio Lima Gaspar (Diretor da Área Social e de Crédito 2006-2012)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	<p>-Formado em Engenharia Mecânica (UERJ)</p> <p>-Pós-graduado em gestão executiva pela Coppead/UFRJ</p>
Produção Acadêmica	
Atuação nas Agências Estatais	<p>-Secretário de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Governo do Rio de Janeiro (2002)</p> <p>-Secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento (2003-2004)</p> <p>-Diretor do BNDES (2006-2012):</p> <p>Área de Inclusão Social – AS</p> <p>Área de Crédito - AC</p> <p>Área de Meio Ambiente – AMA</p> <p>Secretaria de Gestão da Carteira Agrícola</p>

	(SEAGRI) Área de Agropecuária e de Inclusão Social (AGRIS)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	
Atuação Política Partidária	Filiado ao PT

Fonte: Elaboração do próprio autor

Armando Mariante Carvalho Junior (Vice-Presidente, 2006-2011)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	-Formado em Engenharia Química (UFRJ) -Mestrado em Engenharia de Produção (PUC-RJ) -Doutorado em Engenharia de Produção (PUC-RJ)
Produção Acadêmica	
Atuação nas Agências Estatais	-Ingressou no BNDES em 1972 como estagiário. Exerceu cargos de gerente, superintendente e chefe de departamento -Diretor Superintendente da Finame-BNDES (1999-2000) -Diretor do BNDES (2004-2006): Área Industrial - AI Área de Comércio Exterior – AEX Área Internacional – AINT Área de Infra-Estrutura - AIE Área de Insumos Básicos - AIB Área de Estruturação de Projetos - AEP Vice-Presidente (2006-2011) -Presidente do Inmetro (2000-2004)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Associação dos ex-alunos da PUC-RJ
Atividades Profissionais	-Atuou na FAO, da Organização das Nações

	Unidas (1985-1988) - Conselho de Administração da Fibria (Votorantim Celulose) - Diretor do Bradesco BBI
Atuação Política Partidária	

Fonte: Elaboração própria do autor

Fabio Sotelino da Rocha (Diretor da Área de Mercado de Capitais, 2006)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	-Formado em Administração (UFRJ) -Mestrado em Administração (COPPEAD/UFRJ)
Produção Acadêmica	Dissertação de Mestrado: “Determinação dos Prêmios de Debêntures Conversíveis e de Suas Opções de Compra: O Caso Ceval” (1993)
Atuação nas Agências Estatais	Concursado do BNDES (1982) -Diretor do BNDES (2006) Área Financeira – AF Área de Mercado de Capitais – AMC Superintendente do BNDESPAR
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	-Consultor da Lupatech (Setor de petróleo e gás)
Atuação Política Partidária	

Fonte: <http://www.bloomberg.com/research/stocks/private/person.asp?personId=64905833&privcapId=587613&previousCapId=587613&previousTitle=BNDES%2520Participa%25C3%25A7%25C3%25B5es%2520S/A%2520-%2520BNDESPAR>

Wagner Bittencourt de Oliveira (Diretor da Área de Infraestrutura, 2006-2011; Vice-Presidente, 2013-2016)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	-Formado em Engenharia (PUC-RJ)

	-Especialização em Finanças e Mercado de Capitais (PUC-RJ)
Produção Acadêmica	
Atuação nas Agências Estatais	<p>Concursado do BNDES (1975)</p> <p>-Diretor do BNDES:</p> <p>Área de Infra-Estrutura – AIE</p> <p>Área de Insumos Básicos – AIB</p> <p>Área de Estruturação de Projetos – AEP</p> <p>Superintendente da SUDENE (2000-2001)</p> <p>Secretário do Ministério da Integração Nacional (2001-2002)</p> <p>Ministro Chefe do Departamento de Aviação Civil (2011-2013)</p> <p>Vice-Presidente do BNDES (2013-2016)</p> <p>Área jurídica – AJ</p> <p>Área de Crédito - AC</p>
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	<p>-Presidente da Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN), ligada a CSN (1998-2000)</p> <p>-Conselho de Administração:</p> <p>Caraíba Metais</p> <p>Sibra</p> <p>Cadam</p> <p>Usiminas Mecânica</p> <p>Banco do Nordeste</p> <p>Eletrobrás.</p>
Atuação Política Partidária	

Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/oliveira-vagner-bittencourt>

Eduardo Rath Fingerl (Diretor da Área de Capital Empreendedor, 2006-2011)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	-Formado em Engenharia de Produção (UFRJ) -Mestrado em Engenharia de Produção (UFRJ)
Produção Acadêmica	Dissertação de Mestrado: “Avaliação de Ativos Intangíveis: Brasil e BNDES” -“O BNDES e a modernização das pequenas empresas”, In: Brasil, novas oportunidades: economia verde, pré-sal, carro elétrico, Copa e Olimpíadas. J. Olympio, Rio de Janeiro: 2010.
Atuação nas Agências Estatais	Engenheiro concursado do BNDES (1993) Em 2002 assumiu a Superintendência da Área de Gestão do Conhecimento do BNDES -Gerente de investimento para exportação do Programa Especial de Exportações da Camex -Integrante da Delegação Oficial Brasileira junto à Área de Livre Comércio da América Latina - ALCA em 1997 -Diretor do BNDES: Área de Mercado de Capitais – AMC Área de Controle – ACO Secretaria de Gestão do Projeto AGIR Área de Tecnologia da Informação e Processos - ATI Área de Capital Empreendedor - ACE Área de Meio Ambiente - AMA
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	-Fórum Nacional (Instituto de Altos Estudos – INAE) -Membro do conselho empresarial da SOFTEX
Atividades Profissionais	-Conselho de Administração da Fibria – Celulose e Eucalipto

	-Conselheiro efetivo da EcoRodovias -Membro da Câmara Consultiva do Novo Mercado da BM&FBovespa
Atuação Política Partidária	

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

2007-2016

Luciano Galvão Coutinho (Presidente, 2007-2016)

Origem Regional	Pernambuco
Formação Acadêmica	-Formado em Ciências Econômicas (USP) -Mestrado em Economia (USP) -Doutorado em Economia (Universidade de Cornell)
Produção Acadêmica	-The Internationalization of Oligopoly Capital (Tese de Doutorado) -COUTINHO, L. G.. Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. 3. ed. Campinas - SP: Papyrus e Ed. UNICAMP, 1994. - COUTINHO, L. G.; SARTI, Fernando . A Integração das Políticas Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. In: João Paulo dos Reis Velloso. (Org.). Governo Lula: Novas Prioridades e Desenvolvimento Sustentado. 01ed.Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003, v. 01. - COUTINHO, L. G.; SARTI, Fernando . A Política Industrial e a Retomada do Desenvolvimento. In: Luciano Coutinho; Mariano Laplane; Célio Hiratuka. (Org.). Internacionalização e Desenvolvimento da

	<p>indústria no Brasil. 01ed.São Paulo: Editora UNESP, 2003, v. 01.</p>
Atuação nas Agências Estatais	<p>-Secretário Geral da pasta do Ministério de Ciência e Tecnologia (1985-1988)</p> <p>-Presidente do BNDES (2007-2016)</p> <p>Diretor das áreas:</p> <p>Área jurídica – AJ</p> <p>Secretaria de Assuntos Econômicos – SAE</p> <p>Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência - SEP</p> <p>Gabinete da Presidência - GP</p> <p>Área de Infra-Estrutura - AIE</p> <p>Área de Insumos Básicos - AIB</p> <p>Área de Estruturação de Projetos - AEP</p>
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	<p>-Consultor do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)</p> <p>-Consultor da Confederação Nacional da Indústria (CNI)</p> <p>-Sócio do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento</p>
Atividades Profissionais	<p>-Professor visitante do Instituto de Pesquisas Econômicas da USP</p> <p>-Coordenador do Programa de pós-graduação em Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)</p> <p>-Professor titular do Instituto de Economia da Unicamp (1986)</p> <p>- Professor visitante da Universidade do Texas</p> <p>- Presidente do Conselho Regional de Economia da São Paulo</p>

	<p>-Consultor do Banco do Nordeste</p> <p>-Professor visitante da Universidade de Paris XIII (1994)</p> <p>-Professor visitante do Instituto Universitario de Investigación Ortega y Gasset</p> <p>-Dono da LCA Consultores</p>
Atuação Política Partidária	<p>PMDB</p> <p>PSB</p>

Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/coutinho-luciano>

João Carlos Ferraz (Diretor, 2007-2011; Vice-Presidente, 2011-2013; Diretor, 2013-2016)

Origem Regional	Minas Gerais
Formação Acadêmica	<p>-Formado em Ciências Econômicas (PUC-MG)</p> <p>-Formado em Comunicação Social (PUC-MG)</p> <p>-Aperfeiçoamento em Desenvolvimento Econômico (Instituto de Sociologia Y Desarrollo del Area Iberica)</p> <p>-Doutorado em Política Científica e Tecnológica (University of Sussex)</p>
Produção Acadêmica	<p>-Technological Development and Conditioning Factors: the case of the Brazilian Shipbuilding Industry (Tese de Doutorado)</p> <p>-Liberalização Econômica e Desenvolvimento. São Paulo: Editora Futura, 2003.</p> <p>-A contribuição dos bancos de desenvolvimento para o financiamento de longo prazo. Revista do BNDES, v. 1, p. 5-42, 2013.</p> <p>-Trayectorias para el desarrollo brasileño. Boletín Informativo Techint, v. 333, p. 39-54, 2010.</p>
Atuação nas Agências Estatais	-Conselho de administração do Banco do Brasil

	<p>(2002-2007)</p> <p>-Conselho de administração da FINEP (2010-2013)</p> <p>-Conselheiro do Instituto Nacional de Tecnologia</p> <p>-Comitê de coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2008-2010)</p> <p>-Comitê de coordenação do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2008-2010)</p> <p>Diretor do BNDES (2007-2011):</p> <p>Área de Planejamento – AP</p> <p>Área de Gestão de Riscos – AGR</p> <p>Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico – APE</p> <p>Vice-Presidente do BNDES (2011-2013)</p> <p>Área de Crédito – AC</p> <p>Diretor do BNDES (2013-2016):</p> <p>Área de Planejamento – AP</p> <p>Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico – APE</p> <p>Área de Gestão de Riscos – AGR</p>
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Conselheiro da ABDI
Atividades Profissionais	<p>-Professor do Instituto de Economia da UFRJ</p> <p>-Diretor da divisão de desenvolvimento produtivo da CEPAL</p> <p>-Professor Visitante da Tsukuba University</p> <p>-Conselheiro da JBS Friboi (2013-2016)</p> <p>-Conselheiro da CBO Oceana</p>
Atuação Política Partidária	

Fonte: <http://lattes.cnpq.br/9602988126832697>

Julio Cesar Maciel Raimundo (Diretor, 2011-2016)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	Graduação em Economia (UFRJ) Mestrado em Administração de Empresas pela London Business School (Universidade de Londres)
Produção Acadêmica	
Atuação nas Agências Estatais	Diretor Adjunto da Divisão de Inclusão Social do BNDES (2006) Diretor do BNDES (2011-2016): Área Industrial – AI Área de Mercado de Capitais – AMC Área de Capital Empreendedor – ACE Área de Meio Ambiente – AMA Suplente no Conselho de Administração da Petrobras
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	Técnico do BNDES (Departamento de aço) (1992-1999) Gerente Executivo do Departamento de Comércio e Serviços (2001-2002) Chefe do Departamento de Indústria Eletrônica (2003-2006) Conselho de Administração da Fibria
Atuação Política Partidária	

Fonte: Elaboração do próprio autor

Roberto Zurli Machado (Diretor, 2011-2016)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	Graduação em Engenharia Civil (PUC-RJ) Mestrado em Engenharia de Produção (PUC-RJ)
Produção Acadêmica	Transporte de Álcool: Uma Contribuição à Avaliação da Alternativa Dutoviária; 1980 (Dissertação de Mestrado)
Atuação nas Agências Estatais	-Técnico, Gerente e Chefe do Departamento de Projetos de Logística e Transporte do BNDES (1984-2003) -Diretor do Projeto de Telecomunicações do BNDES (2003-2006) - Diretor Adjunto da Divisão de Insumos Básicos do BNDES, responsável pelas áreas de mineração, siderurgia, cimento, Química e petroquímica, papel e celulose, petróleo e gás e suas respectivas cadeias produtivas (2006-2011) -Diretor do BNDES (2011-2016): Área de Infra-Estrutura – AIE Área de Insumos Básicos – AIB Área de Estruturação de Projetos – AEP
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Conselho Empresarial Brasil-China (2014)
Atividades Profissionais	Comitê de finanças e investimento da BRASKEM S.A (2003-?)
Atuação Política Partidária	

Fonte: Elaboração do próprio autor

Guilherme Narciso de Lacerda (Diretor, 2012-2015)

Origem Regional	Minas Gerais
Formação Acadêmica	Graduação em Economia (USP) Mestrado em Economia (USP)

	Doutorado em Economia (UNICAMP)
Produção Acadêmica	-Capitalismo e produção familiar na agricultura (Dissertação de Mestrado) -A Regulação Social no Modelo Europeu de Desenvolvimento Integrado (Tese de Doutorado)
Atuação nas Agências Estatais	Diretor do BNDES (2012-2015): Área de Inclusão Social – AS Área de Meio Ambiente – AMA Área de Agropecuária e de Inclusão Social – AGRIS
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	-Presidente da Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF) -Sócio da Empresa Pharmazie
Atuação Política Partidária	Filiado ao PT (ES)

Fonte: Elaboração do próprio autor

Fernando Marques do Santos (Diretor, 2012-2016)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	Graduação em Engenharia (UERJ)
Produção Acadêmica	
Atuação nas Agências Estatais	-Funcionário do BNDES desde 1976 -Gerente da Divisão de Projetos Orientados por Agentes (1983-1989) - Chefe de Departamento na Divisão de Crédito (Carteira de Elegibilidade) (1989-1994) -Direção Geral Adjunta da Direção de Crédito (1994-2003) -Diretor do BNDES (2012-2016): Área de Tecnologia da Informação e Processos -

	ATI Secretaria de Gestão do Projeto AGIR – AGIR Área de Recursos Humanos – ARH
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	Diretor da TELEMAR Participações SA Conselheiro da OI Telecom
Atuação Política Partidária	

Fonte: Elaboração do próprio autor

Sérgio Foldes Guimarães (Superintendente da Área Internacional, 2011-2016)

Origem Regional	
Formação Acadêmica	Graduação em Informática (UFRJ) Mestrado em Administração com ênfase em Finanças (PUC-RJ)
Produção Acadêmica	Diferenças de preços entre ações ordinárias e preferenciais (Dissertação de Mestrado)
Atuação nas Agências Estatais	-Funcionário do BNDES desde 1993, tendo trabalhado nas áreas Industrial, Financeira e de Mercado de Capitais. -Chefe de Departamento de Mercado de Capitais em 2005. -Superintendente da Área Internacional (2010-2016)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	-Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) -Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ALIDE)
Atividades Profissionais	Membro do Conselho de Administração da Totvs

	S.A.
Atuação Política Partidária	

Fonte: Elaboração do próprio autor

Luciene Ferreira Monteiro Machado (Superintendente da Área de Exportação, 2011-2016)

Origem Regional	Rio de Janeiro
Formação Acadêmica	Graduação em Engenharia Química (UFRJ) Mestrado em Produção e Refinação de Petróleo e Gás (UFRJ)
Produção Acadêmica	
Atuação nas Agências Estatais	-Assistente do Diretor de Comércio Exterior e Chefe do Departamento de Exportação Divisão de Crédito do BNDES (1988-2010) -Diretora-Gerente da Divisão de Crédito à Exportação do BNDES, onde foi, desde então, responsável pelo Programa de Crédito à Exportação do BNDES, o BNDES-exim (2011-2016)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	
Atividades Profissionais	
Atuação Política Partidária	

Fonte: Elaboração do próprio autor

Anexo 2- Citação presente na obra de Darc Antonio Costa

“Se há um princípio que sintetiza toda a concepção desta tese é a idéia do Brasil ser o único artesão possível da verdadeira mundialização. Este é o nosso destino manifesto, algo que decorre naturalmente de nosso povo, o povo brasileiro, ser o único provido das mágicas necessárias a fazer o movimento de construção de uma única pátria humana.(...)”

As mágicas mais relevantes que o povo brasileiro possui e que lhe possibilitarão executar a mundialização são as seguintes:

- A mágica da antropofagia é a propriedade que possuímos no Brasil de apropriarmo-nos, transformando, de qualquer manifestação cultural exógena. Poder-se-ia iniciar a explicação desta capacidade que detemos, como o resultado da arte que desenvolvemos de adaptar valores e técnicas europeias aos trópicos, em geral. Contudo, esta seria uma explicação muito pobre. A nossa antropofagia, que é uma característica ímpar, já que nenhum outro povo a detém, pelo menos em tal grau tem sua origem na gênese da nossa cultura dominante: a cultura portuguesa. Essa se constituiu na paciente e progressiva assimilação dos iberos, dos ligúrios, dos celtas, dos fenícios, dos gregos, dos cartagineses, dos romanos, dos suevos, dos godos, dos judeus, dos mouros e dos cruzados franceses e ingleses. Este progressivo amálgama dotou os portugueses dos elementos necessários a processar o diferente e torná-lo o igual, quando não o comum. Foi assim na constituição da cultura brasileira. A assimilação de outras culturas mais puras, como as diversas culturas africanas e ameríndias, foi algo fácil para a experiente cultura portuguesa que se transfigurava em brasileira. A capacidade de deglutir, de adaptar, de transformar de forma criativa e criadora o que lhe é apresentado, ou lhe é imposto, constitui-se no maior patrimônio do povo brasileiro. Tudo se faz sem perder, o espírito empreendedor e mercantilista do fenício, do cartaginês e do judeu, da cultura dos gregos, das instituições e da linguagem dos romanos, da cultura material dos mouros, da aptidão manual do africano, do contato com a natureza do ameríndio. No Brasil, nada se perde, tudo se transforma em algo que se utiliza. No futuro ser mundializado é ser antropofágico.
- A mágica do passado comum é a característica que detemos, no Brasil, de ver o estrangeiro presente como se fosse eu entre nós e não um tu entre nós. O estrangeiro que reside no Brasil não sofre o distanciamento nem a discriminação do estrangeiro. Este é um fenômeno do século XX. Nem sempre foi assim. Logo após a independência o estrangeiro era discriminado. Se português, o antigo dominador, era espezinhado. Aos demais o choque cultural era total. Contudo, os fluxos migratórios do final do século

XIX e deste século retiraram do português seu ranço de dominador e dos demais suas características exóticas. Ao estrangeiro hoje é dado o passado comum. Ao natural de outro país que se estabelece no Brasil lhe é incentivado, mais que permitido, participar na cultura e nos eventos nacionais. Aliás sua cultura se incorpora como nossa. Ao compararmos o tratamento obtido no Brasil, pelas imigrações européias do início do século XX, com o tratamento encontrado, exemplificando, nos EUA, marcaremos bem esta diferença. Não existe no Brasil a figura do teuto-brasileiro, mas existe nos EUA a figura do teuto americano. Não existe no Brasil a figura do ítalo-brasileiro, mas existe nos EUA a figura do ítalo-americano e assim por diante. A mágica do passado comum dilui as nacionalidades pretéritas e as colocam submetidas a nacionalidade brasileira. Só existe aqui no espaço Brasil uma nacionalidade única: a brasileira. A mágica do passado comum transforma a sociedade brasileira em uma sociedade absorvente capaz de, no futuro, ser a própria sociedade mundial (...)" (COSTA, 2003, p.58-61)

Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da geografia. Terra Livre, v. 36, p. 116-142, 2011.

_____. etal. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ALVES, Giovanni. Trabalho e mundialização do capital: A nova degradação do trabalho na era da globalização. Londrina: Editora Praxis, 1999.

_____. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”: Ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 15, p. 111-124, nov. 2000.

AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. Revista Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, p. 77-123.

ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). Campinas: Editora Autores Associados, 2005.

APPADURAI, Arjun. Modernity at Large. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

_____. "Globalization and the Research Imagination", International Social Science Journal, 160, 229-238, 1999.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

_____. Globalização e macrossociologia histórica. Rev. Sociol. Polit. 2003, n.20, p.13-23.

BAUMAN, Zygmunt. Intimations of Postmodernity. London: Routledge, 1992.

BIANCHI, Alvaro. Hegemonia em construção. A trajetória do PNBE. São Paulo: Editora Xamã, 2001.

BEAUD, Michel. História do capitalismo: de 1500 aos nossos dias. São Paulo: brasiliense, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social. In: Financeirização, fundo público e política social. (Orgs) BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete; GRANEMANN, Sara; SALVADOR, Evilasio. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

BERRINGER, Tatiana. As teses do imperialismo brasileiro em questão. Critica Marxista (São Paulo), v. 36, p. 115-127, 2013.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BNDES: Um banco de histórias e do futuro, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/Joao/Downloads/BNDES um banco de historia e do futuro A P B D.pdf](file:///C:/Users/Joao/Downloads/BNDES_um_banco_de_historia_e_do_futuro_A_P_B_D.pdf)

BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília: Editora da UNB, 1998.

BOITO JUNIOR, Armando. O Governo Lula e a reforma do neoliberalismo. Revista ADUSP, São Paulo, v. 34, p. 6-11, 2005.

_____. A burguesia no Governo Lula. Crítica Marxista (São Paulo), Rio de Janeiro, v. 21, p. 52-77, 2005.

_____. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. Crítica Marxista (São Paulo), v. 37, p. 171-181, 2013.

_____. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso), v. 21, p. 31-38, 2013.

_____. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. PIMSA, v. 15, p. 209-227, 2014.

BONENTE, Bianca Aires Imbiriba Di Maio. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2012.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. O negócio do século: O acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha, In: Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense, 2008.

BUGIATO, Caio. A política de financiamento do BNDES e a burguesia brasileira. Tese de doutorado, UNICAMP, Campinas, 2016.

BUKHARIN, Nikolai. Toward a Theory of the Imperialist State. 1915. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1915/state.htm#n1>

_____. O imperialismo e a economia mundial. 1915. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bukharin/1917/imperialismo/index.htm>

Cadernos do Desenvolvimento. – Ano. 1, nº1. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2006.

Cadernos do Desenvolvimento. – Ano. 2, nº2. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2008.

Cadernos do Desenvolvimento. – Ano. 3, nº3. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.

Cadernos do Desenvolvimento. – Ano. 4, nº4. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.

CAMPOS, Adriano. Os “filantrocapitalistas vão salvar o mundo, 10/01/2016, Disponível em: <http://www.esquerda.net//opiniaos-filantrocapitalistas-vaosalvar-omundo/40533>.

CAMPOS, Fábio Antônio & SABADINI, Mauricio de Souza. Hilferding e o nexo imperialista entre capital financeiro e exportação de capital. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 243, ago. 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Rio de Janeiro: EdUFF, 2014.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. Revista Aurora, ano IV, número 6 - Agosto de 2010.

_____. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. In: Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica. Quarta Edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

CHASE-DUNN, Christopher. Global Formation: Structures of the World Economy. Cambridge: Polity Press, 1991.

_____. "Globalization: A World-System Perspective", XIV World Congress of Sociology, Montreal, 1998. Disponível em: www.csf.colorado.edu/systems/archives/papers.htm.

CHESNAIS. François. A mundialização do capital. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

_____. A mundialização financeira. São Paulo: Editora Xamã, 1998.

COELHO, Erelino. Dos tortuosos caminhos da história da esquerda: a produção historiográfica sobre a POLOP. In: Marx e o Marxismo 2017: De O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917), Niterói: UFF, 2017.

COSTA, Darc Antônio. Estratégia Nacional: A cooperação Sul-Americana como caminho para a inserção internacional do Brasil. Rio de Janeiro: Aristeu Souza, 2003.

_____. Fundamentos para o estudo da Estratégia Nacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

COUTO E SILVA, Golbery. Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

COUTINHO, Luciano. A internacionalização do BNDES. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/3321/1/RB%2042%20A%20internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20BNDES_P.pdf

CORRÊA, Hugo. Teoria do Imperialismo no século XXI: (in) adequações do debate no marxismo. 2012. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Economia da UFF. Universidade Federal Fluminense: Niterói-RJ.

CROCE, Benedetto. História como história da liberdade. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

DIAS, Edmundo Fernandes et al. O outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia. São Paulo: Xamã, 2000.

Dicionário acadêmico de Português-Latim. Porto: Porto Editora, 2000.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

_____. Sobre a questão da moradia. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

ESCOBAR, Arturo. Encountering development : the making and unmaking of the third world. New Jersey: Princeton, 1995.

_____. Antropología y desarrollo. Disponível em:
http://extension.uned.es/archivos_publicos/webex_actividades/4698/acomunitariaponencia2a.pdf

FIANI, R. Perfil das exportações de bens de capital admitidos pelo programa Finamex: 1990/95. Disponível em:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/perfil.pdf.

FEATHERSTONE, Mike. Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity. London: Sage, 1990.
_____. Global Modernities. Thousand Oaks: Sage, 1995.

FERNANDES, Luís. A gênese da teoria do imperialismo, in:
<https://gz.diarioliberalidade.org/mundo/item/66400-a-genese-da-teoria-do-imperialismo.html>

FIORI, José Luis. Os moedeiros falsos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.
_____. Brasil no espaço. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2001.

Folder BNDES Procult em números, disponível em:
<http://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/81c3a6a9-001f-43ef-ac6c-9fe9c1dec006/FOLDERBNDESPROCULT.pdf?MOD=AJPERES&CVID=ltomCH7&CVID=ltomCH7&CVID=ltomCH7>

FONTANA, Josep. *La Historia Después del fin de La Historia*. Barcelona: Editora Crítica, 1992.

_____. *História: Análise do passado e projeto social*. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

_____. *A história dos homens*. Bauru: EDUSC, 2004.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

_____. *O paulistocentrismo: tensões nas classes dominantes brasileiras*. 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-paulistocentrismo-tensoes-nas-classes-dominantes-brasileiras/>.

_____. *Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho*. Revista Marx e o Marxismo v.5, n.8, jan/jun 2017.

GERSCHENKRON, A. *Economic backwardness in historical perspective. A book of essays*. New York: Frederick A Praeger, 1962.

GIDDENS, Anthony. *Sociology*. Oxford: Polity Press, 1990.

_____. *The Consequences of Modernity*. Oxford: Polity Press, 1991.

_____. *Para uma terceira via: A renovação da social-democracia*. Lisboa: Presença, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la Cárcel, Tomo I*, México: Editora Era, Universidade de Puebla, 1999.

_____. Cadernos do Cárcere, Volume 1, Civilização Brasileira, 2006.

_____. Cadernos do Cárcere, Volume 2, Civilização Brasileira, 2006.

_____. Cadernos do Cárcere, Volume 3, Civilização Brasileira, 2006.

_____. Cadernos do Cárcere, Volume 4, Civilização Brasileira, 2006.

_____. Cadernos do Cárcere, Volume 5, Civilização Brasileira, 2006.

_____. Scritti politici III. A cura di Paolo Spriano. Roma: Editori Riuniti,

1973. Edizione elettronica: progetto Manuzio, 2009. Disponível em:

<http://www.liberliber.it/biblioteca/g/gramsci/index.htm>.

_____. La costruzione del Partito Comunista (1923-1926), Torino: Einaudi, 1971.

HALIMI, Serge. La mauvaise mémoire de Pierre Nora. Disponível em:

<http://www.monde-diplomatique.fr/2005/06/HALIMI/12508>.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. O neoliberalismo. História e implicações. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

HILFERDING, Rudolf. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções - 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

_____. A era do capital, 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1996.

_____. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBSON, John Atkinson. A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada. 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. Imperialism. A study. Disponível em:
<https://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/>

KANT, Immanuel. À paz perpétua. Porto Alegre: L&PM, 1989.

KATZ, Claudio. Subimperialismo II: Aplicación actual. Disponível em:
<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=225350>.

KAUTSKY, Karl. “Ultra-Imperialismo”. Publicado originalmente em Neue Zeit, 11 de setembro de 1914. Retirado de:
<https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11-1.htm>.

_____. “Preparação para a paz”. Publicado originalmente em Neue Zeit, 1º de outubro de 1914. Retirado de:
<https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/10/01.htm>.

_____. “Imperialismo e a guerra”. In:
<https://www.marxists.org/portugues/kautsky/1914/09/11.htm>.

_____. “The League of Nations. 1924. In:
<https://www.marxists.org/archive/kautsky/1924/04/league.htm>.

KERGOAT, J. La fin de la Fondation Saint-Simon vue par Jacques Kergoat. L'Humanité. 30 juin 1999.

KOCHER, Bernardo. Globalização: atores, idéias e instituições. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

KRAUSZ, Tamás. Reconstruindo Lenin. Uma biografia intelectual. São Paulo: Boitempo, 2017.

LAGROU, Pieter. A História do Tempo Presente na Europa depois de 1945 - Como se constituiu e se desenvolveu um novo campo disciplinar. 2009. Disponível em: <http://ciberhistory.blogspot.com.br/2010/09/historia-do-tempo-presente-na-europa.html>

LENIN, Vladimir Ilitch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria, Volume 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. Imperialismo e a cisão do socialismo. 1915. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/10/imperialismo.htm>.

_____. O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2005.

LENS, Sidney. A fabricação do império americano – da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LESSA, Carlos. A Estratégia de Desenvolvimento, 1974-1976: Sonho e Fracasso. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LUKÁCS, György. Lenin. Um estudo sobre a unidade do seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Para uma ontologia do ser social v. 1. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUXEMBURG, Rosa. The militia and militarism. 1899. **Traduzido pelo autor.** Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1899/02/26.htm>

_____. Martinique. **Traduzido pelo autor.** Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/luxemburg/1902/05/15.htm>.

_____. A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. Acumulação Monopolista e Crises no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. A economia política brasileira. São Paulo: Polis; Petrópolis: Vozes, 1984.

Manual de Oslo: Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 1992. In: <http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *In: CuadernosPolíticos* n° 12. México: Ediciones Era, 1977. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/052_acumulacion_subimperialismo.html

_____. Ruy Mauro Marini. Vida e Obra (Orgs.) João Pedro Stédile e Roberta Traspadini. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Subdesenvolvimento e revolução. Florianópolis: insular, 2012.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Rosa Luxemburgo: Imperialismo, sobreacumulação e crise do capitalismo. Revista Crítica Marxista, n.40, p.49-61, 2015.

MARTINS, André Silva. Burguesia e nova sociabilidade: Estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, 2007.

MARX, Karl. Capital e Tecnologia. Manuscritos de 1861-1863. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1863/mes/tecnologia.htm>.

_____. A ideologia alemã. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1982.

_____. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro 1 – O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. O capital: crítica da economia política. Livro 3 – O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARENHAS, A.. Verbetes: Acordo de Roboré, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/robore-acordo-de>

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). História do Marxismo no Brasil vol. V. Campinas, Edunicamp, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina. “O Estado ampliado como ferramenta metodológica”, Anais: Colóquio internacional Marx e o Marxismo, UFF, 2013.

MÈSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2003

META, Chiara. Un convegno sul concetto di egemonia, 2005. Disponível em: <http://www.gramscitalia.it/egemeta.htm>.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna. A importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos, Revista da Escola Superior de Guerra, nº50, Rio de Janeiro, jul-dez., 2008.

_____. A Segunda Guerra Fria. Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2013.

MOREIRA, J.P.O. Considerações sobre o tempo presente na história econômica. Anais do I EPHIS, UFMG, 2012, p. 556-569.

NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

NORA, Pierre. De L'Histoire Contemporaine au Présent Historique. *Actes de La Journée d'études de l'htp*. Paris: CNRS, 1992.

PANITCH, Leo. The Making of global capitalismo: The political economy of American Empiry. Editora Verso, 2013.

_____. Repensando o marxismo e o imperialismo para o século XXI. *Revista Tensões mundiais*. Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 91-101, 2014.

PATNAIK, Utsa & PATNAIK, Prabhat. A theory of imperialism(with a commentary by David Harvey). New York: Columbia University Press, 2017.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Desenvolvimento como segurança, assalto à pobreza e ajustamento estrutural: O Banco Mundial durante os anos McNamara (1968-1981). *Revista de História*, São Paulo, n. 165, p. 425-460, jul./dez. 2011.

PESAVENTO, Sandra. As exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

PETRAS, James. Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa. Blumenau: Editora da FURB, 1999.

Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014. Brasília, Ministério da Cultura, 2012. 156 p. ISBN - 978-85-60618-08-8.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record,

2004.

PRADO, Eleutério. Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria / Eleutério Prado. São Paulo : Editora Xamã, 2005.

Pronunciamento de Gilberto Gil sobre a diversidade cultural:
http://www.cultura.gov.br/discursos//asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/pronunciamento-do-ministro-gilberto-gil-sobre-diversidade-cultural-49566/10883

Relatório: Análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte, (Orgs.) Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos e Francisco del Moral Hernandez. 2009. Disponível em:
https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf

RÉMOND, René. O século XX: de 1914 aos nossos dias. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

RIBEIRO, Thiago Reis Marques. Das missões à comissão: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da “Missão Abbink” (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953). Dissertação de mestrado, Niterói: UFF, 2012.

ROBERTSON, Roland. Globalization. London: Sage, 1992.
_____. "Discourses of Globalization. Preliminary Considerations", International Sociology, 13 (1), 25-40, 1998.

ROSTOW, Walt Whitman. *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SAES, Décio. A autonomia relativa do Estado em Poulantzas. *Revista Crítica Marxista*, Nº7, 1998.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Editora Record, 2000.

SANTOS, Theotônio. A Teoria da dependência: Balanço e perspectivas. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4089917/mod_resource/content/0/4.2%20DOS%20SANTOS%2C%20Theot%C3%B4nio.%20A%20teoria%20da%20depend%C3%Aancia%20-%20Balan%C3%A7os%20e%20perspectivas.pdf

_____. *Imperialismo y Dependencia*. Caracas: Fundação Biblioteca Ayacucho, 2011.

SÄRKKÄ, Timo. *Hobson's Imperialism. A Study in Late-Victorian Political Thought*. Jyväskylä: University of Jyväskylä, 2009.

SCHUMPETER, Joseph. “Sociologia dos Imperialismos”, In: *Imperialism e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SCHOLZ, Trebor. *Cooperativismo de plataforma*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SKLAIR, Leslie. Sociology of the Global System. London: Harvester Wheatsheaf, 1991.

TAVARES, Maria da Conceição. “Império, território e dinheiro”, In: FIORI, José Luis (Org.), Estado e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

THALHEIMER, August. 1923: Uma oportunidade perdida – A lenda do “outubro alemão” e a verdadeira história de 1923. Tradução do Centro Victor Meyer. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/thalheimer/1931/lenda/index.htm>.

_____. Vinte anos após a revolução de outubro. Tradução do Centro Victor Meyer. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/thalheimer/1937/11/05.htm>

TROTSKY, Leon. História da Revolução Russa, volume 1. Rio de Janeiro, Saga, 1967.

_____. O imperialismo e a crise da economia mundial. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

VALENCIA, Sotelo. Verbete: Globalização [2], In: Globalização: atores, idéias e instituições. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

VARELA, Raquel. História do povo na Revolução Portuguesa. Lisboa: Editora Bertrand, 2014.

VIEIRA, André dos Santos. Capital-Imperialismo e psicologia experimental: A Brain Initiative como estudo de caso. No prelo, 2017.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Da Guerra Fria à crise (1945-1989): as relações internacionais do século XX. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ZIBECHI, Raúl. Brasil potência: Entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

Links utilizados

<http://www.marini-escritos.unam.mx/index.html>

<http://www.schumpeter.info/>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/ondeatuamos/agropecuaria/agropecuaria/>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/responsabilidade-social-e-ambiental/o-que-nos-orienta/politicas/politica-socioambiental/politica-socioambiental/>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticas-desempenho/estatisticas-setor-porte/>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/navegador/setores/cultura-e-economia-criativa/#/>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticasdesempenho/estatisticas-setor-porte/>

<http://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/81c3a6a9-001f43efac6c9fe9c1dec006/FOLDERBNDESPROCULT.pdf?MOD=AJPERES&CVID=ltomCH7&CVID=ltomCH7&CVID=ltomCH7&CVID=ltomCH7>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/inovacao>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/inovacao>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/inovacao/inovacao>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticasdesempenho/estatisticas-produto-porte-apoio/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/8d6e07445a3a4cb6923848098ef786a4/cartilha-apoio-asmpmes.pdf?MOD=AJPERES&CVID=IKR4WSp>

<https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/8d6e07445a3a4cb6923848098ef786a4/cartilha-apoio-asmpmes.pdf?MOD=AJPERES&CVID=IKR4WSp>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-para-asociedade/projetos-apoiados/semiarido-brasileiro/>

<https://www.youtube.com/watch?v=H8xPX3wIMg;https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-para-asociedade/projetos-apoiados/semiarido-brasileiro/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-paraasociedade/projetos-apoiados/fibria-celulose-tres-lagoas-ms>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/desenvolvimento-regional-territorial/desenvolvimento-regional-e-territorial/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/ondeatuamos/desenvolvimento-regional-territorial/desenvolvimento-regional-e-territorial/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/exim-pos-emb-bens>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticasdesempenho/estatisticas-setor-porte/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/mercado-de-capitais/politica-rv>

https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Restauracao_Ecologica/index.html

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/navegador/#/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/infraestrutura/>

<http://www.comunitas.org/portal/prefeitura-de-niteroi-e-organizacao-social-cria-projeto-contra-violencia/>

http://www.sbnc.org.br/site/texto.php?id_texto=3

<http://www.comunitas.org/portal/comunitas/>

<http://www.fenavist.com.br/essesg>

http://diplomatie.org.br/militarizacao-tipo-exportacao-o-perigo-da-industria-humanitaria-brasileira/#_ftnref4

<http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2012/10/entidades-brasileiras-levam-ajuda-humanitaria-para-outros-paises.html>

<http://projetodraft.com/o-viva-rio-inova-ha-20-anos-quando-juntou-intelectuais-e-liderancas-comunitarias-contra-a-violencia-no-rio/>

<http://www.dgei.ufrj.br/images/O-que-e-o-DGEI.pdf>

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1474.htm

<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/114146/decreto-99464-90>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/instituicoes-financeiras-credenciadas/rede-credenciada-brasil>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/estrutura-de-gestao-do-sistema-bndes/relacao-orgaos-governamentais>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/empresas-sistema-bndes/Legislacao do SItima BNDES/estatuto-da-bndespar>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quemsomos/governancacontrole/empresas-sistemabndes/LegislacaodoSItimaBNDES/estatuto-da- bndespar>

http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem_somos/governanca-controle/empresas-sistema bndes/Legislacao do SItima BNDES/ estatuto-da-bndespar

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/estrutura-de-gestao-do-sistema-bndes/collegiados-bndespar>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/empresas-sistema-bndes/Legislacao do SItima BNDES/estatuto-da-bndespar>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D59170compilado.htm

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/governanca-controle/estrutura-de-gestao-do-sistema-bndes/collegiados-finame>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4648.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8222.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8222.htm

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quemsomos/governancacontrole/estrutura-de-gestao-do-sistema-bndes/collegiados-finame>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quemsomos/governancacontrole/empresas-sistemabndes/Legislacao do SItima BNDES/estatuto-do-bndes/>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quemsomos/governancacontrole/estrutura-de-gestao-sistema-bndes/>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/ondeatuamos/agropecuaria/agropecuaria/>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos/responsabilidade-social-e-ambiental/o-que-nos-orienta/politicas/politica-socioambiental/politica-socioambiental/>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticasdesempenho/estatisticas-setor-porte/>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/navegador/setores/cultura-economia-criativa/#/>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticasdesempenho/estatisticas-setor-porte/>

<http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/inovacao>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticasdesempenho/estatisticas-produto-porte-apoio/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/8d6e0744-5a3a-4cb6-923848098ef786a4/cartilha-apoio-as-mpmes.pdf?MOD=AJPERES&CVID=IKR4WSp>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticasdesempenho/estatisticas-produto-porte-apoio/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-para-asociedade/projetos-apoiados/semiarido-brasileiro/>

<https://www.youtube.com/watch?v=-H8xPX3wIMg>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-para-asociedade/projetos-apoiados/semiarido-brasileiro/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/resultados-para-asociedade/projetos-apoiados/fibria-celulose-tres-lagoas-ms>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/desenvolvimentoregional-territorial/desenvolvimento-regional-e-territorial/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticadesempenho/estatisticas-regiao-estado-porte/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/ondeatuamos/desenvolvimentoregionalterritorial/desenvolvimento-regional-e-territorial/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/exim-pos-emb-bens>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/ondeatuamos/industriacomercioservi%C3%A7os/industria-comercio-servicos/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/estatisticadesempenho/estatisticas-setor-porte/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/mercado-de-capitais/politica-rv>

https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Restauracao_Ecologica/index.html

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/navegador/#/>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/infraestrutura/>

Resolução nº 3.568/2008, disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/47908/Res_3568_v9_P.pdf

Reportagens e Relatórios

Belo Monte, um legado de violações”. 2017. In: <http://www.ihu.unisinos.br/563829-belo-monte-um-legado-de-violacoes>

Brasil exporta ajuda humanitária”, in: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/brasil-exporta-ajuda-humanitaria-7tksq3p6f3m6y43l9c63zuedq>

Indústria extrativa é destaque do PIB em 2010. 2011. In: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/03/industria-extrativa-e-destaque-do-pib-em-2010-com-alta-de-157.html>

No mapa, o trabalho escravo no Brasil, In: <https://apublica.org/2017/10/no-mapa-o-trabalho-escravo-no-brasil/>.

MAZZINI, Leandro. Exército remodela centro de inteligência para monitorar movimentos sociais. Disponível em: <http://colunaesplanada.blogosfera.uol.com.br/2014/07/29/exercito-remodela-centrodeinteligencia-para-monitorar-movimentos-sociais/>.

Nota da ANDES-SN – Produtivismo acadêmico está acabando com a saúde dos docentes. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=5020>

ONU não indenizará vítimas da cólera no Haiti”, Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/02/130215_haiti_colera_indenizacoes_1k.shtml.

Relatório: Análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte, (Orgs.) Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos e Francisco del Moral Hernandez. 2009. Disponível em: https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf

SÁ, Miguel Borba; SAID, Magnólia; WANSETTO, Rosilene. Militarização tipo exportação: O perigo da Indústria Humanitária brasileira, 04/05/2017, Disponível em:

http://diplomatie.org.br/militarizacao-tipo-exportacao-o-perigo-da-industria-humanitaria-brasileira/#_ftnref4

SIPRI - Gastos militares no Brasil aumentaram em 56 por cento em dez anos

<http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/10464/SIPRI---Gastos-militares-no-Brasil-aumentaram-em-56-por-cento-em-dez-anos>